

A prática na Investigação Qualitativa: exemplos de estudos

VOLUME 2

ORGANIZADORES

Catarina Brandão
José Luís Carvalho
Jaime Ribeiro
António Pedro Costa

SPONSORS



www.webqda.net



www.ciaiq.org



ludomedia

A prática na Investigação Qualitativa: exemplos de estudos

VOLUME 2

Ficha Técnica

Título: A prática na Investigação Qualitativa: exemplos de estudos | Volume 2

Organizadores: Catarina Brandão, José Luís Carvalho, Jaime Ribeiro, António Pedro Costa

Autores: Adriana Maria Duarte; Ana Cláudia Garcia Vieira; Anderson Afonso da Silva; Armando David Sousa; Cristiane Cardoso de Paula; Cristina Baixinho; Daniela Doulavince Amador; Dilza Côco; Fátima Mendes Marques; Ingrid Cabral Machado; Ivone Evangelista Cabral; Jocemar Tomasino Mendonça; Joseph Dimas de Oliveira; Maria Aparecida Viggiani Bicudo; Maria Helena Carvalho da Silva; Maria Helena Presado; Maria Paula Andrade Rodrigues Machado; Marina Celly Martins Ribeiro de Souza; Mário Cardoso; Myriam Aparecida Mandetta; Natália de Cássia Horta; Óscar Ferreira; Paula Maria Gênova de Castro Campanha; Priscila de Souza Chisté; Quesia Nayrane Ferreira e Tatiana Teixeira Barral de Lacerda.

Concepção Gráfica: Fábio Freitas | **Imagem da capa:** Creative_hat - Freepik.com

Edição: Ludomedia
Rua Centro Vidreiro, 405
São Roque
3720-626 Oliveira de Azeméis
Aveiro - PORTUGAL

Revisão: António Pedro Costa e Sónia Mendes

e-mail: info@ludomedia.pt · **web:** www.ludomedia.pt

ISBN: 978-972-8914-85-1

1ª Edição: julho de 2018



ludomedia

Editora Ludomedia

Diretor

António Pedro Costa

SubDiretora

Sónia Mendes

Conselho Editorial

Ana Paula Macedo (UM, Portugal)

António Moreira (UA, Portugal)

Catarina Brandão (FPCE-UP, Portugal)

Christina Brasil (UNIFOR, Brasil)

Cristina Rosa Soares Lavareda Baixinho (ESEL, Portugal)

Dayse Neri de Souza (UNASP, Brasil)

EllenSynthia Fernandes de Oliveira (UFG, Brasil)

Emiko Yoshikawa Egry (USP, Brasil)

Francislê Neri de Souza (UNASP, Portugal)

Isabel Pinho (UA, Portugal)

Jaime Ribeiro (IPLeia & CIDTFF-UA, Portugal)

João Amado (FPCE-UC, Portugal)

Lia Raquel Oliveira (UM, Portugal)

Luís Eduardo Ruano (UCC, Colômbia)

Luis M. Casas (UNEX, Espanha)

Luis Paulo Reis (UP, Portugal)

Marília Rua (UA, Portugal)

Raimunda Silva (UNIFOR, Brasil)

Ricardo Luengo (UNEX, Espanha)

Ricardo Teixeira (UFG, Brasil)

Ronaldo Nunes Linhares (UNIT, Brasil)

Sandro Dutra (UEG, Brasil)

Simone Tuzzo (UFG, Brasil)

Susana Sá (UM, Portugal)

A Ludomedia edita e publica livros e recursos educativos para diferentes áreas de conhecimento, tais como Saúde e Educação. O seu catálogo editorial inclui já um vasto leque de publicações, que focam temáticas como o processo de desenvolvimento e avaliação de recursos educativos, a investigação qualitativa, a utilização de software de apoio à análise qualitativa, entre outros. Cada projeto envolve investigadores e autores com diferentes *backgrounds*, explorando variadas metodologias de investigação e desenvolvimento. As parcerias estabelecidas com Universidades de referência têm permitido o desenvolvimento de conteúdos e recursos de excelência, refletindo o que de melhor se faz em termos de investigação científica a nível internacional.

ÍNDICE

NOTAS BIOGRÁFICAS DOS ORGANIZADORES 7

PREFÁCIO

Catarina Brandão; José Luís Carvalho; Jaime Ribeiro e António Pedro Costa 9

INTRODUÇÃO

Christina César Praça Brasil e Mirna Albuquerque Frota 11

INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE DO IDOSO INSTITUCIONALIZADO

Natália de Cássia Horta; Quesia Nayrane Ferreira; Tatiana Teixeira Barral de Lacerda; Maria Paula Andrade Rodrigues Machado e Marina Celly Martins Ribeiro de Souza 21

EMPREGO DE MÉTODOS PARTICIPATIVOS, QUALITATIVOS E MISTOS NA PESQUISA VOLTADA PARA A GESTÃO PESQUEIRA NO BRASIL

Jocemar Tomasino Mendonça; Paula Maria Gênova de Castro Campanha; Ingrid Cabral Machado e Maria Helena Carvalho da Silva 55

METODOLOGIAS PARA OS ESTUDOS DA CIDADE E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO

Dilza Côco e Priscila de Souza Chisté 91

A PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO INOVADORAS NA ÁREA DA SAÚDE

Daniela Doulavince Amador; Adriana Maria Duarte e Myriam Aparecida Mandetta 121

ANÁLISE DE DESCRIÇÕES DE VIVÊNCIAS EM SITUAÇÕES DE CONSTITUIÇÃO DE CONHECIMENTO

Maria Aparecida Viggiani Bicudo e Anderson Afonso da Silva 153

INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA E TRANSFERÊNCIA DO CONHECIMENTO PARA A CLÍNICA

Cristina Baixinho; Óscar Ferreira; Fátima Mendes Marques; Maria Helena Presado; Mário Cardoso e Armando David Sousa 179

KNOWLEDGE TRANSLATION - MODELO CONCEITUAL DE TRANSFORMAÇÃO DE CONHECIMENTO GERADO NA PESQUISA EM SAÚDE E ENFERMAGEM

Ivone Evangelista Cabral; Cristiane Cardoso de Paula; Ana Cláudia Garcia Vieira e Joseph Dimas de Oliveira 209





NOTAS BIOGRÁFICAS DOS ORGANIZADORES



Catarina Brandão é Professora Auxiliar na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, assumindo a coordenação do ramo de especialização de Psicologia das Organizações, Social e do Trabalho, do MIP (2016/2018). Fundadora e responsável pela Unidade de Psicologia das Organizações e dos Recursos Humanos, do Serviço de Consulta da FPCEUP. Tem publicado vários artigos e capítulos de livros acerca da liderança, processos de gestão de recursos humanos, desenvolvimento organizacional e investigação qualitativa, nomeadamente com o recurso a QDAS.



José Luís Torres Carvalho é Doutor Europeu em Ciências da Educação pela Universidad de Extremadura – Espanha e Mestre em Tecnologia Educativa pela Universidade do Minho – Portugal. É professor do 1º Ciclo do Ensino Básico no Agrupamento de Escolas nº 1 de Elvas - Portugal e professor associado da Facultad de Educación da Universidad de Extremadura onde é docente da disciplina de “Investigación Cualitativa” do “Máster Interuniversitario de Investigación en la Enseñanza y Aprendizaje de las CC Experimentales, Sociales y Matemáticas”, e da disciplina “Investigación en TIC aplicadas a la Educación” do “Máster Universitario en Investigación en Formación del Profesorado y TIC”. É também membro do Grupo de Investigación CIBERDIDACT da Universidad de Extremadura e do CIEP (Centro de Investigación em Educação e Psicologia) da Universidade de Évora – Portugal, onde se dedica à investigação em Educação Matemática nos primeiros anos; Aprendizagem, Educação e Tecnologias; Estrutura cognitiva e representação do conhecimento e Métodos de Investigación Mista. Atualmente, é ainda presidente da Assembleia Geral da EDUCOM-APTE (Associação Portuguesa de Telemática Educativa).



Jaime Ribeiro é doutorado e especializado em Multimédia em Educação pela Universidade de Aveiro e licenciado em Terapêutica Ocupacional pela Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto. É Professor na Escola Superior de Saúde do Politécnico de Leiria. Integra a Comissão Coordenadora para a Terapia Ocupacional da RACS – CPLP: Rede Académica das Ciências da Saúde. A sua investigação incide sobre abordagem qualitativa em investigação, saúde, reabilitação, reabilitação cognitiva, Funcionalidade/incapacidade, formação de professores na Utilização das



TIC na Educação de Alunos com Necessidades Educativas Especiais, tecnologias de apoio, uso de tecnologias em processos de ensino e aprendizagem e envelhecimento. Integra projetos nacionais e europeus relacionados com Reabilitação e Educação.



António Pedro Costa é um dos investigadores do *software* de apoio à análise qualitativa webQDA (www.webqda.net), área em que tem publicados, em co-autoria, diversos artigos em congressos nacionais e internacionais, artigos em revistas e capítulos de livros. Leciona em instituições de ensino superior unidades curriculares de metodologias de investigação. É o Coordenador do Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (www.ciaiq.org) e do *World Conference on Qualitative Research* (www.wcqr.info). É membro do working group 1: “Theory, analysis and models of peer review” da acção COST “New Frontiers of Peer Review” (www.peere.org). Foi editor convidado de diversas edições especiais sobre Investigação Qualitativa, destacando-se a co-organização de dois livros intitulados “Computer Supported Qualitative Research” e “Advances in Intelligent Systems and Computing”, publicados pela editora Springer. É membro integrado do Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (CIDTFF), Departamento de Educação e de Psicologia, da Universidade de Aveiro e colaborador do Laboratório de Inteligência Artificial e Ciência de Computadores (LIACC), da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.



PREFÁCIO

Este livro contém os contributos dos Grupos de Investigação que participaram no 7º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (CIAIQ2018), realizado em Fortaleza, Brasil, de 10 a 13 Julho de 2018. No total são apresentados os textos propostos pelos sete Grupos de Investigação, mais um texto sobre o processo de avaliação de artigos que, pela primeira vez, foi implementado no CIAIQ2018, envolvendo 26 autores, de Portugal e Brasil.

O CIAIQ2018 envolveu, na coordenação e organização, investigadores de várias universidades, empresas, institutos de investigação, associações, revistas, incluindo a Universidade de Fortaleza, Universidade do Minho, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade do Porto, Universidade Lusófona do Porto, Instituto Politécnico de Leiria, Universidade Adventista de São Paulo, Universidade Católica do Maule, Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, Universidade Estadual do Maranhão, GECES da Universidade Tiradentes, CiberDid@tic da Universidade da Extremadura, CIDTFF da Universidade de Aveiro, Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, Universidade Autónoma do Estado do México, Sociedade de Estudos & Pesquisa Qualitativos, Grupo Investigación Cualitativa, LIACC, Altlas.ti, IARS, webQDA, MicroIO, Eventos e Engenharia, Ludomedia, AISTI, ABEn, ASSOBESECOF.

O CIAIQ2018 é constituído por quatro campos de aplicação (Educação, Saúde, Ciências Sociais, Engenharia e Tecnologia) e sete temas principais: Fundamentação e Paradigmas de Investigação Qualitativa (estudos teóricos, reflexão crítica sobre as dimensões epistemológicas, ontológicas e axiológicas); Sistematização de estudos com Abordagens Qualitativas (revisão da literatura, integração de resultados, agregação de estudos, meta-análise, meta-análise qualitativa, meta-síntese, meta-etnografia); Investigação Qualitativa e Métodos Mistos (ênfase em processos de investigação que se apoiem em metodologias mistas mas com prioridade às abordagens qualitativas); Tipologias de Análise de Dados (análise de



conteúdo, análise do discurso, análise temática, análise de narrativas, etc.); Processos Inovadores de Análise Qualitativa de Dados (desenho de análise, articulação e triangulação de diversas fontes de dados – imagens, áudios, vídeos); Investigação Qualitativa em Contexto Web (eResearch, etnografia virtual, análise de interações, corpus latent na internet, etc.); Análise Qualitativa com Apoio de *Software* Específico (estudos de usabilidade, *user experience*, impacto do *software* na qualidade de investigação e da análise).

Aproveitamos para agradecer aos Grupos de Investigação que aceitaram o desafio para participar no CIAIQ2018, o que valorizou e engrandeceu esta 7ª edição. Agradecemos também às diferentes comissões organizadoras pelo árduo e essencial trabalho relativo à gestão científica, arranjos locais, publicidade, publicação e questões financeiras. Também expressamos o nosso agradecimento a todos os membros da comissão científica do CIAIQ2018, pois foram cruciais para garantir a elevada qualidade científica do evento. Por último, mas não menos importante, agradecemos a todos os colaboradores da Ludomedia pelo apoio na produção deste livro.

Julho 2018,
 Catarina Brandão
 José Luís Carvalho
 Jaime Ribeiro
 António Pedro Costa



REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE A PESQUISA QUALITATIVA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

INTRODUÇÃO

A objetividade do mundo contemporâneo traz muitos desafios para a ciência. Os problemas a serem respondidos pelas pesquisas realizadas em todas as áreas do conhecimento multiplicam-se e requerem novas estratégias e associações de diversos profissionais, com diferentes formações e competências, para que possam ser compreendidos e solucionados.

Nesse cenário, onde a pluralidade de olhares e a visão ampliada dos problemas a serem resolvidos são requeridos, a pesquisa qualitativa configura-se como uma alternativa que viabiliza aos investigadores o alcance dos seus objetivos devidamente contextualizados ao ambiente sob investigação. Destaca-se, nesse ponto, o poder que esse tipo de pesquisa tem de extrapolar a objetividade, sendo capaz de explorar, de forma alinhada ao tempo, ao espaço e à cultura da população, aspectos que implicam em significados, sentidos e sentimentos.

A história dos métodos qualitativos ou compreensivos junta-se ao início das ideias de criação das Ciências Humanas e Sociais, surgindo em contraponto às já consolidadas Ciências Naturais (Minayo, 2014; Chueke & Lima, 2012; Denzin & Lincoln, 2006). Rompendo com a objetividade característica dos estudos ancorados no pensamento positivista, os métodos qualitativos baseiam-se na busca da compreensão do objeto de estudo, no sujeito da pesquisa; sobretudo considerando o pesquisador participante do processo de investigação com suas observações, manifestações, percepções e conhecimentos acerca do tema.

A forte herança que a pesquisa qualitativa traz das Ciências Sociais e Humanas imprime marcas no modo de se realizar um estudo, uma vez que enfatiza as qualidades das entidades e dos processos, fazendo com que os fatos sejam melhor decifrados e compreendidos. É válido ressaltar, que o fato de considerar a natureza socialmente construída da realidade e a relação de proximidade do pesquisador com o objeto de estudo pode trazer limitações e influências na condução do processo investigativo (Denzin & Lincoln,



2006). Diante dessas características, observam-se os traços evidentes que a Antropologia e a Sociologia imprimem às estratégias utilizadas para a coleta e a interpretação de dados nas investigações qualitativas.

Considerando o seu berço e a capacidade de levar em consideração aspectos que a pesquisa quantitativa não alcança, ao longo dos anos, a pesquisa qualitativa vem ganhando novas aplicações e influências, passando a ser reconhecida e utilizada por diversas áreas do conhecimento, tais como: saúde, comunicação, gestão, jurídica, tecnologia, entre outras. Isto explica-se por essa forma de fazer ciência possibilitar que os pesquisadores observem e compreendam de forma integral os problemas que buscam esclarecer, o que lhes oferece novas possibilidades de esclarecimento e enfrentamento.

Os enfoques de pesquisa remetem a diferentes formas de notar a realidade social. O quantitativo, com objeto de estudo definido, traz em seu cerne a objetividade conseguida por meio de instrumentos padronizados, resultados mensuráveis e quantificáveis, cuja validade externa é forte e baseada na neutralidade. Já no enfoque qualitativo, o objeto de estudo ainda não é definido, a realidade é repleta de significados, sentidos, sentimentos, fenômenos culturais, interações, crenças, valores, atitudes que repercutem em questões referentes ao universo da produção humana. Assim, a diferença entre tais abordagens é de natureza e possuem implicações nas suas respectivas perspectivas e na interpretação dos investigadores a partir delas (Minayo, 2014).

Para Flick (2009), a pesquisa qualitativa era vista a princípio como alternativa à pesquisa quantitativa ou pesquisa não padronizada; contudo, ao longo do tempo, foi compelindo características próprias, cerceadas por diversas disciplinas, cujo núcleo permeia questões sociais, práticas e conhecimento do cotidiano. Assim, parte da perspectiva do participante para a construção do material empírico e dos elementos de análise para fins de entendimento e compreensão de temáticas específicas por meio de abordagens hermenêuticas, construtivistas ou interpretativas.

Neste livro, deparamo-nos com sete capítulos, cuidadosamente elaborados, que mostram aplicações contemporâneas da pesquisa qualitativa, trazendo aos leitores novas possibilidades para a sua utilização. Ressalta-se que nesses estudos os autores seguem um fluxo de execução que os permite visitar e refletir sobre as etapas realizadas anterior e posteriormente,



não seguindo uma linearidade, mostrando dinamismo e as possibilidades de reflexão a cada passo.

Nos estudos apresentados nos capítulos que seguem, identificamos com clareza, em cada um deles, a ideia, a elaboração do problema, a imersão da equipe de pesquisa no campo de investigação, a definição do desenho de estudo, a seleção e a identificação da amostra, as estratégias adotadas para a coleta de dados, bem como as formas de análise e interpretação.

Não se pode perder de vista que o objeto de estudo, os pressupostos, as questões de pesquisa e o referencial teórico-metodológico estão no centro do fluxo de uma pesquisa qualitativa, respaldando e direcionando cada uma das etapas mencionadas no parágrafo anterior. Porém, dentre estes elementos, o referencial teórico-metodológico destaca-se, pois as correntes de pensamento e as teorias que fundamentam cada estudo possibilitam ao pesquisador estabelecer uma interconexão entre os dados obtidos, as suas reflexões, visões de mundo e a realidade investigada.

A pesquisa qualitativa em seu fluxo dinâmico e contextualizado faz com que o investigador, ao vivenciar uma realidade, estabeleça uma exploração que se respalda em valores, crenças e elementos culturais. Isso demonstra a flexibilidade que este tipo de pesquisa precisa ter para se ajustar à diversidade de contextos em que pode ser adotada. Em decorrência desse processo, Sampieri, Callado e Lucio (2013) e Minayo (2014) defendem que cada estudo qualitativo é único, mesmo seguindo uma direção previamente estabelecida para resguardar a sua qualidade.

No âmbito de assegurar a qualidade e a credibilidade das pesquisas qualitativas, a triangulação de técnicas tem sido amplamente discutida e defendida pelos pesquisadores mais experientes (Minayo, 2014). Para isso, a associação de técnicas de coleta e análise de dados, além do uso de estratégias quantitativas em associação, constituem meios para a obtenção de dados mais robustos e passíveis de reprodutibilidade em outros estudos. Para isso, é necessário que os pesquisadores qualitativos tenham sempre em mente a importância de traçar desenhos bem descritos e que possibilitem a sua realização em outros cenários.

Há que destacar a importância da divulgação e da aplicabilidade dos resultados das pesquisas qualitativas, uma vez que as opiniões, os



sentimentos e percepções de quem vivencia os problemas abordados têm um valor incomensurável para gestores e profissionais de diversas áreas do conhecimento. A comunidade científica precisa mostrar que os dados interpretativos gerados a partir desse tipo de pesquisa evidenciam a experiência humana, explicitando as diferentes formas de interação entre as pessoas e os ambientes, como elas interpretam e constroem sentidos. É nessa direção que as soluções geradas para os problemas a partir de estudos qualitativos tendem a ser mais eficazes, pois respaldam-se nos olhares e necessidades de quem os vivencia.

Diante dessas reflexões, este *Handbook* agrega valor ao universo dos estudos qualitativos, uma vez que reúne trabalhos de pesquisadores de várias áreas do conhecimento, abordando assuntos significativos e alguns ainda pouco discutidos no meio acadêmico. A presente obra conta com a contribuição de destacados pesquisadores do Brasil e do mundo, refletindo a abrangência dos temas, sobretudo com interesse internacional.

A obra traz no Capítulo 1 uma importante abordagem sobre a investigação qualitativa na promoção da saúde do idoso institucionalizado, considerando a importância da conjugação de técnicas e de participantes. Nesse debate, apresenta a associação de abordagens qualitativas e quantitativas na busca de compreender a questão de pesquisa. Assim, os autores apontam para a combinação de estratégias qualitativas para a coleta de dados, as quais se materializam em entrevistas individuais e coletivas, grupos focais e oficinas. Segundo os autores, isto favorece a ampliação dos olhares dos pesquisadores sobre as questões de pesquisa, o que se alinha à literatura que versa sobre a triangulação de métodos e estratégias de investigação (Tuzzo & Braga, 2016). O estudo também aponta para a importância da interação entre investigadores e participantes, o que leva a uma maior apropriação do cenário em estudo pelos pesquisadores, ampliando o conhecimento da causa.

O Capítulo 2, intitulado “Emprego de métodos participativos, qualitativos e mistos na pesquisa voltada para a gestão pesqueira no Brasil”, descreve uma série de metodologias para a captação de informações pesqueiras no cenário brasileiro, o que implica em estratégia de gestão e monitoramento para essa importante atividade produtiva. Nessa área, a utilização de dados quantitativos já é uma prática frequente; porém os autores apresentam



que as técnicas qualitativas aplicadas aos monitoramentos pesqueiros ampliam as possibilidades de visualização das necessidades do setor. Assim, associam os métodos quantitativos e qualitativos, no intuito de conhecer e compreender melhor o cotidiano dos pescadores, suas dificuldades, fragilidades e potencialidades, o que pode auxiliar no planejamento e na tomada de decisões do setor pesqueiro no Brasil.

Ainda neste capítulo, os leitores têm a oportunidade de visualizar de forma sintética algumas ferramentas, métodos qualitativos e mistos historicamente utilizados no setor pesqueiro, dentre os quais se destacam: entrevistas semiestruturadas e abertas, história oral, história de vida, linha do tempo, observação participante, grupo focal, entre outros. Assim, apontam para três eixos principais de estratégias investigativas que incluem abordagens qualitativas, quais sejam: Métodos das ciências sociais e Ecologia Humana; Métodos mistos - Rapfish, Índice de Qualidade de Vida (IQV/IQCV) e Análises multivariadas; e Métodos participativos - Levantamento Rápido Rural (LRR), Diagnóstico Colaborativo, Autoregistro e Pesquisa-ação.

As metodologias para o estudo da educação na cidade, com o relato da experiência do Instituto Federal do Espírito Santo são abordadas no Capítulo 3. As autoras discorrem sobre a importância de considerar a cidade como espaço de mediação, e não como área de conhecimento isolado, enfocando a compreensão desse cenário a partir de passagens e conexões estabelecidas com outras áreas do conhecimento. Ou seja, esse estudo aponta para o entendimento dos nexos e dos vínculos entre a cidade e determinado fenômeno particular não deslocado do todo. A atenção volta-se para a necessidade de buscar as relações da cidade com outros fenômenos e não explicar a cidade como um acontecimento isolado.

As autoras ressaltam que além da cidade, considera-se que a escola também é uma objetivação humana, criada em um contexto antecedido por processos históricos, que tiveram a educação – em sentido amplo – como fator essencial para o desenvolvimento de gênero humano. Nesse âmbito, observam-se as teias de compreensões e conhecimentos que permeiam o contexto sob investigação, o que é valorizado e mais facilmente captado pelas abordagens qualitativas. Esse movimento investigativo também requer dos pesquisadores perspicácia e uma profunda aproximação destes com o ambiente e as pessoas que envolvidas.



Não menos importantes e interessantes são os temas que abordam desde os fenômenos relacionados ao contexto da cidade até descrições de vivências em situações de constituição do conhecimento. De acordo com Flick (2009), a depender do objeto de pesquisa e do problema em questão, as abordagens referentes aos fenômenos e às vivências das cidades podem ser associadas, caracterizando a complementaridade. Isto pode acontecer com a finalidade de combinar pontos fortes e ampliar o escopo do estudo, esclarecendo a relação dos níveis micro e macro, possibilitando a análise e o aprofundamento dos seus significados. O autor acrescenta ainda, que tal processo se dá respeitando as epistemologias, origens e metodologias de cada abordagem.

O capítulo 4 trata da participação da criança e da família no desenvolvimento de tecnologias de informação inovadoras na saúde, o que tem sido uma tendência muito frequente nos dias atuais. As autoras chamam a atenção para a importante discussão sobre as diferentes técnicas de coleta de dados junto à criança e à família que podem subsidiar o processo de construção e validação de tecnologias inovadoras na área da saúde. Discorrem sobre os aspectos relacionados a importância de ouvir a voz da criança e da família, enfatizando elementos que devem ser considerados durante a coleta de dados, assim como é descrito o processo de desenvolvimento e validação de um *software* aplicativo e o desenvolvimento e avaliação de um jogo de tabuleiro com a participação da criança durante o processo.

Estudos que versam sobre a concepção, o desenvolvimento e a validação de tecnologias em saúde defendem a participação do usuário no processo de desenvolvimento, para que este possa opinar e apontar modificações e adequações quando necessário (Carlos, Magalhães, Vasconcelos Filho, Silva, & Brasil, 2016; Silva, 2017). O usuário geralmente faz parte de um grupo de trabalho que irá utilizar a ferramenta, necessitando apropriar-se de seus recursos. Assim, as abordagens de desenvolvimento de tecnologias centradas nos usuários podem ser participativas ou não, dependendo da intensidade de envolvimento do usuário (Pimentel & Fuks, 2012). No capítulo 4, as autoras utilizam uma abordagem participativa por esta auxiliar a investigar as propriedades interativas, instrucionais e motivacionais que as tecnologias oferecem às crianças; uma vez que esse tipo de estratégia reduz o tempo de desenvolvimento de tecnologias, favorece a identificação precoce dos problemas de usabilidade, bem como a sua resolução.



“Análise de descrições de vivências em situações de constituição de conhecimento” é o tema abordado no capítulo 5, com uma discussão sobre o modo pelo qual são analisadas as descrições de vivências em situações de constituição do conhecimento, assumindo a visão fenomenológica a respeito de vivência, da construção do conhecer e da importância da descrição nesse modo de investigar. Inicialmente, foram explicitados os sentidos e significados de vivência, focando a temporalidade dos atos realizados no *agora*, cuja duração, na fluidez da própria temporalidade, escorrega-os para o *já foi*. A percepção da vivência dá-se na retomada do acontecido que nos chega pela lembrança e que pode ser explicitado à medida que o sujeito expõe por meio da linguagem o que foi vivenciado. Posteriormente, destacam-se os *ambientes colaborativos*, nos quais se dão as experiências de ensinar e de pesquisar, com destaque para os aspectos que revelam momentos de constituição do conhecimento.

No capítulo 6, ao abordar a “Investigação qualitativa e transferência do conhecimento para a clínica”, os autores defendem a ideia de que a clínica, assim como a área da saúde como um todo, pode ser beneficiada a partir da maior aproximação dos pesquisadores com os profissionais. Nessa direção, mostram como as abordagens interativas possibilitam a transferência do conhecimento para gestores, profissionais da saúde e a população em geral, favorecendo uma construção conjunta de novos modelos resolutivos que venham a atender às necessidades evidenciadas nos diversos cenários que são contemplados nas práticas de saúde, desde a promoção da saúde à área clínico-hospitalar. Os autores destacam aspectos relevantes sobre as contribuições da pesquisa qualitativa para gerar conhecimento na clínica, a importância desse tipo de investigação para a tomada de decisão, a transferência de conhecimento científico para a clínica e o trabalho colaborativo entre a clínica e a academia.

O último capítulo (7) – “*Knowledge Translation* – Modelo conceitual de transformação de conhecimento gerado na pesquisa em saúde e enfermagem” explicita de forma louvável e é plausível de elogios, uma vez que traz a definição da tradução de conhecimento (*knowledge translation*); assim como diferencia “*end-of-grant*” de “*integrated knowledge translation*” (iKT), como estratégias para traduzir conhecimentos gerados em pesquisas. Por fim, descreve o modelo conceitual do conhecimento-a-ação e sua aplicabilidade em pesquisas com adolescentes, famílias e estudantes.



Ainda cabe destacar a diversidade de estratégias de análise de dados apresentadas nos estudos que compõem esta obra, chamando a atenção para a predominância das Análises de Conteúdo desenvolvidas seguindo as etapas preconizadas por Bardin (2011) e Minayo, Deslandes e Gomes (2013), as quais agregam nuances peculiares de acordo com os contextos de aplicação. Entretanto, os capítulos 2 e 6 mencionam tecnologias que auxiliam a análise de dados, a exemplo do *Implementing Microsoft Excel software for Rapfish: a technique for the rapid appraisal of fisheries status* (Kavanagh & Pitcher, 2004) e o *software webQDA* (Souza, Costa, & Souza, 2015).

Indubitavelmente o “*Handbook - Guia Prático*” traz contribuições significativas à Pesquisa Qualitativa, reafirmando o compromisso de seu principal componente norteador, ou seja, a exposição detalhada sobre os fenômenos, especificando-os quanto a sua origem e razão de ser. Portanto, traz reflexões relativas ao que o ser humano sempre buscou conhecer, por meio de explicações, observações e perguntas, ou seja, a sua realidade. Assim, a produção do conhecimento torna-se uma ferramenta que transpõe os muros da ciência, subsidiando abordagens e reflexões centradas no processo de interpretação e na diversidade dos modos de viver.

Christina César Praça Brasil e Mirna Albuquerque Frota
Ceará, Julho, 2018



REFERÊNCIAS

- Carlos, D.A.O., Magalhães, T.O. Filho, J.E.V., Silva, R.M., & Brasil, C.C.P. (2016). *Concepção e Avaliação de Tecnologia mHealth para Promoção da Saúde Vocal. RISTI, Porto, n. 19, p. 46-60.*
- Chueke, G.V., & Lima, M.C. (2012). Pesquisa Qualitativa: evolução e critérios. *Revista Espaço Acadêmico, n.128, Jan., p.63-69.*
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2006). *Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.* Porto Alegre: Artmed, p. 15-42.
- Flick, U. (2009). *Desenho da pesquisa qualitativa.* Porto Alegre: Artmed, p.164.
- Kavanagh, P., & Pitcher, T.J. (2004). Implementing Microsoft Excel software for Rapfish: a technique for the rapid appraisal of fisheries status. *Fisheries Centre Research Reports, University of British Columbia, Canada, v. 12, n. 2.*
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* 14. ed. São Paulo: Hucitec. p.269.
- Minayo, M. C. S., Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2013). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade.* 33. ed. Petrópolis: Vozes.
- Pimentel, M., & Fuks, H. (Org.). (2012). *Sistemas Colaborativos.* Rio de Janeiro: Elsevier.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. D. P. B. (2013). *Metodologia de pesquisa.* 5. ed. Alegre: Penso.
- Silva, J.R. (2017). *Tecnologia mHealth de incentivo à doação de sangue e apoio à promoção da saúde.* Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade de Fortaleza. p.140.
- Souza, D.N., Costa, A.P., & Souza, F.N. (2015). Desafio e inovação do estudo de caso com apoio das tecnologias. In *Investigação Qualitativa: Inovação, dilemas e desafios* (Volume 2) (1ª, pp 143-162). Oliveira de Azeméis - Aveiro: Ludomedia.
- Tuzzo, S. A., & Braga, C.F. (2016). O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese. *Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), Vol. 4(5), p. 140-158.*



**ESTA PÁGINA FOI DEIXADA EM BRANCO
INTENCIONALMENTE**



CAPÍTULO

1

INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE DO IDOSO INSTITUCIONALIZADO: A POTÊNCIA DA CONJUGAÇÃO DE TÉCNICAS E DE PARTICIPANTES

AUTORES

Natália de Cássia Horta¹ | nataliahorta@pucminas.br
Quesia Nayrane Ferreira² | quesiaferreira20@gmail.com
Tatiana Teixeira Barral de Lacerda¹ | tatiana.barral@yahoo.com.br
Maria Paula Andrade Rodrigues Machado¹ | mariapaularodriguesmachado@gmail.com
Marina Celly Martins Ribeiro de Souza³ | desouzam@tcnj.edu

¹PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE, BRASIL

²UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE, BRASIL

³THE COLLEGE OF NEW JERSEY, NEW JERSEY, USA

RESUMO

Este capítulo discute a potência da conjugação de variadas técnicas e de diferentes participantes em pesquisa qualitativa para a compreensão da promoção da saúde do idoso institucionalizado. Para tanto, descreve resultados parciais da pesquisa “Qualidade de Vida do Idoso Institucionalizado: Aspectos da promoção da saúde”, desenvolvida na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, entre 2014 a 2018. No estudo, composto por cinco fases, três se deram por meio da abordagem qualitativa. Dados os objetivos do estudo e o vasto perfil dos participantes, incluindo gerentes e profissionais de saúde de Instituições de Longa Permanência para Idosos; gestores públicos municipais e estaduais; e idosos institucionalizados, a utilização de diversificados métodos de coleta tornou-se essencial. A combinação de entrevistas individuais e coletivas, grupos focais e oficinas permitiu compreender o fenômeno sob diferentes perspectivas. Adicionalmente, os pesquisadores tiveram a oportunidade de estabelecer variados níveis de interação com os participantes, o que se tornou uma via dupla de aprendizado.

PALAVRAS-CHAVE:

Oficinas
 Grupo focal
 Pesquisa qualitativa
 Idoso
 Instituição de Longa Permanência para Idosos



NOTAS BIOGRÁFICAS

Natália de Cássia Horta: Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre e doutora em Enfermagem pela UFMG. Professora Adjunta da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), coordenadora do Curso de Pós-graduação em Gerontologia da PUC Minas, líder do grupo de pesquisa Processos Heurísticos e Assistenciais em Saúde e Enfermagem (PHASE) e coordenadora da pesquisa Qualidade de Vida do Idoso Institucionalizado: aspectos da promoção da saúde.

Quesia Nayrane Ferreira: Mestranda em Enfermagem pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), graduada em Enfermagem pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), membro do grupo de pesquisa Processos Heurísticos e Assistenciais em Saúde e Enfermagem (PHASE) e da pesquisa Qualidade de Vida do Idoso Institucionalizado: aspectos da promoção da saúde. Apoio Técnico na pesquisa Avaliação dos aspectos econômicos e de efetividade em Esquizofrenia na Faculdade de Farmácia da UFMG.

Tatiana Teixeira Barral de Lacerda: Graduada em fisioterapia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), mestre em Ciências da Reabilitação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Assistente do Curso de Fisioterapia da PUC Minas, membro do grupo de pesquisa Processos Heurísticos e Assistenciais em Saúde e Enfermagem (PHASE) e da pesquisa Qualidade de Vida do Idoso Institucionalizado: aspectos da promoção da saúde.

Maria Paula Andrade Rodrigues Machado: Acadêmica do 8º período de medicina da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), membro do grupo de pesquisa Processos Heurísticos e Assistenciais em Saúde e Enfermagem (PHASE) e da pesquisa Qualidade de Vida do Idoso Institucionalizado: aspectos da promoção da saúde.

Marina Celly Martins Ribeiro de Souza: Graduada, mestre e doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua como Assistant Professor no Departamento de Saúde Pública na The College of New Jersey (Estados Unidos da América), membro do grupo de pesquisa Processos Heurísticos e Assistenciais em Saúde e Enfermagem (PHASE) e da pesquisa Qualidade de Vida do Idoso Institucionalizado: aspectos da promoção da saúde.



INTRODUZINDO O TEMA: O CUIDADO DE LONGA PERMANÊNCIA AO IDOSO E AS NOVAS DEMANDAS DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA BRASILEIRA

Nas últimas décadas, o Brasil tem vivenciado o fenômeno do envelhecimento populacional decorrente da redução na taxa de natalidade e da diminuição da taxa geral de mortalidade, resultando no aumento da expectativa de vida (Camarano, Kanso, Mello, & Carvalho, 2010). Essa transição demográfica acarreta um aumento na demanda por cuidados aos idosos, expressos pelas mudanças e dilemas sociais. A partir dessa realidade, surge a necessidade de dispositivos que proporcionem cuidados de longa duração, sendo um desses as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Atualmente, o quantitativo desses dispositivos para o idoso tem crescido consideravelmente, pois acompanha o aumento crescente desta população no Brasil, atrelado à inexistência de outros espaços de cuidado de longa duração (Camarano & Barbosa, 2016). Esses serviços podem representar uma opção no cuidar seja por escolha dos idosos, da família, de intervenção do Estado ou ainda pela ausência de cuidador. Entretanto, no contexto brasileiro há dificuldades no monitoramento destes equipamentos, além da pouca regulamentação, estudos e espaços de escuta e reflexão dos profissionais inseridos nas ILPI, tornando-se este num importante campo de pesquisa.

Frente a essa realidade surge a Pesquisa “Qualidade de Vida do Idoso Institucionalizado: aspectos da promoção da saúde” com os objetivos de analisar a qualidade de vida dos idosos institucionalizados pelo mapeamento e caracterização das ILPI, compreender a direcionalidade na formulação de políticas ao idoso e conhecer as atividades promotoras da saúde ofertadas nas instituições por meio da avaliação dos idosos quanto à sua qualidade de vida. Considerando-se os interesses inicialmente estipulados e a variedade de sujeitos (idosos, profissionais e gerentes das ILPI e gestores públicos), fez-se necessário a utilização de diferentes técnicas de coleta qualitativa, a fim de compreender amplamente o fenômeno focado.

Este capítulo pretende apresentar a potência da conjugação de variadas técnicas e de diferentes participantes em pesquisa qualitativa para a compreensão da promoção da saúde do idoso institucionalizado. O capítulo traz uma apresentação inicial sobre os caminhos seguidos para delineamento do estudo, com a apresentação das etapas da pesquisa e a análise dos dados



coletados. Em seguida faz-se uma discussão sobre a riqueza da conjugação de técnicas qualitativas com os diferentes participantes, enfatizando as contribuições da entrevista, dos grupos focais e das oficinas na pesquisa.

1. OS CAMINHOS SEGUIDOS NO DELINEAMENTO DO ESTUDO

A pesquisa “Qualidade de Vida do Idoso Institucionalizado: aspectos da promoção da saúde”, descritiva-exploratória de abordagem quanti-qualitativa, foi desenvolvida na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Minas Gerais, com coleta de dados no período de 2014 a 2017 e, atualmente, segue em andamento.

Para sistematização dos achados a combinação de metodologia quantitativa e qualitativa foi a opção dos autores por considerarem que estas não se opõem, mas ao contrário, são complementares na abrangência da realidade que se busca investigar. De acordo com Minayo (2010), a diferença dessas abordagens é de natureza e não hierárquica, pois os cientistas sociais em saúde lançam mão de pesquisas estatísticas visando explicar a realidade por meio de fenômenos que produzem regularidades e, também, de explicações qualitativas que se aprofundam nos significados, uma realidade que deve ser interpretada. Para Duarte (2004), o que dá o caráter qualitativo não é, necessariamente, os recursos de que se faz uso, mas o referencial teórico/metodológico eleito para a construção do objeto de pesquisa e para a análise do material coletado no trabalho de campo.

No que tange aos aspectos éticos, vale ressaltar que este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC Minas (Parecer CAAE: 31471114.4.0000.5137) por meio da Plataforma Brasil e os participantes de todas as fases consentiram em participar com a assinatura de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido. Do mesmo modo, foram obtidas Cartas de Anuências pelas instituições antes do início do trabalho de campo. Destaca-se, ainda, que este estudo teve apoio e financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).



1.1 Etapas da pesquisa: instrumentos e participantes

Serão brevemente explicadas a seguir as cinco fases propostas e realizadas. Destas fases, três apresentaram em sua essência uma abordagem qualitativa.

A **primeira fase** constituiu-se do mapeamento e georreferenciamento das ILPI na Região Metropolitana de Belo Horizonte - Minas Gerais, com o objetivo de identificar e caracterizar as instituições no que diz respeito aos seus aspectos administrativos e assistenciais. Como resultado, foram mapeadas 170 ILPI em 22 diferentes municípios. Dessas, 156 participaram da pesquisa por meio de roteiro estruturado aplicado por contato telefônico e/ou visita *in loco*, agregando 3752 idosos. Os dados quantitativos desta etapa foram agrupados em banco de dados no Excel, utilizando-se gráficos e tabelas para a descrição dos resultados da análise.

A **segunda fase** ocorreu em 10 municípios, aqueles com duas ou mais ILPI, e na gestão Estadual, entre 2014 e 2016. Foram realizadas 36 entrevistas por meio de roteiro semiestruturado em profundidade, envolvendo 51 gestores estaduais, municipais e/ou informantes-chave, com o objetivo de compreender a direcionalidade política para a atenção e promoção da saúde do idoso. Foram elaborados três roteiros diferentes: assistência social, saúde e vigilância sanitária, com 10 a 12 perguntas que abordavam desde a estrutura do serviço e secretaria, o processo de intersectorialidade, o perfil dos idosos, o número de instituições no município e a oferta de ações promocionais da saúde para idosos independentes, dependentes e institucionalizados.

O número de entrevistas realizadas em cada município dependeu do número e tipo de serviço ou órgão governamental existente voltado para a pessoa idosa. Isso se evidenciou pela existência de secretarias com nomes diferentes, mas com o mesmo objetivo, a seguridade dos direitos da pessoa idosa, a formulação e aplicação de políticas voltadas a esse público e a oferta de serviços que promovessem atividades de esporte e lazer. Pode-se afirmar que existe também a participação de outros setores, como o esporte e a educação, em muitos dos serviços ofertados através de parcerias dentro dos municípios, de uma forma geral sem o foco das ILPI. Após esta coleta de dados nos municípios, optamos por realizar também entrevistas semi-estruturadas na Gestão Estadual (Coordenadoria Estadual de Saúde do Idoso, na Vigilância Sanitária, vinculada à Secretaria Estadual de Saúde,



Coordenadoria do idoso da Secretaria estadual de Direitos Humanos e outra na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social), de modo a permitir o aprofundamento em eixos analíticos importantes revelados nos achados das entrevistas nas gestões municipais e pela direcionalidade Estadual nas políticas municipais abordadas pelos participantes. Para esta etapa, a utilização das entrevistas individuais ou em pequenos grupos (duas a três pessoas) permitiu a manutenção do sigilo e confidencialidade. Desta forma, a maioria das entrevistas nesta etapa consistiu numa abordagem individual pelo fato de muitos desses profissionais terem cargos estratégicos. Isso aconteceu, pois a utilização de uma técnica com a presença de muitos participantes poderia gerar intimidação, comprometendo a profundidade obtida. Também quando aconteceu individualmente foi por escolha dos próprios convidados. As entrevistas foram transcritas e codificadas de modo que cada uma foi identificada pela letra E seguida de um número pela ordem de realização, e cada participante pela letra P seguida de um número pela ordem da fala durante a entrevista. A duração média das entrevistas foi de 33 minutos.

Em fevereiro de 2016 iniciou-se a **terceira fase**, que utilizou a estratégia de grupos focais com profissionais e gestores de ILPI. A técnica de grupo focal é tida como uma possibilidade de pesquisar, bem como de intervir, na medida em que permite a geração de conhecimento a partir da discussão de temáticas específicas (Gatti, 2015). Esta técnica é utilizada em pesquisa qualitativa para evidenciar sentimentos e opiniões de um grupo sobre determinado assunto. Prevê a obtenção de dados a partir de discussões cuidadosamente planejadas, nas quais os participantes expressam suas percepções, crenças, valores, atitudes e suas representações sobre uma questão específica num ambiente não constrangedor (Gatti, 2012). Para a realização de um grupo focal prevê-se a participação média de seis a 15 pessoas, variando na literatura consultada, como também a presença de um moderador para conduzir a discussão até que cheguem a um consenso ou plano conclusivo e um ou dois observadores (Gatti, 2012; Matheus & Fustinoni, 2006).

A opção por esta abordagem nesta fase se deu pela possibilidade de enriquecer os achados na captura do discurso coletivo dos participantes através das discussões em grupo. Como estratégia para otimizar a coleta desta etapa da pesquisa, os três primeiros grupos focais foram realizados juntamente com o I Seminário da Pesquisa Qualidade de Vida do Idoso Institucionalizado: Aspectos da promoção da saúde, em que se apresentaram



os resultados da primeira fase da pesquisa, funcionando como grupos focais piloto. Estes grupos contaram com um moderador e um observador e a elaboração prévia de um roteiro. Depois destes pilotos e das discussões no grupo de pesquisadores foi realizada a leitura e o estudo prévio sobre o grupo focal e uma oficina com todos os pesquisadores do grupo, com o objetivo de preparar os integrantes do grupo para a execução do grupo focal.

Na tentativa de contemplar e viabilizar o melhor acesso das 156 ILPI participantes da pesquisa, além do cumprimento das exigências da técnica em relação ao número de participantes, os grupos focais foram propostos em diferentes datas e em cinco unidades diferentes da PUC Minas, em três municípios da RMBH. Os critérios para as divisões das ILPI para convite e participação levaram em conta a proximidade ou acessibilidade das instituições até o local determinado para a realização do grupo focal. Foram realizados 10 grupos focais com 62 profissionais dos campos da saúde e social e gestores de 48 ILPI, com o objetivo de conhecer o conceito e as ações de promoção da saúde dentro das ILPI. Os grupos foram programados para os meses de abril e maio de 2016 e participaram os 21 pesquisadores, desde o convite às instituições, implementação, transcrição e, posteriormente, na análise do material empírico. Para o convite foram feitos contatos telefônicos e por e-mail, com confirmação de presença em dia anterior à realização de cada grupo. A confirmação e a apresentação das instruções para a participação foram realizadas com recurso ao envio de e-mail com três dias de antecedência à data agendada para o grupo focal e com uma ligação telefônica no dia anterior para confirmar a presença dos participantes. Também para a realização desta etapa foi elaborado um tutorial para as ligações telefônicas e para a execução do grupo, seguindo todos os critérios e rigor da técnica. Cada grupo contou com, no mínimo, um moderador e dois observadores, e teve uma duração de cerca de 90 a 120 minutos.

Além destes, foi realizado um último grupo focal, no sábado, dia 18 de junho de 2016, com o objetivo de atender à demanda oriunda das ligações telefônicas a propósito dos convites para o grupo focal, para que fosse proposto um grupo no turno da noite ou ao final de semana, fora do horário de trabalho comercial. Foram realizados os convites a todas as instituições que não participaram nos demais grupos focais, com ligações telefônicas que começaram com um mês de antecedência, e-mails com três dias de antecedência e ligações na véspera para lembrá-los e confirmar a sua presença.



O número médio de participantes nos três primeiros grupos foi de 14; nos grupos subsequentes observou-se uma média de três participantes. Cada encontro teve a duração de aproximadamente 100 minutos.

Todas as 156 ILPI foram convidadas em três momentos para participarem dos grupos focais, sendo o primeiro convite para aqueles que aconteceram durante o I Seminário da Pesquisa Qualidade de Vida do Idoso Institucionalizado: Aspectos da promoção da saúde, o segundo para os grupos realizados nas unidades da PUC Minas e o terceiro para o último grupo focal que aconteceu durante um dia de sábado. Ao todo, tivemos a participação de 42 pessoas nos grupos realizados concomitantemente ao I Seminário da Pesquisa Qualidade de Vida do Idoso Institucionalizado: Aspectos da promoção da saúde e de 20 participantes nos demais sete grupos focais, realizados no período de 15 de abril a 18 de junho de 2016. Estiveram presentes representantes de 48 instituições, sendo 32 filantrópicas e 16 instituições privadas.

Para o registro da participação dos sujeitos, foram utilizados três gravadores digitais em cada grupo focal para garantia da nitidez da voz nos áudios, que posteriormente foram transcritos. Os grupos e os participantes foram codificados; os grupos a partir da sigla GF (grupo focal) seguida de um número atribuído sequencialmente e o participante com a sigla P seguida de um número atribuído sequencialmente, conforme estavam distribuídos nas salas.

Os grupos focais iniciaram com a seguinte questão: *O que vocês pensam sobre a promoção da saúde do idoso institucionalizado?* Para manter a discussão foram utilizadas as questões de relance: *“Quais as atividades ou ações de promoção da saúde ofertadas aos idosos na instituição em que você trabalha ou gerencia? E como vocês avaliam as ações de promoção da saúde ofertadas aos idosos?”*.

A **quarta fase** objetivou dar voz ao idoso, buscando compreender como eles percebiam a sua qualidade de vida e quais os fatores que a influenciavam. Foram ouvidos 127 idosos através de uma entrevista com roteiro estruturado e instrumentos padronizados, que incluíram o WHOQOL, GDS-15, Autopercepção de saúde, entre outros. Foi também avaliada a sua capacidade funcional para realização de algumas tarefas do dia a dia, com o uso do Índice de Katz.



As entrevistas continham questões abertas e fechadas que nos ajudaram a conhecer aspectos importantes, como o motivo da institucionalização, a participação nas atividades ofertadas e o quanto as instituições permitiam aos idosos a realização de atos simples como tomar banho, escolher a hora de se alimentar ou a roupa que desejavam vestir de forma autônoma. Essas questões permitiram ainda compreender o que o idoso entendia por qualidade de vida, o que significava viver na ILPI e se considerava a mesma como sua casa.

Os instrumentos padronizados usados foram escolhidos com base na capacidade de revelarem como os idosos avaliavam a sua qualidade de vida de forma mais concreta, como percebiam a sua saúde, se apresentavam sintomas depressivos e o quanto eram independentes para realizar as suas tarefas de vida diária. Por fim, mensurou-se também a força de preensão manual, com o uso do Dinamômetro de Jamar, e a mobilidade, através do Timed Up and Go (TUG), que são duas variáveis que se relacionam fortemente com a qualidade de vida.

Um viés dessa fase, porém, do ponto de vista qualitativo foi trabalhar apenas com idosos que não apresentavam sinais de transtorno cognitivo. Esse foi um critério de inclusão na amostra desta fase, mensurado pelo Mini Exame do Estado Mental (Bertolucci, Mathias, Brucki, Carrilho, Okamoto, & Nitrini, 1994), uma ferramenta amplamente utilizada na prática clínica e em pesquisas na área gerontológica. Tradicionalmente, o público com triagem cognitiva positiva é sempre excluído dos estudos quantitativos por ser visto como incapaz de compreender os comandos e de falar sobre si mesmo.

A **quinta fase** foi composta por oficinas com diversos participantes, dentre eles gestores municipais e estaduais, gestores e profissionais das ILPI, estudiosos sobre a temática do cuidado ao idoso, a maioria participantes das fases anteriores. Dos 105 participantes do III Seminário para apresentação dos resultados de fases anteriores da pesquisa, foram 60 os que estiveram nas oficinas. Entre os participantes, seis homens e 54 mulheres, em sete oficinas realizadas concomitantemente, divididos segundo categoria profissional, natureza do trabalho com idosos e funções. Em cada sala havia um coordenador, que conduziu a oficina, e dois pesquisadores observadores, que faziam as anotações necessárias em formulário próprio para este registro. Para esta etapa foram também convidados idosos institucionalizados. No entanto, mesmo com o convite estendido a todas



as instituições os idosos não estavam presentes no momento das oficinas e, desta forma, não foi possível a participação dos mesmos. Salientamos que tivemos cinco idosos participantes no III Seminário da Pesquisa Qualidade de Vida do Idoso Institucionalizado: Aspectos da promoção da saúde, realizado no mesmo dia das oficinas, mas que, no momento do encontro, não estavam presentes.

Utilizou-se a metodologia de oficina conforme descrição de Spink, Menegon e Madrado (2014, p. 34): “Estratégia facilitadora de troca dialógica e da coconstrução de sentidos, cujos procedimentos metodológicos articulam grupos focais, estratégias de dinâmica de grupo e rodas de conversa”. Para os autores, a oficina é composta de diferentes etapas para o registro das informações sob a orientação de um coordenador e observação do relator; cadastro dos participantes, registro dos conceitos e percepções sobre o tema, apresentação da produção coletiva, gravação e registro do observador. O objetivo dessa estratégia foi promover a interação com todos os participantes da pesquisa nas diferentes fases, na busca pelo aprofundamento das práticas de promoção da saúde, idealizadas e realizadas, com os idosos institucionalizados. Buscou-se o olhar de cada participante, a partir das suas vivências nos diferentes contextos.

Esta etapa aconteceu em dois momentos. O primeiro foi durante o III Seminário da pesquisa, em que foram apresentados os resultados da fase 4, no dia 17 de novembro de 2017. Posteriormente, todos os participantes foram convidados para dar continuidade às discussões, o que aconteceu em duas oficinas concomitantes, no dia 15 de dezembro de 2017.

1.2 Análise dos dados coletados

A análise e interpretação do material empírico gerado em todas as etapas que se constituíram de estratégias qualitativas (entrevistas semi-estruturadas, grupos focais e oficinas) seguiram os passos da análise de conteúdo propostos por Bardin (2009): organização do material empírico com a transcrição dos áudios, seguido pelas leituras exaustivas buscando apreender as ideias centrais e os conteúdos relevantes. Após o estabelecimento das ideias centrais, realizou-se a leitura vertical e horizontal. A aproximação das ideias centrais deu origem aos temas. Do agrupamento dos temas emergiram as categorias e subcategorias empíricas que apresentam as determinações



e as especificidades que se expressam na realidade empírica a partir dos elementos dados pelos atores sociais (Minayo, 2007).

Para as oficinas, a análise partiu da associação de palavras do conteúdo manifesto, além da construção de mapas dialógicos, seguindo as recomendações de Spink e colaboradores (2014), com a busca de consensos e dissensos presentes e uma interpretação e reflexão construída com os participantes do estudo e não somente a partir das informações coletadas, numa etapa de intervenção na realidade. Para o alcance desta associação foram conduzidas atividades distintas durante as oficinas. Elas permitiram a imersão de diferentes pontos de vista, representações e contradições.

2. A RIQUEZA DA CONJUGAÇÃO DE TÉCNICAS QUALITATIVAS COM DIFERENTES PARTICIPANTES

No presente estudo buscamos utilizar diferentes técnicas. Abaixo o quadro sintético com as vantagens e desvantagens de cada uma delas, percebidas durante a pesquisa e que serão discutidas nos itens abaixo:

Quadro 1 - Vantagens e Desvantagens das técnicas qualitativas em pesquisa sobre qualidade de vida de idosos institucionalizados

TÉCNICA	VANTAGENS	DESvantagens
ENTREVISTAS COM ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO	<p>Contato face a face entre pesquisador e pesquisado.</p> <p>Análise em profundidade dos achados.</p> <p>Possibilidade de ser aplicada com pessoas analfabetas.</p> <p>Privacidade para a sua implementação.</p> <p>Captar a percepção dos sujeitos.</p> <p>Captar a direcionalidade política na gestão e no cuidado ao idoso.</p> <p>Compreender as dificuldades administrativas que os gestores enfrentam.</p>	<p>Gasto com treinamento para correta aplicação, em alguns casos.</p> <p>Não foram vivenciadas outras desvantagens relativas a essa técnica na pesquisa em questão, que poderiam ser:</p> <p>Falta de motivação do entrevistado.</p>



TÉCNICA	VANTAGENS	DESVANTAGENS
<p>ENTREVISTAS COM ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO</p>	<p>Possibilidade de entrevistar profissionais de diferentes setores, mas que de alguma forma se complementam (saúde/ social/ vigilâncias/ coordenadorias, etc.), o que permitiu aprofundar e correlacionar o entendimento.</p> <p>Captar a percepção quanto a morar em uma ILPI.</p> <p>Evidencia a relação de hierarquia existente nas ILPI.</p> <p>Compreensão dos diferentes significados relacionados com a promoção da saúde e da institucionalização sob diferentes perspectivas.</p>	<p>Possibilidade de falsas respostas.</p> <p>Inabilidade do entrevistador.</p> <p>Influência do entrevistador na coleta - possível comprometimento da metodologia.</p>
<p>GRUPO FOCAL</p>	<p>Possibilidade de pesquisar, bem como de intervir, na medida em que permite a geração de conhecimento a partir da discussão de temáticas específicas.</p> <p>Conduz os seus participantes a estabelecerem um pensamento crítico, permitindo maior engajamento.</p> <p>Prevenir, manter e promover a saúde e o bem-estar dos idosos e daqueles que cuidam e convivem com o seu processo de envelhecimento.</p> <p>Possibilidade de grande envolvimento dos participantes a partir de relatos detalhados acerca de suas vivências.</p> <p>Reflexão dos funcionários das ILPI sobre qual o seu papel nas ILPI e também o quanto fazem a diferença na vida dos idosos e das suas famílias.</p> <p>Relatos detalhados.</p> <p>Reflexão e crescimento dos pesquisadores.</p>	<p>Validade metodológica dos seus resultados dependente de análise grupal.</p> <p>Não foram relatadas desvantagens relativas a essa técnica na pesquisa em questão.</p>



TÉCNICA	VANTAGENS	DESVANTAGENS
OFICINAS	<p>Potencial de partilha de saberes e práticas.</p> <p>Produção de sentidos desenvolvidos em grupo que proporcionam o deslocamento de tensões e contrastes sobre fenómenos.</p> <p>Possibilidade de gerar novos posicionamentos nas relações sociais do quotidiano.</p> <p>Sistematização de palavras que remetem à ideia de promoção da saúde do idoso. Reconhecimento tanto das práticas realizadas nas ILPI quanto das idealizadas.</p> <p>Experiência rica e transformadora. Permite coleta de dados qualitativos, interação e partilha de experiências e aprendizagem.</p> <p>Ampliou a interação e a produção reflexiva, numa relação horizontal de poder entre os diferentes participantes.</p>	<p>Ausência de idosos.</p> <p>Disponibilidade de tempo e interesse dos participantes.</p>

A seguir apresentamos as contribuições de cada uma das técnicas detalhadamente.

2.1 A entrevista na pesquisa qualitativa

Percebe-se que cada técnica tem sua peculiaridade, que gera vantagens e desvantagens em relação às outras, a depender dos objetivos propostos e do perfil do público. Conforme afirmado por Minayo (2014), a entrevista com roteiro semi-estruturado é utilizada geralmente na descrição de casos individuais, na compreensão de especificidades culturais para determinados grupos e para comparabilidade de diversos casos, sendo norteadas por um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Destacam-se



aqui alguns achados da literatura sobre as vantagens da utilização de entrevistas em pesquisa qualitativas, que vão desde o contato face a face entre pesquisador e pesquisado, a análise em profundidade dos achados; a possibilidade de ser aplicada em analfabetos, bem como a privacidade para a sua implementação. Como desvantagens, têm-se: a falta de motivação do entrevistado e a possibilidade de falsas respostas, a inabilidade do entrevistador bem como a sua influência na coleta em casos de envolvimento pessoal, que podem comprometer a metodologia, além do investimento necessário para treinamento dos pesquisadores e dos custos para aplicação da técnica (Gil, 2008; Turato, 2013; Minayo, 2014).

No estudo focado, as entrevistas semiestruturadas aconteceram no local de trabalho dos participantes, pessoas chave na proposição de políticas públicas aos idosos dos municípios e estado, que requeriam maior formalidade. Essas permitiram captar a percepção dos sujeitos e a direcionalidade política na gestão e no cuidado ao idoso.

As entrevistas com os gestores nas diferentes instâncias/serviços, realizadas de modo bastante formal, permitiram de forma próxima e evidente compreender as dificuldades administrativas que estes trabalhadores enfrentam. Ansiedade, desejo de fazer mais com o pouco que se tem ou outras vezes conformismo com a máquina burocrática estatal foram evidenciadas por diversos momentos nas falas. Adicionalmente, a possibilidade de entrevistar profissionais de diferentes setores, mas que de alguma forma se complementam (saúde/social/vigilâncias/coordenadorias, etc.), permitiu aprofundar e correlacionar o nosso entendimento acerca do problema em estudo.

Por outro lado, as entrevistas com os idosos (na quarta fase) ocorreram no espaço físico das instituições, local de moradia deles e, portanto, mais informal. Essas continham questões abertas e fechadas sobre o motivo da institucionalização, o que entendiam por qualidade de vida, o que significava viver na ILPI e se consideravam a mesma como sua casa, a participação nas atividades ofertadas pelas ILPI e o quanto as instituições permitiam aos idosos escolher a hora de tomar banho e de se alimentar ou a roupa que desejavam vestir de forma autônoma. De modo geral, permitiram captar a percepção quanto a morar em uma ILPI e os sentidos atribuídos a esta como local de cuidado.

As respostas às questões/indagações apresentadas aos participantes durante as entrevistas, conforme mencionadas acima, precisam



urgente de nos fazer refletir sobre a mudança de paradigma que se anuncia, embora ainda de forma tímida, desconstruindo o imaginário social. A escuta dos idosos sobre o significado de residir em uma ILPI trouxe muito mais sentidos positivos, com destaque para palavras como família, atenção, tranquilidade e amizade. As informações coletadas por meio das entrevistas aos idosos, aliadas à aplicação de instrumentos padronizados, permitiram também perceber o quanto o zelo desmedido, traduzido pelo excesso de atividades realizadas pelo cuidador, que é produzido pelo pouco conhecimento do mesmo ou mesmo pela pressa de realizar o seu trabalho, pode ser prejudicial à independência e autonomia do idoso. A realização das entrevistas no contexto de residência dos idosos evidenciou também a relação de hierarquia que ainda existe nestas instituições. Por mais de um momento, observou-se a preocupação dos idosos em não serem ouvidos por outras pessoas, dependendo do conteúdo de suas respostas. É surpreendente ainda o quanto a apreciação/depreciação *in loco* do ambiente onde o idoso reside pode ser relacionada com as respostas dadas em algumas questões, refletindo o desafio que ainda se coloca para a promoção da saúde e qualidade de vida nas ILPI.

Neste contexto, destaca-se também o imenso aprendizado que esta modalidade de coleta de dados qualitativos (i.e., a entrevista) trouxe aos pesquisadores. Seja no contato com os gestores municipais e estaduais, profissionais e gerentes de ILPI ou com os idosos, a imersão no fenômeno ampliou de forma significativa a compreensão dos diferentes significados relacionados com a promoção da saúde e da institucionalização sob diferentes perspectivas.

2.2 O grupo focal na pesquisa qualitativa

Esta etapa caracterizou o início do nosso trabalho com os grupos, definidos como o conjunto de pessoas unidas por objetivos e/ou ideias em comum que fazem com que se reconheçam interligadas por estes. Há que se considerar que mesmo tendo objetivos em comum, cada participante tem a sua individualidade, fazendo com que o consenso do grupo se dê por meio de acordos e que conflitos e divergências fazem parte do trabalho em grupo (Afonso & Coutinho, 2003).

Há diferentes metodologias de trabalho em grupo, de acordo com o objetivo



a ser empregado. Na pesquisa em questão utilizamos o grupo focal, que pode ser compreendido como um trabalho em grupo com o objetivo de conhecer crenças, ideias e sentimentos dos participantes, principalmente em problemáticas influenciadas por aspectos sociais e culturais (Afonso & Coutinho, 2003). O grupo focal é tido como uma possibilidade de pesquisar, bem como de intervir, na medida em que permite a geração de conhecimento a partir da discussão de temáticas específicas (Gatti, 2015). Os grupos focais são um instrumento da pesquisa qualitativa que permite levantar e compreender opiniões, crenças e valores do grupo a partir de discussões focalizadas e aprofundadas por um animador (Minayo, 2014). Lopes (2014) ressalta que este instrumento pode ser usado como única estratégia de pesquisa, bem como pode ser conjugada com outras, sendo utilizada na etapa inicial da pesquisa ou na etapa final. Em nosso estudo, o grupo focal foi conjugado com outras técnicas qualitativas, de modo a permitir a compreensão em profundidade do fenômeno em estudo. Segundo Lopes (2014, p. 482) essa estratégia, por ser muito flexível, permite “compreender os processos de construção da realidade vivenciada por determinados grupos sociais assim como compreender práticas cotidianas, atitudes e comportamentos prevalentes no trabalho com alguns indivíduos que compartilham traços em comum”. Esse aspecto corrobora a importância de se ter utilizado esta estratégia na produção da pesquisa em questão. Segundo Gatti e colaboradores (2015) deve ser feito com participantes que reúnam características comuns e cujas discussões devem ser moderadas por uma pessoa. Possui uma metodologia pré-definida que deve ser respeitada para que todas as suas potencialidades sejam aproveitadas.

Spink e colaboradores (2014) ressaltam que os grupos focais apresentam discussões em torno de um tema específico e dessas discussões elaboram produções científicas. Ressel e colaboradores (2008) e Sehnem e colaboradores (2015) expõem a importância de se ter um ponto em comum entre os participantes dos grupos focais estudados, quer dizer, a importância de se estabelecer um grupo com características comuns. Isso garante o desenvolvimento de discussões mais ricas. Ressel e colaboradores (2008) destacam também que o número de participantes do grupo focal deve estar relacionado com o seu objetivo: se for o aprofundar discussões é recomendável que sejam grupos menores; se o objetivo do uso da técnica for gerar um volume de ideias é interessante que sejam estabelecidos grupos maiores.



Vieira e colaboradores (2013) e Sehen e colaboradores (2015) no que tange à preparação da atividade, apresentam as características metodológicas do grupo focal, todas elas adoptadas nesta pesquisa. São de comum acordo entre os autores questões como a importância do espaço físico e a sua distribuição, a preparação da equipe para conduzir as atividades e a seleção de roteiros semi-estruturados para guiar a atividade. Os autores ressaltam a importância de se ter um planejamento prévio para a realização dos grupos focais, como: agendamento prévio do local, preparo da sala (cadeiras, iluminação, gravadores, material utilizado), preparação dos coordenadores de cada grupo, seleção dos tópicos a serem abordados e formas de conduzir a discussão. Ressaltam ainda a importância de se realizar a discussão dispendo os participantes em círculo. Essa conformação permite uma maior comunicação visual e garante que os participantes estejam igualmente distantes entre si, o que lhes permite um campo de visão igual. Outro aspecto muito importante, que deve ser respeitado nesta estratégia de pesquisa, está relacionado com o moderador e o observador. Devem estar em lugares que permitam a comunicação não-verbal, mas sem se posicionarem lado a lado, evitando assim centralizar a atenção dos participantes. Aplicando essas prerrogativas à pesquisa aqui exposta percebe-se que esses quesitos foram efetivados.

Visando um bom desenvolvimento dos grupos focais foram distribuídos aos integrantes do grupo de pesquisa dois documentos com orientações. O primeiro expôs o local de realização de cada grupo focal, a sua data e horário, o contato responsável e a equipe selecionada para condução do grupo focal. Quanto ao local em que foram realizadas as reuniões, a pesquisa optou por salas de aulas da PUC-MG, em cinco diferentes campus: Coração Eucarístico, Barreiro, Betim, Praça da Liberdade e São Gabriel. Essa escolha garantiu aspectos fundamentais para o desenvolvimento dos grupos focais, uma vez que permitiu privacidade às discussões, facilidade de acesso, neutralidade de ambiente e conforto. Nesse documento foi discriminado ainda o material básico necessário e o convite para o grupo focal, que deveria ser enviado para as pessoas chave das ILPI.

O segundo documento tratava-se de um roteiro impresso com 12 orientações. Quanto aos aspectos relacionados à organização da sala, o roteiro especificou que as cadeiras deveriam ser dispostas em círculo em uma sala clara, com boa iluminação e local com luz solar indireta, longe da porta. Deveriam ser providenciados itens essenciais como água potável,



copo, papel, caneta, papel, pincel, fita crepe ou durex. Os ventiladores deveriam ser desligados ou, caso necessário, ligados de modo a fazerem o mínimo de ruído possível. Os três gravadores deveriam ser posicionados nos dois lados do círculo e um próximo ao observador, que deveria assegurar previamente o funcionamento dos mesmos e a existência de pilhas.

O roteiro informava também como deveriam ser guiadas as discussões e quais seriam as suas questões norteadoras. Em seu detalhamento foi indicado ao observador e ao apoiador que explicassem aos participantes a técnica do grupo focal e a sua finalidade, bem como solicitassem que os celulares ficassem desligados ou silenciados e se certificassem que, todos os que desejassem, utilizassem o banheiro previamente ao início, na intenção de se garantir o mínimo de interrupções possíveis durante a discussão dos grupos. Por fim, antes do início, o observador deveria informar que tudo seria gravado e que por isso era adequado os participantes atentarem ao seu tom de voz e que, no momento da discussão, respeitassem a vez de cada um para permitir a compreensão do áudio. No final, o roteiro instruía a iniciar a discussão com a pergunta norteadora “O que vocês pensam sobre a promoção da saúde dos idosos institucionalizados?”. Caso necessário, o moderador deveria tentar direcionar a discussão dos presentes e realizar as seguintes questões de relance: “quais as atividades ou ações de promoção da saúde ofertadas aos idosos na instituição em que vocês trabalham ou gerenciam?” e “como vocês avaliam as ações de promoção da saúde ofertadas aos idosos?”.

O roteiro estabeleceu ainda as funções específicas para o observador e para o apoiante. O observador deveria registrar com papel e caneta as manifestações não verbais dos participantes, como demonstração de ansiedade, reprovação, silenciamento, e anotar as suas percepções sobre o grupo ou sobre um ou mais participantes em especial. O apoiante, por sua vez, deveria estar com a programação dos demais grupos focais em mãos para orientar eventuais participantes que porventura se atrasassem, garantir que não houvesse interrupções ou outros contratemplos. Deveria também providenciar água e outros recursos externos e explicar aos participantes atrasados que a proposta da metodologia não permite a entrada após os “acordos grupais” já estabelecidos.

Assim, como defendem Vieira e colaboradores (2008), os grupos focais devem ser planejados com antecedência, pormenorizadamente, de modo



a garantir a sua correta execução. Nesta perspectiva, cabe ressaltar que considerando que se tratava de um grupo grande de pesquisadores envolvidos na pesquisa, realizaram-se ainda duas oficinas de simulação e alinhamento da equipe. O principal objetivo destas oficinas de simulação era garantir a uniformidade da técnica e familiarização com o método.

Toda esta preparação minuciosa se deu pelas exigências que pesquisadores da técnica propõem. Soares, Reale e Brites (2000), por exemplo, apresentam uma sistematização detalhada em seis passos sobre como se deve realizar esse método de coleta de pesquisa. As autoras defendem que se deve construir um roteiro de temas a serem discutidos; formar um grupo com representatividade; estabelecer a identificação dos participantes bem como a apresentação dos moderadores, explicitar o objetivo do grupo e solicitar permissão para gravar; providenciar um espaço para sensibilização e mobilização do grupo; realizar a discussão propriamente dita e finalizá-la por meio de síntese das conclusões e dissensos. Desta forma, o nosso objetivo era garantir que as recomendações para a realização dos grupos focais fossem incorporadas nesta pesquisa com o objetivo de alcançar os melhores resultados possíveis.

Os grupos focais trouxeram à tona desde a polissemia atribuída ao conceito de ILPI até a vivência da institucionalização e a promoção da saúde nesse contexto, englobando aspectos da subjetividade, do processo de trabalho, do isolamento profissional e de direitos. Por se tratar de uma técnica extremamente rica, as discussões permitiram nitidamente que os participantes se envolvessem e relatassem em detalhe as suas vivências. Esse aspecto pode ser percebido em diversos trechos documentados nos grupos focais, como o exposto a seguir, que se trata da fala de um dos participantes sobre a criação da instituição em que trabalhava: *“A gente era funcionária de outra instituição que veio a falir. (...) a gente trabalhava na instituição assim: minha mãe era funcionária da instituição e eu era adolescente e eu não tinha onde morar, aí eu morei na instituição junto com minha mãe e cresci e terminei de crescer junto com esses idosos. Então teve um vínculo emocional muito grande e não teve como a gente ir embora sem saber para onde eles iriam, pois eles não tinham ninguém, nenhum grau de parentesco, então minha mãe entrou pedindo a guarda deles e foram morar com a gente numa casa normal (...)”* (GF3)

Segundo Vieira e colaboradores (2008) uma das grandes vantagens da técnica



de grupos focais é que ela conduz os seus participantes a estabelecerem um pensamento crítico, estimulando maior engajamento. Esse aspecto é muito interessante para a pesquisa em questão, pois contribuiu para a reflexão dos funcionários das ILPI sobre qual o seu papel nas instituições em que trabalham e também o quanto eles fazem a diferença na vida desses idosos e das suas famílias. Em um dos grupos focais foi relatado: *“Hoje ele levou ela pra casa dele, ela passou o dia das mães. Sabe, isso pra mim foi tão bonito! Ela ficou uma semana com eles, assim a visão dele hoje é outra. Então ele agradece mesmo ele fala: “êê Xx, minha mãe é muito difícil, você me ajudou tanto”. Então eu penso que valeu a pena fazer esse trabalho de buscar mesmo pela família.”* (GF1)

Além disso, Gatti e colaboradores (2015) ressaltam que essa técnica pode contribuir para prevenir, manter e promover a saúde e o bem-estar dos idosos e daqueles que cuidam e convivem com o seu processo de envelhecimento. Durante a realização dos grupos focais foi compartilhado como os profissionais tentam oferecer aos idosos das suas instituições melhorias em sua qualidade de vida. *“Mas a nossa busca é muito grande para dar uma situação, deixar um idoso com saúde estabilizada com a qualidade de vida a gente tenta ao máximo”* (GF2).

Apesar de esse instrumento ser extremamente valioso, Gondim (2003) ressalta que a validade de seus resultados é um desafio metodológico, uma vez que são dependentes de uma análise de resultados grupal. Neste sentido, cabe ressaltar que, de fato esta, foi uma grande dificuldade na interpretação dos resultados dos grupos focais. A grande diversidade de participantes, as variadas experiências e realidades e, sobretudo, a ampla gama de diferentes características de cada tipo de ILPI (privadas, de alto luxo, filantrópicas com ou sem auxílio governamental, de caráter religioso), tornaram as reflexões ricas, variadas e, ao mesmo tempo, desafiadoras. Apesar de os participantes comungarem de semelhantes desafios, foi possível verificar que utilizam diferentes estratégias para garantir ações promocionais de acordo com os recursos que têm disponíveis. Percebeu-se, entre os participantes, um extremo sentimento de solidariedade. Pelo fato de muitos já se conhecerem pessoalmente ou por telefone em decorrência de situações diversas, o grupo focal foi extremamente rico como um espaço de aprendizado do que ‘se pode fazer com o pouco que se tem’. Experiências compartilhadas, adaptações realizadas e estratégias exitosas ou fracassos vivenciados foram descritos e serviram como aprendizado para todos. Nestas descrições, emoções vieram



à tona, lágrimas entre os participantes e pesquisadores, histórias tristes e comoventes, e relatos de superação rechearam os grupos focais.

Do ponto de vista dos pesquisadores, os grupos focais foram de amplo crescimento. A oportunidade de ouvir das pessoas que estão cotidianamente prestando cuidado aos idosos sobre como se organizam para driblar os infinitos percalços foi de extremo valor como pesquisadores e também como indivíduos.

2.3 Oficinas: o processo de construção e implementação desta técnica de pesquisa

Esta etapa consolidou-se como uma síntese do estudo, reunindo todos os sujeitos envolvidos na pesquisa, incluindo os participantes do III Seminário da Pesquisa Qualidade de vida do Idoso Institucionalizado: Aspectos da promoção da saúde (idosos, profissionais, gestores, familiares e pesquisadores), com o propósito de traçar intervenções necessárias nesta realidade objetiva: a promoção da saúde do idoso institucionalizado.

A proposta inicial para esta fase era a realização de grupos focais, mas, retomando os objetivos, propôs-se uma nova abordagem de coleta de dados. Após extensiva pesquisa, leitura e discussão entre os pesquisadores, optou-se pela utilização de oficinas como estratégia de coleta. A escolha justifica-se pelo seu potencial de compartilhamento de saberes e práticas e pela produção de sentidos desenvolvidos em grupo que proporcionam o deslocamento de tensões e contrastes sobre fenômenos à sua volta, gerando novos posicionamentos nas relações sociais do cotidiano (Spink et al., 2014). Esses efeitos se dão por meio da interação e compartilhamento de experiências que potencializam os resultados obtidos numa pesquisa (Campos, Miranda, Gama, Ferrer, Diaz, Gonçalves, & Trapé, 2010).

A oficina tem sido usada em muitas áreas como saúde, educação e ações comunitárias e outros contextos de busca de transformação social por meio de formas participativas. O potencial político se articula a uma riqueza de técnicas como estratégias discursivas e lúdicas. Apesar da riqueza da estratégia de reflexão das oficinas, elas ainda são pouco utilizadas nas pesquisas (Spink et al., 2014). Desta forma, partimos do conceito de oficina como um trabalho com grupos, independente da quantidade de encontros com foco em uma questão central que o grupo se propõe a elaborar sem se restringir a uma reflexão racional, mas envolvendo os sujeitos em suas formas de pensar, sentir e agir,



em determinado contexto social (Afonso, 2003).

Ainda de acordo com Afonso (2003), a técnica de oficina é fundamentada teoricamente na articulação das ideias de diferentes autores em sua proposta de intervenção psicossocial que abrange três dimensões: psicossocial pelas ideias de Lewin e da psicossociologia; a psicodinâmica por Freud, Bion, Foulkes e Pichon-Rivière (este com a teoria de grupo operativo); e a educativa por meio da pedagogia da autonomia, de Paulo Freire.

Para Lewin o grupo é um “campo de forças”, com forças de integração e de dispersão, cuja dinâmica resulta da interação dos participantes dentro de um contexto. É um conjunto de relações em constante movimento pelas dinâmicas internas (relações internas como a forma de comunicação e organização) e externas (relação que o grupo mantém com o seu contexto, pressões institucionais). Também tem o papel do coordenador, de liderança do grupo, que precisa ser democrático, que escolhe com o grupo, facilitando a reflexão e o processo de mudança (Afonso, 2003). Para Freud, há uma identificação dos membros com o líder ou com o ideal, que permite que os participantes adotem uma identidade grupal. Mas a identificação é um processo ambivalente, ou seja, o elo também pode ser fonte de dispersão. Bion, Foulkes e Pichon-Rivière, cada um com sua contribuição, preservam os conceitos de Freud (Afonso, 2006).

O grupo tem uma vida subjetiva, relacional e emocional que precisa ser trabalhada como atividade interna, para a realização de atividades externas, se tornando um grupo de trabalho. E para ser operativo para Pichon-Rivière não basta compartilhar um objetivo ou trabalhar com um grupo de trabalho; precisa ser dinâmico, permitindo a interação, a comunicação e a criatividade reflexiva, tendo como parte da tarefa a reflexão do próprio processo grupal (Afonso, 2006). Nesta perspectiva, a condução das oficinas contemplou momentos que permitiram interação e comunicação entre os pesquisadores e participantes, exemplificado pelas dinâmicas de apresentação e aquecimento; a reflexão-crítica e propositiva como foco principal, capaz de explicitar a capacidade de invenção e de criatividade dos participantes, mesmo em contextos adversos. Tem-se ainda que o círculo de cultura de Paulo Freire tem afinidades com o grupo operativo tendo o aprendizado como processo dialógico em que os processos de comunicação e os seus entraves precisam ser objeto de análise (Afonso & Coutinho, 2003).

Ressalta-se ainda que a oficina tem uma identificação maior com o



grupo operativo, que tem por objetivos conhecer as **crenças**, ideias e sentimentos dos seus participantes visando reflexão, mudança, estimulando aprendizagens dentro da realidade enquanto realidade compartilhada no contexto sociocultural, operatividade, autonomia e mobilização dos participantes. Em outros contextos a oficina pode ser adaptada para modalidades mais educativas de grupo, sendo esta estratégia prevalente como prática de educação em saúde (Afonso & Coutinho, 2003).

Durante a construção de uma oficina há questões que precisam ser estudadas e adequadas ao contexto, pois a proposta deve ser aceite pelo grupo, nunca imposta. Para isso, a preparação da oficina no presente estudo foi dividida em quatro momentos: (1) demanda, (2) pré-análise, (3) foco e enquadre, juntos como um momento, e (4) planeamento flexível. A demanda, que não precisa vir de um pedido explícito do grupo, mas que deve se adequar à realidade do grupo e em todo o processo, está sujeita a reformulação em torno de um contrato inicial, tendo os participantes como condutores do processo. A pré-análise é necessária para a identificação da demanda, quando é preciso apropriar-se do problema a ser discutido, refletir, estudar, coletar dados e informações. No terceiro momento, o foco é o tema geral da oficina, mas em torno deste foco podem surgir na pré-análise temas geradores que ajudam a compor a oficina. Os temas geradores fazem parte da realidade dos participantes e mobilizam o grupo pela relação com as experiências, tocam em conflitos e possibilidades aguçando o desejo de participação e troca. O enquadre trata da estrutura das oficinas, número de participantes, encontros, contexto institucional, local e recursos. Por último, o planeamento flexível, em que a oficina pode ser toda planejada, mas o coordenador precisa estar ciente e preparado para acompanhar o grupo que pode gerar mudanças no planeamento inicial (Afonso, 2006).

No início da oficina é importante definir com o grupo um “contrato” das questões de sigilo e que todos podem se expressar. É interessante que cada encontro tenha pelo menos três momentos básicos (Afonso, 2006): momento inicial, intermediário e sistematização e avaliação.

Momento inicial: prepara o trabalho do dia.

Momento intermediário: envolvimento do grupo nas atividades, que pode se dividir em quatro momentos interligados de forma flexível. Primeiro, a utilização de técnicas lúdicas de sensibilização, motivação, reflexão e



comunicação. Depois a conversa e reflexão sobre os sentidos e ideias do grupo, seguida da expansão para situações do cotidiano e, por último, o compartilhamento de experiências dos participantes para esclarecimento.

Momento de sistematização e avaliação: fecha o encontro e permite que o grupo visualize a sua produção.

Como previamente mencionado, nesta etapa da pesquisa o objetivo principal era discutir e sistematizar práticas promotoras da saúde do idoso institucionalizado. Considerando as vivências das demais fases da pesquisa, era esperada uma maior participação, por isso as oficinas foram propostas durante o III Seminário de apresentação dos resultados parciais da pesquisa, por se tratar de um evento que facilitaria o deslocamento dos participantes, bem como uma maior participação. As oficinas foram propostas como um espaço para apresentação dos achados da fase anterior, além de criar o espaço para encontros e discussões em grupos. Salienta-se que a experiência de maior adesão de participantes nos grupos focais que ocorreram concomitante ao I Seminário da Pesquisa Qualidade de Vida do Idosos Institucionalizado: Aspectos da promoção da saúde reforçou a maior viabilidade e adesão dos participantes, o que nos motivou que fizéssemos as oficinas concomitantemente ao III Seminário da Pesquisa Qualidade de Vida do Idosos Institucionalizado: Aspectos da promoção da saúde.

Para isso, todos os pesquisadores se prepararam para atuarem como coordenadores ou observadores em duas oficinas piloto, além de planejarem cuidadosamente cada etapa da oficina conforme proposta na literatura adotada. Foi produzido um tutorial com o detalhamento dos cinco momentos propostos para a oficina e um formulário próprio para anotações dos observadores. Foram programadas 10 oficinas com até 20 participantes dentre os inscritos no III Seminário, divididos segundo a sua categoria profissional, a natureza do seu trabalho com idosos e as funções que desempenhavam na ILPI. A duração média proposta foi de uma hora e meia, as salas foram organizadas em semicírculos com a disposição de uma cadeira ao meio para o uso do gravador.

Apesar do planejamento descrito, algumas situações exigiram adaptações. Dos 154 participantes que estiveram presentes no Seminário, 60 foram participantes das oficinas (seis homens e 54 mulheres), em sete oficinas realizadas concomitantemente nas dependências (salas de aula) da PUC



Minas, campus Coração Eucarístico, em Belo Horizonte-MG. Destaca-se como uma limitação importante nesta etapa da pesquisa, a ausência de idosos nas oficinas. Dentre os poucos idosos que estiveram presentes no seminário, nenhum deles se mostrou interessado ou disponível para participar das oficinas. Entendemos que foi uma dificuldade comum das ILPI o deslocamento dos idosos e a sua permanência durante todo o dia na Universidade o que, do nosso ponto de vista, contribuiu para a baixa adesão deste público. Apesar disto, emergiram riquíssimas conversas e produções neste coletivo pensante.

Cada etapa desta oficina foi cuidadosamente planejada e organizada em cinco momentos:

Momento 1. Apresentação - Iniciou-se com a apresentação da pesquisa e da oficina com seus objetivos, estabelecimento do “contrato” abordando o sigilo, a autorização para gravação de áudio e explicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sua leitura e assinatura. Procedeu-se com uma dinâmica de apresentação dos participantes para propiciar a interação e estimular a participação de forma lúdica. Nesta atividade, os participantes foram divididos em duplas e tiveram dois minutos para se conhecerem com exemplos de perguntas como nome, local de trabalho, formação e motivação para estar no seminário. Em seguida, cada participante apresentou a sua dupla alternadamente ao grupo. Além disso, produziram um painel, por meio de desenhos, simbologias e discursos, utilizando papel branco, canetas e lápis coloridos, e sistematizaram as expectativas e representações sobre as apresentações feitas, compartilhadas com os demais participantes e todas elas afixadas em papel. A produção decorou as salas, que ficaram coloridas e repletas de palavras, frases e desenhos como: assistência, autonomia, cuidado, dignidade, direito, respeito, valorização, família, socialização, política, qualidade de vida, busca pelo conhecimento, interação, compartilhamento entre as próprias instituições.

Momento 2. Esta etapa baseou-se na associação de palavras, expressões e frases, que se iniciou com uma “tempestade de ideias”. Cada participante recebeu um pincel preto e uma folha de papel A4 com o seguinte enunciado: “*Promoção da saúde do idoso institucionalizado, significa...*” O coordenador explicou que este momento teria o propósito de levantar conceitos, significados, definições e concepções que o grupo tinha sobre promoção



da saúde do idoso institucionalizado. Cada participante expressou, individualmente em uma palavra, expressão ou frase, o significado da Promoção da Saúde do Idoso institucionalizado, em um tempo de aproximadamente cinco minutos. Cada participante fez a leitura de sua contribuição e repassou ao coordenador que afixou o registro em um papel craft afixado na frente da sala. O coordenador organizou as contribuições de modo a agrupar significados convergentes para melhor visualização do grupo. Após a contribuição de todos, o coordenador apresentou para o grupo a síntese intitulada: “Para esse grupo, a promoção da saúde do idoso institucionalizado significa...” seguindo da interpretação dos grandes grupos de palavras/expressões organizados. O resultado desta etapa foi novamente sistematizado pelos significados lidos, obtendo-se 183 registros categorizados em doze palavras chaves, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Distribuição de frequência e percentuais de palavras obtidas na oficina III Seminário da Pesquisa Qualidade de Vida de Idosos Institucionalizados

Palavra	Nº abs.	%
Cuidado	54	29,51
Autonomia	22	12,02
Assistência	17	9,29
Qualidade De Vida	17	9,29
Respeito	17	9,29
Direito	16	8,74
Sentimento	11	6,01
Socialização	11	6,01
Dignidade	9	4,92
Valorização	5	2,73
Família	2	1,09
Política	2	1,09
Total	183	100

Legenda: Nº abs. = Número absoluto

Cada palavra acima foi cuidadosamente analisada em etapa posterior da pesquisa. Abaixo apresentamos uma nuvem de palavras que ilustra este momento da pesquisa:



práticas, cada grupo, em consenso, selecionou uma delas para ser discutida profundamente no momento seguinte.

Momento 4. Detalhamento da prática de promoção da saúde definida pelo grupo. Para esta etapa, o coordenador especificou a prática selecionada com a contribuição de todos os participantes da oficina. Para isso, o registro foi realizado em um novo craft com o nome da prática e da discussão do grupo emergiu a descrição da prática, de modo a permitir que a mesma fosse implementada em diferentes ILPI. Ressalta-se que muitas das falas se traduziram em relatos de experiências dos participantes refletindo coletivamente sobre a motivação da escolha, do seu potencial para a promoção da saúde do idoso e das suas possibilidades. As práticas levantadas foram de diferentes âmbitos, desde a melhoria da qualificação profissional na ILPI, o atendimento multiprofissional com ênfase na valorização, no respeito à individualidade e autonomia do idoso, até à terapia facilitada com animais, o estímulo ao protagonismo e autonomia do idoso, discutida na maioria das oficinas. As discussões giraram em torno do detalhamento destas práticas e, mais que isso, de como operacionalizá-las.

Momento 5. Buscou-se ao final realizar a avaliação da oficina. Para tanto, optou-se por uma atividade com o uso de barbante, em que cada um expressou em uma palavra ou expressão o que representou/significou para ele participar da oficina. Após a exposição individual, o participante passava o barbante para a próxima pessoa de sua escolha, permitindo a formação de uma teia. Após a contribuição de todos, o coordenador finalizou com uma reflexão acerca da importância do envolvimento de cada um, encerrando a oficina e agradecendo a participação de todos.

Do ponto de vista dos pesquisadores, a condução das oficinas pode ser resumida como um encontro rico e transformador, permitindo não apenas a coleta de dados qualitativos, mas também a interação e compartilhamento de experiências e aprendizado. Para os participantes, alguns relatos evidenciaram o significado atribuído à experiência vivenciada: *“foi colocado um espelho em nossa frente, na ILPI, para vermos o que refletimos!”*

As oficinas foram fundamentais para a sistematização final do estudo. Por meio delas foi possível ampliar a interação e a produção reflexiva, numa relação horizontal de poder entre os diferentes participantes. Elas possibilitaram um espaço mais dialógico e aberto ao pensar livre, de modo



mais problematizado pelos participantes da pesquisa, além da aquisição de conhecimentos e de trocas, capazes de gerar transformações de práticas. Neste contexto, destaca-se a importância da interação, o aprofundamento no objeto de estudo e a discussão promovida nas técnicas coletivas, em especial nas oficinas, que promovem a reflexão dos sujeitos de forma ética e política na criação de trocas simbólicas, potencializando as discussões e conflitos.

Com as oficinas pretendeu-se relacionar a direcionalidade política para o cuidado ao idoso com as ações e estratégias que ocorrem cotidianamente nas ILPI, explicitadas pelos gestores e profissionais, bem como os resultados referentes à qualidade de vida dos idosos institucionalizados participantes da pesquisa. Os resultados obtidos nas etapas qualitativas anteriores (entrevistas semi-estruturadas e grupos focais) complementaram-se aos achados das oficinas e contribuíram para a compreensão mais holística do fenômeno investigado, evidenciando a potência das diferentes estratégias utilizadas e variação de participantes. Percebeu-se que o “movimento” produzido pela conjugação de técnicas foi da aparência para a essência, com aproximações sucessivas ao objeto investigado que permitiam a captação e compreensão gradativa dos diversos participantes a cada abordagem e inclusão de diferentes participantes.

Após todas essas etapas percorridas, nasceu um produto importante da pesquisa, com grande potencial para ampliar e enriquecer a discussão realizada ao longo do estudo, a ser reinventado em cada ILPI: uma produção acadêmica intitulada: “Da pesquisa à prática: o desafio da promoção da saúde na qualidade de vida do idoso institucionalizado”. Essa produção, em forma de cartilha, descreve os resultados alcançados em cada uma das fases da pesquisa bem como avança ao sinalizar estratégias e práticas de promoção da saúde que podem ser empregadas por todos os membros da equipe envolvida no cuidado ao idoso institucionalizado. Essa produção permitirá que todo o conhecimento gerado, a partir das várias técnicas e métodos utilizados, esteja disponível a um grande número de pessoas, especialmente aquelas que não tiveram oportunidade de participar do processo construtivo que emergiu nesses múltiplos encontros. Posteriormente, a cartilha será disponibilizada em versão impressa e eletrônica para todas as ILPI e participantes da pesquisa.



Abaixo, apresentamos um quadro com as vantagens e desvantagens percebidas no presente estudo por meio da conjugação das técnicas utilizadas:

Quadro 2 - Vantagens e Desvantagens na Conjugação de Técnicas Qualitativas

	VANTAGENS	DESVANTAGENS
CONJUGAÇÃO DAS TÉCNICAS	Complementaridade dos achados.	
	Compreensão holística do fenômeno investigado.	Necessidade de equipe bem articulada e engajada com o propósito estabelecido.
	Captação e compreensão gradativa dos diferentes participantes, a cada abordagem.	Tempo de duração do estudo para articulação e aprofundamento dos achados por meio de cada técnica.
	Reflexão e possibilidades de mudança de práticas.	
	Acesso aos perfis dos participantes, ainda que fossem diferentes entre si.	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização e aplicação de variadas técnicas de coleta qualitativa com a participação de diferentes sujeitos mostrou-se extremamente relevante tendo em vista a complexidade do objeto deste estudo. Além disso, o movimento gerado pela interação das diferentes técnicas resultou em reflexão e possibilidades de mudança de práticas, o que foi extremamente potente. Percebeu-se que quanto mais interativa e reflexiva a técnica utilizada, mais geradora de dissensos, consensos e proposições foi o produto, trazendo repercussões que foram além da coleta de material empírico, tal foi o nível de implicação com os participantes. Em outras palavras, considerando o percurso das técnicas qualitativas, entrevista individual ou coletiva, grupos focais e oficinas, ficou evidente que quanto mais interação produzida (especialmente pelas oficinas), maior a riqueza no conteúdo e no material empírico analisado.

Somado a isso, a conjugação de técnicas, apesar de extremamente desafiadora, permitiu acessar, de diversos modos, os diferentes participantes



que apresentaram perfis extremamente variados. A partir da condução destes diferentes métodos, a oficina foi a abordagem que apresentou maior aproximação e interação, garantindo aos participantes e integrantes um espaço para a criatividade e inovação, necessárias na ciência crítica e transformadora da realidade social. Espera-se que as reflexões traçadas neste texto, bem como os resultados deste estudo, contribuam para a ampliação da discussão sobre as técnicas coletivas (como grupos focais e oficinas) em pesquisa qualitativa, bem como a sua utilização como estratégia de intervenção em diferentes contextos, tendo em vista o restrito número de estudos com estas técnicas no contexto brasileiro. Neste sentido, estas técnicas coletivas, combinadas ou não, podem ser aplicadas em pesquisas que desejem compreender fenômenos mais complexos, subjetivos e, sobretudo que busquem maior interação com os sujeitos. Ademais, futuros estudos podem apoiar nas publicações geradas pela presente pesquisa como experiência descrita de execução e avaliação metodológica. Conforme afirma Gatti (2015) a técnica de grupo focal pode contribuir para prevenir, manter e promover a saúde e bem-estar dos idosos e daqueles que cuidam e convivem com o seu processo de envelhecimento. O que foi produzido pela dialogicidade e interação, promovida de modo mais efetivo pelas oficinas, está além do que pode ser produzido isoladamente e com grande potência para a transformação de práticas cuidadoras. A implicação dos participantes com a temática promovida pelas oficinas foi geradora de repercussões no contexto das instituições participantes com desdobramentos importantes para a melhoria da qualidade de vida dos idosos: propósito maior deste estudo.

Um dos movimentos produzidos pela pesquisa foi a publicação de cartilha intitulada “da pesquisa à prática: o desafio da promoção da saúde na qualidade de vida do idoso institucionalizado”, com os principais achados da pesquisa e, mais que isso: com um convite aos participantes da pesquisa, tanto das instituições quanto da gestão dos municípios envolvidos, para reflexão crítica sobre os achados. Desse modo, revela-se que desenvolver a temática da promoção da saúde por meio da multiplicidade de olhares e de técnicas pode promover um movimento no sentido de formular novas bases político-sociais para as práticas de atenção, gestão e inclusive da formação em gerontologia, baseando-se no contexto em que estão inseridos, nos desafios cotidianos e nas possibilidades apontadas nesses diferentes olhares.



AGRADECIMENTOS

A pesquisa apresentada e discutida neste capítulo teve apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do auxílio à Pesquisa por meio de Edital Universal e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais por meio de bolsas de Iniciação Científica do Fundo de Incentivo à Pesquisa e do Programa de Bolsas de Iniciação Científica. Agradecemos à Pro Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação e ao Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde da PUC Minas, em que o Grupo de Pesquisa PHASE - “Processos Heurísticos e Assistenciais em Saúde e Enfermagem” está vinculado. A todos os integrantes do grupo de pesquisa PHASE que fazem deste coletivo um espaço vivo e potente para a produção do conhecimento.



REFERÊNCIAS

- Afonso, M.L. (2006) Oficinas em dinâmicas de grupo: um método de intervenção psicossocial. In M.L. Afonso (org.), *Oficinas em dinâmicas de grupo: um método de intervenção psicossocial*. São Paulo: Casa do Psicólogo (pp. 9-61).
- Afonso, M.L., & Coutinho, A. R. A. (2003) Metodologias de trabalho com grupos e sua utilização na área da saúde. In M.L. Afonso (org.), *Oficinas em dinâmicas de grupo de grupo na área da saúde*. Belo Horizonte: edições do Campo Social (pp. 39-44).
- Afonso, M.L. (2003) O trabalho com grupos na saúde: um diálogo teórico. In M.L. Afonso (org.), *Oficinas em dinâmicas de grupo de grupo na área da saúde* Belo Horizonte: edições do Campo Social (pp. 55-72).
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, LDA.
- Bertolucci, P.H.F, Mathias, S. C., Brucki, S.M.D., Carrilho, P.E.M., Okamoto, I.H., & Nitrini R. (1994) Proposta de padronização do Mini-Exame do Estado Mental (MEM): estudo piloto cooperativo (FMUSP/EPM). *Arq Neuropsiquiatr*, 52, Supl 1.
- Camarano, A.A., Kanson, S., Mello, J.L., & Carvalho, D.F. (2010). As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. In AA Camarano (org.). *Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?* Rio de Janeiro: IPEA (pp. 187-212).
- Camarano, A.A., & Barbosa, P. (2016). Instituições de Longa Permanência para Idosos no Brasil: Do que se está falando? In Alcântara, A.O., Camarano, A.A., & Giacomini, K.C. (orgs.). *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: IPEA (pp. 479-514).
- Campos, T. O. C., Miranda, L., Gama, C. A. P., Ferrer, A. L., Diaz, A. R. Gonçalves, L., & Trapé, T. L. (2010). Oficinas de construção de indicadores e dispositivos de avaliação: uma nova técnica de consenso. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 10(1), 221-241.
- Duarte, R. (2004). *Entrevistas em pesquisas qualitativas*. Curitiba: Editora UFPR.
- Gatti, B. A. (2012). *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Liber Livro.
- Gatti, A.L., Witter, C., Gil, C.A., & Vitorino, S.S. (2015). Pesquisa Qualitativa: Grupo Focal e Intervenções Psicológicas com Idosos. *Psicol. cienc. prof.*, 35(1), 20-39.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (sexta edição). São Paulo: Atlas.
- Gondin, S. M. G. (2003). Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia*, 12(24), 149-161.
- Lopes, B. E. M. (2014). Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 3(2), 482-492.
- Matheus, M.C.C., & Fustinoni, S.M. (2006). *Pesquisa Qualitativa em Enfermagem*. São Paulo; Livraria Médica Paulista Editora.



- Minayo, M.C.S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (14ª Ed). São Paulo: Hucitec.
- Ressel, L. B., Beck, C. L. C., Gualda, D. M. R., Hoffmann, I. C., Silva, R. M., & Sehnem, G. D. (2008). O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. *Texto & Contexto - Enf.*, 17(4), 779-786.
- Sehnem, G. D., Alves, C. N., Wilhelm L. A., & Ressel, L. B. (2015). Utilização do grupo focal como técnica de coleta de dados em pesquisas: relato de experiência. *Cienc. Cuid. Saúde*, 14(2), 1194-1200.
- Soares, C. B., Reale, D., & Brites C. M. (2000). Uso de grupo focal como instrumento de avaliação de programa educacional em saúde. *Rev. Esc. Enf. USP*, 34(3), 317-322.
- Spink, M. J., & Menegon, V. M. (2014). Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 32-43.
- Turato E.R. (2013). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa. Construção teórico-epistemológica: discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Vieira, C. M., Santiago, L.S., Tavares, P.C.W., Brandt, A., Negri, F., & Oliveira, M. R. M. (2013). *Aplicação da técnica de Grupo Focal em pesquisa da Rede-SANS sobre as ações de alimentação e nutrição na atenção básica em saúde*. *Cad. Saúde Colet.*, 21(4), 407-413.

EMPREGO DE MÉTODOS PARTICIPATIVOS, QUALITATIVOS E MISTOS NA PESQUISA VOLTADA PARA A GESTÃO PESQUEIRA NO BRASIL



AUTORES

Jocemar Tomasino Mendonça¹ | jocemar.mendonca@gmail.com

Paula Maria Gênova de Castro Campanha² | paulagc08@gmail.com

Ingrid Cabral Machado³ | imachado@pesca.sp.gov.br

Maria Helena Carvalho da Silva⁴ | mhc06.silva@gmail.com

¹INSTITUTO DE PESCA, CANANEIA, BRASIL

²INSTITUTO DE PESCA, SÃO PAULO, BRASIL

³INSTITUTO DE PESCA, SANTOS, BRASIL

⁴UNIFESO, RIO DE JANEIRO, BRASIL

RESUMO

A pesca é, mais que uma atividade produtiva, um modo de vida altamente dependente das condições naturais, sendo caracterizada como um sistema socioecológico, marcado pela imprevisibilidade e resiliência, típicas dos sistemas complexos. As medidas de ordenamento muitas vezes não têm atingido o seu objetivo, ou seja, não preservam os recursos pesqueiros, nem a população que nelas atuam. Objetiva-se descrever diferentes metodologias de coleta de informações pesqueiras, discutindo as implicações de sua adoção no subsídio à gestão pesqueira nacional. Para tanto são apresentadas as diferentes estratégias de monitoramento existentes no Brasil, bem como os principais métodos de coleta em prática por região geográfica e/ou bacia hidrográfica. Concluiu-se que as avaliações puramente quantitativas da maioria dos monitoramentos pesqueiros não são suficientes para traduzir as necessidades do setor. Os levantamentos/estudos com participação efetiva dos pescadores e com emprego de metodologias quali-quantitativas e/ou mistas são promissores na busca de soluções sustentáveis para a gestão pesqueira.

PALAVRAS-CHAVE:

Pesca

Monitoramento
Pesqueiro

Metodologia

Pesquisa Pesqueira



NOTAS BIOGRÁFICAS

Jocemar Tomasino Mendonça: Graduado em Oceanografia pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (1991), mestrado em Oceanografia Biológica pela Universidade de São Paulo (1998) e doutorado em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos (2007). É pesquisador científico do Instituto de Pesca/SAA-SP, e docente do Programa de Pós-graduação em Aquicultura e Pesca, coordenador da disciplina Monitoramento e Gestão Pesqueira. Participa do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Espécies Ameaçadas de extinção. Participou do Plano de gestão do caranguejo-uçá de São Paulo, e coordena o Projeto de Monitoramento da atividade pesqueira do litoral sul e consultor do monitoramento do litoral do Paraná.

Paula Maria Gênova de Castro Campanha: Graduada em Engenharia de Pesca pela Universidade Federal do Ceará (1978), mestrado em Oceanografia Biológica pela Universidade de São Paulo (1989) e doutorado pelo mesma Universidade (2000). É pesquisador científico do Instituto de Pesca/SAA-SP, e docente-colaborador do Programa de Pós-graduação em Aquicultura e Pesca, coordenando as disciplinas Métodos Aplicados ao Estudo da Pesca Continental e Tópicos Especiais. É membro do Comitê de Pós-graduação - Área de concentração: Pesca. Participa do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Espécies Ameaçadas de extinção. Coordena o Projeto de Monitoramento Pesqueiro/ictiofauna no reservatório de Três Irmãos. Tem experiência na área de Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca.

Ingrid Cabral Machado: Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Viçosa (1990) e cursou o mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos na mesma universidade (1995). Concluiu o Doutorado em Ciências na Universidade Federal de São Carlos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, em maio de 2009, desenvolvendo tese na área de Ecologia Humana. Participou do Plano de gestão da comunidade de Mandira, litoral sul. Colabora na disciplina Ecologia Humana do Programa de pós-graduação em Aquicultura e Pesca do Instituto de Pesca. É pesquisadora científica do Instituto de Pesca, atuando nas áreas de ecologia humana e gestão pesqueira.

Maria Helena Carvalho da Silva: Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Santa Úrsula/USU-RJ; Mestre em Zoologia pelo Museu Nacional/Fórum de Ciência e Cultura/UFRJ; Doutorado em Oceanografia Biológica pelo Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo/USP. Experiência na Coordenação do Censo Estrutural de Aquicultura no Estado do Rio de Janeiro/ MPA/RJ (2009-2011). A partir de 2012, compõe a equipe docente do Centro Universitário da Serra dos Órgãos/ UNIFESO, situado em Teresópolis/RJ, atuando como Professora Titular no Curso de Graduação de Engenharia Ambiental e Sanitária e Ciências Biológicas; desenvolvendo estudos de “Pesquisa-Ação na área socioambiental com Comunidades do bairro Quebra-Frascos, em Teresópolis, RJ”.



INTRODUÇÃO

A pesca é a única forma de extrativismo sobre recursos animais regulamentada no Brasil, tratando-se da extração ou captura de recursos naturais aquáticos, sendo mais que uma atividade produtiva. Trata-se de um modo de vida altamente dependente das condições naturais, sendo caracterizado como um sistema socioecológico, marcado pela imprevisibilidade, resiliência e pelo comportamento “entre a ordem e o caos”, propriedades típicas dos sistemas complexos (Berkes, Colding, & Folke, 2003). Isso equivale a dizer que o equilíbrio a ser estabelecido para uma gestão sustentável da pesca é eminentemente precário e é uma atividade suscetível a impactos negativos de origens diversas, internas ou externas ao seu universo. Isso acontece porque os estoques pesqueiros são limitados e vulneráveis, o controle ao seu acesso é laborioso e ocorre em ambientes que apresentam diversas outras atividades, muitas vezes economicamente mais valorizadas, concorrendo pelo espaço e recursos.

Recursos naturais como os pesqueiros fazem parte dos *commons* - recursos de uso comum, categoria de recursos que têm como características intrínsecas a subtração, ou o caráter do uso competitivo e a dificuldade de exclusão de usuários (Kalikoski, Neto, Thé, Ruffino, & Filho, 2009). Os recursos de uso comum configuram uma lógica de utilização, historicamente compreendida como catastrófica, quando Hardin (1969) postula que o destino de tais sistemas produtivos é a exploração até ao esgotamento, em razão da prevalência do interesse individual sobre o coletivo, mas reabilitada à condição de possível gestão sustentável, a depender do regime de apropriação desses recursos.

Os regimes de apropriação dos recursos de uso comum, em geral, não são estanques nem exclusivos, sendo mais comum uma mescla de possibilidades, que vão desde o livre acesso, a propriedade estatal, a propriedade comunal, à propriedade privada (Dietz, Ostrom, & Stern, 2003). Além dos diferentes regimes de apropriação, distintas formas de gestão da pesca podem ser experimentadas, desde a ausência total de regras, estabelecimento de defesos temporais (épocas de proibição), normas baseadas no território (áreas restritas à captura), tamanhos mínimos e máximos de captura, permissão/proibição de petrechos e suas características, até a proibição completa da captura do recurso.



Os principais recursos pesqueiros mundiais encontram-se em estado de sobrepesca, fazendo com que medidas normativas desenvolvidas em processos “top-down” (Britton & Coulthard, 2013), tradicionalmente baseados em dados científicos obtidos sem a participação dos pescadores, sejam tomadas para evitar o colapso das pescarias. Essas medidas muitas vezes não atingem o seu objetivo, não preservando os recursos, com a diminuição do rendimento econômico do setor pesqueiro. Todas as possibilidades de gestão da atividade e arcabouço institucional necessário à sua efetivação como normas a serem respeitadas e fiscalizadas, demandam previamente conhecimentos aprofundados sobre a biologia e ecologia das espécies, bem como sobre a atividade pesqueira praticada, sobre os usuários dos recursos - os pescadores, notadamente a sua socioeconomia e a etnoecologia.

No Brasil, a política pesqueira é caracterizada pela instabilidade e debilidade institucional. Os órgãos responsáveis pela gestão pesqueira são alterados repetidas vezes ao longo do tempo, à mercê de interesses político-partidários e eleitoralistas, impedindo o desenvolvimento institucional cumulativo e a confiabilidade necessária para a concertação de interesses entre os envolvidos no setor. As recentes transferências da competência institucional sobre a pesca¹ são exemplos que resultam em uma atividade pesqueira sem diretrizes e perspectivas.

A atividade pesqueira no Brasil envolve, atualmente, mais de um milhão de pescadores distribuídos em todo o território nacional, gerando mais de 800 toneladas anuais de pescado, segundo dados de 2011 (MPA, 2011). Além de produzir alimentos de altíssimo valor nutricional e criar postos de trabalho que ocupam um contingente considerável de pessoas em situação de vulnerabilidade, a pesca gera postos de trabalho indiretos, em suas cadeias de processamento, comercialização, fornecimento de insumos e serviços. Diante do alarmante quadro em que a pesca se encontra na atualidade, é cabível e urgente a discussão sobre os métodos e ferramentas de pesquisa que possam agregar conhecimento, descrever e problematizar a atividade, em busca de soluções sustentáveis para a sua gestão.

1 Do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), a pesca passa para o Ministério do Abastecimento, Agricultura e Pecuária (MAPA) e, posteriormente, para o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), representado pela Secretaria de Aquicultura e Pesca, que atualmente está como uma secretaria dentro da Presidência da República, não mais liga a qualquer ministério.



Assim, o presente trabalho tem como objetivo descrever diferentes metodologias de coleta de informações pesqueiras e discutir as implicações da sua adoção no subsídio à gestão pesqueira nacional. O capítulo primeiramente apresentará diferentes estratégias de monitoramento existentes no Brasil, bem como os métodos de coletas distribuídas nas unidades federativas. Tendo esta realidade como pano de fundo, os autores discutirão as metodologias empregadas e tecerão considerações sobre a utilização de metodologias que recorrem a informações qualitativas para enriquecer, complementar ou substituir as metodologias quantitativas do monitoramento pesqueiro nacional.

1. ESTRATÉGIAS DE MONITORAMENTO DA PESCA NO BRASIL

A crise institucional e ambiental faz com que elementos básicos para uma gestão pesqueira sustentável, como a produção de informações científicas confiáveis sobre a captura, pescadores, espécies e ambientes haliêuticos (ambientes pesqueiros), sejam realizados de forma fragmentada e descontínua. Mesmo com esta descentralização governamental das informações de pesca, ainda existem, em algumas regiões, investimentos em monitoramento no litoral e porção continental, bem como trabalhos pontuais em reservatórios hidrelétricos e unidades de conservação.

A coleta e sistematização de informações científicas pesqueiras tem sido tradicionalmente feita por meio de métodos quantitativos, que apresentam vantagens como confiabilidade, precisão e acurácia, mas também muitas limitações, principalmente relacionadas com a sua aplicabilidade, a rapidez de resposta que podem proporcionar, o custo elevado para a sua obtenção, que geralmente demanda equipe e equipamentos de alto valor econômico, e as baixas perspectivas de adesão dos pescadores (Moller, Berkes, Lyver, & Kislalioglu, 2004). Tais limitações tornam-se muito importantes quando se busca o desenvolvimento de soluções práticas para a gestão dos recursos. Assim, em um número indesejavelmente alto de situações, as respostas científicas para a pesca baseadas em métodos quantitativos são entendidas como demasiado caras para serem mantidas como prioridades dos governos. Proporcionam uma resposta lenta e dependente de séries históricas, que chegam tarde demais, quando os recursos já estão colapsados e a atividade



sem viabilidade econômica ou, quando chegam em tempo, geram normas que não são plenamente acatadas, por não terem sido construídas com a participação dos pescadores.

De acordo com o Movimento dos Pescadores e Pescadoras, no Seminário de Metodologia para o Levantamento da Produção Pesqueira Artesanal, ocorrido em Salvador, no período de 23 a 26 de abril de 2013, os pescadores artesanais apontam que a metodologia utilizada tem base nos interesses de grandes empresas, o que dá um caráter superficial e pouco confiável às pesquisas, sendo que não incluem a participação dos pescadores. Indicam que a estatística pesqueira justa deve considerar toda a diversidade do mundo pesqueiro. E encontra-se aí também a pesca de subsistência, as espécies de pescado, assim como tipos e tamanhos de embarcações e pesca, apetrechos utilizados por pescadores e pescadoras e outras especificidades que fazem parte do dia a dia do trabalho pesqueiro (Dornelas, 2013).

Na construção de alternativas, muitos trabalhos científicos em todo o mundo, citados ao longo deste capítulo, pautados em referenciais teóricos sólidos, têm testado o uso de métodos participativos, qualitativos e mistos, buscando retratar as características pesqueiras regionais e apresentar um panorama da atividade de uma forma que contribua para o desenvolvimento pesqueiro e conservação dos ecossistemas. Tais iniciativas são deflagradas pelo ambiente acadêmico e de pesquisa, mas também existem iniciativas de levantamento de dados oriundas da necessidade de obtenção de informações pesqueiras por grupos de pescadores e extrativistas. Todas estas iniciativas, embora não articuladas entre si, trazem diversos benefícios locais e devem ser tomadas como exemplos significativos de uma desejável mudança de paradigma na pesquisa e na gestão pesqueira, com a admissão do uso de métodos qualitativos, e integração de saberes e ferramentas de diálogo e alternativas de análise.

2. MÉTODOS DE OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES

A última estatística pesqueira nacional apresentou informações da pesca extrativa marinha e continental nos anos de 2010 e 2011 (MPA, 2011), totalizando 803 mil toneladas em 2011, sendo 68,9% da pesca marinha e 31,1% continental (Tabela 1).



Tabela 1. Produção de pescado (toneladas) nacional e participação relativa do total da pesca extrativa marinha e continental dos anos de 2010 e 2011. Reproduzido de MPA (2011).

PESCA EXTRATIVA	2010		2011	
	Produção	%	Produção	%
Total	785.366		803.270	
Marinha	536.455	68,3	553.670	68,9
Continental	248.911	31,7	249.600	31,1

As informações da pesca neste boletim tiveram fontes distintas, desenvolvidas por diversas instituições, com metodologias de coleta variadas, mas sempre com coletas de dados quantitativos, com base nos totais por unidade da federação e espécie.

Atualmente, a estatística pesqueira nacional está acéfala, ou seja, não existe nenhuma instituição do governo federal incumbida de implantar ou desenvolver o monitoramento pesqueiro no país. Os órgãos responsáveis foram alterados repetidas vezes ao longo do tempo, não possibilitando a continuidade ou mesmo implantação de sistemas de monitoramento pesqueiro a nível nacional.

Embora exista um consenso tanto da sociedade civil, quanto do governo sobre a necessidade do monitoramento, como sendo um instrumento imprescindível para a gestão da pesca, em geral, os monitoramentos pesqueiros no Brasil são motivados por duas vertentes: monitoramentos ambientais e pesqueiros e monitoramentos de atividades pesqueiras implantados por comunidades pesqueiras. Enquanto os monitoramentos ambientais e pesqueiros são desenvolvidos por processos de licenciamento de empreendimentos de petróleo e gás, operação de portos, de hidrelétricas e termelétricas; os monitoramentos de atividades pesqueiras são implantados por comunidades pesqueiras, principalmente dentro de unidades de conservação.

O monitoramento pesqueiro é desenvolvido através de iniciativas locais, sem centralização por qualquer órgão do governo federal. Em cada unidade da federação existem ou não iniciativas locais de monitoramento, o que vem causando problemas dos mais diversos tipos, tais como: a falta de uniformização das coletas; dificuldade de sumarização da produção; periodicidade dos dados, havendo diferenças de tempo na coleta e/ou na disponibilização destes dados.



Nas regiões sudeste e sul, o monitoramento pesqueiro do litoral tem certa robustez em termos de número de registros das pescarias, havendo grande detalhamento da pesca artesanal e industrial. Este monitoramento é desenvolvido através do projeto de monitoramento da atividade pesqueira da baía de Santos (PMAP-BS), fomentado pela Petrobras, que tem em seu processo de licenciamento de petróleo e gás a obrigação de apresentar as informações da atividade pesqueira. Neste projeto, são atribuídas as instituições com experiência em monitoramento pesqueiro a desenvolver o trabalho, trazendo garantia de veracidade nas informações coletadas, e abrange o litoral dos estados do Rio de Janeiro até Santa Catarina. A metodologia de coleta empregada nestes estados é distinta, sendo que em São Paulo e Paraná tratam-se de coletas censitárias, buscando a cobertura de todas as pescarias e de todos os pescadores. No estado de Santa Catarina, o método é amostral para a pesca artesanal e censitário para a pesca industrial, sendo desenvolvido através de coletas em parcelas do setor artesanal com a posterior expansão das informações para toda a pesca artesanal. No Rio de Janeiro as coletas têm parte censitária, quando é possível disponibilizar coletores em determinados locais pesqueiros, e amostral quando os desembarques são muito dispersos (PETROBRAS, 2018).

Embora existam estes monitoramentos pesqueiros estabelecidos, outros registros de produção pesqueira são encontrados nestas regiões que, em geral, fazem parte de outros processos de licenciamentos, como de portos e dragagens. No litoral do Paraná, por exemplo, existem mais dois projetos de monitoramento pesqueiro em andamento, oriundos do processo de licenciamento do Porto de Paranaguá e dragagem do canal de acesso, segundo a Secretaria de Portos, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

No Rio Grande do Sul o monitoramento pesqueiro foi desenvolvido até 2015 pela Fundação Universidade do Rio Grande. Sua metodologia teve como base coletas amostrais conforme a metodologia de estatística de pesca desenvolvida pelo IBGE (FURG, 2016). O trabalho limitou-se aos municípios que margeiam o estuário da Lagoa dos Patos, São José do Norte, Rio Grande, Pelotas e São Lourenço do Sul.

No Espírito Santo o monitoramento é realizado pela Universidade Federal do Espírito Santo, através do Laboratório de Estatística Pesqueira do Espírito Santo (LABPESCA), disponibilizando as informações até 2011. De



forma similar ao ocorrido no estado do Paraná, o Espírito Santo também tem outros programas de monitoramento em desenvolvimento, como nos municípios de Anchieta, Belmonte, Aracruz e em Vitória. Através de processo de licenciamento de petróleo e gás, a Petrobras também financia o monitoramento pesqueiro na porção sul do estado. A CODESA (Companhia Docas do Espírito Santo) realiza levantamentos da pesca na área de entorno do porto da capital, tendo disponibilizado informações até 2015. Todos estes monitoramentos são independentes e não estão relacionados.

No litoral do Nordeste monitoramentos similares também são desenvolvidos com o fomento dos processos de licenciamento. Na Bahia é realizado o monitoramento do desembarque da atividade pesqueira em 24 comunidades, desde o município de Salvador até o município de Camamu no litoral sul, sendo também uma exigência do processo de licenciamento ambiental, como condicionante da licença de operação para o sistema de produção e escoamento de gás natural do Campo de Manati, sob a responsabilidade da Petrobras. Neste mesmo estado, outros monitoramentos são conduzidos nos municípios de Santa Cruz Cabrália e Caravelas, que também não estão relacionados com os anteriores. Na porção baixo-sul da Bahia existe o Programa de Monitoramento dos Desembarques Pesqueiros (PMDP) conduzido pela UFBA, que visa obter informações das pescarias realizadas na área de influência das atividades de pesquisa (sísmica e perfuração), de forma a identificar possíveis impactos e situações de conflito de uso na área marinha (Campos, Dapper, Diogo, Ribeiro, Fraga, & Bertoncini, 2011). A Empresa SOMA Ltda. também realiza o monitoramento da atividade pesqueira artesanal na região sul da Bahia, através de coletas amostrais em seis municípios que apresentam influência do Campo de Petróleo e gás de Manati (Teixeira, 2017).

Ainda ao longo do litoral da região nordeste, existem monitoramentos pesqueiros ligados a processos de licenciamento das plataformas de petróleo e gás nos estados de Sergipe, Rio Grande do Norte e Ceará, como o Projeto de Monitoramento Participativo do Desembarque Pesqueiro, ligado a UFSE (Sergipe), que coleta dados do rio São Francisco e norte da Bahia (Lima, Santos, Marques, Cesarina, & Soares, 2010). Além destes, outros empreendimentos de portos como o Complexo Termoelétrico Porto de Sergipe, no município de Barra dos Coqueiros (SE) (CELSE, 2017), bem como em Coruribe (AL), abrange uma área de extensão de 53 km de litoral, estando relacionado



a Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura, prefeitura de Coruripe (Calumby, Lima, Bonifácio, & Soares, 2016). No litoral de Pernambuco, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste (CEPENE) desenvolve o monitoramento da pesca costeira de pequena escala, de camboas e nos recifes de corais, que consiste na coleta de dados, com o intuito de observar possíveis transformações e tendências na atividade, e auxiliar na implementação de um sistema de ordenamento pesqueiro. No Rio Grande do Norte e Ceará o monitoramento pesqueiro ocorre de forma mais contínua através de processos de licenciamento da Petrobrás, no litoral. Nesta região, alguns trabalhos pontuais foram desenvolvidos que disponibilizam determinadas informações pesqueiras, entretanto não sendo considerados programas de monitoramento (Calado, 2010). Cabe salientar o trabalho local relevante do Projeto Pesca Solidária, patrocinado pela Petrobras, através do Programa Petrobras Socioambiental, acompanhando o desembarque pesqueiro no estuário dos rios Timonha e Ubatuba, localizado na divisa dos estados do Piauí e Ceará.

Na região norte do Brasil os monitoramentos, em geral, são ligados a processos de licenciamento de hidrelétricas na geração de energia ou sistemas de monitoramento implantado pelo estado. No Pará existem monitoramentos pontuais promovidos pelo estado como o realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), que monitora a região do mosaico Lago de Tucuruí, envolvendo mais de oito municípios, fazendo parte do programa de monitoramento do Sistema de Monitoramento de Unidades de Conservação do Mosaico do Lago de Tucuruí (Pinheiro, Santos, & Soares, 2017). Na região de Santarém está sendo desenvolvido o projeto Sistema de Monitoramento do Desembarque Pesqueiro (Simpesq), pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca (Semap), sendo uma iniciativa formada por técnicos e pesquisadores da Universidade Federal do Oeste do Pará, Colônia de Pescadores Z-20 e a ONG Sapopema.

No estado do Amazonas, o maior destaque de registro das pescarias é realizado pelo Instituto Mamirauá com seu Sistema de Monitoramento Integrado que realiza diversos tipos de acompanhamentos, inclusive o de pescado, com trabalhos nos municípios de Tefé, Santo Antônio do Içá e Fonte Boa, no rio Solimões. Neste estado ainda existem sistemas de controle da produção locais, ligados a áreas de preservação ambiental, como as Reservas



Extratvistas do Rio Unini, próximo ao rio Negro, onde os pescadores assumem o controle, bem como a fiscalização.

Em áreas continentais, encontram-se em desenvolvimento programas e projetos de monitoramento pesqueiro, sendo estes realizados, basicamente, nos diversos reservatórios brasileiros através das concessionárias hidrelétricas. Mas há iniciativas importantes realizadas por instituições públicas de pesquisa e ensino no país, tais como a Embrapa Pantanal no Mato Grosso do Sul, Universidade Estadual de Maringá-UEM/Nupélia no Paraná, que tem monitorado o reservatório de Itaipú desde 1987, bem como o Instituto de Pesca/SAA-SP, em São Paulo, com monitoramentos sistemáticos ocorridos nos períodos de 1994-2009 (Vermulm-Junior, Giamas, & Romano, 2011²), nos cursos livres e represados dos rios Paraná, Grande e Paranapanema. Durante o ano de 2001, foi realizado o mapeamento de 47 pontos de desembarque e núcleos pesqueiros nas porções média e baixa do rio Tietê (Castro, Maruyama, & Paiva, 2008), e efetivada a implantação e monitoramento da pesca neste rio (2001-2005), considerando as porções do Alto (represa Billings,) Médio (reservatórios de Barra Bonita, Bariri e Ibitinga) e baixo rio Tietê (Promissão e Nova Avanhandava e Três Irmãos) (Maruyama, Castro, & Paiva, 2009; Alves da Silva, Castro, Maruyama, & Paiva, 2009). Atualmente os rios e reservatórios do estado de São Paulo são monitorados basicamente por concessionárias de energia elétrica, de forma amostral, abrangendo alguns dos principais rios integrantes da bacia do Alto Paraná: rio Tietê (reservatórios de Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão e Nova Avanhandava), Grande, Paranapanema (Reservatórios Jurumirim, de Canoas I, II, Capivara e Chavantes), e no rio Paraná (reservatórios Porto Primavera, Ilha Solteira e Jupiá), hoje administrada por um consórcio de empresas chinesas. No Baixo Tietê o Reservatório de Três Irmãos está sob a gerência da Empresa Tijoá Participações e Investimentos desde outubro/2014, cujo monitoramento pesqueiro esteve sob a coordenação técnica do Instituto de Pesca/SAA-SP no período de 2015 a 2017.

Importa considerar que no Brasil as informações disponíveis sobre a pesca em reservatórios são geralmente incompletas e não sistemáticas, com uso de metodologias variadas e algumas vezes sem o rigor necessário

² Para acessar outros Relatórios Técnicos de monitoramento da pesca continental, consultar <http://www.pesca.sp.gov.br/publicacoes/serie-relatorios-tecnicos>



(Agostinho, Gomes, & Pelicice, 2007). Destaca-se ainda o fato de que a pesca continental não tem sido considerada de importância pelos tomadores de decisão ao longo do tempo, sendo muitas vezes tida como uma atividade pouco rentável e “predatória”. A título de exemplo, a Tabela 2 (abaixo) ilustra algumas experiências importantes de monitoramento da pesca marinha e continental, implementadas e em desenvolvimento ou finalizadas.

Um fato comum nos monitoramentos existentes é a duplicação de trabalho na mesma área, fomentado por processos de licenciamento de empreendimentos. Este tipo de ocorrência, comum em locais próximos a grandes empreendimentos, beira o absurdo e é totalmente improdutivo e prejudicial na busca de melhores informações, pois desencadeia um grande descrédito no setor pesqueiro.

3. AVALIAÇÃO DAS METODOLOGIAS

No monitoramento pesqueiro tradicional as coletas de informações, em geral, ocorrem de forma censitária ou amostral, sendo estritamente quantitativas. Em São Paulo o monitoramento é realizado de forma censitária para a pesca marinha e amostral na pesca continental. Na primeira, busca registrar diariamente todas as pescarias. Em coletas amostrais é necessário desenvolver uma metodologia que consiste na coleta de amostras mensais ou diárias em localidades pesqueiras e de pescadores, com a posterior expansão estatística dos resultados de produção e esforço para a totalidade de pescadores em atividade, como atualmente é desenvolvido no estado de Santa Catarina e Rio de Janeiro. Independente da forma do monitoramento, as informações são, em geral estritamente quantitativas, não abrangendo aspectos do dia-a-dia dos pescadores, bem menos as decisões do setor sobre a atividade.

Jankowky, Mendonça e Morroni (2017) apresentaram alguns métodos de coleta no litoral dos estados de São Paulo e Paraná, resumidas a seguir:

1. Entrevistas diretas com os pescadores: quando o pescador é entrevistado durante o desembarque. Esta estratégia é a mais utilizada nos monitoramentos do Brasil;
2. Registro pelos pontos de escoamento: o recolhimento dos dados é realizado em locais de venda do pescado;

3. Autoregistro: o pescador registra suas informações da pescaria;
4. Entrevista na comunidade: a entrevista com o pescador é realizada na comunidade pesqueira, em geral fazendo o recordatório das pescarias nos últimos 7 dias.



No monitoramento quantitativo observa-se que existe uma grande riqueza de informações, respondendo a diversas questões da atividade pesqueira. Mas tem como risco justamente o apontado pelos próprios pescadores, ou seja, a adesão do setor pesqueiro no repasse destas informações, dificultando a implementação e a condução da gestão pesqueira. Este monitoramento além de ter limites, também tende a ser muito custoso, com valores médios para o estado de São Paulo próximo a 73,3 mil dólares por município anualmente (Miranda, Kinas, Moreira, Namora, & Carneiro, 2016). Independente do mérito, geralmente o poder público não tem interesse em disponibilizar estes valores financeiros para manter um banco de dados sobre a pesca, seja em nível municipal, estadual ou federal.

Os métodos aplicados nestes monitoramentos acima visam o registro de dados de produção totais e por espécie, mas de forma quantitativa, não considerando, na maioria das vezes, aspectos intrínsecos dos pescadores, como apontado pelos pescadores em 2013 (Dornelas, 2013). Visando sanar as questões limitantes dos métodos quantitativos, tais como aplicabilidade, rapidez da resposta, custo elevado para o seu desenvolvimento e baixas perspectivas de adesão dos pescadores, outros instrumentos metodológicos podem ser empregados.



Tabela 2. Experiências de monitoramento pesqueiro no litoral brasileiro e áreas continentais.

BACIA/ REGIÃO	LOCAL	INSTITUIÇÃO/ FONTE	GERÊNCIA	CARACTERÍSTICAS	PERÍODO	METODOLOGIA/ TIPO DE DADOS	FREQUÊNCIA DE COLETA
Litoral sul	Litoral - Rio Grande do Sul	FURG - Fundação Universidade do Rio Grande	Acadêmica	pesca artesanal e industrial profissional	2012-2015	Amostragem em núcleos pré-determinados	Contínua, diária
	Litoral - Santa Catarina	UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí	Privada	pesca artesanal e industrial profissional	em atuação	Amostragem em núcleos pré-determinados	Contínua, diária
	Litoral - Paraná	FUNDEPAG - Fundação de Desenvolvimento do Agronegócio	Privada	pesca artesanal profissional	em atuação	Censitário, autoregistro, entrevistas nos desembarques e em comunidades, coletas em pontos de escoamento	Contínua, diária
		CIA Ambiental	Privada	pesca artesanal profissional	em atuação	Amostragem em núcleos pré-determinados	Contínua, diária
Litoral sudeste	Litoral - São Paulo	Instituto de Pesca	Governamental	pesca artesanal e industrial profissional	em atuação	Censitário, autoregistro, entrevistas nos desembarques e em comunidades, coletas em pontos de escoamento	Contínua, diária
	Litoral - Rio de Janeiro	FIPERJ - Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro	Governamental	pesca artesanal e industrial profissional	em atuação	Misto - amostral e censitário	Contínua, diária
		Prefeitura de Angra dos Reis	Governamental	pesca artesanal e industrial profissional	em atuação	Censitário, entrevistas nos desembarques	Contínua, diária
	Litoral - Espírito Santo	Universidade Federal do Espírito Santo	Acadêmica	pesca artesanal e industrial profissional		Amostragem em núcleos pré-determinados	Contínua, diária
		CTA Meio Ambiente	Privada	pesca artesanal e industrial profissional	em atuação	Censitário, entrevistas nos desembarques	Contínua, diária
		CODESA	Governamental	pesca artesanal e industrial profissional	até 2015	Amostragem em núcleos pré-determinados	Contínua, diária
Litoral nordeste	Litoral - Bahia	Mott MacDonald	Privada	pesca artesanal profissional	em atuação	Amostragem em núcleos pré-determinados	Contínua, diária
		UFBA - Universidade Federal da Bahia	Acadêmica	pesca artesanal profissional	até 2011	Amostragem em núcleos pré-determinados	Contínua, diária
		SOMA Ltda.	Privada	pesca artesanal profissional	em atuação	Amostragem em núcleos pré-determinados	Contínua, diária
	Litoral - Sergipe / Alagoas	UFSE - Universidade Federal do Sergipe	Acadêmica	pesca artesanal profissional	em atuação	Amostragem em núcleos pré-determinados	Contínua, diária
	Litoral - Sergipe	CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe	Privada	pesca artesanal profissional	em atuação	Amostragem em núcleos pré-determinados	Semestral
	Litoral - Alagoas	Prefeitura de Coruripe/AL	Governamental	pesca artesanal profissional	em atuação	Censitário, entrevistas nos desembarques	Contínua, diária
	Litoral - Pernambuco	CEPENE - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste	Governamental	pesca artesanal profissional	em atuação	Amostragem em núcleos pré-determinados	Contínua, diária
	Litoral - Paraíba	UFPR - Universidade Federal da Paraíba	Acadêmica	pesca artesanal profissional	2009 - 2010	Amostragem em núcleos pré-determinados	Mensal
	Litoral - Rio Grande do Norte	UFPR - Universidade Federal da Paraíba	Acadêmica	pesca artesanal profissional	2009 - 2010	Amostragem em núcleos pré-determinados	Bimensal
	Litoral - Ceará / Piauí	Comissão Ilha Ativa - Projeto Pesca Solidária	Privada	pesca artesanal profissional	em atuação	Censitário em dois municípios	Contínua, diária
	Litoral - Maranhão	Nenhum monitoramento identificado					



Tabela 2. Experiências de monitoramento pesqueiro no litoral brasileiro e áreas continentais (Continuação).

BACIA/REGIÃO	LOCAL	INSTITUIÇÃO/FONTE	GERÊNCIA	CARACTERÍSTICAS	PERÍODO	METODOLOGIA/ TIPO DE DADOS	FREQUÊNCIA DE COLETA
Litoral norte	Litoral - Pará	Ideflor-bio - Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará	Governamental	pesca artesanal profissional	em atuação	Censitário, entrevistas nos desembarques	Contínua, diária
	Litoral - Amapá	Nenhum monitoramento identificado					
Paraguai/ Pantanal	Rio Paraguai	Embrapa Pantanal	Governamental	artesanal e amadora/esportiva e de isca	em atuação	Autoregistro, formulário de pesca, entrevista	Contínua, diária
		SEMA- Sec.do Meio Ambiente/MT	Governamental	artesanal e amadora	em atuação	Dados quantitativos e mistos	Contínua, diária
		UFMS - Univ. Federal Mato Grosso	Acadêmica	artesanal e amadora	em atuação	Dados quantitativos e entrevistas	Pontual
		PM Ambiental/ MT	Governamental	amadora/esportiva	em atuação	Dados quantitativos e mistos	Contínua, diária
Alto Paraná (SUL)	Paraná/ Itaipu	UEM/Nupélia	Acadêmica	amadora/esportiva	desde 2001	Torneio de Pesca (Censo)/dados quantitativos	Pontual nos torneios de pesca
		Itaipu Binacional	Privada	pesca artesanal profissional	desde 1986	Autoregistro, entrevista na comunidade, dados quantitativos e misto	Contínua, diária/mensal
Alto Paraná (SE)	São Paulo - Res. de Três Irmãos	CESP	Privada	pesca artesanal profissional	1991(?) - 2014	Autoregistro (amostra)/dados quantitativos	Contínua, diária/ bimestral (c/ interrupções)
	São Paulo - Tietê	AES-Tietê	Privada	pesca artesanal profissional		Autoregistro (amostra)/dados quantitativos	Contínua/ diária/bimestral
	São Paulo - Tietê (Três Irmãos)	Tijóá Participações e Investimentos	Privada	pesca artesanal profissional e subsistência	a partir de 2015	Censo dos pontos/ núcleos pesqueiros	Contínua, diária/mensal/ Trimestral
	São Paulo - Rio Grande (Res. Agua Vermelha)	AES-Tietê	Privada	pesca artesanal profissional	em atuação	Autoregistro (amostra)/dados quantitativos	Contínua (c/ interrupções)
	São Paulo - Rio Mogi-Guaçu	AES-Tietê	Privada	pesca experimental (científica)	em atuação		Sem monitoramento
	São Paulo - Rio Pardo	AES-Tietê	Privada	pesca experimental (científica)	em atuação		Sem monitoramento
	São Paulo - rios Paraná, Grande e Paranapanema	Instituto de Pesca	Governamental	pesca artesanal profissional	1994-2009	Autoregistro (amostra)/dados quantitativos	Contínua/ diária/bimestral
Alto Paraná	São Paulo - Represa Billings	Minte-Vera & Petreire, 2000	Governamental	pesca artesanal profissional	1996-1997	Autoregistro, entrevista, dados quali/quantitativos	Pontual/diária/ mensal
	São Paulo - Represa Billings	Instituto de Pesca	Governamental	pesca artesanal profissional	2005-2007	Censo, autoregistro, entrevista na comunidade, dados sociais e econômicos/quali/ quantitativos	Pontual/diária/ bimestral
	São Paulo - Res. Barra Bonita e Jurumirim	Novaes, 2008	Governamental	pesca artesanal profissional	2006-2007	Registro de desembarques quinzenais/ entrevista Amostragem em núcleos pré-determinados	Pontual/ quinzenal
	São Paulo - Rio Tietê	Instituto de Pesca	Governamental	pesca artesanal profissional	2001-2005	Censo estrutural, autoregistro/ entrevista na comunidade, dados sociais e econômicos/quali/ quantitativos	Contínuo/ bimestral
	São Paulo - Rio Paraná	CESP	Privada	pesca artesanal profissional	até 2014	Autoregistro (amostra)	Contínuo/ bimestral
	São Paulo - Rio Tietê	AES-TIETÊ	Privada	pesca artesanal profissional	em atuação	Autoregistro (amostra)	Contínuo/ bimestral
	São Paulo - Rio Paranapanema	DUKE-Energy	Privada	pesca artesanal profissional	em atuação	Autoregistro (amostra)	Pontual
	São Paulo - Médio Tietê	David et al, 2016	Governamental	pesca artesanal profissional	2008/2009	Amostragem em núcleos pré-determinados	Pontual/mensal



Tabela 2. Experiências de monitoramento pesqueiro no litoral brasileiro e áreas continentais (Continuação).

BACIA/REGIÃO	LOCAL	INSTITUIÇÃO/FONTE	GERÊNCIA	CARACTERÍSTICAS	PERÍODO	METODOLOGIA/ TIPO DE DADOS	FREQUÊNCIA DE COLETA
Amazônica (PA/AM)	Lago de Tucuruí	IDEFLOR-BIO/ GREENTECH/ UFRA	Governmental	pesca artesanal profissional	em atuação	Censo dos desembarques	Contínua
Amazônica (PA e AM) (Áreas alagáveis)	Unid. Conservação Federal	Universidades, Empresas hidroelétricas ONGs, Sec. Pesca, IBAMA, outros	Diversos	pesca artesanal profissional	em atuação	Autoregistro/ Amostragem Censo (Rebio Uatumã/UHE Balbina - tucunaré)	Pontual
Amazônica (AM)	Reserva Mamirauá	ONG InstitutoMamirauá	Privada	pesca artesanal profissional	em atuação	Censo dos desembarques	Contínua
Pará	Santarém	Prefeitura de Santarém - SEMAP	Governmental	pesca artesanal profissional	em atuação	Censitário, entrevistas nos desembarques	Contínua, diária
Estados do Nordeste	Reservatórios	DNOCS, CODEVASF, CHESF/Fed. Pescadores Bahia e Bahia Pesca S/A	Governmental e privada	pesca artesanal profissional	até 2007	ESTATPesca (censo estrutural) / desemb. pesqueiros	Contínuo/ Amostragem
Araguaia/ Tocantins	Reservatórios do rio Tocantins	Não há um programa de monitoramento					Não há um programa de monitoramento

Dentre as ferramentas e os métodos qualitativos e mistos que têm sido empregados na pesca, podemos destacar: os métodos clássicos das ciências sociais, como entrevistas semi-estruturadas e abertas, história oral, história de vida, linha do tempo, observação participante, grupo focal, etc. (Amorozo, Ming, & Silva, 2002); o autoregistro e o monitoramento comunitário/participativo (Constantino, Buening, Silvius, Danielsen, & Poulsen, 2015), o uso do Conhecimento Ecológico Local e Conhecimento Ecológico Tradicional (Shackeroff, Campbell, & Crowder, 2011), a Pesquisa-Ação (Thiollent & Silva, 2007), o indicador de sustentabilidade Rapfish (Pitcher, Lam, Ainsworth, Martindale, Nakamura, Perry, & Ward, 2013), os indicadores de qualidade de vida e condições para se viver IQV/IQCV (Machado & Piccolo, 2018), a dinâmica World Café (Brown, 2001), etc. Muitos autores defendem que o uso de tais métodos e ferramentas, longe de redundar em perda de acurácia e rigor científicos e ao contrário de ser dicotômico em relação ao uso de métodos quantitativos, permite a abrangência de dados e informações não alcançadas pelos segundos, de maneira a exercer uma função de complementação, colaboração, compartilhamento e democratização do acesso aos processos de decisão.

Mas os métodos qualitativos também têm suas limitações e características para sua aplicação. Quanto mais complexo o fenômeno a ser estudado,



maior deverá ser o esforço para se chegar a uma quantificação adequada, em parte porque algumas atividades são inerentemente difíceis de serem mensuradas e quantificadas e, em parte, porque, até o presente momento, descrições matemáticas excessivamente complicadas são extremamente intratáveis, do ponto de vista de solução, para que tenham algum valor prático (Minayo & Sanches, 1993).

Weber (1970) afirmou que cabe às ciências sociais a compreensão do significado da ação humana, e não apenas a descrição dos comportamentos, e Thomas (1970) colocou que é essencial, no estudo dos seres humanos, descobrir como eles definem as situações nas quais se encontram, porque “se eles definem situações como reais, elas são reais em suas consequências” (Thomas, 1970, p. 246). Estas posições tornaram-se hoje um axioma da investigação dos “objetos” sociais. A compreensão de que os seres humanos respondem a estímulos externos de maneira seletiva e que esta seleção pode ser influenciada pela interpretação de situações e acontecimentos, passou a complicar o raciocínio sobre a cientificidade enquanto modelo já construído (Minayo & Sanches, 1993). Tais manifestações deram legitimidade às abordagens qualitativas que foram, desde a década de 1970, sendo aperfeiçoadas para estudos dos problemas humanos e sociais.

A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas. Estes conceitos podem ser aplicados em todas as áreas sociais, inclusive na pesca. Entre estas abordagens separamos três tipos de métodos a seguir, descritos abaixo.

3.1 Métodos das ciências sociais e Ecologia Humana

A ecologia humana em seus diferentes temas (cultural, etnobiológica, sociológica, modelos de subsistência, transmissão cultural e ecologia aplicada) tem em comum em suas análises uma base ecológica com forte conteúdo biológico. Para entender a relação do Homem com a natureza é necessário conhecer ambos, e os conceitos e os modelos analíticos de ecologia são uma contribuição para o entendimento da natureza e sua relação entre as populações humanas. Embora seja muito discutida, a ecologia humana tem



como característica estudar a “relação do Homem com o ambiente” (Begossi, 1993, p. 122), incluindo fatores econômicos, sociais, psicológicos. A ecologia humana tem objetivos e metodologias específicos e que incluem entender o comportamento humano sob variáveis ambientais (Begossi, 1993).

Os métodos das ciências sociais são amplamente utilizados em trabalhos de ecologia humana, com aplicação de entrevistas com as mais diversas finalidades e estratégias. De acordo com Demo (1985) existem, resumidamente, alguns pressupostos para aplicação dos métodos: a racionalidade do Homem (sujeito das ciências sociais); o objeto do estudo ser histórico, bem como o fato do Homem ter uma consciência histórica; o sujeito e objeto de pesquisa terem uma identidade mútua, sendo o objeto das ciências sociais intrinsecamente ideológico, com imbricação entre teoria e prática (práxis). Estas características implicam diferenças importantes entre as ciências biológicas e sociais, não devendo misturar-se as metodologias. As principais mudanças verificam-se na aplicação das regras e metodologias para fenômenos sociais, não sendo possível a utilização das mesmas metodologias para análise de fenômenos qualitativos (bem-estar, atitudes, tomadas de decisão do pescador, etc.) através de instrumentos quantitativos (Richardson, 2008). Embora este autor indique que não se deva misturar as metodologias, os métodos podem ser utilizados conjuntamente nos trabalhos, desde que as análises sejam complementares.

Avaliações puramente quantitativas como se observa nos monitoramentos distribuídos em todo o território nacional não são suficientes para traduzir as reais necessidades do setor pesqueiro e nem sempre mostram a realidade da dinâmica pesqueira. Devido à busca de informações de forma mais adequada à realidade dos pescadores, principalmente artesanais, vários trabalhos na área de ecologia humana foram desenvolvidos, muitas vezes sendo substitutos dos monitoramentos clássicos que inexistem em diversas regiões do Brasil. Ramos (2008) fez uma análise da sustentabilidade da pesca no município de Guimarães (MA) através de entrevistas semi-estruturadas, retratando os aspectos das dimensões da sustentabilidade e os conhecimentos advindos das interações ictiológicas, em um local onde não foi encontrado nenhum sistema de monitoramento pesqueiro ativo. Tomando como exemplo esse trabalho, observa-se que os resultados foram importantíssimos para a gestão, com dados de estimativas de produção por espécie e total, estratégias de captura, bem como prognósticos sobre o desenvolvimento da atividade no município.



Quinamo (2016) fez o levantamento dos pescadores artesanais de Itapissuma, na costa de Itamaracá (PE), que caracteriza a pesca artesanal na região através da aplicação de entrevistas junto ao setor, buscando diagnosticar a dinâmica pesqueira. De forma similar, Oliveira (2009) descreveu a pesca em duas importantes praias do município de João Pessoa, buscando trazer subsídios para a gestão pesqueira na área de estudo. Vasconcelos, Lins, Matos, Júnior e Tavares (2003) no litoral de Rio Grande do Norte buscaram traçar o perfil do pescador, a fim de obter subsídios para criar planos de incentivo e desenvolvimento do setor, auxiliando na gestão da atividade.

Em outras regiões encontramos trabalhos qualitativos de igual profundidade, com o uso de entrevistas semi-estruturadas, observação direta, entre outras estratégias junto ao setor pesqueiro como de Caldeira e Pierri (2014), que buscaram demonstrar a influência das dinâmicas econômicas no comportamento dos pescadores no litoral do Paraná. Análises do meio de vida dos pescadores em determinados locais, como na Lagoa do Peixe (RS), a qual é uma unidade de conservação e tem grande interação com os usuários de seus recursos naturais (Almudi & Kalikoski, 2009).

Metodologias diversas são utilizadas para o registro das informações, com uma caracterização mais aprofundada da dinâmica de vida, como registros fotográficos e observação direta da rotina de trabalho (Santos, Vieira, Alencar, Soares, & Barros, 2018).

Em suma, muitos trabalhos de caracterização similares aos citados são encontrados ao longo da costa de todo país, trazendo subsídios valiosos ao entendimento da dinâmica pesqueira e das formas de pesca, principalmente pelo setor artesanal, gerando informações importantes para serem aplicadas a gestão pesqueira local, bem como apontar para as necessidades a nível nacional.

3.2 Métodos mistos

Os métodos utilizados pelas ciências sociais, embora possam e muitas vezes devam ter informações quantitativas, muito se pautam em explicar os fenômenos sociais, que constitui seu principal objetivo. Um estudo que utiliza dados quantificáveis ou transforma informações qualitativas em quantificáveis, não perde seu caráter qualitativo, apenas tenta trazer dados com maior exatidão no auxílio dos resultados (Richardson, 2008). Este tipo



de transformação pode ser observado no trabalho de Silva e Braga (2016) quando os dados qualitativos da caracterização da pesca na comunidade de Surucuá, em Santarém (PA) foram organizados em categorias descritivas, ordenando-os e classificando-os para buscar o melhor entendimento das informações. Esta junção entre dados quantitativos e qualitativos traz outro tipo de método de análise, denominados de métodos mistos.

A seguir descrevemos e discutimos alguns dos métodos mistos mais utilizados.

3.2.1 Rapfish

É um método rápido de avaliação de sustentabilidade na pesca, utilizado para avaliar o *status* de uma pescaria em diversas dimensões, como a ambiental, econômica, tecnológica, social e ética (Pitcher & Preikshot, 2001). A técnica realiza um ordenamento MDS (escalonamento multidimensional) de atributos por meio de um aplicativo do programa Excel (Kavanagh & Pitcher, 2004). Tem a vantagem de integrar informações tanto de natureza qualitativa como de natureza quantitativa, sendo capaz de aproveitar dados em diferentes níveis de aprofundamento e trabalhar na existência de lacunas de informações. Possibilita a realização de comparações entre diferentes áreas de pesca ou distintas pescarias, indicando os níveis de sustentabilidade ou insustentabilidade em cada dimensão, quais atributos foram mais determinantes no resultado por dimensão, além de sintetizar as dimensões estudadas em um panorama geral. Esta técnica é útil no subsídio para a gestão dos recursos pesqueiros, pode produzir uma série de avaliações que justifiquem as decisões de políticas nas pescarias e tem sido amplamente utilizada e adaptada em todo o mundo, incluindo o Brasil (Adiga, Ananthan, Ramasubramanian, & Divya Kumari, 2015; Machado, Fagundes, & Henriques, 2015; Aguado, Segado, & Pitcher, 2016). As suas limitações principais são a necessidade de usar a mesma matriz de atributos para se realizar uma comparação de sustentabilidade entre pescarias e o fato de muitas vezes ser conduzido por meio de um painel de especialistas, frequentemente não havendo o compromisso de uma avaliação mais horizontal com a adoção de procedimentos de caráter participativo. Na literatura há, ainda, críticas às limitações do método. De acordo com Haimovici, Andriguetto-Filho e Sunye (2014) a sustentabilidade seria um conceito muito complexo para ser entendido por meio de indicadores, devendo, para a sua análise, haver



clareza na sua definição para cada pescaria e um maior detalhamento, incluindo uma análise histórica.

3.2.2 IQV/IQCV (Índice de Qualidade de Vida)

Ainda como parâmetro de sustentabilidade, a qualidade de vida e o bem-estar têm sido considerados como critérios de avaliação, no sentido de que não há possibilidade de uma atividade ser desenvolvida de forma sustentável, se ela não proporciona aos seus usuários uma adequada qualidade de vida. Deste ponto de vista, torna-se inviável esperar um comportamento conservacionista quando as necessidades básicas das pessoas não são atingidas. A OMS (Organização Mundial de Saúde) define Qualidade de Vida como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas padrões e preocupações”. Considera seis domínios de bem-estar: físico, psicológico, nível de independência, relações sociais, meio ambiente, espiritualidade e crenças, devendo ser avaliada de modo subjetivo e objetivo (WHO, 1994). O desafio dos projetos para promoção da qualidade de vida dos pescadores de pequena escala é distinguir o que é importante para o indivíduo e o que é importante para a comunidade, de forma a discernir onde objetivamente deve se dar o investimento da política pública, enquanto se compreende a subjetividade do outro em valorizar determinado aspecto ou outro de sua vida. D’Agostini e Fantini (2008) propõem a possibilidade de se avaliar o bem-estar a partir dos indicadores socioambientais, como o Indicador de Qualidade de Vida (IQV) e de Condições para se viver (IQCV). Estes indicadores utilizam condições socioambientais, socioculturais e socioeconômicas, com um caráter indissociável e distinguível das condições relevantes na organização social humana para atingir o propósito da satisfação em viver. O indicador IQCV expressa a qualidade das condições de vida disponíveis ou promovidas pela estrutura institucional regional, sendo desenvolvido de acordo com o olhar de técnicos ou gestores, que pontuam os atributos dentro de cada dimensão. O IQV corresponde ao olhar individual de cada usuário da atividade avaliada, de acordo com a satisfação que experimenta ao viver sob determinadas condições. A comparação entre ICV e IQCV consiste, ainda, em uma boa ferramenta para a avaliação da efetividade das políticas públicas em melhorar a vida das pessoas, podendo ser útil para a definição



de prioridades. Assim, a abordagem permite que os atores em conjunto com gestores de projetos definam os aspectos que consideram importantes para a sua satisfação em relação à vida, elevando a participação e o envolvimento local. Tem a vantagem de, diferentemente do RAPFISH, não necessitar dos mesmos atributos para comparar diferentes comunidades. Na atividade pesqueira, este método ainda é incipiente, tendo sido utilizado no litoral do Estado de São Paulo, com bons resultados (Piccolo, Machado, Mendonça, & Henriques, 2015; Machado & Piccolo, 2018). Nessas experiências, o método IQV/IQCV abrangeu de maneira satisfatória as dimensões e aspectos da qualidade de vida, mostrando-se adequado para a avaliação da qualidade de vida na pesca de pequena escala, bem como no auxílio para a definição de prioridades nas políticas públicas, tendo sido inclusive superior a outros indicadores, como o Índice de Gini e o IDH, como demonstram Machado e Piccolo (2018). Como limitação do seu emprego, ressalta-se a possível baixa sensibilidade para a avaliação da qualidade de vida em situações de muito baixa qualidade de vida, nas quais a comunidade esteja já em situação de vulnerabilidade.

3.2.3 Análises multivariadas

Em processos naturais, os elementos bióticos e abióticos apresentam uma grande interação, formando padrões estruturais, espaciais e temporais nas comunidades biológicas, sendo as análises multivariadas utilizadas para detectar e descrever esses padrões, formulando hipóteses sobre as possíveis causas que os regem (Valentin, 2012). Este tipo de análise visa unir diversas informações e observar os padrões, destacando os parâmetros que mais respondem por um determinado fenômeno. Busca mostrar a variação ou diferença entre as variáveis do fenômeno, analisando as inferências ou relações entre as variáveis existentes em determinados fenômenos da atividade. Tais análises também podem ser utilizadas, com os devidos ajustes, para a análise das interações sociais e o meio em que as comunidades pesqueiras vivem. Mas nas ciências sociais o uso deste tipo de análise tende a ocorrer utilizando informações quantitativas como nas áreas de tecnologia, agrícola, educacional, entre outras (Nicácio, Perussolo, & Lima, 2013). Na área pesqueira têm surgido alguns trabalhos com o uso desta ferramenta, traduzindo de forma muito satisfatória a dinâmica da atividade. Em geral, este tipo de análise é utilizado para o entendimento de



tipo de frota pesqueira, de acordo com o grau tecnológico das embarcações (Cardoso & Haimovici, 2011), ou para análise das capturas (Isaac, Melstein, & Ruffino, 1999). Lutz, Lima, Gonçalves-Filho, Cintra e Silva (2016) analisaram a produção pesqueira de 2008 a 2011 com coleta censitária dos desembarques no litoral paraense. As análises multivariadas no auxílio do entendimento dos fenômenos pesqueiros, principalmente na área social, ainda têm sido pouco utilizadas. Em geral, são utilizadas para dados quantitativos, mas dados qualitativos podem ser categorizados visando a aplicação das análises para obter as diferenças existentes nos resultados, como observado em Mendonça, Lucena, Muehlmann e Medeiros (2017).

3.3 Métodos participativos

Os métodos participativos contam com a presença e execução ativa dos usuários dos recursos naturais, que na pesca, em geral, são pescadores, comerciantes, beneficiadores, rendeiros, entre outros que estão inseridos na cadeia produtiva da pesca. Abaixo cita-se exemplos de métodos participativos empregados visando o registro das informações pesqueiras e da dinâmica pesqueira das comunidades.

3.3.1 LRR- Levantamento Rápido Rural

Metodologia que visa fazer um levantamento de curto espaço de tempo, de caráter, sobretudo social ou socioeconômico. Tem a vantagem de ser aplicada com recursos financeiros e humanos limitados (Figura 1).

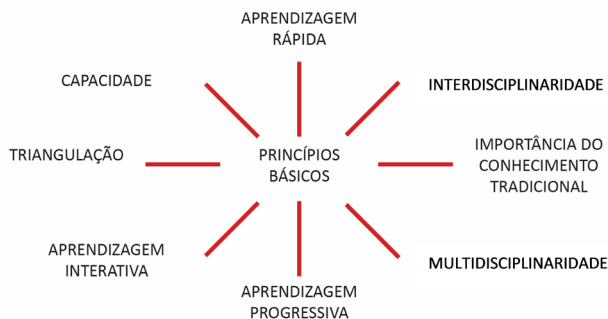


Figura 1 - Modelo Conceitual de fatores que influenciam o desenvolvimento metodológico do Levantamento Rápido Rural (Fonte: IBAMA/MMA, 1999).



Esta metodologia foi usada no reservatório de Três Irmãos, baixo Tietê, junto à comunidade de pescadores artesanais da região e forneceu subsídios a um delineamento amostral adequado, permitindo a implantação de um plano de monitoramento participativo de produção/esforço. A partir deste estudo foram diagnosticados os gargalos da atividade, além dos problemas e soluções, trazendo o olhar do pescador e possibilitando repensar novas estratégias de intervenção em Três Irmãos (Castro, Silva, Maruyama, Cerqueira, Mucinhato, & Tutui, 2017).

3.3.2 Diagnóstico Colaborativo

Este método é empregado em oficinas participativas visando a obtenção de um diagnóstico colaborativo na comunidade investigada e trata de uma adaptação metodológica do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), o qual consiste na identificação e resolução de problemas. Trabalha a realidade local, tendo por base o conhecimento que os participantes têm (ou adquirem) da realidade onde estão inseridos. No processo de diagnóstico, as pessoas envolvidas são chamadas a opinar sobre os problemas locais e apresentar/pesquisar sugestões sobre possíveis soluções. A oficina colaborativa ampara-se na metodologia do diagnóstico participativo, que possui entre outras finalidades a de identificar, de forma participativa, demandas necessárias para o fortalecimento de políticas públicas, programas e ações de interesse de determinados espaços e comunidades, e possibilitar a análise e avaliação de demandas realizadas nesses espaços. Esse tipo de metodologia foi empregado, por exemplo, na primeira fase de implantação do Monitoramento Pesqueiro e Aquícola do Mosaico do Lago de Tucuruvi, PA (IDEFLOR-BIO/GREENTECH/UFRA), instrumento de diálogo para ouvir representantes de organizações sociais e usuários da pesca, tendo cadastrado, na oportunidade, 3.770 pescadores e 36 intermediários (compradores de pescado) (IDEFLOR-BIO, 2018).

3.3.3 Autoregistro

Esta estratégia de monitoramento da atividade Pesqueira envolve os pescadores no registro de suas pescarias, sendo os responsáveis pela anotação de suas capturas, locais de pesca, aparelhos de pesca e outras informações que identifiquem cada pescaria. É o tipo de estratégia de coleta que apresenta os registros mais enriquecidos de informações. Contudo,



não é muito simples de ser implantado entre o setor. Um dos entraves a esta estratégia é justamente o envolvimento do pescador no trabalho de monitoramento, pois a crise pesqueira existente no país interfere na adesão a qualquer programa de registro pesqueiro. Muitos pescadores não acreditam que terão algum retorno positivo para a sua atividade repassando as informações ou tendo o trabalho de registrá-las. Embora a classe pesqueira artesanal tenha em seu discurso o reconhecimento da necessidade de monitoramento, bem como os representantes dos pescadores apontem que o autoregistro deve ser uma das formas mais viáveis para a obtenção das informações (Seminário Nacional de Ordenamento da Pesca Artesanal, 2015), parece não haver eco deste discurso junto a toda a classe de pescadores no litoral. Outro fato que afeta a adesão dos pescadores ao autoregistro é a dificuldade de escrever, visto que em geral os pescadores mostram um baixo grau de escolaridade e elevada idade (Mendonça, 2015; Mendonça, Lucena, Muehlmann, & Medeiros 2017), diminuindo as condições de preenchimento das fichas. Jankowsky, Mendonça e Morroni (2017) apresentaram o sistema de coleta de dados no litoral paranaense, onde apontaram para o autoregistro como muito promissor na região. No litoral paulista, também se utiliza o autoregistro como uma das estratégias de coleta implantadas, mas ainda há baixa adesão dos pescadores. Uma vez implementado o autoregistro, a qualidade das informações é muito precisa e com grande enriquecimento, pois traz informações pontuais das pescarias. Esta estratégia abre também a possibilidade de maior envolvimento do pescador no processo. Além de dados quantitativos da pescaria, informações qualitativas podem ser acrescentadas no rol de informações. Malafaia, Olavo, França, Seara, Freitas, Almeida e Alencar (2014) desenvolveram um trabalho com os pescadores embarcados do sul da Bahia que registraram dados das pescarias, mas também registraram informações de dados biológicos das espécies capturadas. Na avaliação também verificaram parâmetros qualitativos como o engajamento e colaboração na atividade, e eficácia e coerência na coleta dos dados, preenchimento das fichas e classificação das gônadas.

3.3.4 Pesquisa-ação

Embora pareça tratar-se de uma linha nova de análise da atividade pesqueira, esta tem sua origem com Kurt Lewin, em meados da década



de 1940, quando formulou e sistematizou a pesquisa-ação nos moldes conhecidos atualmente, apesar de existirem divergências (Addor, 2006). A pesquisa-ação é uma das muitas diferentes formas de investigação-ação, a qual sucintamente pode ser definida como toda a tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática (Tripp, 2005). Trata-se de uma linha de pesquisa aplicada que envolve o diagnóstico e levantamento de dados, mas que não necessariamente abrange métodos participativos e de valorização do conhecimento popular (Thiollent, 1997). Busca trazer ou auxiliar na sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca, visando ao desenvolvimento local social e solidário. A metodologia da Pesquisa-Ação deve ser vista como uma forma de ligar teoria e prática ou de conhecer o que acontece, na medida em que acontece. Consequentemente, ao mesmo tempo em que ela se pauta pela afirmação do mundo da ação - e, portanto, do fazer - deve ser vista como um instrumento concreto de mudança (Nunes & Infante, 1996). Alguns exemplos desta metodologia são trabalhos de auxílio na construção de instrumentos de gestão como planos de manejo e implementação de áreas de pesca, através do projeto PAPESCA, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SOLTEC, 2018), com projetos na região de Macaé e sul fluminense. Existem trabalhos nesta linha em todo o território nacional. Cruz e Oliveira (2014) relatam a contribuição junto à luta e conflito da comunidade tradicional ribeirinha que vive às margens e foz do rio Doce, região de Regência, localizado em Linhares, Litoral Norte do Espírito Santo. Neste trabalho, o caráter colaborativo da pesquisa-ação, onde os sujeitos e pesquisadores são atores no processo de construção, visou a permanência da comunidade no seu território, bem como o fortalecimento de suas identidades. No Rio grande do Sul também se observa trabalhos neste tema, com pesquisas caracterizadas por uma abordagem qualitativa, no âmbito de uma pesquisa-ação, onde a coleta de dados, por sua vez, foi realizada em dois espaços de análise, sendo o primeiro o Fórum da Pesca do Litoral Norte e o segundo, encontros promovidos por esta pesquisa nas comunidades de pescadores artesanais do Litoral Norte do estado. A coleta de dados teve metodologia participativa, por meio das técnicas de árvore dos problemas combinada com o censo de problemas de uso de recursos (Perucchi, Kubo, & Coelho-de-Souza, 2012). No litoral do Pará trabalhos que se utilizaram da pesquisa-ação, com a metodologia de análises através da observação participante e a aplicação de um roteiro de entrevistas entre lideranças, pescadores em Marudá e dirigentes do Movimento Nacional



dos Pescadores (MONAPE) e Conselho Pastoral da Pesca (CPP), mostrou perspectivas teóricas para o entendimento dos movimentos sociais que envolvem os pescadores do nordeste do Pará. Visaram promover e garantir uma organização social e política direcionada não somente para questões materiais (créditos, financiamentos, etc.), mas também para a conscientização e participação política mais enfática dos pescadores, bem como fomentar a discussão das demandas sociais no atual contexto global de necessidade, conflitos e violência aos direitos individuais (Potiguar Júnior, 2012). Na região do Nordeste alguns trabalhos com base na metodologia da pesquisa foram desenvolvidos, traçando o perfil dos pescadores considerando a sua opinião sobre as motivações da pesca, técnica de pesca, espécies capturadas, percepção de escassez de produtos pesqueiros, conhecimento de ações ecológicas e atividades de educação ambiental (Silva, Reis, Pessoa, Silva, & Caetano, 2013).

Como visto, existem diversos exemplos ao longo de todo o país, onde os usuários e pesquisadores são atores no processo de construção. A tabela 3 ilustra alguns métodos que envolvem abordagens participativas, multidisciplinares, na atividade pesqueira de ambientes marinhos e continentais no Brasil.

Tabela 3. Métodos que envolvem abordagens participativas, multidisciplinares e multi-institucionais na atividade pesqueira marinha e continental brasileira.

LEVANTAMENTOS/ TIPOS	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS/APLICAÇÃO
Métodos em ecologia humana	Estudar a relação do Homem com o ambiente, incluindo fatores econômicos, sociais, psicológicos. Tem objetivos e metodologias específicos e que incluem entender o comportamento humano sob variáveis ambientais.	Entrevistas semi-estruturadas (Ramos, 2008; Caldeira & Perri, 2014; Biassi et al., 2017) Observação em campo (Quinamo, 2006; Oliveira, 2009) Observador participante (Oliveira, 2009) Registros de imagens (Santos et al., 2018)
Rapid Rural Apraisal ou RRA = Levantamento Rápido Rural (LRR)/ Levantamento Rápido Pesqueiro (LRP)	Visa fazer um levantamento de curto espaço de tempo, de caráter sobretudo social ou socioeconômico, com poucos recursos físicos/financeiros. Etapas/requisitos: equipe multidisciplinar, fazer visitas curtas/comunidade	Levantamento Rápido Pesqueiro Participativo: O caso do Lago de Três Irmãos (Castro et al., 2017)



Tabela 3. Métodos que envolvem abordagens participativas, multidisciplinares e multi-institucionais na atividade pesqueira marinha e continental brasileira (Continuação).

LEVANTAMENTOS/ TIPOS	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS/APLICAÇÃO
Diagnóstico Colaborativo	Empregado em Oficinas colaborativas como instrumento de diálogo para ouvir representantes de diferentes organizações sociais e usuários de um determinado recurso.	Mosaico do Lago Tucuruvi (UC - SisMULT) Objetivo: cadastramento (1ª fase) acompanhar os usuários diretos e indiretos dos recursos pesqueiros no Lago
Participatory Rural Appraisal ou PRA = Diagnóstico Rural Participativo (DRP)	Tem os mesmos objetivos do LRR, com abordagem mais participativa, concretizando a nova filosofia de compreender o conhecimento tradicional dos "grupos-alvo", como equivalente ao técnico-científico.	Análise socioeconômica das Comunidades de Tinguu e Murumuru - Santarém/PA 189-214 p (IBAMA/MMA, 1999)
Censo Estatístico Comunitário - CEC	Independentemente da metodologia de coleta, esta é realizada de forma participativa com a comunidade. Um grupo coordena, mas quem define os atributos e a coleta das informações é a comunidade alvo da pesquisa.	A Administração dos Recursos Pesqueiros do Médio Amazonas: Estados do Pará e Amazonas (Projeto IARA) (GTZ/GOPA) (IBAMA/MMA, 1999)
Censo Estrutural	Informações para alimentar o EstatPesca (sistema de monitoramento pesqueiro do IBAMA) e definir o recorte amostral para a estimação de captura. Estima a produção quantitativa dos desembarques.	Aragão & Castro-Silva (2006)
RAPFISH	Propõe o levantamento de indicadores de sustentabilidade e diferentes dimensões.	Projeto RECOS: Uso e apropriação dos recursos costeiros. Isaac et al. (2006)
Análises multivariadas	Utilizadas para detetar e descrever padrões estruturais, espaciais e temporais nas comunidades, formulando hipóteses sobre as possíveis causas que os regem.	Cardoso e Haimovici (2011); Isaac et al. (1999); Paz et al. (2011); Lutz et al. (2016)
Autoregistro	Os pescadores são os responsáveis pela anotação de suas capturas, locais de pesca, aparelhos de pesca e outras informações que identifique cada pescaria.	Malafaia et al. (2014); Jankowsky et al. (2017)
Pesquisa-ação	Auxilia na sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca, visando o desenvolvimento local social e solidário. Pesquisa aplicada em colaboração entre pesquisador e comunidade, onde os sujeitos e pesquisadores são atores no processo de construção.	PAPESCA - UFRJ Cruz & Oliveira (2014); Potiguar Júnior (2012); Thiollent (1997); Thiollent & Silva (2007)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil está sem monitoramento pesqueiro há quase 10 anos, o que traz dificuldades à gestão pesqueira nacional. Os órgãos responsáveis pela gestão pesqueira são alterados repetidas vezes ao longo do tempo, à mercê de interesses político-partidários e eleitoralistas, dificultando o desenvolvimento institucional cumulativo e a confiabilidade para a solução de problemas entre os envolvidos no setor. Embora a coleta de dados pesqueiros esteja sem uma centralização, impossibilitando o seu agrupamento de forma que traga à luz a realidade da atividade pesqueira, diversos monitoramentos são desenvolvidos no território. Estes, em geral, são motivados por duas vertentes: monitoramentos ambientais e pesqueiros desenvolvidos por processos de licenciamento de empreendimentos; e monitoramentos pesqueiros implantados por comunidades pesqueiras, principalmente dentro de unidades de conservação.

O monitoramento pesqueiro é, predominantemente, de cunho estritamente quantitativo, sendo que em determinadas regiões são questionados pelo setor pesqueiro por não refletirem a realidade, não trazendo condições para responder às demandas existentes. Entre os maiores problemas encontrados estão a falta de cobertura, muitas vezes devido à metodologia amostral que é empregada ou pela redução de custos, que leva a diminuir os pontos de coleta. Outro fato é o direcionamento dado, buscando sempre atender a demanda do contratante, suprimindo apenas as necessidades de processos de licenciamento dos empreendimentos.

Paralelo a estes monitoramentos tradicionais, outros trabalhos que trazem informações mais próximas à realidade do setor são os projetos que utilizam informações qualitativas, que buscam de forma mais local atender a questões específicas do setor pesqueiro. Podemos destacar os métodos clássicos das ciências sociais, como entrevistas semi-estruturadas e abertas, história oral, história de vida, linha do tempo, observação participante, grupo focal, o autoregistro e o monitoramento comunitário/participativo, o uso do Conhecimento Ecológico Local e Conhecimento Ecológico Tradicional, a Pesquisa-Ação, o indicador de sustentabilidade Rappfish, os indicadores de qualidade de vida e condições para se viver IQV/IQCV, a dinâmica World Café, entre outros. Sendo que todos buscam trazer à tona o entendimento da dinâmica pesqueira e das condições de vida dos pescadores. Estes



métodos, embora pouco utilizados na gestão da pesca, geram informações importantíssimas para a administração pesqueira, tornando-a mais próxima a realidade do setor, mediante o olhar do próprio usuário do recurso. Outro fato é o custo financeiro menor aportado para o desenvolvimento de tais metodologias em comparação aos monitoramentos quantitativos, que embora se utilizem de estratégias para a diminuição do custo, ainda têm valores acima das coletas de dados qualitativos.

Em suma, as avaliações puramente quantitativas observadas na maioria dos monitoramentos em todo o território nacional não são suficientes para traduzir as necessidades do setor e nem sempre mostram a realidade da dinâmica pesqueira.

Os levantamentos e estudos envolvendo a participação efetiva dos pescadores com emprego de metodologias quali-quantitativas e/ou mistas são promissoras e devem ser estimuladas, em busca de soluções sustentáveis para a gestão pesqueira.



REFERÊNCIAS

- Addor, F. (2006). A “pesquisa-ação na cadeia produtiva da pesca em Macaé”: uma análise do percurso metodológico. Dissertação de mestrado da UFRJ. Rio de Janeiro, RJ. 162p.
- Adiga, M.S., Ananthan, P.S., Ramasubramanian, V., & Divya Kumari, H.V. (2015). Validating RAPFISH sustainability indicators: Focus on multi-disciplinary aspects of Indian marine fisheries. *Marine Policy* 60, 202-207.
- Agostinho, A.A., Gomes, L.C., & Pelicice, F.M. (2007). *Ecologia e manejo de recursos pesqueiros em reservatórios do Brasil*. Maringá: EDUEM. 501p.
- Aguado, S.H., Segado, I., & Pitcher, T.J. (2016). Towards sustainable fisheries: A multi-criteria participatory approach to assessing indicators of sustainable fishing communities: A case study from Cartagena (Spain). *Marine Policy* 65, 97-106.
- Alves da Silva, M.E.P., Castro, P.M.G., Maruyama, L.S., & Paiva, P. (2009). *B. Inst. Pesca*, 35(4), 531 - 543.
- Almudi, T., & Kalikoski, D.C. (2009). Homem e natureza em um parque nacional do Sul do Brasil: meios de vida e conflitos nos arredores da Lagoa do Peixe. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, 20, 47-57.
- Amorozo, M.C.M., Ming, L.C., & Silva, S.M.P. (2002). *Métodos de Coleta e Análise de Dados em Etnobiologia, Etnoecologia e Disciplinas Correlatas*. UNESP/CNPq, Rio Claro-SP, Brasil.
- Aragão, J.A.N., & Castro-Silva, S.M.M. (2006). *Censo estrutural da pesca, coleta de dados e estimação de desembarque de pescado*. Brasília: IBAMA. 180 p.
- Begossi, A. 1993. Ecologia Humana: Um Enfoque Das Relações Homem-Ambiente. *Interciencia* 18(1): 121-132. URL: <http://www.interciencia.org.ve>.
- Berkes, F., Colding, J., & Folke, C. (Eds.) (2003). *Navigating Social-Ecological Systems: Building Resilience for Complexity and Change*. Cambridge University Press, Cambridge, UK. 410p.
- Biassi, B.A., Behr, E.R., Dellazzana, D.A., & Arocha, N.M. (2017). Análise etnoictológica da pesca artesanal nas bacias hidrográficas dos rios Uruguai e Jacuí, Rio Grande do Sul, Brasil. *B. Inst. Pesca*, 43(3), 358 - 372.
- Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura. *Ministério da Pesca e Aquicultura - Coordenação Geral de Monitoramento e Informações Pesqueiras - CGMIP*. Brasília, 60p.
- Britton, E., & Coulthard, S. (2013). Assessing the social wellbeing of Northern Ireland's fishing society using a three-dimensional approach. *Marine Policy*, 37(1), 28-36.
- Brown, J. (2001). The World Café: Living Knowledge Through Conversations That Matter. *The Systems Thinker*, 12(5), 1-5.
- Calado, J.F. (2010). *Pesca artesanal em Maracajaú-RN, Brasil: Uma abordagem etnoecológica*. Dissertação de Mestrado da UFPB. 80p.



- Caldeira, G.A., & Pierri, N. (2014). As relações econômicas e a gestão compartilhada de recursos comuns: o caso da pesca marinha em Pontal do Paraná, Sul do Brasil. *Desenvolv. Meio Ambiente* 32, 119-137.
- Calumby, J.A., Lima, R.S., Bonifácio, A.D., & Soares, E.C. (2016). Monitoramento da captura de camarões marinhos *Litopenaeus schmitti*, *Farfantepenaeus subtilis* e *Xiphopenaeus kroyeri* no município de Coruripe, estado de Alagoas, Brasil. *Acta Fish*, 4(2), 82-90
- Campos, R.O., Dapper, C.G., Diogo, H.R.L., Ribeiro, T.E., Fraga, A.P.C., & Bertoncini, A.A. (2011). *Programa de Monitoramento da Pesca no Baixo-Sul, Bahia*. 1º Seminário Espaços Costeiros, 26-29 de setembro de 2011.
- Cardoso, L.G., & Haimovici, M. (2011). Caracterização tecnológica, social, econômica e ecológica da atividade pesqueira sediada em passo de torres, Santa Catarina, Brasil. *Bol. Inst. Pesca*, São Paulo, 37(3), 275-288.
- Castro, P.M.G., Maruyama, L. S., & Paiva, P. (2008) Pesca artesanal no médio e baixo rio Tietê (São Paulo, Brasil): pontos de desembarque e estimativa de número de pescadores. *Bioikos*, Campinas, 22(1), 15-27.
- Castro, P.M.G.; Silva, M.H.C.; Maruyama, L.S.; Cerqueira, M.A.S.; Mucinhato, C.M.D., & Tutui, S.L.S. (2017). *Levantamento Rápido Pesqueiro Participativo: O caso do Lago de Três Irmãos, Bacia do Tietê, SP, Brasil*. Costa, A., Ribeiro, J., Synthia, E., & Neri Souza, D. (eds). Atas 6º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa. 2nd International Symposium on Qualitative Research. 12, 13 e 14 de julho de 2017, Salamanca, Espanha., 413-421.
- CELSE (2017). PMAP - *Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueiro*. PBA do Complexo Termoelétrico Porto de Sergipe I. Aracajú, SE, 17p.
- Constantino, P.A.L., Buening, J.K., Silvius, K., Danielsen, F., & Poulsen, M.K. (2015). *Monitoramento Participativo da Biodiversidade e dos Recursos Naturais*. Seminário Internacional e Formação da Rede Internacional de Monitoramento e Manejo Participativo, 18-33.
- Cruz, S.R.I., & Oliveira, J.S. (2014). *Pesquisa-ação como metodologia de "intervenção": comunidade tradicional ribeirinha da foz do rio Doce, Linhares - ES*. Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. 10 a 16 de agosto de 2014, Vitória, ES.
- D'Agostini, L.R., & Fantini, A.C. (2008). Quality of life and quality of living conditions in rural areas: Distinctively perceived and quantitatively distinguished. *Social Indicators Research*, 89(3), 487-499.
- David, G.S., Castro, P.M.G., Maruyama, L.S, & Carvalho, E.D. (2016). Artes de pesca artesanal nos reservatórios de Barra Bonita e Bariri: monitoramento pesqueiro na bacia do médio rio Tietê. *Bol. Inst. Pesca*, São Paulo, 42(1), 29-49.
- Demo, P. (1985). *Introdução da metodologia da ciência*. Ed. Atlas, São Paulo, SP. 122p.
- Dietz, T., Ostrom, E., & Stern, P.C. (2003). Online Supplement to T. Dietz, E. Ostrom, & P.C. Stern. *Science*, 302 (Online supplement), 1-15.



- Dornelas, A. (2013). A estatística pesqueira do Brasil na visão de pescadores e pescadoras artesanais. Disponível em <http://www.cppnac.org.br/a-estatistica-pesqueira-do-brasil-na-visao-de-pescadores-e-pescadoras-artesanais/> Acessado em 05/04/2018.
- FURG. (2016). Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul - 2015, Rio Grande, RS. 66p.
- Haimovici, M., Andriquetto Filho, J.M., & Sunye, P.S. (2014). *A pesca marinha e estuarina no Brasil: estudos de caso multidisciplinares / organizadores Rio Grande*: Editora da FURG, Rio Grande, RS. 191p.
- IBAMA/MMA (1999). Recursos Pesqueiros do Médio Amazonas: Abordagem Socioeconômica. Brasília, IBAMA. (Coleção Meio Ambiente. Série Estudos Pesca, 21). 320p.
- Ideflor-bio (2018). Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará. <http://ideflorbio.pa.gov.br>
- Isaac, V.J., Melstein, A., & Ruffino, M.L. (1999). A pesca artesanal no baixo amazonas: análise multivariada da captura por espécie. *Acta Amazônica* 26(3), 185-208.
- Isaac, V.J., Martins, A.S., Haimovici, M., & Andriquetto-Filho (2006). *A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais*. Belém-UFPA, 188p.
- Jankowsky, M., Mendonça, J.T., & Morroni, D. (2017). *Monitoramento Pesqueiro no Litoral do Paraná*. Anais do II Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável, de 08 a 10 de novembro de 2017. 1, 931-941.
- Kalikoski, D., Neto, J.D., Thé, A.P.G., Ruffino, L.M., & Filho, S.M. (2009). *Gestão compartilhada do uso sustentável de recursos pesqueiros: refletir para agir*. Brasília: IBAMA, 184p
- Kavanagh, P., & Pitcher, T.J. (2004). *Implementing Microsoft Excel software for Rapfish: a technique for the rapid appraisal of fisheries status* [R].
- Lima, V.M.M., Santos, M.M., Marques, E., Cesarina, A., & Soares, E.C. (2010). Plano de Manejo Pesqueiro e Comercialização do Pescado na Cidade de Penedo, Estado de Alagoas, Brasil. *Rev. Bras. Eng. Pesca*, 5(3), IX-XXII.
- Lutz, I.A.F., Lima, W.M.G., Gonçalves-Filho, I.A., Cintra, I.H.A., & Silva, B.B. (2016). Produção pesqueira desembarcada em um estuário do norte do Brasil (Bragança, Pará). *Acta Fish*, 4(2), 125-136.
- Machado, I.C., Fagundes, L., & Henriques, M.B. (2015). Multidimensional assessment of sustainability extractivism of mangrove oyster *Crassostrea* spp. in the estuary of Cananéia, São Paulo, Brazil. *Braz. J. Biol.* 75(3), 670-678.
- Machado, I.C., & Piccolo, N.I.P. (2018). As condições para se viver e a qualidade de vida dos pescadores do Perequê/Guarujá, São Paulo, BRASIL: uma abordagem quali-quantitativa. *Interciencia*, 43(1), 43-49.



- Malafaia, P.M., Olavo, G., França, A.R., Seara, F.S., Freitas, M.B.O, Almeida, J.C., & Alencar, S.M. (2014). Experiência de monitoramento participativo a bordo de embarcações da pesca artesanal no Território da Cidadania do Baixo Sul da Bahia, Brasil. *Desenvolv. Meio Ambiente*, 32, 165-180.
- Maruyama, L.S., Castro, P.M.G., & Paiva, P. (2009). Pesca artesanal no médio e baixo Tietê, São Paulo, Brasil: aspectos estruturais e socioeconômicos. *Boletim do Instituto de Pesca*, São Paulo, 35(1), 61 - 81.
- Mendonça, J.T. (2015). Caracterização da pesca artesanal no litoral sul de São Paulo, Brasil. *Boletim do Instituto de Pesca*, São Paulo, 41(3), 479-492.
- Mendonça, J.T., Lucena, A.C.M., Muehlmann, L.D., & Medeiros, R.P. (2017). Socioeconomia da pesca no litoral do estado do Paraná (Brasil) no período de 2005 a 2015. *Desenvolv. Meio Ambiente*, 41, 140-157.
- Minte-Vera, C.V.; Petrere, M. (2000). Artisanal fisheries in urban reservoirs: a case study from Brazil (Billings Reservoir, São Paulo Metropolitan Region). *Fisheries Management and Ecology*. Oxford: Blackwell Science Ltd, 7(6), 537-549.
- Minyaio, M.C.S., & Sanches, O. (1993). Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 9(3), 239-262.
- Miranda, L.V., Kinas, P.G., Moreira, G.G., Namora, R.C., & Carneiro, M.H. (2016). Survey sampling for fisheries monitoring in Brazil: implementation and analysis. *Brazilian Journal of Oceanography*, 64(4), 401-414.
- Mitlewski, B. (1999). Levantamento Rápido Rural (LRR). Brasília: IBAMA, 1999 (Coleção Meio Ambiente. Série Estudos Pesca, 21.
- Moller, H., Berkes, F., Lyver, P.O.B., & Kislalioglu, M. (2004). Combining Science and Traditional Ecological Knowledge: Monitoring Populations for Co-Management. *Ecology and Society*, 9(3), 2. MPA, 2011.
- Nicacio, J.E.M., Perussolo, M.A., & Lima, A.C.S.S. (2013). Análise de variância multivariada - manova na seleção de produtores de laranja *Citrus sinensis* (L.) Osbeck. *Revista de Estudos Sociais*, 30(15), 189-202.
- Novaes, J.L.C. (2008). *Estudo comparativo da pesca artesanal em dois grandes reservatórios do Alto Paraná: Barra Bonita (Rio Tietê) e Jurumirim (Rio Paranapanema)*. Tese de Doutorado, Instituto de Biociências, UNESP, Botucatu, SP, 237p.
- Nunes, J.M., & Infante, M. (1996). *Pesquisa-ação: uma metodologia de consultoria*. In: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, org. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 224p.
- Oliveira, I.S. (2009). *Uso do conhecimento tradicional dos catadores de caranguejo-uçá *Ucides cordatus* (Linnaeus, 1763) para a identificação dos principais locais de catação, no estuário do rio Mamanguape-PB*. Dissertação de Mestrado da UFPB, João Pessoa, PB, 94p.
- Paz, A.C., Frédoul, F.L., & Frédoul, T. (2011). Caracterização da atividade pesqueira em Vila do Conde (Barcarena, Pará), no estuário amazônico. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, 6(2), 307-318.



- Perucchi, L.C., Kubo, R.R., & Coelho-de-Souza, G. (2012). Articulação e encaminhamento das questões da pesca artesanal: uma análise do fórum da pesca do litoral norte do Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, 12(4),499-508.
- Petrobras, 2018. *Comunicação Bacia de Santos: Monitoramento*. Disponível em <http://www.comunicabaciadesantos.com.br/programa-ambiental/projeto-de-monitoramento-da-atividade-pesqueira-pmap.html>, Acessado em 05/04/2018.
- Piccolo, N.I.P., Machado, I.C., Mendonça, J.T., & Henriques, M.B. (2015). A qualidade de vida na pesca artesanal: o uso de indicadores como instrumento de avaliação. Costa, A., Porto, C., Tuzzo, S. & Linhares, R. (eds). *Atas 4º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa. 6º Simpósio Internacional de Educação e Comunicação*. 5, 6 e 7 de agosto de 2015, Aracaju, Brasil., 132-135.
- Pinheiro, J.C.R., Santos, M.F., & Soares, E.P. (2017). *Plano de Ordenamento dos Recursos Pesqueiro e Aquícola do Mosaico Lago de Tucuruí*. Ideflor-bio, Belém, PA, 20p.
- Pitcher, T.J., & Preikshot, D. (2001). Rapfish: A rapid appraisal technique to evaluate the sustainability status of fisheries. *Fisheries Research*, 49(3), 235-270
- Pitcher, T. J., Lam, M. E., Ainsworth, C., Martindale, A., Nakamura, K., Perry, R. I., & Ward, T. (2013). Improvements to Rapfish: A rapid evaluation technique for fisheries integrating ecological and human dimensions. *Journal of Fish Biology*, 83(4), 865-889.
- Potiguar Júnior, P.L.T. (2012). Desvelando o invisível: os movimentos sociais na pesca e suas ações no estuário do Pará. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, 2(3), 51-62p.
- Quinamo, T.S. (2016). *A pesca artesanal e meio ambiente em áreas de manguezais no complexo estuarino-costeiro de Itamaracá, Pernambuco: o caso de Itapessuma*. Dissertação de Mestrado da UFPR. João Pessoa, PB, 219p.
- Ramos, R.S. (2008). *Nas Águas de Guimarães: Uma análise da sustentabilidade pesqueira artesanal do município*. MA/Brasil. Dissertação de mestrado UFMA. 194p.
- Richardson, R.J. (2008). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3º ed. Editora Atlas, São Paulo, SP. 334p.
- Santos, K.P.P., Vieira, I.R., Alencar, N.L., Soares, R.R., & Barros, R.F.M. (2018). Fishing practices and ethnoichthyological knowledge in the fishing community of Miguel Alves, Piauí, Brazil. *Bol. Inst. Pesca*, 44(1), 25-34.
- Seminário Nacional de Ordenamento da Pesca Artesanal (2015). *Relatório do seminário Nacional de ordenamento da pesca artesanal*. Centro de Convenções Israel Pinheiro - CCIP, Brasília/DF, de 22 a 25 de setembro de 2015.
- Shackeroff, J.M., Campbell, L.M., & Crowder, L.B. (2011). Social-ecological guilds: Putting people into marine historical ecology. *Ecology and Society*, 16(1)



- Silva, J.T. & Braga, T.M.P. (2016). Caracterização da pesca na comunidade de Surucúá (Resex Tapajós Arapiuns). Macapá. *Biota Amazônia*, 6(3), 55-62.
- Silva, L.P., Reis, M.L.C., Pessoa, J.R.L., Silva, S.I., & Caetano, M.C. (2013). *Pesca artesanal praticada na praia urbana de Boa Viagem em Recife-PE e ações de educação ambiental*. Anais do IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Salvador/BA - 25 a 28 de novembro de 2013.
- SOLTEC, 2018. Projeto de pesquisa ação na cadeia produtiva da pesca (PAPESCA), UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil. Retirado de (<http://www.soltec.poli.ufrj.br/Projetos/P-02-papesca.htm>).
- Teixeira, I.L.R. (2017). *Estudo da Pesca de Arrasto Realizada no Baixo Sul da Bahia*. Monografia do curso de graduação em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 22p.
- Thiollent, M. (1997). *Pesquisa-ação nas organizações*. São Paulo, Editora Atlas. 165p.
- Thiollent, M., & Silva, G.D.O. (2007). Metodologia de pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais. *Reciis*, 1(1), 93-100.
- Thomas, W. (1970). *The definition of the situation*. In: *Sociological Theory: A Book of Readings* (L.A. Coser & B. Rosemberg, eds.) Toronto: The MacMillan Company. 3ª ed., 245-247.
- Tripp, D. (1997). Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 31(3), 443-466.
- Valentim, J.L. (2012). *Ecologia numérica: uma introdução à análise multivariada de dados ecológicos*. Editora Interciência Ltda. Rio de Janeiro, RJ, 168p.
- Vasconcelos, E.M.S., Lins, J.E., Matos, J.A., Júnior, W., & Tavares, M.M. (2003). Perfil socioeconômico dos produtores da pesca artesanal marítima do estado do Rio Grande do Norte. *Bol. Técn. Cient. CEPENE*, 11(1), 277 - 292.
- Vermulm-Junior, H., Giamas, M.T.D., Romano, P. (2011). Levantamento da pesca profissional continental no estado de São Paulo, em 2009 Dados Preliminares: Bacias dos Rios Paranapanema, Paraná e Grande. *Sér. Relat. Téc.* São Paulo, nº 46: 1-10p.
- Weber, M. (1970). *The methodological foundation sociology*. In: *Sociological Theory: A Book of Readings* (L. A. Coser & B. Rosemberg, eds.) Toronto: The MacMillan Company. 3ª ed., 248-258.
- WHO (World Health Organization) (1997). Country protocol for developing the Who quality of life (WHOQOL): HIV/Aids module. MNH/PSF/97.3., Geneva. 18 p.

**METODOLOGIAS PARA OS ESTUDOS DA CIDADE E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO****AUTORES**

Dilza Côco¹ | dilzac@ifes.edu.br
Priscila de Souza Chisté¹ | pchiste@ifes.edu.br

¹INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO,
VITÓRIA, BRASIL

RESUMO

Este texto tem como objetivo apresentar as diferentes estratégias metodológicas adotadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação na Cidade e Humanidades, integrante do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo - Brasil. A partir de relações teórico-práticas contra-hegemônicas, o grupo recorre a estratégias como estudos coletivos de conceitos teóricos, participação em palestras, realização de entrevistas com pesquisadores da área, visitas mediadas a diferentes espaços da cidade, sistematização de oficinas de arte e reflexões oriundas de relatos de experiência compartilhados em cursos para professores. A adoção desse conjunto de proposições metodológicas favorece captar o fenômeno Educação na Cidade em suas múltiplas dimensões, complexidades e contradições. Contudo, oferece desafios ao gerar um grande volume de dados por meio de diferentes fontes e pela necessidade de colocá-los em diálogo.

PALAVRAS-CHAVE:

Educação
Cidade
Metodologia de
pesquisa



NOTAS BIOGRÁFICAS

Dilza Côco: Doutora e mestra em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); licenciada em Pedagogia pela Ufes. Professora do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes). Atua como docente no curso de Licenciatura em Matemática e nos Programas de Pós-Graduação em Educação, Ciências e Matemática (Educimat) e Ensino de Humanidades (PPGEH). Integra a linha de formação de professores do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação na Cidade e Humanidades (Gepech) e do Grupo de Pesquisa em Práticas Pedagógicas de Matemática (Grupem).

Priscila de Souza Chisté: Doutora e mestra em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); graduada em Educação Artística pela Ufes. É professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes). Atua como docente no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH). No Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (Educimat) pesquisa a interface Ciência e Arte, e no Mestrado Profissional em Letras (Profletras) orienta pesquisas sobre histórias em quadrinhos e a formação do leitor crítico. É líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Artes Visuais, Literatura, Ciências e Matemática: Diálogos possíveis” (Gpalcim).



INTRODUÇÃO

(...) há, por fim, alguns indivíduos de elevada energia, que, após terem vivenciado e assimilado o que foi visto, têm de necessariamente dar-lhe vida de novo, em obras e ações, tão logo retornem para casa (Nietzsche, 2008, p. 109)

Os estudos sobre a cidade apresentam-se como temática importante no campo da educação, pois podem contribuir para a compreensão de aspectos históricos, políticos, sociais, culturais, filosóficos e econômicos referentes ao desenvolvimento do urbano, que favorecem o entendimento crítico da realidade. Várias são as concepções sobre o assunto e, por isso, optamos por partir do princípio de que a cidade é uma produção humana elaborada por meio do trabalho, categoria de distinção entre humanos e os demais seres. Mediante os apontamentos de Marx (2004), inferimos que trabalho é:

“(...) um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.” (p. 211).

O trabalho pressupõe uma dupla relação - com a natureza e com outro ser humano - e uma dupla mudança - no mundo e no sujeito. Ao trabalhar, o ser humano projeta para fora de si (em objetos tangíveis ou não) a própria existência. Isso significa que tudo o que fazemos tem a marca de nossa existência, afeta-nos e também afeta o outro. Sendo seres incompletos, necessitamos apreender o legado deixado por nossos ancestrais, enriquecendo-nos por meio dessas apropriações e possibilitando, assim, o nosso reconhecimento como integrantes do gênero humano. “O homem rico é aquele que tem necessidade de uma totalidade de manifestações humanas da vida. O homem para quem a sua própria realização existe como uma necessidade interior, como uma carência” (Marx & Engels, 1986, p. 26). Por certo, a verdadeira riqueza não é material. Não está centrada em



ter bens materiais, mas em tornar homens e mulheres enriquecidos de conhecimentos que contribuam para uma formação ampla, omnilateral (Marx & Engels, 1986).

Dentre as diferentes produções humanas está a cidade. Conforme pontua Lefebvre (2008), os espaços urbanos são produto do trabalho humano, constituídos por relações contraditórias. A partir do entendimento desse autor, caberia visitar o espaço citadino e questionar quais as contradições veladas na cidade, de modo a captar o que está oculto nela.

Se a cidade é uma criação humana, integrante do processo de desenvolvimento histórico e contraditório da realidade, podemos inferir que necessitamos compreendê-la em seus múltiplos, contraditórios e facetados aspectos. Dito de outro modo, podemos inferir que, ao nos apropriarmos da cidade, enriquecemo-nos de conhecimentos produzidos pelos seres humanos. Os cidadãos constroem as cidades e, por sua vez, as cidades formam os seus cidadãos (Della Fonte, 2018). Assim, a cidade condensa a história dos grupos e dos conflitos que, sob certas condições históricas, realizaram-na. Tais ações e reflexões sobre o urbano abarcam o que podemos chamar de leitura da cidade. Lefebvre (1991) sugere que leiamos a cidade sem esquecermos a sua história, a divisão do trabalho integrante de sua produção, bem como as demais relações sociais intrínsecas a ela. Lefebvre (2008) considera que a cidade é um espaço moldado, modelado, ocupado pelas atividades sociais no decorrer de um tempo histórico. Ela é mediação de relações socioespaciais, de vínculos das pessoas com o espaço, capaz de revelar a realidade social produzida pela mediação de processos históricos. É, portanto, campo de interrelações entre seres e fenômenos singulares e universais.

Considerar a cidade como mediação, e não como conhecimento isolado, abarca compreendê-la a partir de passagens e conexões estabelecidas entre esse espaço e outras áreas do conhecimento; ou seja, implica entender os nexos e os vínculos entre a cidade e determinado fenômeno particular não deslocado do todo. Assim, não podemos explicar a cidade como um acontecimento isolado, temos que buscar as relações que ela estabelece com outros fenômenos.

Além da cidade, consideramos que a escola também é uma objetivação humana, criada em um contexto antecedido por processos históricos, que tiveram a educação – em sentido amplo – como fator essencial para o desenvolvimento



de gênero humano. Nas comunidades primitivas, a educação coincidia com a própria vida. Era vivendo, produzindo existência e agindo sobre o ambiente que homens e mulheres aprendiam a atuar sobre ele, transformando-o. As experiências com bons resultados eram conservadas, ensinadas, e foram compondo o acervo da cultura humana. A partir do momento em que ocorreu a apropriação privada da terra, aquilo que era comum passou a ser cindido (Saviani, 2007). Por conseguinte, os modos de instrução diferenciaram-se: a instrução dos que careciam de vender a própria força de trabalho para sobreviverem e a educação daqueles que dispunham de tempo livre. Aos poucos, a relação da educação com a sociedade foi assumindo a forma escolar. Primeiro, exclusiva dos grupos dominantes e, depois, como uma forma generalizada para toda a sociedade capitalista imposta.

Saviani (2008) considera a educação como trabalho não material, isto é, um modo de trabalho gerador de produtos que não se separam do ato de sua produção. A atividade de ensino exemplifica bem esse caráter. Uma aula, por exemplo, pressupõe, ao mesmo tempo, a presença do professor e do aluno. Nas palavras de Saviani (2008, p. 13), “(...) o ato de dar aula é inseparável da produção desse ato e de seu consumo. A aula é, pois, produzida e consumida ao mesmo tempo (produzida pelo professor e consumida pelos alunos)”. Concebida desse modo, a educação não é algo exterior ao Homem e se relaciona com ideias, conceitos, símbolos, atitudes, que só se tornam relevantes na medida em que é possível a apropriação desses elementos.

Nesse sentido, o trabalho educativo relaciona-se com dois pontos principais: a identificação dos elementos culturais que precisam ser apropriados para que nos tornemos seres humanos; e a busca por modos adequados para a efetivação desse processo. De acordo com o exposto, consideramos que o entendimento da cidade seja um aspecto importante a ser apropriado, tornando-se imprescindível pensarmos em diferentes estratégias metodológicas e de ensino.

Concordamos com Saviani (2008) quando aponta a educação escolar como a melhor forma de favorecer a apropriação das produções mais elaboradas desenvolvidas pelo gênero humano em sua trajetória. Entendemos também que educação, em sentido amplo, depreende processos que podem ser efetivados em variados locais e esferas sociais pelo estabelecimento de parcerias com outros espaços, institucionalizados ou não, tais como as ruas,



os museus, os monumentos históricos, os prédios, as pinturas nos muros, os parques ecológicos, as praças, as instituições bancárias, os postos de saúde, os hospitais, os centros comunitários, o comércio em geral, as igrejas, etc.

Sabemos da necessidade de garantir que as ações de professores e educadores em geral possam contribuir para a emancipação e humanização dos educandos, ampliando a criticidade e estimulando a transformação social na perspectiva de construir uma sociedade menos desigual. Partimos da premissa de que é necessário pensar em uma nova organização dos espaços e dos tempos da escola e da cidade, instaurar práticas educadoras não alinhadas aos preceitos capitalistas de mercantilização dos espaços citadinos, conforme discutimos no livro “Educação na Cidade: conceitos, reflexões e diálogos”, publicado em 2018.

Consideramos fundamental sistematizar propostas contra-hegemônicas que visem revelar as contradições presentes na cidade, para que os educandos e os visitantes ampliem suas consciências críticas e seus conhecimentos do mundo. É necessário fomentar modos de ultrapassar a contemplação passiva, romper com o silêncio e repensar a função de consumidor da cidade como mercadoria. Cabe buscar alternativas para perceber o que a bela aparência de alguns espaços da cidade esconde. Ensejamos que, a partir de propostas dessa natureza e em consonância com a escola, todos os espaços da cidade colaborem para o desmantelamento das estratégias que enfraqueçam o coletivo e reforcem a ideologia dominante.

As ideias e reflexões acima elencadas são oriundas de experiências pregressas que subsidiaram a criação do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação na Cidade e Humanidades (Gepech¹). Nesse sentido, na próxima seção apresentaremos os fatores motivadores da criação desse grupo. Em seguida, situaremos as bases teóricas que fundamentam a proposta intitulada Educação na Cidade e, na sequência, discutiremos sobre as diferentes estratégias metodológicas utilizadas no Gepech para desenvolver pesquisas na área.

1 O Gepech se insere na linha de pesquisa “Educação na Cidade: formação, diálogos e intervenção” e está vinculado ao grupo de pesquisa “Artes Visuais, Literatura, Ciências e Matemática: Diálogos possíveis” (Gpalcim), registrado no CNPq em 15-10-2014. O Gpalcim foi criado com a intenção de contribuir para a produção de pesquisas nos mestrados do Ifes. Tem como objetivo a produção de material educativo e de reflexões sobre os possíveis diálogos entre as Artes Visuais, a Literatura, as Ciências, a Matemática, entre outras áreas do conhecimento. O grupo possui três linhas de pesquisa: Arte e Literatura: diálogos possíveis; Artes, Ciências e Matemática: contribuições para o ensino; Educação na Cidade: formação, diálogos e intervenção.



1. FATORES QUE MOTIVARAM A CRIAÇÃO DO GEPECH

A criação do Gepech foi registrada no ano de 2016 e revela trajetórias de experiências e ações no campo do ensino e da formação de professores desenvolvidas pelos integrantes do grupo. A experiência acumulada das coordenadoras do grupo ministrando cursos para professores, realizando visitas a diferentes espaços da cidade, a produção de materiais educativos para o ensino da arte em museus e em espaços expositivos, as diferentes ações de mediação de acervo artístico junto a estudantes de diversos níveis de ensino, bem como a docência da disciplina “Educação em Espaços não Formais”, direcionaram a busca por uma alternativa às abordagens dicotômicas relacionadas aos espaços formais/não formais de educação, distanciando-nos de proposições promovidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como as intituladas “Cidade Educadora” e “Cidade Educativa”. Diante das vinculações hegemônicas dessas propostas, optamos pela utilização do termo “Educação na Cidade”, pressupondo que educação em sentido amplo depreende processos de apropriação de conhecimentos diversos e pode ser efetivada em variados locais (Sgarbi & Chisté, 2015). Assim, consideramos que, diante de uma cidade que educa na maioria das vezes para a adaptação à lógica do mercado, é necessário construir uma intervenção pedagógica que ajude a ler essa cidade e apontar caminhos para a sua transformação.

Esses fatores, aliados à nossa atuação no Mestrado em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), impulsionaram a implementação do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação na Cidade de Humanidades (Gepech). Ao idealizarmos o Gepech, elencamos como objetivos 1) discutir relações entre a cidade e a educação a partir de áreas do conhecimento ligadas às humanidades; 2) planejar, executar e avaliar formações de professores da educação básica, que contribuem com reflexões sobre os espaços da cidade; bem como 3) sistematizar materiais educativos que discutem e apresentam propostas relacionadas com a cidade. O alcance desses objetivos demanda uma definição do que entendemos por Educação na Cidade. Portanto, as discussões delimitadoras desse conceito serão desenvolvidas no próximo tópico, onde também apresentaremos ideias elaboradas por nós em livros, eventos e revistas acadêmicas, bem como discussões realizadas por outros autores.



2. EDUCAÇÃO NA CIDADE

Dentro das abordagens relacionadas com a educação, encontramos alguns modos para pensar o potencial educativo da cidade. Essas possibilidades carregam ideologias, direcionando caminhos que a educação pode assumir, dependendo da origem de seus posicionamentos. Vejamos, primeiramente, a gênese e o objetivo do projeto “Cidade Educativa”, apresentado no “Relatório Aprender a Ser” (1973), e elaborado por uma Comissão Internacional da UNESCO, liderada por Edgar Faure, ex-ministro da Educação da França, juntamente com representantes dos Estados Unidos da América, União Soviética, Chile, Síria e Congo. Nesse relatório, Faure e seus colaboradores defendem a necessidade de novas estratégias para melhorar a educação dos países de terceiro mundo. O relatório surge, então, como um estudo para ajudar as nações pobres a enfrentarem a crise da educação que as assolava, reforçando a cooperação internacional para renovar a educação. Como solução, o relatório propõe a implantação da proposta “Cidade Educativa” que, a partir de então, passou a orientar políticas públicas em vários países. Segundo Faure (1973) seria necessário que outras instituições educacionais, além da escola, contribuíssem para a superação da crise instaurada na educação dos países em desenvolvimento, reunindo também o empenho de todos os indivíduos da sociedade.

Dando continuidade às ideias apresentadas no “Relatório Aprender a Ser”, surge o conceito de “cidade educadora”, a partir da realização do I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, em 1990. Incentivado pela UNESCO na Convenção das Nações Unidas ocorrida no ano anterior, o evento sistematizou uma carta de intenções com princípios essenciais ao desenvolvimento educacional das cidades, a serem seguidos pelos integrantes da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), que, atualmente, abarca 477 cidades e 37 países. A Carta das Cidades Educadoras (1990) baseou-se em documentos internacionais e partiu do pressuposto de que a cidade possui elementos para formação integral, funcionando como um agente de educação permanente.

A partir de uma análise realizada em artigo anterior (Chisté, 2017), entendemos que os pressupostos da Cidade Educativa no Relatório de Faure e os esforços empreendidos pela Cidade Educadora da AICE visam a ampliação e o reforço da ideia de Estado Mínimo imposta pelos agentes do



capital. Pela via de se delegar à sociedade civil a obrigação de implementar e executar políticas sociais, retirando, portanto, o Estado de sua responsabilidade social, passa-se a economizar com gastos supostamente desnecessários. A proposta da AICE não busca potencializar o coletivo para promoção de transformação social radical, mas responsabilizar a sociedade civil pela implementação de políticas públicas não realizadas pelo Estado. Por conseguinte, as instituições sem fins lucrativos, como as organizações não governamentais, passam a ser aquelas que inspiram confiança e recebem financiamento para prover o que o Estado não consegue implementar (Chisté, 2017).

Sem a intenção de esgotar o assunto, mas visando ao distanciamento de tais pressupostos, compreendemos que Educar na Cidade implica mais do que uma simples maquiagem, embelezamento oriundo de ações instituídas por organizações, as quais não visam contribuir para o conhecimento da realidade. Cabe pensar e implementar, pela via de uma educação prioritariamente pública, formas de promover o desvelamento dos espaços citadinos, muitas vezes configurados para reproduzirem a sociedade desigual onde vivemos. Essas contradições precisam ser reveladas por meio de uma educação que empodere os sujeitos e os impulse a criarem de forma coletiva os meios para transformar as condições de exploração em que estão hodiernamente submetidos. Como nos sugere Della Fonte (2018), compreender a cidade pressupõe:

“(...) desvendar suas ruas e seus nomes, suas sedes administrativas, os recortes de seus bairros, a concentração de sua população, suas praças e parques, os monumentos públicos, suas formas arquitetônicas, a localização de suas indústrias e fábricas, o seu ritmo do trabalho, a sua condição ambiental-ecológica, seus lugares de encontros, suas rotas de mobilidade, a sua distribuição da riqueza material e simbólica e seus confrontos de classe.” (p. 7)

Ações educativas desenvolvidas na escola podem estimular e dar condições para o alcance do entendimento sobre a cidade. Algumas questões podem ajudar a problematizar as relações entre a cidade e o modo de produção que nos orienta:

- Que potencial transformador tem a cidade? Que estratégias podem ser pensadas nesses espaços que contribuam com a problematização da realidade?



- Que lugares da cidade podem contribuir para o processo de humanização dos sujeitos?
- Como a escola pode potencializar as atividades na cidade para ampliar e fortalecer o aprendizado crítico de seus educandos?
- Como planejar visitas² a esses espaços? O que fazer antes de uma visita? É possível realizar investigação prévia sobre o local a ser visitado? Que informações devemos buscar? O que fazer durante a visita?
- Além da escola, outras instituições educativas podem promover o conhecimento da cidade? Essas instituições podem substituir a escola? Existe a possibilidade de realizar um trabalho em parceria com a escola?
- Quais as obras de arte (visuais ou escritas) que podem estimular discussões sobre a cidade? Como a cidade é representada nessas obras?
- Conhecer a história do desenvolvimento da cidade (seu aspecto sincrônico) pode contribuir para o desvelamento das contradições soterradas?
- Que histórias da cidade podemos encontrar? Que abordagens elas apresentam? Essas abordagens enaltecem que classe social?

A partir do que acabamos de comentar, consideramos que para Educar na Cidade é possível realizar pelo menos três abordagens: (1) abordagem que fomenta o diálogo entre diferentes espaços da cidade por meio de visitas e de estudos sobre esses locais; (2) abordagem que promove o estudo sobre a cidade, estimulando a compreensão de diferentes versões sobre o seu processo histórico de transformação, inferindo sobre os aspectos ideológicos de cada uma delas; e (3) abordagem que contempla o estudo das diferentes representações criadas e inspiradas pela vida na cidade, tais como pinturas, filmes, propagandas, músicas, poesias, romances etc., pois a partir de diferentes obras de arte é possível revelar modos de compreensão da cidade, sejam eles hegemônicos ou contra-hegemônicos.

2 Entendemos que visitar um espaço a partir de uma demanda educativa diz respeito a apreender esse local em seus mais variados aspectos. Pressupõe mediação intencional de um profissional preparado para essa função. Não se trata de uma aula passeio, mas uma atividade educativa com finalidades específicas. Ou seja, a visita necessita de ser mediada por um sujeito que, por meio da linguagem, da interação social e da atividade de ensino, contribua com a apropriação do conhecimento acumulado historicamente pela humanidade, possibilitando aprendizagem que promova o desenvolvimento psicológico dos envolvidos no processo e, conseqüentemente, que amplie suas visões de mundo, de si e do outro.



Uma abordagem não exclui a outra. Ao contrário, elas podem potencializar e estimular estudos multifacetados. Como sugere Kosik (1976), a compreensão de determinado fenômeno pressupõe ir para além do que se manifesta imediatamente:

“(…) se quiser pesquisar a estrutura da coisa e quiser perscrutar ‘a coisa em si’, se apenas quer ter a possibilidade de descobrir a essência oculta ou a estrutura da realidade o homem, já antes de iniciar qualquer investigação, deve necessariamente possuir uma segura consciência do fato de que existe algo susceptível de ser definido como estrutura da coisa, essência da coisa, ‘coisa em si’, e de que existe uma oculta verdade da coisa, distinta dos fenômenos que se manifestam imediatamente” (Kosik, 1976, pp. 16-17).

Nesse sentido, compreender a cidade, seja dando ênfase aos seus espaços institucionalizados ou não, à sua historiografia ou às suas representações, implica um olhar apurado, focado e lento. Como aponta Calvino (1990): “As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa” (p. 44).

Ler a cidade, então, pressupõe saber que existem aspectos que precisam ser revelados, pois eles não compõem a aparência dos diversos fenômenos que abarcam a cidade. Além disso, cabe também estimularmos uma leitura lenta da cidade. Do mesmo modo que necessitamos de tempo para conhecermos e compreendermos uma obra de arte (Chisté, 2015), precisamos também dedicar tempo para entendermos os múltiplos aspectos que compõem a cidade. Como pontua Della Fonte (2018),

“(…) não se pode abrir mão de um vagueio errático pela cidade. Por certo, não se trata do vagar da multidão, empurrada pelos semáforos prestes a fechar, pelo tempo acelerado da atividade produtiva, pelo olhar negligente e epidérmico que satisfaz às demandas emergenciais de se chegar ao trabalho ou em casa. A experiência que se conclama é errante e desacelerada; paciente, ela experimenta e conhece; inquieta, vê, cheira, toca, ouve o que a cidade nos diz. Está longe de ser passiva: retruca seus dizeres, regozija-se com seus acertos, dialoga com a cidade, a indaga em seu existir. No fundo, o diálogo com a cidade é um auto diálogo, um colóquio com a cidade que construímos e que nos construiu, portanto, com a cidade que existe também em nós.” (p. 8)



Se a cidade é produção humana e se somos todos produtores da cidade, podemos pensar no direito que temos a ela. Segundo Lefebvre (1991), trata-se de um direito humano de natureza social vinculado à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. Trata-se de um direito à vida urbana, movida não pela industrialização, mas por necessidades sociais com fundamentos antropológicos, rumo a uma nova práxis e a um novo ser humano (Lefebvre, 1991). O direito à cidade significa o direito dos cidadãos-citadinos e dos grupos constituídos por eles de figurarem sobre todas as redes de circuitos de comunicação, de informação e de trocas. Isso precisa ocorrer a partir de uma reunião de tudo o que pode ser produzido no espaço da cidade e pelo encontro de diversos objetos e sujeitos.

O direito à cidade recusa a organização discriminatória e segregadora. Além de recusar, critica os centros estabelecidos sobre a segregação, os quais lançam para os espaços periféricos todos os que não participam de privilégios políticos. Segundo Lefebvre (2016), para se promover o direito à cidade é necessário proporcionar o direito de encontro, de reunião, cujos lugares e objetos devem responder a certas necessidades sociais,

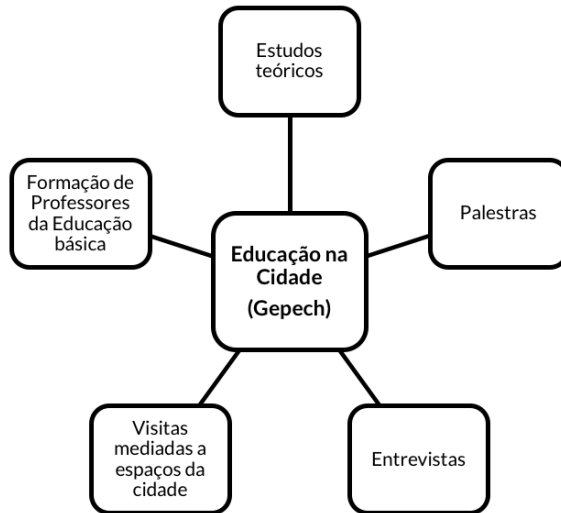
“Só um grande crescimento da riqueza social, ao mesmo tempo que profundas modificações nas próprias relações sociais (modo de produção), pode permitir a entrada, na prática, do direito à cidade e de alguns outros direitos do cidadão e do homem. Para que tal direito seja assegurado é necessária uma reorientação do crescimento econômico, que não mais conteria em si sua finalidade, nem visaria mais a acumulação (exponencial) por si mesma, mas serviria a fins superiores” (Lefebvre, 2016, p. 36).

3. METODOLOGIA DE ORGANIZAÇÃO E AÇÕES DO GEPECH

Organizar e desenvolver ações formativas vinculadas ao conceito de Educação na Cidade que explicitamos e defendemos, demanda uma participação ativa dos sujeitos. Para tanto, requer uma opção metodológica de natureza dialógica compreendida a partir de proposições de Bakhtin (2003), que valoriza a interação discursiva, em suas diferentes formas e manifestações, na promoção do conhecimento e na constituição dos sujeitos. O Esquema 1 explicita essas estratégias.



Esquema 1. Estratégias metodológicas para estudos da cidade



Observamos no Esquema 1 que as ações do Gepech privilegiam o diálogo em variadas estratégias e recursos, como estudos coletivos de fontes teóricas, palestras com pesquisadores que assumem a cidade como foco de investigação, entrevistas com estudiosos sobre a temática da educação na cidade, visitas mediadas a diferentes espaços da cidade e ações de formação continuada com professores da educação básica interessados em conhecer e desenvolver práticas educativas relacionadas à Educação na Cidade. O detalhamento dessas ações metodológicas será apresentado na sequência desse texto com o objetivo de evidenciar o percurso de estudos do grupo e sua caracterização.

3.1 Estudos teóricos sobre educação na cidade

Os estudos teóricos desenvolvidos no contexto do Gepech foram e são importantes para fundamentar as pesquisas e os materiais educativos direcionados ao campo do ensino de Humanidades. Concebemos essa estratégia metodológica como encontros coletivos nos quais os participantes do grupo interagem, conhecem e discutem o conteúdo de obras de diferentes autores que, de algum modo, contribuem para a análise da temática Educação na Cidade. Nesses encontros realizamos a leitura aprofundada de obras sobre



as três abordagens apresentadas anteriormente. A sistematização dessas leituras ocorre de forma prévia. Para apresentação dos textos os integrantes do Gepech organizam-se em pequenos grupos constituídos por um professor e mestrandos. Cada grupo fica responsável por mediar as discussões dos textos e elaborar a síntese dos principais conceitos, compartilhando-a com os demais participantes durante os encontros presenciais. Entendemos que esses estudos possibilitam o intercâmbio de conceitos e a elaboração de sínteses provisórias, aprofundadas por meio de outros estudos, ou seja, adquirem nova qualidade a cada incursão elaborada. Destacamos que os estudos realizados nessa dinâmica coletiva desenvolvida pelo Gepech favoreceram o delineamento teórico das pesquisas de cada participante, como podemos exemplificar com as produções elencadas no Quadro 1.

Quadro 1. Exemplos de pesquisas (Dissertações de Mestrado) desenvolvidas no Gepech

Abordagens	Exemplo de Pesquisa Desenvolvida	Objetivo da Pesquisa
1) Fomenta o diálogo entre diferentes espaços da cidade por meio de visitas e de estudos sobre esses locais	O Entorno da Vale S.A. na perspectiva da cidade educativa: da miopia verde à catarse do pó preto (autor Israel Frois).	Problematizar e criticar as dinâmicas ambientais entre a Vale S.A. e o seu entorno, em especial no que tange à emissão do "pó preto", transformando essa problematização em subsídio para elaboração de material educativo a ser compartilhado e avaliado em formação de professores da educação básica.
2) Promove o estudo sobre a cidade, evidenciando o seu processo histórico	Educação na cidade: o processo de modernização da cidade de Vitória em debate na formação de professores (autora Patrícia Pinto).	Compreender o processo de modernização da cidade de Vitória para propor a criação de material educativo a ser compartilhado e validado por meio de formação de professores capaz de proporcionar práticas educativas sobre a história do desenvolvimento urbano nesse local.
3) Contempla o estudo das diferentes representações artísticas criadas e inspiradas pela vida na cidade	Leitura poética da cidade de Vitória na obra de Elmo Elton (autor André Jacinto).	Compreender como a leitura da obra poética de Elmo Elton em diálogo com a cidade pode potencializar as práticas de leitura literária no ensino médio de uma escola pública na cidade de Serra/ES.

Além de subsidiarem a produção das pesquisas do grupo, os estudos teóricos coletivos contribuem para os participantes compreenderem a cidade em seus múltiplos aspectos, relacionando-os ao seu potencial educativo.



Aprendemos dos dados do Quadro 2 que os participantes do Gepech desenvolveram intenso diálogo com vários textos de autores internacionais, nacionais e locais. Esclarecemos que essa sequência de obras não foi definida a priori, mas sintetiza uma construção coletiva, pois as fontes teóricas foram acessadas e integradas ao cronograma de estudos a partir de diálogos entre os participantes com as primeiras referências bibliográficas sobre a noção de educação e cidade. Assim, professores e mestrandos, à medida que realizavam os primeiros estudos, tomavam ciência de outras fontes consideradas relevantes para a exploração da temática.

Quadro 2. Diálogos com autores que estudam a cidade

Estudos coletivos de fontes teóricas	
2016-1	Sgarbi & Chisté (2015) - Freire (2007) - Gadotti & Padilha (2004) - Silva (1979) - Lefebvre (1991) - Canevacci (2004) - Klug (2009) - Harvey (2014).
2016-2	Lefebvre (2016) - Ferreira (2016) - Padilha Ceccom & Ramalho (2010).
2017-1	Davis (2006) - Engels (2015) - Harvey (2005) - Lefebvre (2013) - Derenze (1965). Rocha (1971) - Lopes (2002) - Frehse (2005).
2017-2	Mendonça et al. (2009) - Berman (1986) - Costa & Schwartz (2000) - Fraya (2011) - Teixeira (2012) - Argan (2014) - Maricato (2015) - Bastos (2012) - Meneses (1996) - Harvey, Maricato, Žižek; Davis et al. (2013).
2018-1	Moura (2000) - Konder (2008) - Harvey (1989).

Essa dinâmica de interação com os textos, e a conseqüente produção e reelaboração do cronograma de estudos, indicam relações com a noção de inacabamento da palavra, pois, conforme Bakhtin (2005, p. 195), as palavras do outro comportam um limiar e ao serem “(...) introduzidas em nossa fala, são revestidas inevitavelmente de algo novo, da nossa compreensão e da nossa avaliação”. Desse modo, a leitura em perspectiva dialógica pressupõe que um texto abra possibilidades para outros textos, alimentando o fluxo da comunicação verbal (Bakhtin, 2004) sobre a cidade. Assim, as leituras das obras iniciais apontaram para novas fontes e, por meio de atitudes ativas e responsivas (Bakhtin, 2004), os integrantes do Gepech participaram da construção do percurso de estudos, os quais contribuíram sobremaneira para a compreensão do fenômeno urbano como processo histórico, constituído por diferentes camadas, que materializam produções humanas permeadas por conflitos, contradições, tensões, avanços e recuos.



3.2 Palestras e entrevistas com pesquisadores que elegem a cidade como foco principal de investigação

As palestras e as entrevistas com pesquisadores constituem formas de interação importantes para os trabalhos do Gepech. Nessas oportunidades de contato mais próximo com os estudiosos de diferentes áreas, foi possível indagar, esclarecer, problematizar, conhecer abordagens teórico-metodológicas, dentre outros aspectos, sobre estudos e relações entre educação e cidade. Esses encontros dos participantes do Gepech e os palestrantes e entrevistados constituíram eventos dialógicos³ (Bakhtin, 2003), permeados de enunciados plenos e concretos, tradutores de experiências de compartilhamento de prolongadas e variadas investigações temáticas, conforme podemos verificar nos dados do Quadro 3.

Quadro 3. Palestras e entrevistas com pesquisadores, realizadas semestralmente

Temas das palestras com pesquisadores	
2016-1	Arte urbana, com pesquisador da área de Arte Representações da cidade na arte, com pesquisador da área de Arquitetura Processo de modernização da cidade de Vitória-ES, com pesquisador da área de História
2016-2	História da cidade de Vitória-ES, com pesquisador da área de História Cidade e literatura, com pesquisador da área de Literatura
2017-1	Fotografia e história do Espírito Santo, com pesquisador da área de Arte Processo de colonização do Espírito Santo, com pesquisador da área de História Cidade e o capital imobiliário, com pesquisador da área de Geografia Cidade e história, com pesquisador da área de Arquitetura
2017-2	Conceitos do materialismo histórico dialético e os estudos da cidade, com pesquisador da área de Filosofia Cidade e subjetividade, com pesquisador da área de Arquitetura Paisagens da cidade, com pesquisador da área de Arquitetura Palestra sobre cidade e memória, com pesquisador da área de Filosofia Questões ambientais e cidade, com pesquisador da área de Sociologia
2018-1	Categorias para o estudo da cidade e o conceito de viagem formativa, com pesquisador da área de Filosofia
Temas de entrevistas com pesquisadores	
2016-1	Município que educa, com pesquisador do Instituto Paulo Freire

3 A partir da abordagem discursiva de linguagem desenvolvida pelo pensador russo Mikhail Bakhtin (2003), o termo “eventos dialógicos” é entendido, no contexto das ações do Gepech, como encontros entre pessoas que interagem de modo ativo e colaborativo. Por meio do uso da palavra, os sujeitos participantes desses eventos estabelecem intercâmbio de ideias, debates e enriquecimento mútuo. Esses eventos se constituem como momentos únicos, singulares, repletos de enunciados, que pontuam trajetórias de investimentos em temáticas específicas de estudos.



Quadro 3. Palestras e entrevistas com pesquisadores, realizadas semestralmente (Continuação).

2016-2	Formação de professores e o conceito de atividade pedagógica com pesquisador da área de Educação da Universidade de São Paulo Relações do espaço público (rua) e a sociedade urbana com pesquisador da área de Sociologia da Universidade de São Paulo Grafia do espaço urbano e a formação de centros financeiros com pesquisadores da área de Arquitetura da Universidade de São Paulo
2017-1	Atualidade do materialismo histórico-dialético e os estudos das cidades do México, com pesquisador da área de Letras As ações do setor educativo do Museu Afro Brasil de São Paulo com diretora da parte educativa do museu
2017-2	Juventude, desigualdades e ocupação do espaço urbano com pesquisador da área de Arquitetura da Universidade de São Paulo
2018-1	Diferentes abordagens dos estudos da cidade e suas representações na arte com pesquisador da área de História

Esses vários eventos produziram ecos (Bakhtin, 2003) no processo de constituição dos conhecimentos dos integrantes do Gepech, assim como nas pesquisas e ações realizadas. Tais ecos podem ser percebidos pela apropriação de conceitos compartilhados pelos palestrantes e entrevistados. Além das contribuições conceituais, o contato com eles viabilizou a sistematização de outras atividades acadêmicas, como a participação em eventos e vínculos com outros grupos de pesquisa, que tangenciaram a discussão em foco.

3.3 Visitas mediadas a espaços educativos da cidade

As visitas mediadas⁴ realizadas pelo Gepech foram/são momentos de integração dos participantes do grupo e de relação com espaços da cidade na busca pela ampliação de oportunidades para o desenvolvimento de nossa humanidade. Essa relação exige a reeducação do olhar para observar, indagar os espaços da cidade como resultados do trabalho que inscreve marcas das existências individuais e coletivas. Nesse tipo de proposição, Freire (1995) pontua que:

“No fundo, a tarefa educativa das cidades se realiza também através do tratamento de sua memória e sua memória não apenas guarda, mas reproduz, estende, comunica-se às gerações que chegam. Seus museus, seus centros de cultura, de arte são a alma viva do ímpeto criador, dos sinais de aventura do espírito. Falamos de épocas diferentes, de apogeu, de decadência, de crises, da força condicionante das condições materiais.” (p. 26)

Nessa perspectiva, os espaços da cidade estão impregnados de elementos que

⁴ Vide nota de rodapé 3.



comunicam a aventura humana de constituição do fenômeno da vida urbana. Assim, a leitura da cidade deve ser formativa, especialmente, pela compreensão da composição de sua grafia urbana, com suas ruas, mercados, praças, igrejas, monumentos, palácios, museus, trânsito, escolas, cultura, imagens, enfim, com a diversidade dos elementos constituintes e suas contradições. Estabelecer nexos dessas proposições com o ensino de Humanidades torna-se premissa e, ao mesmo tempo, produto das ações do Gepech. Assim, realizamos várias ações desse tipo, integrando professores pesquisadores e alunos do Mestrado de Humanidades, conforme podemos apreender dos dados do Quadro 4.

Quadro 4. Visitas mediadas a espaços da cidade realizadas por semestre

Visitas mediadas a diferentes espaços educativos	
2016-1	Mostra “Postais do Espírito Santo”, acervo Monsenhor Jamil Abib, realizada no espaço cultural do Palácio Anchieta Vitória-ES Exposição fotográfica “Victor Frond 1860 uma aventura fotográfica de D. Pedro II na Província do Espírito Santo”, realizada no Museu Vale Vitória-ES
2016-2	Exposição “Constelações”, do artista Hilal Sami Hilal, realizada no espaço cultural do Palácio Anchieta Vitória-ES Museu Afro Brasil de São Paulo - SP Espaços públicos da cidade de São Paulo a partir da Avenida Paulista SP
Visitas mediadas a diferentes espaços educativos	
2017-1	Exposição “Torções”, do artista Luciano Feijão, realizada no Museu Capixaba do Negro Verônica da Paz - Vitória-ES Museu do Pretos Novos do Rio de Janeiro – RJ
2017-2	Museu do Imigrante de São Paulo – SP
2018-1	Exposição “São Paulo: três ensaios visuais sobre cartões-postais da cidade de São Paulo” – realizada no Instituto Moreira Salles - SP

Essas visitas a diferentes espaços provocaram, nos sujeitos participantes (professores e mestrandos), um novo olhar, analisado a partir dos extratos registrados nas interações discursivas no momento das visitas mediadas. Tais relatos são oriundos de gravações e questionários aplicados durante as atividades. Os enunciados que seguem foram produzidos por meio de questionário com questões abertas, respondidas por mestrandos que participaram da visita à mostra “Postais do Espírito Santo”.

“Visitar as exposições contribuíram para que eu remontasse a história da cidade no tempo [...] o que me despertou um sentimento de valorização por Vitória, *uma compreensão maior da importância dos restauros*” (Participante D, 2016).



“As visitas feitas oportunizaram conhecer melhor a história da cidade e *perceber as contradições contidas no espaço*” (Participante I, 2016).

Tais enunciados sinalizam que as visitas mediadas têm potencial para provocar alterações no modo de compreender a cidade, favorecendo a apropriação de conteúdos singulares e próprios. Assim, os sujeitos ao conhecerem os cartões-postais e ao refletirem sobre os conteúdos explicitados durante a visita mediada, não são mais os mesmos de quando a iniciaram. De modo similar, podemos inferir que as visitas mediadas podem ser pensadas em analogia com os cinco tipos de viajantes descritos por Nietzsche (2008), ao mostrar que os de grau mais elevado têm necessidade de dar vida ao que foi visto em obras e ações.

“Entre os viajantes devemos distinguir cinco graus: os do primeiro, o mais baixo, são aqueles que viajam e são vistos são viajados, na verdade, e praticamente cegos; os do grau seguinte veem a si mesmos no mundo, realmente; os terceiros vivenciam algo como consequência do que veem; os quartos assimilam o vivenciado e o carregam consigo; há, por fim, alguns indivíduos de elevada energia, que, após terem vivenciado e assimilado o que foi visto, têm de necessariamente dar-lhe vida de novo, em obras e ações, tão logo retornem para casa. De modo igual a esses cinco tipos de viajantes vão todos os homens pela jornada da vida, os mais baixos como seres puramente passivos, os mais elevados como os que agem e se exprimem inteiramente, sem nenhum resíduo de eventos internos” (Nietzsche, 2008, p. 109).

3.4 Formação continuada com professores da educação básica

Como situamos, a metodologia de funcionamento do Gepech contempla ações de formação continuada com professores da educação básica, por meio da realização de cursos de extensão. Essas ações visam instaurar um espaço de diálogo e de interação com professores da educação básica com o objetivo de divulgar, discutir e validar proposições de materiais educativos oriundos de pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades, e que abordam diferentes temáticas sobre Educação na Cidade e o foco de estudo desse programa.

Para isso, assumimos princípios da abordagem histórico-cultural, em especial, o conceito de atividade pedagógica desenvolvido por Moura (2010, 2017) e seu grupo. Com esse autor, partilhamos da proposição de que esse conceito é importante para o campo da formação docente, porque carrega em si uma



unidade dialética, ao sintetizar a atividade de ensino do professor e a atividade de aprendizagem do aluno. Desse modo, sinaliza que o conceito de atividade pedagógica assume caráter político e social e precisa ser pensado em bases epistemológicas radicais, buscando evidenciar contradições e limites que impossibilitam o desenvolvimento das pessoas, especialmente, pelo acesso desigual aos conhecimentos mais elaborados produzidos pela humanidade.

Essas bases estão sustentadas em autores como Leontiev (1978, 1983), que discute a natureza da atividade humana e seus elementos constituintes. De acordo com esse autor, o termo “atividade” não pode ser entendido como ações simples, realizadas pelos sujeitos no cotidiano para fins imediatos. Para ele, uma ação pode ser considerada atividade quando visa à solução de algum problema que afeta as pessoas. Desse modo, quando a necessidade de resolver determinadas questões gera motivos para o sujeito agir, ele entra em atividade. Sua atuação passa a ser coordenada e intencional em função de um objetivo maior que se quer atingir, possui uma direção e, por isso, realiza ações e operações interligadas e articuladas. Nas palavras de Leontiev (1988),

“Não chamamos todos os processos de atividade. Por esse termo designamos apenas aqueles processos que, realizando as relações do homem com o mundo, satisfazem uma necessidade especial correspondente a ele. (...) Por atividade, designamos os processos psicologicamente caracterizados por aquilo a que o processo, como um todo, se dirige (seu objeto), coincidindo sempre com o objetivo que estimula o sujeito a executar esta atividade, isto é, o motivo.” (p. 68)

Pensando que em nossa sociedade a escola assume a função de socializar conhecimentos com as novas gerações e que tal finalidade se concretiza pela atividade pedagógica do professor, é importante destacar a direção dessa atividade. Segundo Moura (2010), a direção e a finalidade da atividade pedagógica estão vinculadas à aprendizagem dos estudantes. Para isso, o professor necessita de planejar intencionalmente situações de ensino, organizar o seu trabalho com ações e operações articuladas e utilizar instrumentos adequados, que possam promover a aprendizagem de conceitos científicos. A apropriação desses conceitos deve levar ao desenvolvimento das funções psíquicas superiores, conforme podemos ler em Vigotski (2000). Portanto, é por meio da apropriação dos conceitos científicos que os sujeitos passam a ter “(...) condições de compreender novos significados para o mundo,



ampliar seus horizontes de percepção e modificar as formas de interação com a realidade que o cerca; em suma, permite a ele transformar a forma e o conteúdo de seu pensamento” (Rosa, Moraes, & Cedro, 2010, p. 67).

Essas compreensões sobre a função da escola e do trabalho do professor colocam em evidência a necessidade de constante aprimoramento e desenvolvimento dos profissionais envolvidos com o trabalho pedagógico. Nesse sentido, tornam-se importantes as ações de formação continuada que assumem como princípio a articulação entre teoria e prática e possibilitam a apropriação de conhecimentos teóricos na direção do desenvolvimento dos sujeitos. Nessa perspectiva, Gladcheff (2015) nos indica que alguns elementos são essenciais. Para a autora, a formação de professores deve ser desenvolvida em um contexto coletivo, no qual as motivações pessoais dos participantes sejam compartilhadas e encontrem uma unidade. Suas proposições dialogam com Moura (2004, p. 260), quando diz que “(...) as pessoas são singulares e é essa singularidade que queremos afirmar, que queremos que continue a existir na sua plenitude, mas que tenha no coletivo o referencial de seu desenvolvimento, já que a existência isolada não tem razão de ser”. Desse modo, é possível compreender a natureza social da aprendizagem docente, pois os participantes em interação compartilham conhecimentos. Gladcheff (2015) afirma que

“(...) o que permite ao professor estar em formação é o processo de significação da atividade pedagógica; é o fato de ser sujeito em atividades de formação nas quais as ações conscientes são aquelas que ele considera potencialmente relevantes para a sua aprendizagem sobre o ensino.” (p. 66)

Nessa perspectiva, a formação de professores revela relações dialéticas, que explicitam movimentos entre o coletivo e o singular, o geral e o particular. Ou seja, os professores estabelecem conexões entre aprendizagens efetivadas no contexto da formação e ações de ensino organizadas e desenvolvidas na escola.

Em nossas pesquisas, para captar indícios desse processo de formação como atividade, recorreremos a diferentes procedimentos investigativos para o registro dos dados empíricos, tais como: registros em diário de campo pelos pesquisadores, gravações de áudio e vídeo de encontros coletivos com os professores, registros escritos em espaços de interação virtual (Moodle), fotografias, relatos de experiência didática e de visitas mediadas a espaços



da cidade, e também questionários semiestruturados. O conjunto dos dados produzidos durante os cursos de extensão com os professores representa a totalidade das ações de formação. Na impossibilidade de exposição de todas essas ações, selecionamos episódios formativos que, em nosso ponto de vista, são momentos relevantes, pois evidenciam a formação como movimento. Conforme Moura (2004, p. 276), “(...) os episódios poderão ser frases escritas ou faladas, gestos e ações que constituem cenas que podem revelar interdependência entre os elementos de uma ação formadora.”

A partir dessas proposições, realizamos, no ano de 2017, duas ações de formação continuada com professores da educação básica. Denominamos de Curso 1 a ação desenvolvida no primeiro semestre de 2017, intitulada “Educação na cidade e o processo de modernização de Vitória-ES”. A segunda, “Infância e educação na cidade: a Ilha de Monte Belo como fonte de conhecimento do patrimônio cultural na formação de professores”, identificada por nós como Curso 2, foi realizada no segundo semestre de 2017 em parceria com uma unidade de ensino de educação infantil.

Nessas duas ações, organizamos uma estrutura metodológica de formação, que compreende os seguintes elementos, conforme o Esquema 2.

Esquema 2. Estratégias para Formação de Professores





Os diferentes momentos da formação foram desenvolvidos em encontros presenciais com os professores e atividades *on-line* sistematizadas em ambiente virtual de aprendizagem (Moodle). Para exemplificar tal percurso, apresentamos o roteiro da formação do Curso 1 (Quadro 5).

Quadro 5. Roteiro metodológico do curso extensão Educação na cidade e o processo de modernização de Vitória-ES

Data do encontro	Atividades de formação
16-05-2017	Mesa 1: Educação na cidade: contribuições da abordagem histórico-cultural
30-05-2017	Mesa 2: Educação na cidade: processo de modernização da cidade de Vitória e o Parque Moscoso como espaço-memória Oficina de arte
03-06-2017	Visita mediada ao Centro Histórico de Vitória
13-06-2017	O entorno da Vale na perspectiva da Educação na Cidade Oficina de arte
24-06-2017	Visita mediada à Praia de Camburi e o entorno da empresa mineradora Vale
27-06-2017	Relatos de experiência didática
04-07-2017	Relatos de experiência didática e encerramento do curso

Esse roteiro de organização da formação continuada acompanha os princípios metodológicos do Gepech, detalhados em tópicos anteriores, porém em uma versão temática específica. Para compreender de que modo esse roteiro contribui para a constituição de um movimento formativo com os professores na direção de favorecer a elaboração de outra qualidade para conceitos de educação na cidade, necessitamos estabelecer um ponto inicial de análise. Esse ponto é marcado pelo questionário com perguntas abertas, disponibilizado no momento da inscrição dos participantes no curso, quando buscamos levantar informações sobre a caracterização profissional do grupo e as expectativas e necessidades formativas dos sujeitos inscritos. Verificamos também que os inscritos no Curso 1 (setenta registros), enunciaram razões e necessidades variadas para participarem da formação, tais como: “Aprendizagem, crescimento profissional e ampliação do conhecimento local”, “Estabelecer estratégias pedagógicas para inserir no processo ensino aprendizagem com os educandos”, “Conhecer melhor a cidade de Vitória e levar os conteúdos para sala de aula”, “Adquirir conhecimentos sobre o processo de modernização de Vitória e assim planejar aulas que possam apropriar-se de fatos históricos e artísticos da cidade de Vitória”.



Entendemos esses enunciados a partir das proposições de Moura (2010), ao apontar que ações de formação de professores devem orientar-se pelas necessidades coletivas e pelos problemas sociais que afetam o grupo. Desse modo, as necessidades explicitadas pelos docentes estão relacionadas com a busca de conhecimentos com potencial para subsidiarem a constituição de uma nova qualidade da consciência sobre a realidade e, ao mesmo tempo, oferecerem elementos para orientar um outro modo de agir no/sobre o mundo. Cabe destacar que a atuação docente se concretiza na atividade pedagógica (Moura, 2010), ou seja, o professor busca se aprimorar para poder ensinar melhor, alcançar os objetivos do seu trabalho e a promoção da aprendizagem dos estudantes. Diante de tais expectativas, buscamos, por diferentes ações, garantir o acesso a conhecimentos sobre a cidade e a reflexão sobre suas potencialidades educativas.

Durante o percurso da formação, registramos as interações discursivas entre os participantes por meio de videogravação, fotografias, textos escritos e relatos de experiência didática. No final do curso, disponibilizamos um questionário de avaliação para que os participantes avaliassem a proposta de formação e as contribuições das atividades para o desenvolvimento profissional deles. Desse modo, captamos um conjunto amplo de dados que possibilita analisar o fenômeno da formação em sua dinamicidade. Por meio da análise do conteúdo desses enunciados que pontuam relações de interdependência entre as ações realizadas no curso e as aprendizagens docentes, temos condições de identificar extratos reveladores de mudanças ou alteração no modo de compreensão docente sobre o potencial educativo da cidade. No conjunto dos dados do Curso 1, selecionamos alguns registros que pontuam indícios dessas transformações.

“(…) Gostei muito do roteiro e aprendi muitas coisas que geralmente escapam ao padrão de visitas monitoradas que temos feito pela cidade de Vitória. (...) os objetos e fatos não mudam, mas a visão que temos deles vai mudando com o tempo” (Professora de História, 2017, registro escrito em Fórum de discussão do Moodle após visita mediada ao centro de Vitória).

“A Arte tem muita abertura e formas de estimular uma reflexão sobre o tema da poluição do meio ambiente. A produção artística (oficina) que realizamos também foi de muito valor. É algo que é possível fazer com os alunos, com o próprio material poluente, no nosso caso o pó de minério. A experiência de sentir nas mãos, a frieza, o peso e a cor, nos faz perceber o quão danoso e corrosivo o material é” (Professora de Arte, 2017, registro escrito em fórum de discussão no Moodle após visita mediada no entorno de uma empresa mineradora da cidade de Vitória).



Entendemos esses enunciados, conforme nos sugere Bakhtin (2003, p. 307), como “a realidade imediata (realidade do pensamento e das vivências)” explicitadas pelos sujeitos. Assim, nesses dois extratos podemos entrever que as várias ações de formação (estudos teóricos, debates coletivos, oficinas de arte, visitas mediadas e relatos de experiência didática) subsidiaram aos participantes o acesso a conhecimentos teórico-práticos. Ao mencionarem o roteiro da visita mediada e as oficinas de artes como ações que potencializaram a reflexão, sinalizam outro modo de compreensão sobre as temáticas discutidas no curso. Desse modo, podemos entender que pensar a educação na cidade abarca a análise da materialidade concreta de constituição desses espaços, buscando compreendê-los como síntese de relações não colocadas de forma imediata. É preciso, portanto, um esforço de análise com olhar minucioso, atenção para os detalhes e nexos a serem estabelecidos, visando a compreensão crítica da totalidade por uma perspectiva lógica e histórica. Sendo assim, esse processo pode contribuir para a constituição de uma nova consciência humana sobre o potencial educativo da cidade, principalmente, por meio de processos formativos ou de ensino organizados de maneira intencional.

Os dados da formação também podem ser compreendidos como indícios do processo de desenvolvimento dos participantes, pois no conjunto das informações, apreendemos nexos indicativos de mudanças nos modos de compreensão dos sujeitos sobre o potencial educativo de espaços da cidade de Vitória, considerando as discussões e os estudos sistematizados no curso.

Entendemos que os dados apresentados apontam para uma concepção de formação como movimento (Abreu & Moura, 2014), em que diferentes instrumentos contribuem para olhar o fenômeno como processo, em uma perspectiva cujo conjunto dos dados possa ser compreendido a partir da visão de totalidade. Destacamos que esse percurso metodológico da formação experienciada com o grupo de professores do Curso 1 será desenvolvido em outras ações do Gepech. Para o ano de 2018, temos planejadas duas outras ações que irão contemplar temas como o processo de colonização do Espírito Santo com base no estudo do Sítio Histórico da Prainha de Vila Velha- ES, e a violência contra as mulheres em expressões artísticas como o *graffiti* nos muros dos municípios da Grande Vitória. Diante do exposto, concluímos esse item com a convicção de que não encerramos o diálogo, mas abrimos possibilidades



para novas reflexões e debates, no âmbito da formação de professores, sobre as possibilidades educativas da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A centralidade das discussões presentes neste capítulo refere-se às estratégias metodológicas desenvolvidas pelo Gepech para fundamentar pesquisas relacionadas com a Educação na Cidade. Tais pesquisas geram grande volume de informações por colocarem em diálogo dados obtidos em diferentes fontes, e necessitam ser implementadas, prioritariamente, pela via da educação pública. Para isso, é importante ficarmos atentos a conceitos hegemônicos relacionados à educação e à cidade, os quais impossibilitam pensar esses espaços a partir de suas múltiplas relações, contradições e limites. Defendemos que Educar na Cidade requer práticas intencionais e sistematizadas, que empoderem os sujeitos e os impulsionem a criarem de forma coletiva os meios para transformar as condições de exploração a que grande parte da população brasileira está submetida, frente à alarmante desigualdade social no país. Nessa direção, três abordagens de pesquisas sobre educação na cidade são possíveis de serem implementadas: (1) abordagem que fomenta o diálogo entre diferentes espaços da cidade por meio de visitas e de estudos sobre esses locais; (2) abordagem que promove o estudo sobre a cidade evidenciando o seu processo histórico; e (3) abordagem que contempla o estudo das diferentes representações artísticas criadas e inspiradas pela vida na cidade.

No contexto das ações do Gepech, agregamos contribuições dessas três abordagens por entendermos que a utilização e articulação dessas proposições podem adensar conhecimentos e, assim, contribuir para o processo formativo dos sujeitos de modo ampliado. Dessa forma, concluímos que as diferentes estratégias metodológicas utilizadas, como os estudos coletivos de conceitos teóricos, as palestras e entrevistas com pesquisadores da área, as visitas mediadas, as oficinas de arte e os relatos de experiência compartilhados nas ações de formação docente constituem elementos importantes para pensar o processo formativo de pesquisadores, professores e estudantes. Tais proposições, desdobradas em ações formativas, potencializam a constituição de outra qualidade de pensamento, possibilitando o estranhamento de situações alienantes e desiguais presentes no espaço urbano que, pela recorrência, tornam-se

comuns. A utopia que perseguimos pode ser representada pelo aforismo de Nietzsche (2008) quando descreve o quinto viajante, conforme apontamos na epígrafe deste texto.





REFERÊNCIAS

- Abreu, D.G. de, & Moura, M.O. de. (2014). Construção de instrumentos teórico-metodológicos para captar a formação de professores. *Revista Educação e Pesquisa*, 40(2), p. 401-414, abr./jun. 2014.
- Argan, G.C. (2014). *História da arte como história da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Associação Internacional das Cidades Educadoras. (1990). *Carta das cidades educadoras*. Acedido Janeiro 3, 2016, em <http://www.edcities.org/wp-content/uploads/2013/10/Carta-Portugues.pdf>.
- Bakhtin, M. (2003). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bakhtin, M. (2004). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Bakhtin, M. (2005). *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Bastos, R.A. (2012). O urbanismo conveniente luso-brasileiro na formação de povoações em Minas Gerais no século XVIII. *Anais do Museu Paulista*, 20, 201-230.
- Berman, M. (1986). *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Calvino, I. (1990). *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Canevacci, M. (2004). *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel.
- Costa, A.M., & Schwartz, L.M. (2000). *Virando séculos: no tempo das Certezas 1890-1914*. São Paulo: Cia. Das Letras.
- Chisté, P. de S. (2015). Leitura lenta da obra de arte como proposta para educação estética: contribuições de Marx e Vigotski. *Revista Reflexão e Ação*, 23(1), 276-302.
- Chisté, P. de S. (2017). Educação na cidade: possibilidades contra-hegêmicas de atuação de professores, mediadores de espaços culturais e educadores sociais. *Revista de Pedagogia Social*, 3 (1), 1-17.
- Davis, M. (2006). *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo.
- Della Fonte, S.S. (2018). Apresentação. In Côco, D. Leite, P. de S. C., Della Fonte, S. S. & Martinelli Filho, N. *Educação na cidade: conceitos, reflexões e diálogos*. Vitória: Edifes.
- Derenze, S. (1965). *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti.
- Engels, F. (2015). *Sobre a questão da moradia*. São Paulo: Boitempo.
- Faure, E. (1973). *Aprender a ser: la educación del futuro*. Madri: Alianza Editorial e UNESCO.



- Ferreira, G.L. (2016). *A reinvenção da cidade: a transformação das ruas e o reordenamento da vida na cidade de Vitória/ES*. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Espírito Santo.
- Freire, P. (2007). *Política e educação*. São Paulo: Vila das Letras.
- Frehse, F. (2005). *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: Edusp.
- Frehse, F. (2011). *Ô da Rua: o Transeunte e o Advento da Modernidade em São Paulo*. São Paulo: Edusp.
- Gadotti, M., & Padilha, P.R. (2004). Escola Cidadã, cidade educadora: projeto político-pedagógico e práticas em processo. In Gadotti, M.; Padilha, P. R. & Cabezudo, Al. *Cidade educadora: princípios e experiências*. São Paulo: Cortez.
- Gladcheff, A.P. (2015). *Ações de estudo em atividade de formação de professores ensinam matemática nos anos iniciais* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Harvey, D. (1989). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.
- Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- Harvey, D., Maricato, E., Žižek, S., Davis, M. (2013). *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior.
- Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- Klug, L.B. (2009). *Vitória: sítio físico e paisagem*. Vitória: EDUFES.
- Konder, L. (2008). *O que é a dialética?* São Paulo: Editora Brasiliense.
- Kosik, K. (1976). *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lefebvre, H. (1991). *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moares.
- Lefebvre, H. (2008). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Lefebvre, H. (2013). *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros.
- Lefebvre, H. (2016). *Espaço e política: o direito à cidade II*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Leontiev, A.N. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte Universitário.
- Leontiev, A.N. (1983). *Actividad, Conciencia e Personalidad*. Havana: Editorial Pueblo y Educacion.
- Lopes, A.S. (2002). *Memória aprisionada: a visualidade fotográfica capixaba - 1850/1950*. Vitória: Edufes.
- Maricato, E. (2015). *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular.



- Marx, K., & Engels, F. (1988). *Manifesto comunista*. Petrópolis: Vozes.
- Marx, K. (2004). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K., & Engels, F. (1986). *Sobre literatura e arte*. São Paulo: Global editora.
- Mendonça, E. M. S. et al. (2009). *Cidade Prospectiva: o projeto de Saturnino de Brito para Vitória*. Vitória: Edufes.
- Meneses, U. (1996). Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da icografia urbana. *Revista USP*, 0(30), 142-155.
- Moura, M.O. (2000). *O educador matemático na coletividade de formação: uma experiência com a escola pública*. Universidade de São Paulo, São Paulo/SP.
- Moura, M.O. (2004). Pesquisa colaborativa: um foco na ação formadora. In Barbosa, R. L.L. (org.). *Trajetórias e perspectivas da formação de educadores*. São Paulo: Editora Unesp.
- Moura, M.O. de (Org.). (2010). *A atividade pedagógica na teoria histórico-cultural*. Brasília: Liber livro.
- Moura, M.O. (2017). *Educação escolar e pesquisa na teoria histórico-cultural*. São Paulo: Edições Loyola.
- Nietzsche, F. (2008). *Humano, demasiado humano II*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Padilha, P.R., Ceccom, S., & Ramalho, P. (2010). *Município que educa: múltiplos olhares*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire.
- Rocha, L. (1971). *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo*. Distrito Federal: Ebrasa.
- Rosa, J.E., Moraes, S.P.G., & Cedro, W.L. (2010). Formação do pensamento teórico em uma atividade de ensino de matemática. In Moura, M.O. *A atividade pedagógica na teoria histórico-cultural*. Brasília: Liber Livro.
- Saviani, D. (2007). Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In *Revista Brasileira de Educação*, 12(34), 152-180.
- Saviani, D. (2008) *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados.
- Sgarbi, A.D., & Chisté, P. de S. (2015). Cidade educativa: reflexões sobre a educação, cidadania, escola e a formação humana. *Revista Debates em Educação Científica e Tecnológica*, 6(1), 84-114.
- Silva, J.I. (1979). *Cidade Educativa: um modelo de renovação da educação*. São Paulo: Cortêz & Moraes.
- Teixeira, M.C. (2012). *A forma da cidade de origem portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp.
- Vigotski, L.S. (2000). *Construção do pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.



CAPÍTULO

4

A PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA
NO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DE
INFORMAÇÃO INOVADORAS NA ÁREA DA SAÚDE

AUTORES

Daniela Doulavince Amador¹ | dani_doulavince@yahoo.com.brAdriana Maria Duarte² | adriana@mdlink.com.brMyriam Aparecida Mandetta¹ | mpettengill@unifesp.br¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO,
BRASIL² UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASIL

RESUMO

O desenvolvimento de novas tecnologias de informação na área da saúde requer a participação do usuário em todo o processo de construção e avaliação. A investigação qualitativa pode auxiliar esse processo ao dar voz ao público-alvo, ao qual a tecnologia se destina, para compreender a sua perspectiva. A análise dos dados qualitativos permite uma maior atenção ao conteúdo e ao significado do contexto no qual o público-alvo está inserido. Neste capítulo discute-se a aplicação de diversas técnicas de coleta de dados com a criança e a família e apresentam-se duas experiências práticas de desenvolvimento de tecnologias de informação: i) um *software* aplicativo para famílias de crianças/adolescentes com câncer submetidas ao Transplante de Células-Tronco Hematopoéticas; e ii) um jogo de tabuleiro desenvolvido para crianças com câncer em tratamento quimioterápico. Nas diferentes fases da construção dos materiais foi utilizada a investigação qualitativa, que permitiu compreender num primeiro momento as necessidades e expectativas do público-alvo e, posteriormente, validar as tecnologias desenvolvidas como inteligíveis e relevantes pelo público ao qual se destinava.

PALAVRAS-CHAVE:

Criança

Família

Tecnologia da
Informação

Pesquisa Qualitativa

Enfermagem



NOTAS BIOGRÁFICAS

Daniela Doulavince Amador: Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Escola Paulista de Enfermagem - Universidade Federal de São Paulo (EPE/UNIFESP). Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Enfermagem Pediátrica, atuando principalmente nos seguintes temas: criança, família, oncologia pediátrica, cuidado centrado na família, desenvolvimento de jogos de tabuleiro. Membro do Núcleo de Estudos da Criança e Adolescente-NECAD e da Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras (SOBEP).

Adriana Maria Duarte: Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professora Adjunta do Curso de Enfermagem da Universidade de Brasília - Faculdade de Ceilândia. Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Oncologia Pediátrica, atuando principalmente nos seguintes temas: oncologia pediátrica, transplante de células-tronco hematopoiéticas, enfermagem da família, fundamentos em enfermagem, ensino e pesquisa em enfermagem, desenvolvimento de aplicativo para a família. Membro do Núcleo de Estudos da Criança e Adolescente-NECAD e da Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras (SOBEP).

Myriam Aparecida Mandetta: Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professora Associada da Escola Paulista de Enfermagem. Departamento de Enfermagem Pediátrica. Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Enfermagem Pediátrica, atuando principalmente nos seguintes temas: família, criança, enfermagem, vulnerabilidade da família da criança doente e hospitalizada, Cuidado Centrado na Família, desenvolvimento de práticas inovadoras de cuidado. Líder do Núcleo de Estudos da Criança e Adolescente-NECAD. Presidente da Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras (SOBEP). Membro do International Family Nursing Association-IFNA.



INTRODUÇÃO

A participação de crianças e adolescentes em pesquisas na área da saúde ainda é incipiente, pois o seu reconhecimento como sujeitos de direitos, isto é, indivíduos autônomos e íntegros, dotados de personalidade e vontade própria é pouco considerado. A resolução 41/95 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança - CONANDA e a Carta da Criança Hospitalizada asseguram os direitos da criança e do adolescente hospitalizados em receber informações que dizem respeito à sua enfermidade, aos cuidados terapêuticos e diagnósticos a serem utilizados, e ao prognóstico, de forma adequada ao seu nível de compreensão e em conformidade com suas capacidades e grau de desenvolvimento. Nesse sentido, a criança e o adolescente não devem ser tratados como seres passivos, mas sim estimulados a participar das decisões que lhes dizem respeito, sendo ouvidos e considerados (Brasil, 1995).

A família, quando participante de estudos que envolvem a criança e o adolescente, em sua maioria é incluída como instância vicariante para falar e escutar em seu nome, e não para ser compreendida como uma unidade que cuida e precisa ser cuidada. O modelo do Cuidado Centrado no Paciente e Família traz como um dos pressupostos centrais o compartilhamento de informações entre equipe de saúde, criança e família, a fim de promover o empoderamento desses sujeitos nos processos saúde/doença (Institute For Family-Centered Care, 2008). Acrescenta-se ainda que questões éticas envolvendo a pesquisa com criança, adolescente e família devem ser observadas, a fim de garantir as condições para a sua decisão de participar ou não na pesquisa. Nesse sentido, para que a voz desses sujeitos seja ouvida e possa ser considerada para a mudança da prática, é relevante que haja uma discussão envolvendo a complexidade dessa temática.

Atualmente, novas tecnologias da informação têm sido desenvolvidas para atender às demandas de informação desse público-alvo, tais como o desenvolvimento de *software*, *videogames*, jogos de tabuleiro e manuais informativos. No entanto, muitos destes não atendem às expectativas desses usuários, pois não os escutam enquanto participantes no processo de desenvolvimento e avaliação dos materiais.

O diálogo entre pesquisador e público-alvo se faz essencial, entendendo-se que não basta, nesse caso, proporcionar ao outro aquilo que o profissional de saúde julga que é relevante saber. É preciso também ouvir o que o outro, que



demanda o cuidado, mostra ser indispensável, para que ambos, profissional e público-alvo, possam colocar os recursos técnicos existentes a serviço dos sucessos práticos almejados (Ayres, 2009).

Nesse sentido, avanços em metodologias que fundamentem o desenvolvimento dessas novas tecnologias preconizam a participação do usuário em todas as fases do processo. Dentre essas, o referencial metodológico do “*User Centered Design*” considera que os usuários finais devem participar nas diferentes fases de desenvolvimento do produto, influenciando o objeto pesquisado, desde a sua concepção até à avaliação final. Este modelo reconhece as necessidades e os interesses do público-alvo e concentra-se na usabilidade do projeto, ou seja, na facilidade, efetividade e eficiência de sua utilização. Por esta razão, os seus princípios vêm sendo incorporados no desenvolvimento de tecnologias interativas em saúde (De Vito Dabbs et al., 2009).

Com relação ao desenvolvimento de materiais destinados a crianças, o “*Child Centered Game Design*”, busca dar voz e envolvê-las ativamente ao longo do processo criativo, aproximando-se das suas necessidades, desejos e maneiras de pensar, envolvendo-as desde a produção até à avaliação. Essa abordagem busca investigar as especificidades da interação das crianças com as tecnologias, enfocando a ludicidade e as oportunidades de aprendizagem (Moser, 2012). Portanto, a participação do usuário reduz substancialmente o tempo de desenvolvimento de tecnologias, pois os problemas de usabilidade são identificados e resolvidos antes que os sistemas sejam finalizados.

Diversos métodos de pesquisa podem ser aplicados, de acordo com o objetivo e o tipo de informações que se deseja encontrar. No entanto, para compreender as expectativas e necessidades de informação da criança e da família, ouvindo-as, e levando em consideração suas perspectivas, destaca-se a investigação qualitativa que estuda as particularidades e experiências do indivíduo (Cybis, Betiol, & Faust, 2007).

De acordo com Cybis et al. (2007), entrevistas com os usuários são fundamentais em um primeiro momento, para direcionar o desenvolvimento de um determinado produto e, em um segundo momento, para compreender o funcionamento do mesmo junto ao público-alvo. Além disso, os autores consideram importante que o pesquisador dedique um tempo para a observação do usuário com o produto desenvolvido, permitindo uma maior fidedignidade acerca dos efeitos da tecnologia junto ao público-alvo.



Preece, Rogers e Sharp (2005) pontuam ainda a necessidade de se combinar diferentes técnicas de coleta de dados para assegurar e corroborar os resultados obtidos, levando-se em consideração o público-alvo escolhido, a sua disponibilidade, a natureza do objeto a ser estudado e o tipo de informação de que se necessita, pois cada técnica trará certo tipo de informação a partir de uma perspectiva específica.

Nesse sentido, neste capítulo serão discutidas diferentes técnicas de coleta de dados junto à criança e à família que podem subsidiar o processo de construção e validação de tecnologias inovadoras na área da saúde. Os aspectos relacionados à importância de ouvir a criança e a família serão apresentados, enfatizando-se elementos que devem ser considerados durante a coleta de dados. Em seguida, serão apresentados dois trabalhos desenvolvidos junto a um grupo de estudos. No primeiro tópico será descrito o processo de desenvolvimento e validação de um *software* aplicativo que contou com a participação da família. No segundo tópico descreve-se o desenvolvimento e a avaliação de um jogo de tabuleiro com a participação da criança durante o processo.

1. OUVINDO A VOZ DA CRIANÇA

A ação de cuidar implica, dentre outras demandas, o saber ouvir. Por meio da escuta atenta é possível entender as necessidades do outro e ser capaz de responder adequadamente a elas. Dentro dessa perspectiva, é fundamental entender que cada ser tem uma percepção diferente do mundo que o cerca e que a criança não é diferente. A percepção da criança acerca do contexto em que está inserida é influenciada pela sua idade, capacidade cognitiva, meio social em que vive, família, escola, dentre outros determinantes. Nesse sentido, ao projetar qualquer ação que seja direcionada ao público infantil, a visão do adulto não pode, de maneira alguma, se tornar a visão padrão. Assim, faz-se necessário compreender o mundo infantil revestido dos sentidos e significados atribuídos pela própria criança, dando-lhe voz por meio da pesquisa qualitativa (Vasques, Mendes-Castillo, Bousso, Borghi, & Sampaio, 2014).

Toma-se como princípio que qualquer ação a ser desenvolvida deve partir de uma necessidade concreta do público que se deseja atingir e que a percepção



desse público acerca das ações realizadas é que determinará a sua eficácia perante os mesmos.

O reconhecimento da criança como participante em investigações na área da saúde torna-se cada vez mais urgente para que as suas vivências e o seu mundo sejam descritos de forma fiel e na primeira pessoa. Nesse sentido, ao elaborar qualquer material que seja voltado para a criança, direta ou indiretamente, é preciso ouvir os *experts* na matéria, isto é, as próprias crianças (Esteves, 2014; Gallacher & Gallacher, 2008).

A maneira como os pesquisadores e profissionais de saúde percebem a infância e como ela está integrada na sociedade influencia a comunicação e o desenvolvimento de pesquisas. O pressuposto anteriormente dominante de que as crianças são passivas, dependentes e incapazes de entender uma questão de pesquisa ou investigação clínica foi superado e substituído por novas tendências, cada vez mais participativas (Christensen & Prout, 2002; Sposito et al., 2016). Portanto, em vez de investigar sobre crianças, as investigações devem ser realizadas em parceria com as mesmas (González-Gil, 2007; Sposito et al., 2016).

As crianças são as melhores fontes de informação sobre as suas experiências e, considerando o caráter único da sua vivência, a pesquisa qualitativa pode ser empregada como um auxílio, visando garantir toda a riqueza e complexidade da sua percepção sobre o mundo que a cerca. Mediante uma abordagem qualitativa é possível investigar os eventos ocorridos pela ótica das crianças e o significado que elas atribuem às experiências vividas (Vasques, Bouso, & Mendes-Castilho, 2011; Vasques et al., 2014). Entretanto, para adentrar no mundo da criança e ouvir a sua voz é fundamental seguir criteriosos passos para garantir a sua autonomia, incluindo o respeito ao seu desenvolvimento cognitivo, estando atento a estratégias de aproximação e coleta de dados, além de critérios éticos para participação e inclusão de crianças, com ênfase no consentimento e confidencialidade (Vasques et al., 2014; Cruz, 2008; Oliveira et al., 2010).

A entrevista com crianças é uma técnica ainda relativamente pouco explorada na literatura, inclusive porque, usualmente, pensa-se a criança como incapaz de falar sobre as suas próprias preferências, concepções ou avaliações. Com um conhecimento sobre a criança cada vez mais acurado, essa suposição tem sido questionada e tem sido explorado, crescentemente,



o uso de entrevista com crianças (Carvalho, Beraldo, Pedrosa, & Coelho, 2004; Dunn, 1988).

Cabe enfatizar que a disponibilidade e a motivação da criança são essenciais na condução desse processo (Carvalho et al., 2004). A criança pode ser capaz de comunicar os seus sentimentos, ideias e valores, mas muitas têm dificuldade de se expressar e requerem que o pesquisador adentre em seu mundo, utilizando, na coleta de dados, recursos criativos e familiares ao universo infantil (Epstein et al., 2008).

Em meio a diversas possibilidades de aproximação e coleta de dados com a criança, um elemento primordial é a relação de confiança com o pesquisador e, para isso, é necessário dispensar tempo para interagir com ela. O tempo utilizado, que parece excessivo ao início do estudo com crianças, converte-se em benefício inclusive para o pesquisador, uma vez que a adoção de procedimentos apropriados garante dados mais fidedignos para o alcance dos seus objetivos (Sigaud et al., 2009). Nesse sentido, é fundamental ao investigador compreender que o processo de coleta de dados qualitativos com a criança pode ser materializado ou ser expresso por representações de vários tipos, seja por meio da linguagem verbal e não verbal, do comportamento ou das interações estabelecidas com a criança.

Existem várias técnicas que envolvem o lúdico e possibilitam que o pesquisador adentre no mundo subjetivo infantil, tais como: desenhos, imagens, fantoches, jogos, entre outros (Aldiss et al., 2009; Francischine & Campos, 2008). O uso desses recursos pode ser benéfico para uma comunicação eficaz e para explorar as opiniões e as narrativas das crianças (Maria et al., 2003; Sinclair, 2004; Jongudomkarn et al., 2006).

O desenho é uma das estratégias mais utilizadas, sendo considerado uma ferramenta útil que pode ser usada para facilitar a comunicação com crianças, criando confiança e motivação (Horstman et al., 2008). O uso de desenhos e fotografias cria uma atmosfera informal durante a entrevista, afastando o foco de questões e respostas, que geralmente caem sobre a criança (Epstein et al., 2006; Horstman et al., 2008; Sposito et al., 2016). O que a criança desenha é sempre ela mesma, a sua própria imagem refletida em múltiplos exemplares (Merédieu, 1997).

A dramatização da situação pode ajudar no aprofundamento em relação à



sua experiência, que pode estar camuflada pela fala pouco desenvolvida, além de compor a narrativa verbal das crianças, sendo disparadores da entrevista, a partir dos quais, após se sentir mais confortável, a criança sente-se mais segura para falar sobre seus sentimentos (Vasques et al., 2014; Vasques, Bouso, & Mendes-Castillo, 2011).

A brincadeira e os jogos também têm sido utilizados como recursos para intermediar a participação da criança nas pesquisas e permitem ao pesquisador conhecer e compreender a criança, além de deixá-la confortável com uma atividade que lhe é familiar (Vasques et al., 2014). Os jogos exercem influência como um elemento motivador e proporcionam um ambiente agradável para a criança, podendo ser considerados ferramentas úteis e bem recebidas pelas crianças para se atingir o objetivo de comunicação numa linguagem clara e acessível (Antunes, 2000; Toscani et al., 2007). Nesse sentido, o uso de jogos pode intermediar a interação entre o entrevistador e a criança, explorando através de circunstâncias vivenciadas na brincadeira, situações reais que são difíceis de serem exploradas com a criança.

É importante também enfatizar que ao utilizar recursos que facilitem o processo de comunicação com a criança, o pesquisador precisa de registrar as suas observações sobre dados não verbais em um diário de campo: postura, interações sociais, lágrimas, sorrisos, meio ambiente e sentimentos da criança durante a entrevista. A informação no diário de campo suporta a análise de dados obtidos durante as entrevistas (Víctora et al., 2000; Sposito et al., 2016).

A observação participante também tem sido bastante utilizada na prática (Moreira & Gaíva, 2017; Oliveira & Pedroso, 2017; Azevedo & Betti, 2014; Rossetti-Ferreira & Oliveira, 2009), podendo assumir formas diversas, em que quatro situações são teoricamente possíveis, dependendo do envolvimento do pesquisador no campo, conforme classificação proposta por Gold (1958): o participante total, o participante como observador, o observador como participante e o observador total. O participante total é aquele que atua em todas as atividades do grupo pesquisado, como se fosse um de seus membros. Na modalidade de participante como observador, a participação ocorre de uma forma mais profunda, através de uma observação informal das rotinas cotidianas e da vivência de situações consideradas importantes. O observador como participante envolve-se de maneira mais



formal, ocorrendo geralmente em relações mais breves e superficiais, sendo essa modalidade utilizada, muitas vezes, para complementar o uso das entrevistas. Na situação de observador total não há interação social entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, os quais não sabem que estão sendo observados (Minayo, 2007; Gold, 1958).

É sempre importante considerar que o uso da entrevista e de qualquer outro recurso deve ser realizado em um momento adequado, respeitando a saúde e condição emocional da criança, bem como as implicações éticas.

Assim, partindo-se da premissa que a criança é um ator social e, como tal, sujeito de direitos, é imprescindível que o pesquisador garanta condições para a sua participação na decisão de colaborar ou não com a pesquisa, de forma a protegê-la e garantir a manutenção de sua autonomia, bem como respeitar os demais princípios da bioética, como a justiça, a beneficência e a não maleficência (Vasques et al., 2014).

Ao se entender as crianças como seres sociais, capazes de produzir cultura e conhecimento, e como colaboradoras de pesquisa que conversam e opinam sobre o que acontece ao seu redor, compreende-se que elas devem ser consultadas, pois a própria dimensão ética garante-lhes o direito de consentirem ou não a respeito de sua participação em pesquisas científicas (Delgado & Muller, 2008; Azevedo & Betti, 2014).

Ademais, é preciso ir além do consentimento esclarecido dos pais ou responsáveis; embora necessário, seria contraditório e desrespeitoso realizar uma pesquisa qualitativa, que pretende ouvir a fala das crianças, e não perguntar a elas se desejam ou não participar (Azevedo & Betti, 2014). Dessa forma, além do consentimento esclarecido de seus pais ou responsáveis, o consentimento da criança para participação em pesquisas é tido como expressão de sua vontade e individualidade, configurando uma condição de respeito que deve ser garantida (Vasques et al., 2014).

Cabe acrescentar que, ao colocar-se a importância da participação da criança no desenvolvimento de materiais direcionados a essas, considera-se que a sua participação em pesquisas qualitativas pode ser uma experiência positiva que lhe fornece uma importante oportunidade de ser ouvida, obter confiança em expressar suas opiniões e aprender a pensar por si mesma.



2. OUVINDO A VOZ DA FAMÍLIA

A informação é um direito do paciente e da família, sendo considerada uma importante ferramenta para torná-los sujeitos ativos no processo saúde/doença, interagindo com a equipe, expondo as suas dúvidas, angústias e sentimentos durante todo o tratamento. Assim, a informação é uma vertente essencial do plano de cuidado do profissional da saúde, pois facilita o processo de lidar com a experiência. O conhecimento pode diminuir o estresse e a ansiedade, permitindo que a família sinta que possui um maior controle sobre as circunstâncias da doença que acerbam os seus membros (Maree et al., 2016).

A comunicação eficaz, então, se faz fundamental no sentido de que a família seja corretamente informada. Informações mal compreendidas criam a possibilidade de desenvolver fantasias que podem ser vivenciadas mais intensamente do que a própria realidade, impossibilitando dessa maneira a compreensão da real situação que estão vivenciando (Kakehashi & Silva, 2001). O diálogo com a família deve ser claro para que as informações e reações sejam processadas de acordo com a compreensão de cada indivíduo, pois cada pessoa tem o seu tempo próprio para absorver, organizar e solucionar problemas relacionados com a condição imposta pela doença (Figueiredo et al., 2013).

O modelo do Cuidado Centrado no Paciente e Família (CCPF) é uma abordagem para o planejamento, a prestação e a avaliação do cuidado em saúde em torno de toda a família, com benefícios mútuos entre pacientes, famílias e provedores. Baseia-se em pressupostos que asseguram o bem-estar físico e emocional, o envolvimento e a participação dos pais no cuidado. Neste modelo, a família é considerada central e constante na vida da criança/adolescente, pois é a sua fonte primária de força e suporte. Desta forma, a sua individualidade e diversidade são reconhecidas e as suas competências e potencialidade apoiadas e respeitadas (Institute For Family-Centered Care, 2008).

Dentre os pressupostos desse modelo de cuidado destaca-se a informação compartilhada com a família, na qual se propõe o estabelecimento de uma comunicação efetiva entre os membros da família e a equipe de saúde. Os profissionais comunicam e compartilham informações com clareza, completas e imparciais com pacientes e famílias, de modo positivo e útil, sem



omitir nenhuma informação, no momento oportuno, a fim de que a família e o paciente possam participar efetivamente no cuidado e nas tomadas de decisão (Institute For Family-Centered Care, 2008). Nesse sentido, fornecer orientações, informações e esclarecimentos de modo claro, desenvolver a capacidade de escuta, respeitar os silêncios, os discursos e o direito da família em indagar sobre o cuidado prestado, e promover e participar da análise de situações com os demais profissionais constituem ferramentas que favorecem a comunicação eficaz entre equipe interdisciplinar, paciente e família. Além disso, transmitir com respeito e consideração as informações adequadas à família permite que ela mesma amplie sua capacidade de enfrentamento da situação e de tomada de decisões fundamentadas e seguras. Diante desse contexto, faz-se necessário que o diálogo entre família e profissionais alcance a compreensão de todos os envolvidos. Nesse sentido, é fundamental dar voz à família, ouvindo-a em suas percepções e expectativas frente às informações que são recebidas.

Considerando o caráter único da experiência da família, a investigação qualitativa proporciona ao investigador a oportunidade de ouvir a narrativa da família através de entrevistas ou registros em diários pessoais, resultando em dados únicos e ricos que não podem ser obtidos por experimentos, questionários ou observações (Angelo, 2010).

Ao realizar pesquisas envolvendo famílias deve-se considerar que, embora os dados sociodemográficos, numéricos sejam, sem dúvida, fundamentais, por si só não dão conta de estudar a complexidade deste grupo social. Considerar o grupo familiar como uma entidade única, com funções específicas e definidas é bastante arriscado, tendo em vista a diversidade de modelos familiares que podem existir, além de sua multiplicidade de padrões interativos e comportamentais e dos sistemas simbólicos que abarca (Wendt & Crepaldi, 2008). Além disso, quando se almeja desenvolver tecnologias informativas para essa população, a expectativa de cada grupo familiar deve ser considerada, visto que as experiências vivenciadas são únicas. Assim sendo, a pesquisa qualitativa pode incluir aspectos complexos de interdependência nas relações familiares, sejam eles emocionais, relacionais e comunicacionais. Estudando pequenas amostras, os estudos qualitativos privilegiam as regularidades, mas se preocupam com as singularidades nas análises de cada grupo familiar em especial (Wendt & Crepaldi, 2008).



Inúmeras possibilidades existem de abordagem à família, dentre elas a observação, a entrevista individual, o grupo focal, além da utilização de instrumentos sistematizados para a avaliação da família que facilitam a compreensão da estrutura, funcionamento e dinâmica familiar, como o genograma e o ecomapa.

A entrevista individual permite ao pesquisador explorar, em profundidade, assuntos relacionados ao tema de pesquisa, a partir de questões norteadoras. Nesse sentido, a entrevista possibilita que a fala seja reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos e transmita por meio do sujeito as representações de um grupo determinado, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas, como é o caso da família (Minayo, 2013).

Na pesquisa qualitativa, o objetivo é descobrir a estrutura de sentidos própria do entrevistado e a tarefa de pesquisar deve evitar, o máximo possível, impor as suposições do pesquisador sobre o relato do entrevistado. A pesquisa precisa permanecer aberta à possibilidade de que os conceitos e as variáveis que emergem podem ser muito diferentes daqueles que foram previstos no início (Pope & Mays, 2009). Quando são realizados grupos focais, há ainda a possibilidade de interação entre os membros de uma mesma família ou de diferentes famílias que vivenciam uma mesma experiência. Esse contexto possibilita uma maior interação entre os participantes e o pesquisador, a partir da discussão focada em tópicos específicos e diretivos, além de proporcionar respostas consistentes, uma vez que estas são elaboradas por muitas pessoas; permitindo que surjam novas ideias ou mesmo ideias originais. Ao mesmo tempo, nas situações em que familiares são entrevistados juntos há ainda a possibilidade de um membro saber como o outro se sente em relação a determinadas situações (Angelo, 2010; Mazza, Melo, & Chiesa, 2009).

Ao narrarem livremente as suas experiências, as famílias podem revelar as interpretações que dão às informações que recebem e como aquilo pode ser útil em sua vivência prática. Além disso, o diálogo proporcionado pelas entrevistas pode fortalecê-las diante da experiência de doença e hospitalização permitindo que, em outras situações, se sintam seguras acerca da informação recebida.

Entretanto, há que se considerar como importante que, para conversar com e sobre a família é preciso conhecê-la. Cada família possui particularidades



na sua configuração, além de fazer parte de uma rede de relações. Portanto, pesquisá-la requer uma análise minuciosa de suas relações recíprocas. Para isto, o genograma e o ecomapa são instrumentos importantes porque podem servir ao mapeamento desta rede de interações (McGoldrick & Gerson, 2005; Wendt & Crepaldi, 2008; Wright & Laeahey 2012).

O genograma (ver Fig. 1) é a elaboração da árvore da família e envolve um processo complexo, no qual a entrevista é uma parte significativa e a comunicação que ocorre entre o profissional e a família pode ser entendida como um processo envolvendo interação social, recuperação de memórias e desenvolvimento próprio. O conhecimento do funcionamento da família, de suas características, do contexto social, cultural e econômico no qual está inserida, é de fundamental importância para a realização do planejamento das intervenções de saúde (Mello et al., 2005; Wright & Laeahey, 2012). O genograma é frequentemente associado ao ecomapa (ver Fig. 1) e esse último fornece uma visão ampliada da família, além de suas relações com outras pessoas, grupos ou instituições, como escolas, serviços de saúde e comunidades religiosas. Pode representar a presença ou ausência de recursos sociais, culturais e econômicos, sendo, eminentemente, o retrato de um determinado momento na vida dos membros da família e, portanto, dinâmico (Nascimento, Rocha, & Hayes, 2005; Wright & Laeahey 2012).

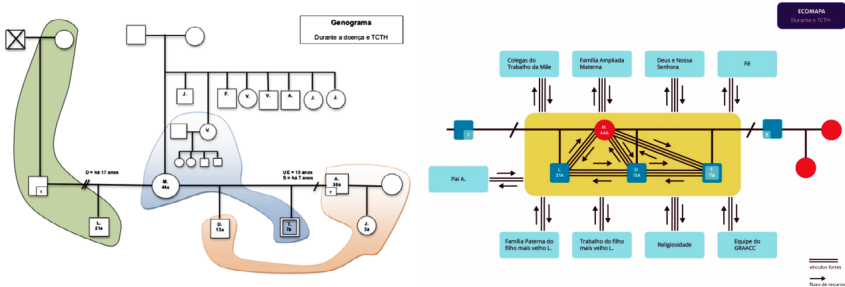


Figura 1. Genograma e Ecomapa de uma família de criança com câncer submetida a Transplante de Células Tronco Hematopoiéticas (TCTH)

Assim, diante das possibilidades de conhecer a família e suas expectativas e experiências relacionadas a informação, é possível encontrar sustentação



para o desenvolvimento de novas tecnologias, bem como avaliar os materiais informativos desenvolvidos de maneira que os mesmos atendam às expectativas desse público-alvo.

3. A EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO DE ESTUDOS NO DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS COM A PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO

Em nossa experiência prática junto ao projeto de extensão PROMOFAM: Cuidado Centrado na Família em Oncologia Pediátrica e ao Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente (NECAd), ambos vinculados à Escola Paulista de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo, temos desenvolvido materiais que buscam compartilhar informações com a criança e sua família.

Durante o processo de construção e avaliação de qualquer material, compreendemos que a participação do público-alvo ao qual o produto se destina é fundamental para garantir que o que está sendo produzido atinja o objetivo para o qual foi proposto (De Vito Dabbs et al., 2009). Nesse sentido, serão apresentados dois estudos em que crianças e famílias participaram no processo de desenvolvimento de tecnologias inovadoras de informação por meio de pesquisas qualitativas.

A participação do público-alvo nas pesquisas realizadas seguiu a observância preconizada pelo Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, por meio da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que contém as Diretrizes e as Normas Regulamentadoras de Pesquisas que envolvem Seres Humanos.

Em todas as situações em que houve coleta de dados com a criança ou com a família as entrevistas foram agrupadas e categorizadas, seguindo-se os passos propostos por Morse e Field (1995): (1) pré-análise: organização do material e sistematização das ideias; (2) descrição analítica: categorização dos dados; e (3) interpretação inferencial: tratamento e interpretação dos dados. Numa primeira etapa, todo o material é transcrito na íntegra, para leitura exaustiva pelas pesquisadoras. A seguir, inicia-se o processo de codificação inicial, para proporcionar a familiaridade com os dados, favorecendo a sua organização.



Após essa primeira etapa, os códigos são comparados entre si, sendo agrupados segundo suas similaridades ou divergências conceituais, dando origem às categorias. Ao prosseguir na análise, as categorias são reorganizadas e conexões são feitas entre categorias e subcategorias. Quando as categorias mais densas ficam evidentes, revelando os aspectos mais significativos do objeto pesquisado, é possível identificar os temas centrais.

3.1 Desenvolvimento e validação de *software* aplicativo para família de crianças/adolescentes com câncer submetido ao Transplante de Células-Tronco Hematopoiéticas

Atentos às necessidades das famílias de receber informações ao longo de todo o processo de tratamento, este estudo teve como principal objetivo construir e validar um *software* aplicativo informativo para famílias de crianças/adolescentes com câncer submetidos ao Transplante de Células-Tronco Hematopoiéticas (TCTH). Desenvolver uma ferramenta para oferecer informações sobre a condição de saúde, o tratamento e os cuidados à criança que vivencia o TCTH e sua família pode ajudá-los no processo de enfrentamento e contribui para minimizar o seu sofrimento frente às situações de crise provocadas pela doença.

Assim, uma etapa essencial para esta pesquisa foi a escolha do referencial teórico para nortear a construção do *software* aplicativo, a fim de promover informações claras, fidedignas e acessíveis sobre o TCTH, respeitando o tempo da família, e contribuindo para o enfrentamento desta face à terapêutica. Os pressupostos centrais do modelo do CCPF, que preconiza a informação compartilhada, fundamentaram o desenvolvimento teórico do aplicativo (Institute For Family-Centered Care, 2008). Já a Abordagem Centrada no Usuário (*User-Centered Design*), escolhida como referencial metodológico, serviu de base para a construção do *software* aplicativo e será detalhado a seguir (Runaas et al., 2017; De Vito Dabbs et al., 2009; Abras, Maloney-Krichmar, & Preece, 2004).

A condução da abordagem *User-Centered Design* (UCD) inclui três princípios: 1. Foco nos usuários e suas tarefas; 2. Mensuração da usabilidade do produto; 3. Teste da usabilidade junto aos usuários de forma interativa (Runaas et al., 2017; De Vito Dabbs et al., 2009; Abras et al., 2004).



O princípio “*Foco nos usuários e suas tarefas*” é formado pela escolha de uma equipe especializada na área temática e pelo recrutamento dos indivíduos representativos da população-alvo. A participação da equipe tem por objetivo aumentar a qualidade e efetividade da tecnologia proposta. Já a inclusão do público-alvo permite a identificação das suas necessidades e preferências, favorecendo a incorporação destas no objeto que ainda será produzido, além de avaliar se cumprirá os objetivos propostos ao término (Runaas et al., 2017; De Vito Dabbs et al., 2009; Abras et al., 2004).

No princípio “*Mensuração da usabilidade empiricamente*” são contempladas as etapas de desenvolvimento e teste do protótipo ou “piloto” da tecnologia desenvolvida, bem como a análise e a resolução de problemas de usabilidade sinalizados por *experts* de informática e pela população-alvo sobre esta nova ferramenta. Neste princípio, o desenho inicial do objeto de estudo é avaliado constantemente pela equipe e pelos usuários (Runaas et al., 2017; De Vito Dabbs et al., 2009; Abras et al., 2004).

O princípio “*Teste de usabilidade de forma interativa*” contempla a programação do protótipo de alta fidelidade finalizado, com todas as características construídas nos estágios anteriores. Este princípio preconiza ciclos interativos de avaliação para identificar as reais necessidades, reações e comportamentos dos usuários enquanto eles interagem com a tecnologia desenvolvida até que os usuários o considerem utilizável e funcional (Runaas et al., 2017; De Vito Dabbs et al., 2009; Abras et al., 2004).

A seguir são apresentados detalhadamente os procedimentos de coleta de dados utilizados nos estudos qualitativos, de acordo com cada princípio do referencial metodológico UCD, para a construção e validação do *software* aplicativo.

3.1.1 Foco nos usuários e suas tarefas

Para atender a este princípio foram realizadas três fases: revisão da literatura para identificação das necessidades de informação da população-alvo; estudo de campo para identificação das necessidades de informação da população-alvo; e estudo bibliográfico para a identificação dos subsídios teóricos para embasar a elaboração do *software* aplicativo.

Destaca-se o estudo qualitativo com a participação da população-alvo para a identificação de suas necessidades de informação. Realizou-se a coleta



de dados por meio da técnica de Grupo Focal, com a participação de quatro famílias, totalizando treze indivíduos. Na técnica de Grupo Focal, o pesquisador precisa fazer a aproximação com o público-alvo para que o material a ser construído possa realmente conter informações importantes para esta e estar direcionado para atender as suas necessidades. Assim, a pesquisadora principal coordenou as atividades do grupo focal, como moderadora, e duas enfermeiras, vinculadas ao Núcleo de Estudos da Criança e Adolescente-NECAd e treinadas pela pesquisadora, foram os observadores.

Como preconizado pela literatura, os encontros aconteceram em sala privativa da instituição, com agendamento prévio, em hora e local adequados para facilitar a participação. A pesquisadora sugeriu às famílias que se sentassem em círculo. Cada família recebeu um adesivo com o seu nome para colocar na sua roupa e iniciou-se uma rodada de apresentação das famílias, o que funcionou como uma atividade para incentivar a aproximação entre os participantes e as pesquisadoras. Posteriormente, a moderadora explicou o objetivo da pesquisa e como seria a condução da técnica do grupo focal. Para assegurar que os tópicos ou temas de interesse fossem discutidos pelo grupo, a pesquisadora introduziu os temas para a conversação e incentivou a participação dos indivíduos para que contribuíssem com as suas ideias. Foi solicitado às famílias que narrassem a sua experiência no TCTH, a fim de compreender os seus sentimentos, pensamentos e ações, e identificar as suas fragilidades e potencialidades.

Durante a sessão do Grupo Focal foram introduzidas perguntas para investigar mais profundamente os relatos, expressões, palavras e/ou gestos dos participantes. Foram abordadas questões buscando identificar as necessidades das famílias acerca das rotinas e cuidados prestados às crianças/adolescentes antes, durante e após o TCTH. As perguntas foram sendo colocadas pelas pesquisadoras, conforme decorria a discussão. As discussões foram gravadas em formato digital para posterior transcrição dos dados, evitando perdas do conteúdo discutido. Anotações verbais e não verbais das interações e diálogos entre participantes também foram realizadas pelos observadores em um diário de campo (Barbosa, 2012).

Da análise dos dados emergiram três categorias que permitiram identificar as necessidades de informações das famílias: acessar informações em fontes seguras; ter conhecimento sobre o TCTH; e ser acolhida pela equipe.¹

¹ Não se desenvolvem aqui as categorias, subcategorias e as falas dos participantes visto que esse



3.1.2 Mensuração da usabilidade do produto

Para atender a este princípio foram realizadas quatro fases da coleta de dados: desenvolvimento do protótipo do *software* aplicativo; validação de conteúdo por *experts* na temática; validação de conteúdo pela população-alvo; e verificação da usabilidade por profissionais especialistas em informática.

Após o desenvolvimento do protótipo do *software* aplicativo e validação de conteúdo por *experts* na temática, a versão II do *software* aplicativo foi avaliada, em seu conteúdo, por famílias de crianças/adolescentes com câncer que já haviam vivenciado a experiência de ter um filho(a) submetido ao TCTH.

Optou-se, também, por utilizar a técnica de Grupo Focal como procedimento para a coleta de dados, sob coordenação da pesquisadora principal, e observação de uma discente do Programa de Residência Multiprofissional - Área de Oncologia Pediátrica, vinculada ao Núcleo de Estudos da Criança e Adolescente - NECA, treinada pela pesquisadora. As discussões foram gravadas em formato digital para a posterior transcrição dos dados, evitando perdas do conteúdo discutido. Anotações verbais e não verbais das interações e diálogos entre participantes também foram realizadas pelos observadores num diário de campo.

A pesquisadora iniciou o Grupo Focal com uma rodada de apresentação dos participantes e das pesquisadoras, após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Posteriormente, explicou o objetivo da pesquisa, apresentando o *software* aplicativo e como seria a condução da técnica do grupo focal. Em seguida, os participantes preencheram um questionário elaborado pela pesquisadora, contendo dados de identificação da família e da criança/adolescente.

A dinâmica das sessões seguiu o seguinte roteiro: as telas do aplicativo foram apresentadas uma a uma, em equipamento projetor de multimídia, e as famílias foram convidadas a avaliar o *software* aplicativo quanto à aparência geral; à pertinência dos itens; à clareza da linguagem; à compreensão das expressões e dos termos utilizados; à representatividade das ilustrações; e

conteúdo (específico do desenvolvimento e validação do aplicativo) será abordado em uma outra publicação.



à concordância entre as imagens e os textos informativos. Os debates eram fomentados por perguntas, a fim de evitar desvios e nortear os participantes: *“pensando em suas famílias, contem para nós como vocês analisam as informações oferecidas no aplicativo, considerando a aparência geral do mesmo, a pertinência dos itens, a clareza da linguagem, a compreensão das expressões e dos termos utilizados, as ilustrações, a concordância entre as imagens e os textos explicativos”*.

Durante a sessão procurou-se ampliar a compreensão acerca da experiência dos pais, solicitando que discorressem sobre como se sentiram ao assistir à apresentação do aplicativo e como perceberam a repercussão do mesmo.

Como resultado, o Índice de Validade Conteúdo Global do aplicativo TMO-App foi 0,98. Da análise qualitativa de conteúdo emergiu o tema central *“O aplicativo como potencial para amenizar o sofrimento da família”* em razão da ampliação do seu conhecimento sobre a terapêutica, da oportunidade que a família tem em dar um testemunho sobre sua vivência com o filho, da contribuição de sua experiência para outras famílias e por permitir que o tempo da família seja respeitado, pois acessa as informações conforme a sua disposição e a vivência das situações.

3.1.3 Teste do dispositivo junto aos usuários de forma interativa

Nesse momento, optou-se por realizar um Estudo de Caso de abordagem qualitativa.

A abordagem de estudo de caso não é um método propriamente dito, mas uma estratégia de pesquisa. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um fenômeno que busca reunir informações detalhadas e sistemáticas. Envolve um caso específico, que irá entrar na coletânea universal de casos similares, possibilitando lançar mais luzes para o conhecimento da situação e, por via de consequência, descobrir intervenções adequadas (Polit, Beck, & Hungler, 2010).

O Estudo de Caso aplicado foi do tipo único longitudinal (Yin, 2005), com o objetivo de compreender a experiência de uma família com o uso do aplicativo TMO-App. A família elegível foi identificada por uma discente do Programa de Residência Multiprofissional - Área Oncologia Pediátrica, vinculada ao Núcleo de Estudos da Criança e Adolescente - NECA, por busca ativa no hospital, no momento da primeira consulta ambulatorial antes do TCTH.



O critério de inclusão foi ser membro da família de criança/adolescente com câncer com indicação para a terapêutica de TCTH. Após a assinatura do TCLE, foi disponibilizado um *tablet* com o aplicativo *TMO-App*. Os pais foram orientados, pela residente de enfermagem, quanto à utilização geral do *tablet* e sobre o uso do *software* aplicativo, o qual foi incentivado a todos os membros da família que estavam vivenciando a situação de TCTH da criança/adolescente.

Como técnicas de coleta de dados, nesta fase, foram utilizadas a observação participante e a entrevista semiestruturada. As observações foram realizadas diariamente junto à família, durante a internação da criança, pela residente de enfermagem. Anotações verbais e não verbais dos participantes foram realizadas pela observadora em um diário de campo.

Após um período de uso do aplicativo por parte da família, os seus membros foram convidados a participar de uma entrevista semiestruturada. A entrevista foi conduzida pela pesquisadora principal e pela orientadora deste estudo. Como estratégia para conhecer a família e, assim, auxiliar o desencadeamento e o desenvolvimento da entrevista, utilizou-se o recurso do preenchimento da Ficha da Família, composto por dados da criança e da família e pela construção do genograma e do ecomapa.

A entrevista foi iniciada buscando-se compreender o significado do uso de um aplicativo informativo na perspectiva da família de criança/adolescente com câncer submetido ao TCTH, abordando os seguintes tópicos: definição da situação; sentimentos e relacionamentos familiares; ações de enfrentamento; uso da informação; e satisfação da família com o uso do aplicativo. Ao longo da entrevista, outras questões foram introduzidas, de acordo com a resposta que o participante fornecia e de modo que pudessem elucidar de maneira mais ampla e profunda a experiência do uso do aplicativo durante o processo de TCTH.

Toda a entrevista foi gravada em mídia digital e transcrita na íntegra, logo após a sua realização para evitar a perda de dados significativos. Também foram feitas anotações, imediatamente após a entrevista, para evitar a perda de dados relevantes não capturados pelo gravador, como manifestações não-verbais durante o relato, bem como momentos de intensa emoção.

Para narrar sobre a experiência da família com o uso do aplicativo, os pais



retornam no tempo e descrevem os sentimentos, as percepções e as ações realizadas desde os primeiros sinais e sintomas que a criança apresentou. Na sequência contam sobre a sua experiência com o uso do aplicativo. Dessa maneira, da análise dos dados emergiram dois temas: *Sendo marcada pela experiência de doença e tratamento da criança* e *Percebendo-se fortalecida para enfrentar o TCTH*.²

3.1.4 Software aplicativo TMO-App

Ao longo de todo o processo de criação do *software* aplicativo *TMO-App*, buscou-se uma identidade visual única, com a definição de traços dos personagens e paleta de cores que fossem representativos ao longo de toda a trajetória do TCTH (pai, mãe, irmãos, profissionais), mas que não impactasse na concepção dos diferentes grupos culturais e etnias. Este trabalho de criação resultou em 93 ilustrações finais.

O aplicativo é composto de 266 telas com informações sobre o TCTH, divididas nas categorias: Definições (43 telas); Pré-TMO (144 telas); TMO (17 telas); Pós-TMO (60 telas); e Sinais de Alerta (2 telas). Cada tela é composta de conteúdo teórico, personagens e composição do cenário. As ideias estão organizadas no texto, na mesma sequência em que a família irá vivenciar a terapêutica de TCTH.

As categorias foram representadas pelo menu inferior e as subcategorias representadas por ícones (pequeno símbolo gráfico utilizado para representar o caminho até o conteúdo escolhido) (Figura 2).

² Não se desenvolvem aqui as categorias, subcategorias e as falas dos participantes visto que esse conteúdo (específico do desenvolvimento e validação do aplicativo) será abordado em uma outra publicação.

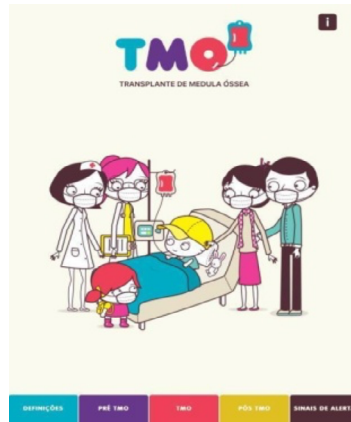


Figura 2. Tela do *software* aplicativo TMO-App com categorias e subcategorias.

O *software* aplicativo foi desenvolvido para o sistema IOS e a sua utilização ocorre em dispositivos móveis do tipo *tablet*.

3.1.5 Conclusões

A realização deste estudo possibilitou apresentar o processo de construção e validação de um *software* aplicativo, fundamentado em conhecimento científico, disponível na literatura atual, bem como validado por especialistas na área do estudo e por famílias que vivenciaram a experiência de TCTH, os quais contribuíram para a versão final do referido material denominado TMO-App.

A aproximação do MCCPF e do UCD foi essencial, pois compartilham a ideia de inclusão do usuário, valorizando as suas percepções, sentimentos e ações. Dessa maneira, o desenvolvimento desse aplicativo torna-se um meio, uma ferramenta para ser usada no processo interativo com a família promovendo seu acolhimento, vinculação e relacionamento com a equipe multiprofissional.

3.2 Desenvolvimento e validação de um jogo de tabuleiro para crianças com câncer

Para condução do desenvolvimento e validação do jogo de tabuleiro foi realizado um estudo do tipo metodológico, fundamentado no referencial *Child-Centered Game Development* (CCGD), proposto por Moser (2012).



Trata-se de um *framework* usado para desenvolver jogos que envolvam ativamente a criança ao longo do processo criativo, aproximando-se das suas necessidades, desejos e maneiras de pensar, envolvendo-as desde a produção até à avaliação. Nesse sentido, torna-se fundamental dar voz à criança, envolvendo-a como informante, usuária, testadora e, até mesmo, parceira no desenvolvimento de diferentes materiais.

A proposta do CCGD baseia-se nos princípios do *User-Centered Design* (UCD), do *Participatory Design* (DP) e do *Learning Centered Design* (LCD), buscando sempre ouvir as necessidades e a experiência da criança durante a interação com as tecnologias, na proposição de materiais lúdico-educativos. Dessa forma, acredita-se que a melhor maneira de criar interesse em um assunto é torná-lo atrativo ao conhecimento, o que significa torná-lo utilizável em um pensamento além da situação inicialmente proposta. O referencial CCGD está estruturado em cinco fases e em todas elas a criança pode e deve participar. A participação do usuário em todo esse processo é importante, porque ao dar-lhe voz aumenta-se a probabilidade de se gerar um produto com grande usabilidade (Moser, 2015).

As fases do CCGD estão descritas a seguir:

- a) **Análise:** as necessidades, as preferências e as características do jogo são investigadas por meio da condução da análise dos usuários, de suas tarefas e do ambiente;
- b) **Conceito:** consiste em criar a caracterização do jogo a partir dos dados coletados na fase de análise;
- c) **Design:** essa fase provê o desenvolvimento do conceito do jogo, por meio de desenhos e de protótipos de baixa fidelidade;
- d) **Implementação:** é a fase de concretização do jogo. Pode ser realizada por *experts* da área ou prover conhecimentos para as crianças desenvolverem protótipo com ferramentas;
- e) **Avaliação:** consiste na avaliação dos conceitos, dos designs e dos protótipos que envolvem crianças e *experts*.

No desenvolvimento do jogo de tabuleiro proposto pelo nosso grupo de pesquisa a criança participou das fases de análise, implementação



e avaliação. Para obtenção de dados de sua participação utilizou-se a entrevista semiestruturada e a observação participante. Durante cada fase foi fundamental que os objetivos estivessem bem traçados para que a condução da pesquisa produzisse um conteúdo rico e eficiente no processo de desenvolvimento do jogo.

3.2.1 Fase de análise

Durante a fase de análise, as necessidades da criança foram investigadas por meio da condução de um estudo de campo do tipo exploratório, descritivo, de natureza qualitativa, com o objetivo de identificar as necessidades de informação das crianças com câncer em tratamento quimioterápico e o sentido atribuído às informações recebidas (Amador, Rodrigues, & Mandetta, 2016). A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada individual e, para analisar os dados, foi utilizada a Análise Qualitativa de Conteúdo (Morse & Field, 1995).

A entrevista realizada nesse estudo foi conduzida utilizando-se, inicialmente, o desenho para disparar a questão norteadora. A criança desenhava livremente alguma pessoa e relatava-nos sobre o que ela gostaria de contar sobre a sua doença a esse personagem desenhado. O uso do desenho foi fundamental para aproximar a criança dos entrevistadores, deixá-la à vontade em um ambiente hospitalar e promover uma maior expressão de seus sentimentos. Na análise dos dados foi possível compreender que a criança quer ser informada sobre a sua doença e o seu tratamento e se movimenta para conseguir essa informação. Uma das crianças entrevistadas, de 12 anos de idade e com diagnóstico de osteossarcoma enfatiza: *“É melhor contar do que ficar escondendo. É melhor contar tudo de uma vez porque aí a pessoa já sabe o que tem, senão cada vez a pessoa vai ficar triste”*.

Além disso, a criança revela que deseja que a informação seja dada com uma linguagem clara, adequada ao seu nível de compreensão, por meio de recursos lúdicos, como por exemplo, jogos ou *videogames*. O uso de ilustrações sobre as etapas do tratamento ou *“um joguinho sobre a quimioterapia, de como ia ficar depois da cirurgia, como se sente depois da quimioterapia e da internação”* seria pertinente para compartilhar informações, segundo uma das crianças entrevistadas, de oito anos de idade e com diagnóstico de glioma de nervo óptico (Amador et al., 2016).



Ouvir a voz da criança antes mesmo de se propor um tipo de material foi fundamental para se ter a real noção das suas necessidades, os seus anseios e o que realmente ela esperava encontrar em uma tecnologia que fosse ser desenvolvida. Nesse sentido, optou-se pelo desenvolvimento de um jogo de tabuleiro com informações que auxiliassem a criança a enfrentar a doença, mas trazendo uma proposta lúdica de experiência no fundo do mar.

3.2.2 Fase de implementação

Uma equipe de designers foi responsável pela criação do protótipo inicial do tabuleiro e das cartas, mas foi ouvindo a voz de crianças, potenciais usuárias desse material, que as ideias do jogo foram concretizadas e moldadas, de acordo com as suas percepções e necessidades. Os dados nessa fase foram coletados por meio de observação participante e entrevista semiestruturada durante uma partida do jogo de tabuleiro (Minayo, 2013). Assim, depois de jogar uma partida completa da versão-teste do jogo de tabuleiro, as crianças narravam a sua experiência e explorava-se a sua compreensão acerca do jogo e das cartas, da aparência das ilustrações e da dinâmica da versão-teste. Dessa forma, conseguiu-se verificar que alguns aspectos do que foi idealizado não funcionavam na prática, como a posição que o tabuleiro se encontrava colocado por uma das crianças: *“Mas o fundo do mar é aqui? E tem que vir para cá? Assim? É para ficar em qual posição? Não entendi”*. Nesse sentido, a partir da percepção da criança foi necessário propor melhorias no design e no conteúdo do jogo de tabuleiro. A participação das crianças foi essencial para a criação da versão 1 do jogo de tabuleiro.

Realizar uma pesquisa intermediada pelo uso de um jogo garante ao pesquisador uma maior interação com a criança, proporcionando que a mesma se sinta motivada durante a coleta de dados (Moser, 2015). No entanto, é preciso enxergar a linha tênue existente nesse processo entre a diversão e a pesquisa. É essencial o preparo e a consciência do pesquisador para que o jogo não seja utilizado como moeda de troca, infringindo, inclusive, os princípios éticos da pesquisa com a criança. Além disso, é preciso garantir que a criança, embora envolvida no prazer de brincar, reconheça que está sendo realizada uma pesquisa e possa fornecer dados fidedignos acerca do objeto de estudo.

Além disso, a observação, também utilizada como técnica de coleta de



dados empíricos na pesquisa qualitativa (Minayo, 2013), permitiu o acompanhamento das experiências da criança durante o jogo e proporcionou a apreensão do significado atribuído às suas ações.

3.3 Fase de avaliação

Durante o processo de desenvolvimento do jogo, a criança participou da etapa de avaliação, por meio da avaliação da jogabilidade, termo usado na indústria de jogos, que inclui todas as experiências do jogador durante sua interação com um jogo (Schuytema, 2015).

A coleta de dados nessa etapa também foi realizada por meio de entrevista semiestruturada e observação participante durante uma partida da versão 1 do jogo de tabuleiro. Durante a partida do jogo, todas as expressões e os comportamentos da criança foram observados e anotados em um diário de campo. Finalizada a partida, foi conduzida uma entrevista semiestruturada, a partir da seguinte solicitação: *“Conte-me como foi para você participar do jogo de tabuleiro”*. De acordo com os relatos e/ou as expressões que poderiam ter significados que precisavam ser identificados e investigados mais profundamente pelo pesquisador, foram realizadas perguntas que permitiam seu esclarecimento. Assim, as crianças revelaram que se identificaram com a proposta e com os personagens do jogo de tabuleiro, como uma delas revelou *“me ajudou a ficar mais feliz porque ele é igual a nós doentes que estamos com a cabeça careca”* como também consideraram o jogo como fonte de aprendizado acerca da doença: *“o jogo foi bom por causa das informações”*, considerou uma das crianças.

A participação da criança nessa fase é fundamental para investigar a relação entre o jogador e o jogo. Embora a condução de uma entrevista semiestruturada também tenha sido realizada nessa fase, a observação participante teve um valor crucial, pois as indagações realizadas foram provenientes da observação do comportamento e da relação da criança com o jogo.

A observação participante, enquanto método qualitativo de investigação, oferece a possibilidade de se obter informação no momento em que ocorre o fato, na presença do observador (Queiroz, Vall, Souza, & Vieira, 2007), sendo possível captar aspectos do comportamento humano que só podem ser estudados satisfatoriamente mediante observação. Além disso, a



observação também comprova ou não os relatos dos sujeitos, porque nem sempre o que é falado é comprovado pelos comportamentos (Lobiondo-Wood & Haber, 2001). Nesse estudo, pudemos observar, por exemplo, que embora a informação seja um direito garantido à criança e a maioria dos profissionais enfatize o seu cumprimento, as observações das interações da criança durante as partidas do jogo de tabuleiro revelaram que nem sempre ocorre o seu cumprimento: *“A enfermeira chama a criança pelo nome, pergunta se está tudo bem, confere a pulseira de identificação, informa o quimioterápico que será instalado. A criança começa a dizer para a profissional que não gosta desse medicamento específico, pois lhe causa muita náusea e vômito, mas a enfermeira nada responde, parece apressada e diz para a mãe que qualquer coisa a comunique”* (Nota de observação).

3.2.4 Conclusões

A partir da análise dos dados foi possível aos pesquisadores compreender as experiências da criança ao interagir com um jogo evidenciando sua identificação e seu aprendizado com o mesmo. A utilização de diferentes métodos de aproximação com a criança durante as entrevistas, como o uso do desenho e do jogo, bem como durante a coleta de dados, como a entrevista semiestruturada e a observação participante, possibilitaram o desenvolvimento de um material que fosse o mais próximo possível do esperado pelo público-alvo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envolvimento do profissional da saúde no desenvolvimento de recursos e novas tecnologias que contribuam para o compartilhamento de informações e promovam uma assistência de qualidade à criança e a sua família é essencial no processo de cuidar. No entanto, faz-se necessária a participação, direta ou indiretamente, desse público-alvo. Ao dar voz ao usuário do produto em todo o processo de desenvolvimento, a informação que se almeja compartilhar pode ser mais bem assimilada e compreendida, visto que há consideração de suas necessidades, expectativas, prioridades, além de sua cultura e grau de entendimento.

Os dois estudos apresentados neste capítulo evidenciam que por meio da



investigação qualitativa é possível entender as necessidades do outro e ser capaz de responder adequadamente a elas. Para tanto, torna-se fundamental lançar mão de diferentes técnicas de coleta de dados que permitam abarcar as diferentes percepções do público-alvo, a sua interação no meio no qual está inserido, bem como a sua relação com as tecnologias desenvolvidas.

Os materiais apresentados estão disponíveis para uso com o público-alvo e em constante processo de aperfeiçoamento. Além disso, estudos estão sendo realizados para compreender o significado atribuído às informações disponibilizadas por esses meios e como eles auxiliam no processo de enfrentamento da doença.



REFERÊNCIAS

- Abras, C., Maloney-Krichmar, D., & Preece, J. (2004) User-Centered Design. In Bainbridge, W. *Encyclopedia of Human-Computer Interaction*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Aldiss, S., Hostman, M., O'Leary, C., Richardson, A., & Gibson, F. (2009). What is important to young children who have cancer while in hospital? *Childhood & Society*, 23(2), 85-98.
- Almeida, F.A. (2000). Brinquedo terapêutico: vivenciando a experiência de estar hospitalizado através do jogo simbólico. *Acta Paulista de Enfermagem*, 13, 129-133.
- Amador, D.D., Rodrigues, L.A., & Mandetta, M.A. (2016). É melhor contar do que esconder: a informação como um direito da criança com câncer. *Revista da Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras*, 16(1), 28-35.
- Angelo, M. (2010). Ouvindo a voz da família: narrativas sobre sofrimento e espiritualidade. *O Mundo da Saúde*, 34(4), 437-443.
- Antunes C. (2000). *Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências*. 8ed. Petrópolis, R.J: Vozes.
- Ayres, J.R.C.M. (2009). Cuidado: trabalho e interação nas práticas de saúde. In: *Uma concepção hermenêutica de saúde*. Rio de Janeiro: CEPESC: UERJ/IMS: Abrasco.
- Azevedo, N.C.S., & Betti, M. (2014). Pesquisa etnográfica com crianças: caminhos teórico-metodológicos. *Nuances: estudos sobre Educação*, 25(2), 291-310.
- Barbosa, J.A.G. (2012). A utilização do grupo focal como método de coleta de dados em pesquisa qualitativa na saúde e na enfermagem. *NBC: Periódico Científico do Núcleo de Biotecnologia*, 2(3), 38-46.
- Brasil (1995). *Declaração de Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizado - Resolução nº 41/95*. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. CONANDA. 1995.
- Carvalho, A.M.A., Beraldo, K.E.A., Pedrosa, M.I., & Coelho, M.T. (2004). O uso de entrevistas em estudos com crianças. *Psicologia em Estudo*, 9(2), 291-300.
- Christensen, P., & Prout, A. (2002). Working with ethical symmetry in social research with children. *Childhood*, 9, 477-497.
- Cruz, S.H.V. (2008). *A criança fala. A escuta de crianças em pesquisas*. São Paulo: Cortez, 102-117.
- Cybis, W., Betiol, A.H., & Faust, R. (2007). *Ergonomia e Usabilidade - Conhecimentos, Métodos e Aplicações*. São Paulo: Novatec.
- De Vito Dabbs, A., Myers, B.A., Mc Curry, K.R., Dunbar-Jacob, J., Hawkins, R.P., Begey, A., & Dew, M.A. (2009). User-Centered Design and Interactive Health Technologies for Patients. *Computers, informatics, nursing: CIN*, 27(3), 175-183.
- Delgado, A.C.C., & Müller, F. (2008). Abordagens etnográficas nas pesquisas com crianças. In: Cruz, S. H. V. (Org). *A criança fala. A escuta de crianças em pesquisas*. São Paulo: Cortez, 141-157.



- Dunn, J. (1988). *The beginnings of social understanding*. Oxford, UK: Basil Blackwell.
- Epstein, I., Stevens, B., McKeever, P., Baruchel, S., & Jones, H. (2008). Using puppetry to elicit children's talk for research. *Nursing inquiry*, 15(1), 49-56.
- Esteves, C.H.F. (2014). Entrevistar crianças/jovens: relato de uma experiência em contexto hospitalar. *Saber & Educar: Educação e trabalho social*, 19, 96-105.
- Figueiredo, S.V., Gomes, I.L.V., Pennafort, V.P.S., Monteiro, A.R.M., & Figueiredo, J.V. (2013). Therapeutic communication between health professionals and mothers accompanying children during inpatient treatment. *Revista Escola Anna Nery*, 17(4), 690-697.
- Francischine, R., & Campos, H.R. (2008). Crianças e infâncias, sujeitos de investigação: bases teórico-metodológicas. In: Cruz, S. H. V. (Org). *A criança fala. A escuta de crianças em pesquisas*. São Paulo: Cortez, 102-117.
- Gallacher, L.A., & Gallacher, M. (2008). Methodological immaturity in childhood research? thinking through "participatory methods". *Childhood*, 15(4), 499-516.
- Gold, R. (1958). Roles in sociological field observations. *Social forces*, 36, 217-223.
- González-Gil T. (2007). Las marionetas como recurso para la realización de entrevistas em profundidad com niños preescolares. *Enfermaria Clinica*, 17, 261-266.
- Horstman, M., Aldiss, S., Richardson, A., & Gibson, F. (2008). Methodological issues when using the draw and write technique with children aged 6 to 12 years. *Qualitative Health Research*, 18, 1001-1011.
- Institute For Family-Centered Care (2008). *Partnering with patients and families to design a patient-and family-centered health care system: recommendations and promising practices*.
- Jongudomkarn, D., Aungsupakorn, N., & Camfield, L. (2006). The meanings of pain: a qualitative study of the perspectives of children living with pain in north-eastern Thailand. *Nursing Health Science*, 8, 156-163.
- Takehashi, T.Y., & Silva, C.V. (2001). O cuidar da criança e da família: das reflexões teóricas a sua aplicação na prática profissional do cotidiano. *Família, Saúde e Desenvolvimento*, 3(1), 15-20.
- Lobiondo-Wood, G., & Haber, J. (2001). *Pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação crítica e utilização*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Maree, J.E., DCur, R. N., Parker, S., Kaplan, L., & Oosthuizen, J. (2016). The Information Needs of South African Parents of Children With Cancer. *Journal of Pediatric Oncology Nursing*, 33(1), 9-17.
- Maria, E.B.S., Guimarães, R.N., & Ribeiro, C.A. (2003). O significado da medicação intratecal para a criança pré-escolar, expresso em sua brincadeira. *Revista Paulista Enfermagem*, 22(3), 268-77.



- Mazza, V. A., Melo, N. S. F. O. & Chiesa, A. M. (2009). O grupo focal como técnica de coleta de dados na pesquisa qualitativa: relato de experiência. *Cogitare Enfermagem*, 14(1), 183-188.
- McGoldrick, M., & Gerson, R. (2005). *Genogramas en la evaluacion familiar* (5.ed.). Barcelona, España: Gedisa.
- Mello, D.F., Vieira, C.S., Simpionato, E., Biasoli-Alves, Z.M.M., & Nascimento, L.C. (2005). Genograma e ecomapa: possibilidades de utilização na estratégia de saúde da família. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 15(1), 79-89.
- Merédieu, F. (1997). *O desenho infantil*. (10 ed). São Paulo: Cultrix.
- Minayo, M.C.S. (2013). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (13. ed.). São Paulo: Hucitec.
- Moreira, M.D.S., & Gaíva, M. A. M. (2017). Abordagem do contexto de vida da criança na consulta de enfermagem. *Revista Cuidado é fundamental*, 9(2), 432-440.
- Morse, J.M., & Field, P.A. (1995). *Qualitative research methods for health professionals*. 2a ed. Thousand Oaks: Sage.
- Moser, C. (2012). *Child-Centered Game Development (CCGD): Developing Games with Children at School. Personal and Ubiquitous Computing, Special Issue on Child Computer Interaction*, 1-15.
- Moser, C. (2015). *Child-Centered Game Development. Center for Human-Computer Interaction*. Tese de doutoramento não-publicada. University of Salzburg, Austria.
- Nascimento, L.C., Rocha, S.M.M., & Hayes, V.E. (2005). Contribuições do genograma e do ecomapa para o estudo de famílias em enfermagem pediátrica. *Texto Contexto Enfermagem*, 14(2), 280-286.
- Oliveira, L.G.V., & Pedroso, J.S. (2017). Desenvolvimento de crianças sob influência dos contextos sociais e da religiosidade. *Interação em Psicologia*, 21(1), 1-8.
- Oliveira, R.B.G., Sparapani, V.C., Scochi, C.G.S., Nascimento, L.C., & Lima, R.A.G. (2010). A entrevista nas pesquisas qualitativas de enfermagem pediátrica. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 63(2), 300-306.
- Polit, D.F., Beck, C.T., & Hungler, B.P. (2010). *Fundamentos de pesquisa em enfermagem: Avaliação de evidência para a prática de enfermagem*. (7.ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Pope, C., & Mays, N. (2009). *Pesquisa qualitativa na atenção à saúde*. (3.ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Preece, J., Rogers, Y., & Sharp, H. (2005). *Design de interação: além da interação homem-computador*. Porto Alegre: Bookman.
- Queiroz, D.T., Vall, J., Souza, A.M.A., & Vieira, N.F.C. (2007). Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. *Revista Enfermagem UERJ*, 15(2), 276-83.



- Rossetti-Ferreira, M.C., & Oliveira, Z.M.R. (2009). Um diálogo com a sociologia da infância a partir da psicologia do desenvolvimento. In: Müller, F. & Carvalho, A.M.A. *Teoria e prática na pesquisa com crianças*. São Paulo: Cortez, 59-70.
- Runaas, L., Hanauer, D., Maher, M., Bischoff, E., Fauer, A., Hoang, T. ... Choi S.W. (2017). BMT Roadmap: A User-Centered Design Health Information Technology Tool to Promote Patient-Centered Care in Pediatric Hematopoietic Cell Transplantation. *Biology of Blood and Marrow Transplantation*, 23(5), 813-819.
- Schuytema, P. (2013). *Design de game: uma abordagem prática*. São Paulo: Cengage Learning, 447p.
- Sigaud, C.H.S., Rezende, M.A., Veríssimo, M.D.L.O., Ribeiro, M.O., Montes, D.C., & Piccolo, J. ... Souza, J.M. (2009). Aspectos éticos e estratégias para a participação voluntária da criança em pesquisa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 43(Esp 2), 1342-1346.
- Sinclair, R. (2004). Participation in Practice: making it meaningful, effective and sustainable. *Childhood Society*, 18, 106-118.
- Sposito, A.M.P., Sparapani, V.C., Pfeifer, L.I., Lima, R.A.G., & Nascimento, L.C. (2013). Estratégias lúdicas de coleta de dados com crianças com câncer: revisão integrativa. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 34(3), 187-195.
- Toscani, N.V., Santos, A.J.D.S., Silva, L.L.M., Tonial, C.T., Chazan, M., Wiebelling, A.M.P., & Mezzarl, A. (2007). Desenvolvimento e análise de jogo educativo para crianças visando à prevenção de doenças parasitológicas. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 11(22), 281-94.
- Vasques, R.C.Y., Bousso, R.S., & Mendes-Castillo, A.M.C. (2011). A experiência de sofrimento: histórias narradas pela criança hospitalizada. *Revista da Escola de Enfermagem USP*, 45(1), 122-129.
- Vasques, R.C.Y., Mendes-Castillo, A.M.C., Bousso, R.S., Borghi, C.A., & Sampaio, P.S. (2014). Dando voz às crianças: considerações sobre a entrevista qualitativa em pediatria. *Revista Mineira de Enfermagem*, 18(4), 1016-1020
- Víctora, C.G., Knauth, D.R., & Hassen, M.N.A. (2000). *Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema*. Porto Alegre: Tomo Editorial.
- Wendt, N.C., & Crepaldi, M.A. (2008). A Utilização do Genograma como instrumento de coleta de dados na pesquisa qualitativa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2): 302-310.
- Wright, L.M., & Leahey, M. (2012). *Enfermeiras e Famílias: um guia para avaliação e intervenção na família*. 5a ed. São Paulo: Roca. 327p.
- Yin, R.K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. (3.ed.). Porto Alegre: Bookman.



ANÁLISE DE DESCRIÇÕES DE VIVÊNCIAS EM SITUAÇÕES DE CONSTITUIÇÃO DE CONHECIMENTO

AUTORES

Maria Aparecida Viggiani Bicudo¹ | mariabicudo@gmail.com
Anderson Afonso da Silva² | anderafonso2@gmail.com

¹UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA,
SÃO PAULO, BRASIL

²COLÉGIO APROVADO DE LIMEIRA,
SÃO PAULO, BRASIL

RESUMO

A investigação visou compreender as diferentes situações de ensino/pesquisa e aprendizagem em que se está dando a constituição do conhecimento em ambientes colaborativos entre membros de grupos de pesquisa em programas de Pós-Graduação. A metodologia assumida para a realização da investigação foi a da Pesquisa Qualitativa Fenomenológica, percorrendo o caminho em busca do sentido do fenômeno estudado, qual seja, a produção do conhecimento em Educação Matemática em grupos de pesquisa. Neste estudo, enfatizamos a importância do aspecto da vida cotidiana, a saber, o *coletivo* vivenciado em grupo. Visando a uma abertura de perspectivas sobre os modos de produção do conhecimento em Educação Matemática realizado por grupos de pesquisa, entrevistamos pesquisadores que atuam nessa área e que tratam desse tema. Uma vez construídos os dados mediante a realização das entrevistas e de suas transcrições, iniciamos um movimento de tratamento dos dados expressos nos relatos do dito pelos sujeitos significativos, movimento em que nos voltamos para a importante ação de transcrição do dito. Mediante reduções fenomenológicas sucessivas das análises dos discursos de todos os sujeitos entrevistados, articulamos cinco Reduções (R): formação de grupo de pesquisa; constituição do grupo de pesquisa; movimento de ser do grupo de pesquisa; geração da temática, produção e autoria das investigações produzidas. Continuando esse movimento, realizamos a interpretação dessas cinco reduções, explicitando a constituição de grupos de pesquisa e o modo pelo qual produzem conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE:

Fenomenologia
 Vivências
 Constituição do
 Conhecimento
 Comunidade
 Pesquisa Qualitativa



NOTAS BIOGRÁFICAS

Maria Aparecida Viggiani Bicudo: Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro, São Paulo, Brasil. Orienta mestrado, doutorado e pós-doutorado. Pesquisadora 1-A do CNPq. Presidente da Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativos (www.sepq.org.br). Coordenadora do Grupo de Pesquisa "Fenomenologia em educação Matemática, UNESP, Rio Claro (www.sepq.org.br/fem). Autora de livros, de capítulos de livros e de artigos em periódicos. Site: www.mariabicudo.com.br.

Anderson Afonso da Silva: Professor de Matemática, graduado em Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestre e Doutor em Educação Matemática pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista - Unesp de Rio Claro. Realizou estágio de doutorado sanduíche no exterior durante o ano acadêmico de 2015/2016 na Pontificia Università Lateranense - PUL, em San Giovanni in Laterano, Roma. Pesquisa em Educação Matemática com foco nos modos de produção de conhecimento e aprofundamento teórico em Filosofia da Educação Matemática, atuando principalmente nos seguintes temas: Fenomenologia; Antropologia Filosófica. Membro do Grupo de Pesquisa Fenomenologia em Educação Matemática - FEM.



INTRODUÇÃO

Neste capítulo trataremos do modo pelo qual analisamos descrições de vivências em situações de constituição do conhecimento, assumindo a visão fenomenológica a respeito de vivência, constituição do conhecimento e da importância da descrição nesse modo de investigar. Em um primeiro momento, explicitaremos os sentidos e significados de constituição do conhecimento, posto que entendemos que o processo de produção o abrange. Em seguida trataremos de *vivência*, focando a temporalidade dos atos realizados no *agora*, cuja duração, na fluidez da própria temporalidade, escorrega-os para o *já foi*. Essas vivências, em seus aspectos sensoriais e perceptivos, se entrelaçam na carnalidade do corpo vivente que, mediante atos da consciência e de suas manifestações, avança com o movimento de constituição do conhecimento. A percepção da vivência dá-se na retomada do acontecido que nos chega pela lembrança e que pode ser explicitado à medida que o sujeito expõe pela linguagem o vivenciado. Essas explicitações, ou seja, o relatado pelo sujeito que realizou vivências, em uma situação de investigação científica, são tomadas como descrições que dizem da interrogação do pesquisador, endereçada ao sujeito como uma pergunta. Sujeito esse assumido como significativo por atender ao solicitado pela pesquisa, isto é, uma pessoa que vivencia situações correspondentes ao indagado.

Em um segundo momento, focaremos *ambientes colaborativos* em que se dão experiências de ensinar e de pesquisar, com destaque para aspectos que revelam momentos de constituição do conhecimento. Explicitaremos o entendido por nós como ambiente colaborativo. Traremos, então, recortes da investigação realizada qualitativamente, expondo: contexto em que a investigação ocorre, os procedimentos assumidos, as análises e interpretações realizadas e, finalizando nossa apresentação, o que por nós foi compreendido.

1. SOBRE VIVÊNCIAS E SEU SIGNIFICADO NO ÂMBITO DA PESQUISA QUALITATIVA FENOMENOLÓGICA

A questão central da obra de Edmund Husserl é como o conhecimento é constituído na dimensão da humanidade do mundo-vida. Ainda que ele reconheça e aceite a produção sócio-histórico-cultural presente no



mundo-vida em que estamos, inclusive a que nos é trazida pela própria ciência teórica, a que é sustentada pela lógica (racionalidade) da civilização ocidental¹, sua preocupação é *não tomarmos de modo naturalístico essa produção*, assumindo-a positivisticamente, como pressuposto de investigações que venhamos a realizar. Sua busca é pela compreensão do modo pelo qual o conhecimento é constituído, sem se valer desses pressupostos. Ao compreendermos esse movimento de constituição e articulando-o ao de materialização do expresso, comunicado e retido pela linguagem, em suas diferentes modalidades e meios, compreendemos o processo de produção do conhecimento.

1.1 Como compreender a constituição do conhecimento

Na filosofia husserliana entende-se que o conhecimento é constituído e não construído.

Uma breve incursão em dicionários da língua portuguesa tem-se: o verbo *constituir*, na regência transitivo direto e pronominal, trás o significado de constituir como *ser ou ter como parte principal; formar(se); compor(se)*. Exemplificando esse sentido, pode-se dizer *as células constituem os tecidos dos seres vivos*, onde as células são indicadas como parte principal ou essencial desses tecidos. O verbo *construir*, na regência transitivo direto, diz de *criar (algo) juntando materiais variados em determinada forma, seguindo determinado projeto; fabricar; produzir (veículos, máquinas)*.

Adentrando-se por textos de filósofos e de psicólogos que se dedicam ao estudo do conhecimento, esses termos indicam posições várias, que conduzem a concepções sobre diferentes realidades e seu conhecimento, ainda que não se afastem completamente dos significados apontados. No construtivismo, por exemplo, a ideia que o subjaz é a de uma construção realizada pela junção de elementos ou de interações: históricos, sociais, pela linguagem, etc. Essa ideia indica o entendimento subjacente de uma separação entre sujeito conhecedor e objeto a ser conhecido, de modo que é preciso explicitar o modo pelo qual se dá a união (mesmo que inseparável)

¹ De acordo com Bicudo (2016) quando Husserl fala da ciência europeia ou da forma espiritual da Europa, está se referindo à cultura da razão. Portanto, não está se atendo a uma delimitação geográfica e econômica da ciência europeia, mas busca pela *origem* dessa razão e revela seu entendimento pela *renovação* dessa filosofia que se desviou de sua trajetória, entrando em *crise*, ao cair prisioneira de um pensar naturalizado.



entre ambos: por introjeção de normas, por interação entre seres diferentes, por atividades que geram esquema ou conceitos. Explicações essas que são consonantes às teorias trabalhadas. Esse tema, por si, solicita uma investigação: o que significa construir, quando se fala de construção do conhecimento? Porém, esse não é o foco deste capítulo, conforme já anunciado em seu título.

De modo particular, dado o exposto no título deste capítulo, vamos explicitar o entendimento de constituição do conhecimento, na medida em que assumimos a filosofia fenomenológica husserliana. Husserl (Idee, 2002) explicita o movimento de constituição do conhecimento pelo entrelaçamento dos sentidos experienciados no corpo-próprio ou corpo-encarnado, pelos diferentes órgãos, como audição, tato, visão, paladar, olfato e um sexto, cinestesia (movimento sentido), que vão se amalgamando e possibilitando a percepção de um objeto e sua forma em termos de figura e fundo, o qual se presentifica no fluxo da consciência. Esta, pelos seus atos, como perceber, comparar, gostar, rejeitar, expressar, comunicar, flui no movimento de articular os sentidos vivenciados pelo sujeito histórico-sócio-culturalmente situado junto ao mundo-vida e de expressar esse *logos* que diz de uma reunião articulada do sentido-percebido-compreendido-interpretado pela linguagem aos outros cossujeitos que junto a ele estão compartilhando e materializando as compreensões havidas. Na dimensão da intersubjetividade em que está com os outros no mundo-vida, suas compreensões expressas pela linguagem são agora articuladas dialeticamente com os outros, e, à medida que os significados vão sendo aceitos e mantidos na repetição de atividades, realizadas por diferentes sujeitos, o conhecimento histórico-sócio-cultural se produz em uma comunidade e em grupos nela formados.

Negando-se a assumir o conhecimento teórico já produzido histórico-culturalmente, Husserl se volta à *origem* da constituição do conhecimento. Origem, conforme exposto em Bicudo (2016), não é entendida por ele como um início de algo factual em um determinado ponto no tempo cronológico, porém como o momento em que o objeto ou o fenomenal é dado ao sujeito carnal de modo direto e intuitivo, caracterizando um ato intencional preenchido com sentido vivenciado. Esse é o modo pelo qual se dá a *intuição originária*. Esta ocorre no agora, no instante em que a vivência está dando, sem intermediação do signo que venha indicar e expressar o intuído.



A ponta do instante, a identidade do vivido presente a si no mesmo instante, carrega, portanto, todo o peso dessa demonstração. A presença a si deve se produzir na unidade indivisa de um presente temporal, para não ter nada a se dar a conhecer através de uma preocupação do signo. Essa percepção ou intuição de si por si na presença seria não apenas a instância na qual a “significação” em geral pudesse ocorrer, ela asseguraria, também, a possibilidade de uma percepção ou de uma intuição originária em geral, isto é, a *não significação* como “princípio dos princípios”. E, posteriormente, cada vez que Husserl quiser marcar o sentido da intuição originária, lembrará que ela é a experiência da ausência e da inutilidade do signo (Derrida, 1994, p.70).

O agora é o *presente* em que a vivência está se dando a conhecer. É temporal, pois mesmo sendo um instante, tem uma duração. Essa duração vai escorregando para o *já foi*, ao mesmo tempo em que vai trazendo para o presente o *ainda não foi*. Assim, “Passado e Futuro estão presentes à experiência, constituindo um horizonte que acolhe a interpretação” (Bicudo, 2011a, p.34). Husserl intui, desse modo, uma certeza:

[...] a própria certeza ideal e absoluta de que a forma universal de toda experiência (Erlebnisin), e logo toda a vida, sempre foi e será o *presente*. Só há e só haverá o presente. O ser é presença ou modificação da presença. (Derrida, 1994, p.63).

Certeza essa que o leva (a Husserl) a eleger a vivência como o ponto crucial da constituição do conhecimento. De acordo com Husserl,

Vivenciar os acontecimentos externos significa: ter certos atos de percepção, de cognição (seja como for que determinem), e outros semelhantes dirigidos para estes acontecimentos. Este “ter” oferece-nos desde o início um exemplo para o tipo totalmente diferente de vivenciar que está em questão no sentido fenomenológico. Ele quer dizer apenas que certos conteúdos são elementos integrantes de uma unidade de consciência na corrente de consciência fenomenologicamente unitária de um eu empírico. Este é, ele próprio, um todo real, que se compõe realmente de múltiplas partes, e cada uma destas partes é “vivenciada” (Husserl, 2012, p.300).

Vivência do corpo-encarnado constituído também por aspectos físico-biológico-neurais que abrangem, inclusive, os órgãos do sentido. Esses órgãos acolhem sentidos na carnalidade do corpo-vivente, os quais, no movimento



da própria vida do organismo, vão se entrelaçando e configurando indícios do fenomenal assim acolhido. São as experiências concretas, como entendemos que delas fala Husserl, uma vez se tratam de afetações sensórias.

[...] que os objetos do mundo fenomenal acarretam à corporalidade do corpo-encarnado, não como estímulos pontuais que solicitam respostas específicas, mas como afetações que se dão em um panorama harmonioso, acionando um comportamento que se manifesta por ações específicas e também gerais, expressando compreensões da vida como um todo (Bicudo, 2011b, p. 81).

Ainda que seja uma experiência passiva, conforme tratado em *Experience and Judgement* (1973), os sentidos vivenciados dão-se no fluxo da consciência. Ales Bello, afirma

[...] podemos falar em fluxo porque no presente está conservado algo daquilo que passou, e o que está conservado no presente nos diz que haverá algo em seguida: há um fluir, um fluxo de consciência do que vivemos. (Ales Bello, 2015, p.25).

Essa autora compreende que as vivências são o próprio fluxo, contínuo, porém apresentando fases que pressupõem, cada uma, as anteriores e prevêm algumas futuras.

As vivências não são um conteúdo de experiência, mas um fluir da ação que ocorre em sua imediaticidade. Enquanto ela ocorre, não é refletida, ainda que dela tenhamos ciência, pois sabemos, de modo passivo, que estamos realizando tais e tais atos. Por exemplo, sabemos que estamos andando, comendo, olhando. Entretanto, podem se tornar foco sobre o qual o ato de refletir se volte para compreender a experiência havida, quando, então, a vivência já fluiu e outra experiência está se dando, aquela de refletir sobre o vivenciado.

No fluxo da consciência, um movimento que interliga os diferentes *agoras* é a lembrança, conforme nos fala em *Lições para uma Fenomenologia da consciência interna do tempo* (Husserl, s/d). Pela lembrança torna-se possível retomar o vivenciado, pois ao dele nos darmos conta, dele podemos falar. É importante que levemos em conta que:

“consciência” não significa que a cada momento estejamos refletindo sobre os atos. Mas quer dizer que sabemos, estamos cômicos do que está acontecendo



por estarmos vivendo. Vivemos esta consciência mesmo quando não estamos refletindo sobre a vivência. Ao ver as coisas, estamos cômicos de vê-las (Ales Bello, 2015, p.27).

Estar consciente dos atos realizados é dar-se conta deles, é percebê-los enquanto estamos na ação de realizá-los. Esses atos, os perceptivos, constituem um primeiro nível de consciência. Mas sobre eles, desde que deles nos tenhamos dado conta, podemos voltar de modo reflexivo, buscando pelo sentido que fazem para nós, sujeitos que vivenciam experiências. Entretanto, atos articuladores de comunicação são solicitados pelo enlaçado no fluxo das vivências. Esses atos são efetuados pela consciência e ocorrem na subjetividade do sujeito, avançando no movimento de constituição de conhecimento. Podem ser relacionados às dimensões psicológicas, como o *gostar*, à cognitiva e espiritual, como o *conhecer* e *julgar*. Apesar disso, os atos perceptivos não são exclusivamente subjetivos, já que a percepção enlaça o percebido e seu entorno, figura e fundo, assim como seus modos de expressão (a linguagem), produtos culturais e suas formas de materialização (a cultura), outros seres vivos e a natureza.

Há, sim, um trabalho cognitivo julgador, de articulação e expressão efetuadas subjetivamente. Mas é uma subjetividade em que o mundo e sua estrutura já estão presentes, ainda que não de modo determinístico, o que significa que ao sujeito competem atos criadores, tomando o estruturante e indo além, inovando com formas, cores, vibrações etc., expressões possíveis do sentido percebido e articulado, lançando-os mediante materializações disponibilizadas pelos produtos culturais (Bicudo, 2011b, p. 32).

Segundo Ortega e Gasset, como exposto em Bicudo (2011b), a vivência tem uma estrutura hermenêutica e, em virtude disso, ela se autointerpreta e dá-se à interpretação. Ela é a própria vida reduzida às suas expressões diminutas e, ao mesmo tempo, ao horizonte, solo da comunidade de vivências, realidade histórico-social. É nesse sentido que ela se constitui realidade epistemológica. Ao estar dimensionada no solo em que valores, significados, expressões, ideias e ideais são apreciados em uma comunidade de indivíduos, a sua origem está vinculada ao extraindividual, também. Portanto, não se fecha na psicologia individual, mas conecta a esfera da unidade psíquica com a realidade histórico-social.



Essa conexão dá-se pela imediaticidade das vivências que, em seu fluxo, traz as sensações do 'tocado' e a percepção do visto para os atos da consciência, os quais mediante articulações os organizam de modo a fazer sentido para aquele sujeito que vivencia experiências e que as expressa pela linguagem. Linguagem *falada* pelo corpo-próprio em seu modo de apresentar-se, bem como pela linguagem que traz consigo palavras, gramática, signos e símbolos. Linguagem essa que em sua complexidade é veículo da *tradição*, trazendo consigo sentidos e significados já explicitados e que estão presentes na realidade histórico-social, mas também são preenchidas pelos sentidos do sujeito das vivências que estão sendo expressas. O ato da intropatia, que é o de ver o outro (humano), na imediaticidade da experiência intropática, como igual, e a linguagem são constitutivos da intersubjetividade, esfera de realidade em que pessoas estão *com* outras pessoas. Importante dizer que a linguagem expressa o entrelaçamento entre o intencionado, o dito pela voz, o mantido na historicidade pela tradição uma vez que ela pode ser escrita e, mais do que isso, ela possibilita uma atividade "lógica" característica, "ligada especificamente à linguagem, bem como a configuração cognoscitiva ideal que nela se gera especificamente" (Husserl, 2008, p. 380).

1.2 Como nos pomos a investigar essas questões

As vivências, como foi dito acima, se dão no *agora* e vão escorregando para o *já foi* concomitantemente ao *ainda não ocorreu* escorregar para o *agora* no movimento contínuo e harmonicamente totalizante do fluxo da consciência. Como podem ser investigadas? Entendemos que o são mediante atos da consciência e por meio de expressões, passíveis de serem expostas e trazidas à esfera da intersubjetividade. Porém, para fins de investigação de um determinado tema isso não é suficiente. Há que haver uma pergunta disparadora que conduza o sujeito que vivenciou a experiência a retomá-la, pela lembrança, e dela falar, descrevendo-a. Essa descrição já não é a vivência, porém a compreensão do ocorrido e agora lembrado em um horizonte iluminado por lanternas que focam aspetos específicos do vivenciado. Essas lanternas, aqui trazidas de modo metafórico, dizem das perguntas formuladas pelo investigador e que geram novas vivências no movimento do fluxo da consciência em que o sujeito se dá conta de estar agindo, pois está focando vivências passadas e delas falando, mas também, refletindo sobre elas, visando a expor o por ele compreendido de modo que faça sentido.



Na pesquisa qualitativa fenomenológica, em que se busca pela constituição do conhecimento, as vivências, nucleares a essa constituição, são assim focadas. Buscam-se por sujeitos significativos, quais sejam, aqueles que vivenciaram a experiência do ver e sentir o fenômeno investigado, e, por exemplo, a eles se formulam perguntas e seus relatos possibilitam a produção de discursos escritos, as entrevistas, passíveis de serem analisadas e interpretadas. Esses relatos são compostos por descrições do corrido.

Antes de falarmos sobre descrições, é importante destacar que no parágrafo acima o termo *por exemplo* quer dizer que vivências são expressas não apenas por relatos falados e gravados, mas também por filmagens de ocorrências, ou mesmo, pelo relato do próprio sujeito que busca compreender suas vivências, desenhando-as ou registrando-as em diários ou por outros meios pelos quais as vivências vêm ao mundo da linguagem.

Voltando às descrições. “A descrição descreve o movimento dos atos da consciência. Ela se limita a relatar o visto, o sentido, ou seja, a experiência como vivida pelo sujeito. Não admite avaliações e interpretações, apenas exposição do vivido como sentido ou percebido” (Bicudo, 2011a, p.46). Ou seja, a descrição apenas descreve, relatando o ocorrido como é visualizado e compreendido pelo sujeito que relata. Portanto, sempre buscamos na investigação fenomenológica trabalhar com o descrito de modo ingênuo, quer dizer, sem que o depoente elabore e reelabore o dito. Não se busca obter um documento, porém, tão somente o relato das experiências vivenciadas, tal como estão sendo sentidas e entendidas pelo sujeito.

Temos clareza que não estamos dizendo da realidade ao modo de uma objetividade passível de comparação. Estamos falando da realidade vivenciada por um sujeito que, ao vivenciá-la no horizonte do solo de uma comunidade sócio-histórico-cultural, nunca é isolado e fechado em si. Ao contrário, pela sua corporalidade sempre está *com* os outros, quaisquer que sejam, no mundo-vida.

A parte que segue neste texto traz uma investigação a respeito dos modos pelos quais a constituição do conhecimento se mostra em ambientes colaborativos de ensino e de aprendizagem. Mais especificamente, é uma pesquisa que persegue a preocupação com o modo pelo qual em grupos de pesquisa o conhecimento é constituído, vindo a expor-se em produções diversas sob diferentes titularidades.



2. COMO AS DIFERENTES SITUAÇÕES DE ENSINO/PESQUISA E APRENDIZAGEM EM QUE SE ESTÁ DANDO A CONSTITUIÇÃO DO CONHECIMENTO SE MOSTRAM EM AMBIENTES COLABORATIVOS

A constituição do conhecimento em um grupo de pesquisa se mostra em aspetos significativos derivados das reduções² sucessivas realizadas ao analisar o discurso dos sujeitos significativos entrevistados na pesquisa *A Produção do conhecimento em Educação Matemática em grupos de pesquisa*³. Esses discursos trazem o por eles explicitado no movimento do trabalho de seus respetivos grupos de pesquisa e aclaram o *estar-com-o-outro*. A filosofia husserliana expõe as compreensões acerca do estar com o outro no mundo-vida. Estudando essa filosofia entendemos que não somos seres isolados, porém que estamos sempre com outros sujeitos semelhantes a nós. Reconhecer o outro como semelhante se dá pela experiência da intropatia, como mencionado acima neste texto, onde aceitamos de modo imediato pelos sentidos corpóreos que existem outras pessoas, não iguais, mas semelhantes a nós. Pela intropatia conhecemo-nos a nós mesmos e reconhecemos os outros como nossos semelhantes, de modo a estabelecer uma relação recíproca de sentidos com a certeza de que podemos não só estar com o outro, mas ir constituindo, junto à linguagem, a esfera intersubjetiva.

Sendo assim, sabe-se que sempre, desde o nascimento até a morte, o ser humano encontra-se em um contexto interpessoal que pode apresentar diversas formas de organização.

Segundo Ales Bello (2015) o aspeto mais importante do viver junto com o outro é a *comunidade*. No núcleo da constituição da comunidade estão presentes o outro, que nos é dado como *eu* e, também, a própria pessoa, avançando para a constituição da intersubjetividade.

Desse modo, sabe-se da existência de diversas modalidades organizacionais que podem ser estabelecidas com outras pessoas e a partir de cada uma dessas modalidades pode-se refletir sobre os aspetos individuais de cada membro no respetivo contexto associativo, de tal modo que possamos

² A redução fenomenológica caracteriza-se como um movimento do pensar, expondo, por meio das articulações de ideias, a complexidade de sentidos e de significados que se entrelaçam em ideias mais abrangentes.

³ Trata-se da tese de doutoramento de Anderson Afonso da Silva, intitulada: *A Produção do Conhecimento em Educação Matemática em Grupos de Pesquisa*, defendida em março de 2017.



compreender as possibilidades de ações a serem realizadas por cada um, individualmente.

Sendo assim, nesta pesquisa, assumimos um *grupo de trabalho* como uma possibilidade organizacional, onde diferentes pessoas podem estar juntas na realização de atividades específicas e perguntamos sobre as estruturas dessas atividades. Buscamos compreender: como em um grupo as pessoas se colocam umas com as outras; como são estabelecidos seus interesses de trabalho; como os compromissos são estabelecidos e assumidos.

Esse é o tema investigado. Nos itens 2.1 e 2.2 deste capítulo são trazidas a produção e análise dos dados investigados e a discussão e interpretação desses dados.

2.1 Produção e análise dos dados investigados

Os sujeitos significativos da pesquisa supracitada são definidos como aqueles que afirmam produzir conhecimento no âmbito da região de inquérito estudada, a saber, a Educação Matemática. Desse modo, buscamos indícios dessa produtividade, como por exemplo, publicações e orientações, e por pesquisadores que a realiza. Essa busca se balizou no publicado no diretório de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, onde foram detetados e pré-selecionados 438 grupos. Tendo em vista nossa intenção, buscamos nesse universo pelos sujeitos significativos que poderiam contribuir com a investigação.

Foram selecionados 10 sujeitos significativos, uma vez que coordenavam o trabalho de grupos de pesquisa há pelo menos 10 anos, o que indicava serem esses grupos fortemente constituídos. Eles foram ouvidos, ao se proporem a pensar na pergunta disparadora da entrevista, a saber: *como se dá a produção do conhecimento em grupos de pesquisa?*, e seus relatos foram gravados. Das gravações realizamos transcrições, obtendo um texto escrito. Estes textos foram os relatos analisados e interpretados.

O movimento de análise envolveu dois momentos distintos: um da *análise ideográfica*⁴, e outro da *análise nomotética*. O primeiro, da análise ideográfica tem por meta destacar unidades de sentido que se sobressaem

⁴ Cf. Bicudo (2011).



no texto para o investigador, tendo em vista a interrogação orientadora da investigação. O texto da entrevista é trazido em sua totalidade, na própria linguagem do depoente. Das unidades de sentido são destacadas passagens entendidas importantes para abertura da compreensão do que está sendo dito. Avança-se com o movimento de compreensão de significados, auxiliado pela explicitação do respetivo enxerto hermenêutico. Este se refere à interpretação de termos de se valem os entrevistados, do sentido do dito no texto quando este é lido em sua totalidade e, também, quando é compreendido no contexto acadêmico-histórico-social que circunda o texto. Com essa interpretação, reescrevem-se as Unidades destacadas, denominadas Unidades de Sentido (US), em linguagem tão clara quanto possível, cuidando-se para não modificar o sentido do expresso pelo sujeito entrevistado. Desse modo, mediante as explicitações que contribuem com o esclarecimento do dito e destacado nas US, o pesquisador as transcreve em proposições mais condizentes com a área de sua pesquisa, obtendo, então, as Unidades de Significado (USg) que incluem, portanto, a compreensão possibilitada pela análise hermenêutica e do compreendido pelo pesquisador na mensagem dita pelo depoente. Portanto, o texto da entrevista é o dado analisado. Não há retorno ao depoente para que faça uma revisão, pois são buscados sentidos e significados e não fatos históricos. Além disso, trabalha-se com a linguagem ingênua do sujeito, ou seja, a não elaborada por análises e retomadas sucessivas.



A seguir uma situação exemplificadora de como foram constituídas as análises ideográficas:

Sujeito Significativo AR: Prof. AR

Unidades de sentido	AR - Bom, eu não me lembro em qual ano, porque na realidade, entre nós, tem uns grupos de pesquisas... <u>Antigamente a gente fazia assim, todo mundo que é da pós-graduação é um grupo de pesquisa, entendeu? Então, colocava junto, o coordenador colocava todo mundo,</u> até para justificar quando pede financiamento, isso na primeira fase da década de 1990, depois da década de 1990 começou, vamos fazer vários grupos, então, várias pessoas fizeram os grupos específicos, né?
Excerto Hermenêutico	<i>Pós-graduação</i> : curso que acolhe alunos para efetuarem investigações e as apresentarem como trabalho para obter título de mestrado ou doutorado. <i>Coordenador</i> : professor da pós-graduação que organiza e dinamiza as atividades do curso.
Unidades de significado	AR5 - O depoente se refere ao modo pelo qual o grupo de pesquisa foi constituído na pós-graduação por todos integrantes desse curso e organizado pelo coordenador da pós-graduação.
O que é dito	CDAR5 - Da historicidade do grupo de pesquisa na pós-graduação.

Em síntese, as análises ideográficas são nomeadas pelas iniciais do nome do Sujeito significativo seguido por duas letras maiúsculas em negrito, acompanhadas de um número ordinal. As letras correspondem às iniciais do nome do pesquisador entrevistado. Os números representam a ordem do quadro referente a todos os quadros que constituem a entrevista. No exemplo acima, o Quadro número 5 é a ordem de sua realização, e AR são as iniciais do nome do professor entrevistado, Antonio Roazzi.

Nos Quadros são apresentadas as falas do entrevistado. Todos os relatos foram realizados pelo pesquisador, representado pela primeira letra do seu nome: **A** (Anderson) destacada em negrito e suas falas são destacadas em itálico no texto. O entrevistado é representado pelas letras iniciais dos seus dois primeiros nomes e destacadas em negrito, seguida por sua fala.

Os *quadros Ideográficos* foram trazidos como um organizador do texto, expondo um passo do movimento de análise que está sendo realizada.

É importante esclarecer que, terminada a transcrição do áudio, obteve-se um texto escrito. As *US* são passagens destacadas entendidas como importantes para abertura da compreensão. Avançando no movimento de análise rumo à articulação do sentido compreendido pelo pesquisador, articulam-se as



USg, expostas na linguagem do pesquisador já abrangendo as compreensões abertas pela análise hermenêutica. Ainda, no movimento de análise, pergunta-se, sistematicamente, pelo que é compreendido do que foi dito, que, no quadro Ideográfico, é trazido como a CD. Estas são expressas e nomeadas da seguinte forma: CD mais as iniciais dos dois primeiros nomes do pesquisador entrevistado, com letras maiúsculas e em negrito, seguidas por um número ordinal que representa a ordem em que aparecem nos textos analisados da unidade de significado no texto.

Expomos abaixo, um resumo da sequência do movimento de investigação desta pesquisa.

- Leituras e releituras das transcrições das entrevistas;
- Destaque das US dos relatos obtidos da transcrição da entrevista de cada sujeito significativo;
- Análise de cada US, com a ajuda da interpretação hermenêutica, constituindo USg escritas na linguagem do pesquisador;
- Compreensão do que é dito nas USg à luz da pergunta de pesquisa;
- Constituição das convergências das Ideias Abrangentes e das Ideias Nucleares;
- Construção de uma Rede de Significados;
- Interpretação do que as Ideias Nucleares dizem do fenômeno interrogado à luz da região de inquérito.

Finalizada a análise ideográfica, adentra-se no movimento de transcender os dados individuais, ou seja, os presentes em cada depoimento, caminhando-se em direção a articular ideias que abrangem ideias comuns a esses depoimentos, mediante reduções sucessivas que conduzem às articulações, cada vez mais abrangentes, evidenciando o movimento que vai do individual ao geral, ou seja, da análise ideográfica à nomotética. Explicitamos que, fenomenologicamente, a redução é um movimento que vai articulando os variados sentidos e significados expressos em diferentes textos em núcleos que os abrangem, de tal maneira que uma palavra ou expressão remeta ou diga daqueles sentidos compreendidos. É importante que o leitor compreenda que não se trata de uma investigação realizada segundo



critérios positivistas, objetivamente explicitados. Também não trabalha com consenso, entendido sociologicamente, quando vários pesquisadores concordam, mediante negociações, com o que se virá a escrever. Porém, são articulações expressas pelo pensar dos pesquisadores que juntos vão expondo o compreendido e buscando pelos sentidos das palavras que possam expressá-lo.

A transcendência do individual para o geral se dá pelas compreensões realizadas, em que os pesquisadores se atentam às convergências e divergências de sentido e significados articulados, avançando em direção à compreensão e exposição dessas articulações pela linguagem.

Bicudo (2011) expõe a importância de nos colocarmos em atenção nos momentos de análise e seus respectivos procedimentos indicados, não os considerando como algo linear e que seguem certo padrão de realização, porém enfocando “movimento do pensar que se realiza efetuando insights, abstrações, comparações, articulações, reunindo e separando aspetos, expressando o compreendido pela linguagem” (p. 59), ou seja, são os movimentos do pensamento investigativo que os pesquisadores efetuam ao realizar a investigação, teorizando.

A seguir apresentamos a exposição e disposição do modo pelo qual realizamos as reduções em busca das *ideias abrangentes* que constituem as *ideias nucleares desta pesquisa*.

A primeira Redução, denominada R1, é constituída pelas US, USg e CD, explicitadas pelas CD acrescidas das indicações do entrevistado e numeração das passagens destacadas e analisadas no texto. Obtivemos: CDCP de 1 a 48; CDLH de 1 a 63; CDDF de 1 a 78; CDMB de 1 a 89; DCMT de 1 a 50; CDAR de 1 a 35; CDBM de 1 a 41; CDCL de 1 a 56; CDSN de 1 a 34; CDLO de 1 a 29; e as quais somadas perfizeram 522. Dispostas em uma sequência, e, paulatina e sucessivamente, perguntamo-nos pelo que dizem as 522 CD. Nesse movimento se procede às convergências de sentidos que se fazem para os pesquisadores de cada uma das 522 US, os quais solicitam uma nomeação, suficientemente abrangente para delas falarem. Estas 522 CD foram articuladas no segundo movimento de redução, R2, como exposta a seguir, constituindo as 34 *Primeiras Convergências de Sentido e Significado - PCSS*. São estas articulações nomeadas e numeradas que se constituem em dados para a redução seguinte, a R3. Esta é denominada *Ideias Abrangentes*,



que especificamos como R3IA, numeradas de 1 a 7. Perguntando-nos, novamente, se, pelo que dizem as 07 Ideias Abrangentes, poderia ser realizada mais uma redução. Pela nossa compreensão, houve possibilidade de se proceder a mais uma, a R4, denominada *Ideias Nucleares*, especificadas como R4IN, numeradas de 1 a 4.

Abaixo, expomos uma exemplificação da R2 apresentando o primeiro dos 34 Quadros indicados pelas respetivas articulações das CD mediante o número da redução e da convergência, indo de R2.1 a R2.34 e nomeados também pela expressão do entendido que essa convergência diz.

Quadro R2.1: Formação do Grupo de Pesquisa

CDAR1: Do grupo de pesquisa e sua constituição: dos professores orientadores e seus respetivos orientandos.

CDAR26: Da participação no grupo: pesquisadores, alunos de mestrado e doutorado e também, ex-alunos formados no grupo.

CDBM1: Segundo a entrevistada, inicialmente, seu grupo não era estruturado como um grupo de pesquisa, e sim, apenas um grupo de estudo que contava com a participação dela, do professor Fossa e de seus respetivos orientandos.

CDBM2: Da constituição do grupo: estrutura inicial e articulações para constituição de um grupo de pesquisa.

CDCP1: Da constituição do grupo de pesquisa: foi constituído no ano de 2000, e é um grupo de pesquisa do programa de estudo dos pós-graduados em Educação Matemática da PUC-SP.

CDCP4: Da constituição do grupo de pesquisa: quando foi trabalhar na PUC-SP, em um programa de pós-graduação, a sua primeira vontade foi de constituir um grupo de pesquisa que debatesse, analisasse as questões curriculares no Brasil.

CDCP5: Da constituição das temáticas investigativas do grupo de pesquisa: quando começou a orientar alunos na pós-graduação, de certa maneira foi guiada pelo desejo investigativo dos estudantes, e salienta que cada um vem com uma ideia, um desejo de pesquisar este ou aquele tema.

CDCP6: Da constituição das temáticas investigativas do grupo de pesquisa: nos primeiros passos de sua constituição, o grupo tinha ainda um foco de pesquisa delimitado, e acabou constituindo dois subgrupos, cujos estudos estavam voltados para a questão do currículo e da formação de professores.

CDCP7: Da constituição das temáticas investigativas do grupo de pesquisa: em seu início o grupo organizou dois projetos de pesquisa, o primeiro sobre inovações curriculares no ensino fundamental e médio; e o segundo sobre a formação de professores.

CDDF1: Da constituição do grupo de pesquisa: com objetivo de se apoiarem mutuamente e aprofundarem nas discussões teóricas e metodológicas do processo de pesquisa.

CDDF2: Da constituição e produção do grupo de pesquisa: características de seu desenvolvimento com produções significativas de estudos e de trabalhos.

CDDF3: Da constituição do grupo de pesquisa e organização de subgrupos de pesquisa.

Quadro R2.1: Formação do Grupo de Pesquisa (Continuação).



CDDF4: Da constituição do grupo de pesquisa: carregando as características de estudo e pesquisa sobre a formação de professores de matemática e uma coordenação mais forte visando à institucionalização do grupo.

CDDF5: Da constituição e característica do grupo de pesquisa: o surgimento aconteceu por meio dos anseios dos pós-graduandos.

CDDF6: Da constituição e característica do grupo de pesquisa: no início do grupo, o aspeto referente aos saberes docente era muito forte e a epistemologia da prática docente e desenvolvimento profissional veio surgir com bastante força dois ou três anos depois e a partir do surgimento dessa nova vertente, a primeira referente aos saberes docente perde força e espaço.

CDDF8: Da constituição dos membros do grupo de pesquisa: grupo formado apenas por doutores que desejam continuar participando das pesquisas.

CDDF57: Da constituição do grupo de sábado: uma alternativa de espaço, formação e desenvolvimento profissional dos professores a partir dos estudos das práticas, discussões e reflexões sobre o ensinar e aprender matemática nas escolas.

CDMB1: Da existência do grupo de pesquisa: o GPIMEM está completando agora, segundo o código civil, sua maioridade, pois o grupo no ano de 2015 vinte e um anos de existência.

CDMB2: Do surgimento do grupo de pesquisa: desejo de quebrar com a solidão e querer utilizar as tecnologias informáticas.

CDMB3: Do surgimento do grupo de pesquisa: da presença dos pesquisadores que ajudaram na constituição do grupo.

CDMB58: Do crescimento do grupo de pesquisa: reflete na influência do grupo em trabalhos desenvolvidos na escola, e também na quantidade de pessoas que podem ter sido ajudadas.

CDMT1: Da constituição do grupo: oriundo da linha de pesquisa do mestrado, cognição, aprendizagem e interação social, tendo sido o solo para a criação da nova linha de pesquisa, com foco em investigações em Educação Matemática.

CDMT2: Da constituição das temáticas de investigação do grupo: psicologia da Educação, com ênfase na psicologia da Educação Matemática; formação de professores; história da matemática e história da Educação Matemática.

CDMT3: Dos participantes do grupo: congrega pessoas oriundas de dois programas de mestrado e doutorado, a saber, de Educação e Educação Matemática.

CDMT5: Da constituição do grupo: o grupo foi constituído a partir da intenção de ser uma linha de pesquisa do curso de doutorado da UFPR.

CDSN3: Da criação do grupo de pesquisa e seus integrantes: sempre foram os pesquisadores/orientadores e seus respectivos orientandos; e ressalta também que no surgimento do grupo, também contavam com a participação do professor Ubiratan D'Ambrósio e de seus orientandos que trabalhavam com questões de história, etnomatemática e outros assuntos.

CDLH1: Da coordenação de grupos de pesquisa: atualmente no diretório do CNPq possui dois grupos de pesquisa cadastrados. O primeiro grupo: Tecnologia e meios de expressões matemáticas e o segundo: Educação Matemática, Inclusão e Tecnologias de Mediação que trabalha principalmente com tecnologias digitais, de psicologia ou deficiências.



Quadro R2.1: Formação do Grupo de Pesquisa (Continuação).

CDLH6: Da criação do grupo de pesquisa: na mesma época em que seu grupo foi criado e começou a desenvolver pesquisas voltadas para tecnologias digitais, outros grupos de diferentes lugares do Brasil também foram criados, como no caso de grupos inseridos a pós-graduação da UNESP de Rio Claro – SP.

CDLH48: Da criação de grupos de pesquisa: decidiu criar um novo grupo de pesquisa por pressão e visando a mudança na nomenclatura do novo grupo, pois segundo ela o fato do grupo primeiro grupo ter em seu título tecnologia, o grupo a usa em um sentido mais amplo.

CDLO10: Da temática investigativa do grupo: o professor Baldino saiu da UNESP, o grupo precisou ter sua forma, e salientam que possuem um projeto de pesquisa que não termina, pois é constituído por pessoas diferentes, com assuntos diferentes.

CDLO11: Da criação do grupo de pesquisa: criou o GTERPE a partir da necessidade de reformular o antigo grupo do professor Baldino, e salienta que o grupo não está cadastrado na SBEM, mas não sabe o motivo.

CDLO13: Da constituição do grupo de pesquisa: criaram o grupo com a denominação de GTERP e desde 1992 esse grupo funciona na pós-graduação da UNESP de Rio Claro – SP.

As 32 CD expostas neste Quadro R2.1 trazem o sentido de formação de grupo de pesquisa, na medida em que os sujeitos expõem modos pelos quais os grupos que coordenam foram se constituindo. Optamos por nomear o Quadro com o nome da convergência articulada, pois assim, conforme nossa compreensão, a ideia que reúne essas 32 CD já fica explicitada. Novamente, persistentes no movimento de redução, tomamos as 34 *Primeiras Convergências de Sentido e Significado* em uma sequência de 1 a 34, perguntando-nos do que dizem sobre a interrogação formulada, constituindo, agora, o R3, articulando 07 Ideias Abrangentes. Compreendemos o sentido que nos fazem, como exposto nos Quadros R3 de 1 a 7. A seguir expomos o primeiro dos 7 quadros da R3.

Quadro R3.1: Constituição do Grupo de Pesquisa

Modos de o grupo de pesquisa se compor

O grupo gerando novos grupos a ele vinculados e respetivas caracterizações

Tentáculos do grupo de pesquisa

Formação do grupo de pesquisa

Perguntando-nos, novamente, pelo que dizem as 7 *Ideias Abrangentes* e ficamos atentos para saber se ainda poderiam convergir em sentidos e significados mais abrangentes. Entendemos que poderíamos realizar mais



uma redução, a R4 que denominamos *Ideias Nucleares* expostas nos quadros abaixo. Nesse movimento entendemos que poderíamos realizar uma convergência articulando os sentidos e significados das Ideias Abrangentes de 1 a 4, e as Ideias abrangentes 5, 6 e 7 permaneceram, entretanto, para manter a nomenclatura da redução 4, foram renomeadas como Ideias Nucleares.

Quadro R4.1: Movimento de Ser do Grupo de Pesquisa: Constituição, Permanência e Modificação

Constituição do grupo de pesquisa
Estrutura e funcionamento do grupo de pesquisa
O movimento do grupo de pesquisa: permanências e modificação
Institucionalização e infraestrutura

As 4 IN expostas neste Quadro R4.1 trazem o sentido do *Movimento de ser do Grupo de Pesquisa: constituição, permanência e modificação*.

Quadro R4.2: Geração da Temática

Geração da temática

A IN: geração da temática exposta no Quadro R4.2 traz o sentido da *Geração da temática*.

Quadro R4.3: Produção e Autoria das Investigações

Produção e autoria das investigações

A IN: produção e autoria das investigações exposta no Quadro R4.3 traz o sentido da *Produção e autoria das investigações*.

Quadro R4.4: Trabalho em Grupo

Trabalho em Grupo

A IN: trabalho em grupo exposta no Quadro R4.4 traz o sentido do *Trabalho em Grupo*.



2.2 Discussão e interpretação dos dados

Quanto ao modo pelo qual as pessoas se colocam umas com as outras, pela análise dos depoimentos dos sujeitos entrevistados, compreendemos que um grupo de pesquisa pode nascer do anseio de pesquisadores por estarem juntos estudando, debatendo e argumentando temáticas investigativas. Algumas vezes, como salientado pela professora **LO**, em depoimento ouvido por Silva (2017), entende-se que a realização de seminários de estudos, com o intuito de discutir problemáticas da sala de aula junto a futuros professores, pode ser o mote impulsionador para criação de grupos de pesquisas. Segundo essa professora formar grupos de trabalho, de seu ponto de vista, é prazeroso. Afirma “que não considera interessante que pesquisadores trabalhem isoladamente” (Afonso da Silva, 2017, p. 359). Tendo em vista essa preocupação, a Dra. Onuchic expõe que no ano de 1965, como citado no livro *Relatos de memórias: a trajetória histórica de 25 anos da SBEM*⁵, escrito por ex-presidentes nessa entidade, mais especificamente, em um capítulo de autoria de Luiz Roberto Dante, ela deu início na cidade de Rio Claro – SP, na antiga Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, hoje UNESP⁶, *seminários sobre método modernos do ensino de matemática*.

Segundo a professora **LO** foi efetivado na década de 1980 a criação de um grupo de trabalho na Unesp de Rio Claro denominado seminário sobre métodos modernos do ensino de matemática. Para compor esse grupo, a professora *buscou no grupo da licenciatura em matemática quem gostava de ensinar*. A pesquisadora afirma que “a dinâmica do grupo era discutir as dúvidas e fazer com que os alunos falassem” (Afonso da Silva, 2017, p. 359). Compreendemos, ao analisarmos seu relato, que sua perspectiva de trabalho investigativo tem como substrato inicial as dúvidas presentes nas salas de aulas enquanto o professor: ensina um determinado conteúdo; prepara um tema de aula; ou ainda quando um aluno estuda um determinado tema. Compreendemos que o destaque dessa problemática não é suficiente. A professora **LO** expõe que é necessário fazer com que esses sujeitos, ao se focarem com suas dúvidas, falem com seus pares, expressem suas compreensões para que juntos, escavando de modo regressivo possíveis compreensões envolvendo a temática, possam superar as dúvidas apresentadas.

⁵ Sociedade Brasileira de Educação Matemática.

⁶ Universidade do Estado de São Paulo.



Em outra entrevista no citado trabalho realizada com a professora **MT** evidencia que a relação de união entre os membros de seu grupo de pesquisa é constituída “a partir da perspectiva de relação com o conhecimento matemático” (Afonso da Silva, 2017, p. 292), de modo que, ao buscar participar do grupo, o aluno já tenha uma motivação a priori que o impulse, a saber, o anseio investigativo por temáticas relacionadas à Educação Matemática. Outro ponto relevante na entrevista dessa professora diz respeito à divulgação dos resultados de pesquisas realizadas no grupo “para as escolas básicas e para o curso de licenciatura, sendo (essa) uma ligação forte com a formação inicial e continuada de professores” (Afonso da Silva, 2017, p. 292). Compreende que há um fio condutor entre o aluno/professor que busca o grupo por um desejo investigativo. Perpassando esse desejo, entende que há também a perspectiva de futura divulgação dos materiais produzidos, tanto para cursos de formação de professores nas universidades, quanto para cursos de formação continuada de professores de matemática.

A entrevistada **BM** enfatiza que os pesquisadores de seu grupo de pesquisa “buscam um elo para lerem, estudarem e discutirem pontos significativos para o grupo” (Afonso da Silva, 2017, p. 331), pois, de seu ponto de vista, caso os pesquisadores ajam “apenas como professores e não tenham uma relação de discussão com seus pares do grupo, se sentirão isolados do ponto de vista intelectual” (idem, p. 330). Entendemos da leitura de sua entrevista que, para ela, não é suficiente o estar com o outro no grupo, embora seja importante, mas é preciso haver discussão, possibilitando a abertura para diálogos inteligíveis.

Para o entrevistado **DR**, o pertencimento a um grupo de trabalho conduz os membros a assumirem responsabilidades junto ao grupo de pesquisa e afirma que “pertencimento traz a responsabilidade” (Afonso da Silva, 2017, p. 249) e exemplifica expondo as atividades que envolvem o atual projeto de pesquisa do grupo:

[...] cada participante terá que fichar cerca de trinta teses, e que para este trabalho os pesquisadores aceitam a ajuda de seus orientandos que apresentam certa proximidade nas temáticas de trabalhos com os temas das teses a serem fichadas (Afonso da Silva, 2017, p. 250).

Entendemos na apresentação do exemplo citado por **DR** uma ampliação da



temática de estudo por parte do orientador, de modo que essa temática, ao modo de uma amálgama, entrelaça os objetivos investigativos do orientador e orientando. Ele enfatiza que os pesquisadores pertencentes ao seu grupo, quase em sua totalidade, se “valem da ajuda de seus orientandos para efetuarem fichamentos das teses” (Afonso da Silva, 2017, p. 250). Destaca, dessa forma, a importância do auxílio de trabalho dos orientandos em relação à pesquisa do orientador, ao mesmo tempo em que eles estão se formando pesquisadores.

Esse é um ponto que vai ao encontro com o exposto pelo entrevistado **MB**, quando salienta que “a cada ano que se passa a seção de pós-graduação exige mais serviços administrativos do coordenador do grupo, e, por esse motivo, os membros do grupo o ajudam muito” (Afonso da Silva, 2017, p. 281). Expõe que foram criadas em seu grupo as denominadas tarefas administrativas, onde diversos orientandos assumem responsabilidades de realizar atividades que seriam inicialmente de responsabilidade do pesquisador/orientador. Entende e nós também entendemos tratarem de atividades importantes para a formação do pesquisador que é solicitado a uma ampla diversidade de tarefas em instituições de ensino e pesquisa.

Pelas nossas análises e interpretações compreendemos que se apresentam muitas possibilidades de se comporem grupos de pesquisa e de suas atividades serem formadoras e conduzirem-se à constituição do conhecimento. A formação de grupos pode se dar pela escolha dos seus participantes, escolhidos entre aqueles que apresentem características consonantes com a proposta do grupo. Dentre essas características, encontra-se a intenção do interessado em participar do grupo em realizar uma investigação acerca das temáticas investigativas abordadas pelo grupo. Mostrou-se importante, também, a disponibilidade de os membros compartilharem suas experiências com os membros do grupo, quando, mediante a ocorrência de uma discussão consequente, podem aprofundar compreensões teóricas do tema estudado e sobre aspectos metodológicos dos procedimentos investigativos. Um aspecto importante que se destacou ao nosso olhar, no que diz respeito à intenção do trabalho conjunto, refere-se à vontade de suprir dificuldades percebidas na prática pedagógica, quer seja a especificamente relacionada às questões de ensino e de aprendizagem, quer seja à relacionada às atividades de ensino presentes na formação do pesquisador.



Compreendemos pelos discursos dos entrevistados que, uma vez estabelecida uma relação de trabalho em grupo, se faz necessário escolhas de interesses comuns com relação às pesquisas a serem realizadas, bem como, o delineamento da estrutura e do funcionamento do grupo, tendo em vista os compromissos assumidos por todos os seus membros.

O *estar-junto-ao-outro*, em que: intencionalidades de diferentes sujeitos convergem, disponibilidade de abertura ao outro se revela, ao assumir-lo e assumir-se de modo responsável, cria situações de pensar junto, mediante exposições de sentidos vivenciados e percebidos e de respectivas compreensões e interpretações. Pelos depoimentos de entrevistados, dá-se em grupos assim constituídos aprofundamento de compreensões teóricas de temas, bem como de procedimentos metodológicos, ou seja, questões a respeito do rigor em pesquisa são colocadas. Presenciamos, então, fortes evidências de constituição de conhecimento.

3. APRESENTANDO UMA SÍNTESE COMPREENSIVA DO COMPREENDIDO

As vivências são passíveis de serem retomadas para investigação mediante o ato de ficar-se atento aos atos da consciência que, por meio de expressões, podem ser expostas e trazidas à esfera da intersubjetividade. Para fins de investigação de um determinado tema há que haver uma pergunta disparadora que conduza o sujeito que vivenciou a experiência a retomá-la, pela lembrança, e dela falar, descrevendo-a. Essa descrição já não é a vivência, porém a compreensão do ocorrido e agora lembrado em um horizonte iluminado pelas perguntas dirigidas ao sujeito significativo para a pesquisa em pauta, que em atos reflexivos foca aspectos específicos do vivenciado.

A Produção do conhecimento em Educação Matemática em grupos de pesquisa focou as vivências de sujeitos significativos que foram por eles retomadas, ao descreverem modos de estarem-com-os-outros pesquisadores do grupo. A análise das descrições realizadas por esses sujeitos lançou luz para a compreensão do trabalho colaborativo em que as pessoas se põem em situação de, intencionalmente, focarem um tema, exporem suas compreensões de modo responsável e responsavelmente ouvirem o que outro diz.



Estar-com-outros coletivamente realizando pesquisa, diz da intencionalidade dirigida a um tema ou a um interesse específico do líder do grupo e/ou dos seus membros. O estar junto pode acontecer em diversos momentos em que os pesquisadores dialogam tanto entre aqueles do mesmo grupo de pesquisa, como de outros, como quando pesquisadores buscam estabelecer convênios de pesquisa com outras instituições do Brasil e também do exterior.

Essa associação, levando em consideração os diferentes modos de associação de pessoas, como em reuniões, leituras, pareceres, seminários, palestras, chats, podem contribuir para que os coordenadores dos grupos intuem a força de uma temática investigativa. A intuição do tema de pesquisa do grupo é uma ação complexa que não se deixa expor de modo linear e que não se aprisiona em paradigmas previamente delineados. Entende-se que o fato de aceitar um tema em um momento estático da ação de pesquisar envolve um movimento constituído pela interação entre os membros do grupo, avançando pelos sentimentos de emoção e disposição de estar-com-o-outro em um trabalho coletivo que visa aprofundar uma determinada temática.

A importância da interação entre os pesquisadores do grupo de pesquisa e, em muitos casos, estendendo-se com outros grupos mostram-se como um laço de união que envolve todos os membros do grupo e tem como finalidade a teorização e aprofundamento investigativo das pesquisas do grupo. Compreende-se existir um interesse comum que motiva a união de diferentes pessoas para trabalharem juntas em uma mesma temática. Tais interesses que são individuais, passando pela composição de uma publicação ao aprofundamento teórico de uma temática.

Outro ponto importante que diz da união desses pesquisadores é o sentimento de solidão. A vontade de dar conta dele move pesquisadores a constituírem grupos de pesquisa. Esse sentimento vem junto ao desejo de investigar determinados assuntos. A interação existente no estar com o outro em grupo de pesquisa coletivamente: expondo, ouvindo e debatendo estudos científicos, possibilitam a produção do conhecimento do grupo de pesquisa.

Essas produções são expostas na comunidade acadêmica e compreende-se que isso auxilia no fortalecimento, amadurecimento e permanência do grupo de pesquisa, pois as exposições acontecem de diversas maneiras, como textos escritos, vídeos, palestras, apresentações em eventos da área, ministrando cursos de formação entre outros modos.



REFERÊNCIAS

- Ales Bello, A. (2015). *Pessoa e Comunidade. Comentário: Psicologia e Ciência do Espírito de Edith Stein*; tradução: Miguel Mahfoud; Ir. Jacinta Turolo Garcia. Belo Horizonte: Ed. Artesã.
- Afonso da Silva, A. *A Produção do Conhecimento em Educação Matemática em grupos de pesquisa*. (2017). 374 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Instituto de Geociência e Ciências Exatas, Universidade do Estado de São Paulo, Rio Claro.
- Bicudo, M. (2011 a). *Pesquisa qualitativa segundo a visão fenomenológica*. São Paulo: ed. Cortez.
- Bicudo, M. (2011 b). *Experiência e experiência vivida in: A fenomenologia e seus influxos*. Tourinho, C. & Bicudo, M.A.V. (org.). Rio de Janeiro: Booklink.
- Bicudo, M. (2016). *Sobre história e historicidade em Edmund Husserl in Cadernos da Escola de Magistratura Regional da 2ª Região: Fenomenologia e Direito/Escola da Magistratura Regional Federal, Tribunal Regional Federal da 2ª Região*; Vol. 9, Nº 1.
- Derrida, J. (1994). *A Voz e o Fenômeno*. (ed) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Husserl, E. (1973). *Experience and judgement*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Husserl, E. (2002). *Idee per una Fenomenologia pura e per una filosofia fenomenológica*. Volume II. 1ª Ed. Torino: Einaudi, 524 p. (Tradução para o italiano de Enrico Filippini).
- Husserl, E. (2008). Anexo XXVI ao §73 Estudo da historicidade. Historicidade primeira. In E. Husserl; (1ª Ed.). *A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental. Uma Introdução à Filosofia Fenomenológica*. Lisboa, Phainomenon e Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, p. 9 – 559. (Tradução Diogo Falcão ferrer).
- Husserl, E. *Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. s/d (trad. Pedro M.S.Alves).



CAPÍTULO

6

INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA E TRANSFERÊNCIA DO CONHECIMENTO PARA A CLÍNICA

AUTORES

Cristina Baixinho¹ | crbaixinho@esel.pt

Óscar Ferreira¹ | oferreira@esel.pt

Fátima Mendes Marques¹ | fmarques@esel.pt

Maria Helena Presado¹ | mhpresado@esel.pt

Mário Cardoso¹ | mmcardoso@esel.pt

Armando David Sousa² | armandodav@gmail.com

¹ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE LISBOA, PORTUGAL

²CENTRO HOSPITALAR DO FUNCHAL, MADEIRA, PORTUGAL

RESUMO

O impulso na formação de investigadores e na investigação aumentou exponencialmente a produção de conhecimento na área da saúde nos últimos anos. Todavia, a introdução dos resultados da pesquisa na clínica continua a ser lenta e predomina, por tradição, a socialização profissional e o desenvolvimento de modelos da prática baseada na evidência, uma valorização dos resultados da investigação inserida num paradigma quantitativo. Ao longo deste capítulo propomo-nos a refletir sobre a transferência dos achados da investigação qualitativa para a práxis. A revisão da literatura, as reflexões realizadas e as questões colocadas, possibilitam desvelar soluções para que os investigadores incluam, desde o planeamento do projeto de investigação, a transferência dos achados para a clínica. As abordagens interativas, cujo núcleo central é a relação entre pesquisadores e profissionais, podem ser apropriadas para a transferência do conhecimento. Não obstante, também a este nível a investigação qualitativa pode produzir novos modelos, sensíveis aos contextos.

PALAVRAS-CHAVE:

Investigação

Métodos Qualitativos

Transferência do Conhecimento

Clínica



NOTAS BIOGRÁFICAS

Cristina Lavareda Baixinho: Professora-Adjunta na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. Doutora em Enfermagem. Mestre em Saúde Escolar. Especialista em Enfermagem de Reabilitação. Investigadora na Unidade de Investigação em Saúde. Áreas de Investigação: Gestão do Risco de Queda em idosos residentes em estruturas residenciais para idosos e na comunidade; transição do hospital para a comunidade; Prática Simulada; Prevenção de Lesões músculo-esqueléticas nos enfermeiros especialistas Editora do Journal of Psychology and Brain Studies. Membro da Comissão Científica do CIAIQ 2018.

Óscar Ferreira: Professor Adjunto na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. Doutor em Educação. Mestre em Educação Médica. Licenciado em Administração dos Serviços de Enfermagem. Especialista em Enfermagem Médico-Cirúrgica. Ex-Vice-Presidente da Direção da Escola Superior de Enfermagem Francisco Gentil (2006/2007). Investigador da Linha de História de Enfermagem da UI&DE. Colaborador estrangeiro do Laboratório de História do Cuidado e Imagem em Enfermagem - Lacuiden da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Presidente da Direção da Associação Nacional de Historia de Enfermagem (ANHE). Secretário da Assembleia Geral da Associação da Historia de Educação de Portugal (HISTEDUP). Membro da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE).

Fátima Mendes Marques: Professora-Adjunta na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. Doutora em Educação. Mestre em Ciências de Educação. Especialista em Enfermagem de Reabilitação. Investigadora no CeIED (Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento) e UI&DE (Unidade de Investigação & Desenvolvimento em Enfermagem). Áreas de Investigação: Tomada de decisão em Enfermagem, Educação em Enfermagem, Prevenção de Lesões músculo-esqueléticas nos Enfermeiros especialistas. Membro da Comissão Científica do CIAIQ 2018.

Maria Helena Presado: Professora-Adjunta na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. Doutora em Psicologia ramo de Psicologia Clínica e da Saúde. Mestre em Comportamento Organizacional. Especialista em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia. Investigadora na CEMRI (Centro de Estudos Multiculturais da Universidade Aberta) e UI&DE. Áreas de Investigação: Transição para a Menopausa, Saúde da Mulher; Prática Simulada; Prevenção de Lesões músculo-esqueléticas nos Enfermeiros especialistas. Coordenadora do Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia da ESEL. Membro da Comissão Científica do CIAIQ 2018.

Mário Cardoso: Professor Adjunto na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. Doutorando em Ciências da Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia de Lisboa. Curso de Especialização em Ciências da Educação na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia de Lisboa. Título de Especialista da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. Especialidade em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia. Áreas de Investigação: Transição para a Menopausa, Saúde da Mulher; Prática Simulada; Prevenção de Lesões músculo-esqueléticas nos Enfermeiros especialistas.

Armando David Sousa: Enfermeiro no Centro Hospitalar do Funchal. Mestrando em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia pela Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. Mestrando em Gestão em Enfermagem pela Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. Título de Especialista na área das Ciências de Enfermagem pela Escola Superior de Enfermagem São Francisco das Misericórdias. Especialista em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia. Áreas de Investigação: Prevenção de Lesões músculo-esqueléticas nos Enfermeiros especialistas e Prática Simulada.



INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da investigação, o aparecimento de uma nova geração de investigadores e a evolução das ciências da saúde e tecnologias afins têm possibilitado, nos últimos anos, um aumento exponencial de estudos. Contudo, muitos dos resultados da investigação acabam por não ter impacto direto, nem na prestação de cuidados, nem na definição de políticas de saúde efetivas. As causas para esta dificuldade são diversificadas, desde a pertinência do desenho de estudo para a práxis, às dificuldades na divulgação, passando pela baixa cultura de investigação de algumas instituições ou pela baixa literacia dos consumidores finais dos cuidados de saúde (Baixinho, Ferreira, Marques, Presado, & Cardoso, 2017).

Estes constrangimentos têm levado alguns investigadores a constatar que a utilização dos resultados da pesquisa é lenta, tornando a inovação na prestação de cuidados de saúde difícil, e que alguns resultados utilizados já estão obsoletos. A identificação deste problema tem trazido à discussão pública a necessidade de se desenvolverem esforços para disseminar os achados científicos de forma mais efetiva e para adotar uma tomada de decisão baseada em evidência na prática clínica e na formulação de políticas (Oelke, Lima, & Acosta, 2015). Apesar da transferência do conhecimento ser uma preocupação, e de se proporem diferentes estratégias para a Transferência do Conhecimento (TC), constata-se que na clínica os profissionais, e os próprios investigadores, privilegiam, predominantemente, modelos lineares e unidirecionais, para levar passivamente a informação dos investigadores aos utilizadores e consumidores (Baumbusch, Kirkham, Khan, McDonald, Semeniuk, Tan, & Anderson, 2008; Baixinho et al., 2017). Os modelos utilizados, alicerçados na denominada PBE (Prática Baseada na Evidência) são predominantemente quantitativos. Uma breve análise à PBE permite concluir que nas diferentes classificações de níveis de evidência, os estudos randomizados e as revisões sistemáticas de literatura, com metanálise, encabeçam o ranking (Baumbush et al., 2008; Baixinho et al., 2017). A maioria desses estudos estão relacionados essencialmente com intervenções/procedimentos técnicos, que são referenciados como sendo as melhores práticas (Baumbush et al., 2008), mas que na realidade não esgotam nem toda a atividade clínica (Baixinho et al., 2017), nem a



abordagem individualizada da TC para os clientes dos cuidados de saúde. A opção pela utilização de modelos unidirecionais tem produzido lacunas que Pearson, Jordan e Munn (2012) classificam em: a) dificuldades em identificar as necessidades da saúde globais para a descoberta de novos conhecimentos, por meio da pesquisa; b) ausência de pontes entre esse novo conhecimento e a produção de pesquisa clínica e social para garantir a sua aplicabilidade e c) dificuldades na incorporação do conhecimento produzido em boas práticas e em políticas do sistema de saúde.

Para além das lacunas supracitadas alguns investigadores alertam que as *guidelines*, algoritmos e outro tipo de instrumentos e suportes para a TC, privilegiam os resultados obtidos por estudos predominantemente quantitativos, em detrimento dos resultados da investigação qualitativa (Baixinho et al., 2017). Tradicionalmente, a investigação quantitativa tem tido um peso maior no campo da saúde, predominando na formação e na clínica, preterindo para segundo plano os resultados obtidos através de métodos qualitativos e até mistos (Baixinho et al., 2017).

Face ao supracitado, este capítulo tem por finalidade refletir sobre a transferência dos achados da investigação qualitativa para a clínica em saúde. A revisão da literatura, a reflexão que temos vindo a desenvolver ao longo do tempo e as questões com as quais nos temos deparado possibilitam desvelar soluções para que os investigadores incluam, desde o planeamento do projeto de investigação, a transferência dos achados para a clínica.

As inquietações que nos guiaram foram: a) Quais os aportes da investigação qualitativa para a produção de conhecimento clínico?; b) Qual o contributo da investigação qualitativa para a tomada de decisão clínica?; c) Que modelos podem suportar a transferência do conhecimento para a clínica? e d) Como transferir os resultados da investigação para a clínica?. Para responder às questões identificadas estruturaram-se quatro subcapítulos: investigação qualitativa na clínica em saúde; investigação qualitativa e tomada de decisão em clínica; transferir conhecimento científico para a clínica; e trabalho colaborativo academia – clínica.



1. A INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA NA CLÍNICA EM SAÚDE - CONTRIBUTOS PARA O CONHECIMENTO

A pesquisa qualitativa tem sido empregada na área da saúde, sobretudo nos últimos 30 anos (Kerr & Kendall, 2013). Para Santos, Neves e Carnevale (2016) o crescimento da popularidade da pesquisa qualitativa na saúde é justificado pela crise na avaliação epidemiológica tradicional. Bosi (2012) compartilha esta visão ao assinalar que a epidemiologia persiste como um núcleo hegemónico na saúde coletiva, o que comporta vários desafios para o enfoque qualitativo.

Um dos desafios é, sem dúvida, o facto de a pesquisa qualitativa, amplamente narrativa, firmar-se, fundamentalmente, em dados baseados na linguagem e comportamento, que não podem ser medidos por cálculos numéricos e estatísticos (Santos, Neves, & Carnevale, 2016). Brandão, Taquette e Ribeiro (2017) acrescentam que o paradigma qualitativo e interpretativo é diversificado, anti-positivista, recorre à perspetiva dos indivíduos, privilegia significados e intenção de ação e faz uso de métodos qualitativos, ideográficos e holísticos. Talvez por isso, uma das principais vantagens deste paradigma encontra-se na oportunidade de explorar pressupostos que interferem na nossa compreensão do mundo social (Kerr & Kendall, 2013), procurando o significado das coisas, porque este tem um papel organizador nos seres humanos (Turato, 2005).

Os autores que têm desenvolvido e defendido a investigação qualitativa na saúde apresentam atributos que a valorizam. Streubet e Carpenter (2013, p.21) enfatizam: “1) uma crença em múltiplas realidades; 2) um compromisso com uma abordagem para compreender o fenómeno em estudo; 3) um compromisso com o ponto de vista do participante; 4) a condução da investigação de modo a limitar a corrupção do contexto natural dos fenómenos de interesse; 5) reconhecimento da participação do investigador no processo de investigação; 6) e um relato dos dados num estilo literário rico incluindo o discurso dos participantes”.

Acrescente-se a isso que os trabalhos desenvolvidos à luz deste paradigma compreendem que a realidade é dinâmica e associada à história específica de cada indivíduo e dos contextos (Brandão et al., 2017). Os mesmos autores reforçam ainda que o recurso ao paradigma qualitativo permite não só aceder à experiência vivida dos indivíduos, como também agir sobre



ela (Brandão et al., 2017). Ribeiro, Sousa e Costa (2016) ilustram bem esta complexidade ao considerarem que a inseparabilidade dos fenómenos do seu contexto alicerça a investigação qualitativa, pois é impossível discernir opiniões, perceções e significados dos indivíduos silenciando o contexto. Kerr e Kendall (2013) reforçam esta noção ao notarem que uma das vantagens desta pesquisa está em ser, especialmente, profícua no estudo das “nuances subtis” da vida humana e na análise dos processos sociais ao longo do tempo. Outra vantagem alia-se ao reconhecimento da importância do contexto, que promete um novo tipo de investigação adequada para as sociedades que lutam por um avanço na democracia, resultando na melhoria da qualidade de vida e de saúde (Kerr & Kendall, 2013).

Os métodos mais generalizantes, por causa do seu fim, ao não terem em conta os dados do contexto, podem despojar o real de todos os aspetos contingentes e singulares, reduzindo as diferenças qualitativas a quantidades que podem ser medidas com precisão e podem formar uma proposição geral de carácter legal (Ferreira, 2015).

Nos contextos da saúde em particular, conhecer o significado do processo saúde-doença é essencial para melhorar a qualidade da relação profissional-pessoa-família-instituição; promover uma maior adesão ao regime terapêutico e entender mais profundamente certos sentimentos, ideias e comportamentos dos doentes, assim como de seus familiares e mesmo da equipa profissional de saúde (Turato, 2005), bem como, para contribuir para uma continuidade de cuidados e articulação entre as instituições de saúde mais eficaz.

Os desafios colocados pelas estratégias metodológicas que temos ao dispor podem ser um precioso recurso da e para a investigação qualitativa em saúde. Este tipo de investigação pode originar uma imensidão de dados, resultantes de notas textuais transcritas de entrevistas, grupos focais, notas reflexivas, diários de campo, fotografias ou filmes (Ribeiro, Brandão, & Costa, 2016). Estas transcrições consomem muitas horas ao investigador e não fornecem explicações, pelo que é necessário organizar e interpretar os dados com recurso a análise de conteúdo e/ou fenomenológica. Para um maior rigor, o investigador deve socorrer-se de todas as ferramentas disponíveis, nomeadamente através do uso de software para análise de dados qualitativos, como por exemplo o webQDA (Souza, Costa, & Souza, 2015).



O estudo de caso (EC), cujos procedimentos metodológicos podem ser complexos e de difícil compreensão, recorre frequentemente a múltiplos métodos de colheita e triangulação de dados e é talvez o mais utilizado no âmbito da saúde (Ribeiro et al., 2016). Com esta metodologia podemos observar o cuidado ao indivíduo em contexto natural, o que permite descrever e analisar o impacto que o cuidado tem nas transições de saúde-doença das pessoas, mas também caracterizar os comportamentos, as atitudes e o modo de prestar esse cuidado pelo profissional de saúde. Várias são as fontes de informação de recurso à elaboração do EC, que permitem várias perspetivas passíveis de análise e complementaridade e triangulação de dados (processos clínicos, entrevistas, observação).

O EC é uma metodologia de ensino-aprendizagem frequentemente utilizada na formação dos profissionais de saúde, nomeadamente nos enfermeiros. Quando realizados em contexto de prática clínica, esta aprendizagem torna-se mais realista e eficaz, na medida em que permite o envolvimento do estudante, docente e profissionais do contexto, na discussão e análise de situações específicas, contribuindo, desta forma, para a melhoria de cuidados de saúde.

A nossa experiência revela que o trabalho multiprofissional e interinstitucional resulta na potencialidade de conjugar esforços no sentido de responder às necessidades emergentes dos indivíduos, famílias e comunidade com implicações na saúde. Vários têm sido os projetos que de forma crescente temos vindo a desenvolver, uns desencadeados pela necessidade de desenvolvimento de trabalhos académicos, nomeadamente monografias e teses de mestrado, outros pela necessidade de melhorar condições de trabalho e/ou indicadores de saúde. Embora privilegiando-se o paradigma da investigação qualitativa, no sentido de compreender o fenómeno em estudo, muitas vezes temos que recorrer a métodos mistos.

O envolvimento de investigadores, docentes e profissionais nos vários estudos/trabalhos tem resultado na melhoria dos cuidados de saúde às populações, na medida em que são identificados os problemas que desencadearam os estudos, bem como propostas facilitadoras à tomada de decisão.

2. INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA E TOMADA DE DECISÃO CLÍNICA

No processo de interação humana, a pessoa alvo de cuidados de saúde reage aos acontecimentos em função das suas próprias perceções, expectativas e



necessidades individuais e dos objetivos do contexto clínico onde se insere (Marques, 2015). A interação profissional-cliente de cuidados de saúde e família é complexa, implica a decisão dos primeiros sobre os cuidados a implementar aos segundos, mas implica igualmente capacitá-los para tomarem decisões sobre si próprios nas transições provocadas pelos seus processos de saúde. Este processo cognitivo de tomada de decisão clínica envolve o pensamento crítico e converte o julgamento clínico em intervenções de enfermagem para resolver os problemas de saúde do cliente e família (Standing, 2017).

O processo de tomada de decisão requer informação (Yang & Thompson, 2016), ou seja, implica uma informação compartilhada entre o enfermeiro e o cliente, respeitando os aspetos éticos. Quando o enfermeiro e o cliente/família estabelecem uma compreensão mútua da situação, definem em conjunto os objetivos a serem alcançados pelo cliente e quais os meios para os atingir. A interação que caracteriza esta díade representa uma mudança na visão do papel dos enfermeiros, indo desde o processamento prontamente disponível das informações do cliente, ao desenvolvimento de estratégias eficazes para reunir informação e planear intervenções de enfermagem de acordo com a pessoa sobre a qual recaem os cuidados. Igualmente, traduz uma mudança no modo como se perspetivam os clientes dos cuidados, na medida em que se lhes reconhece o poder para controlar que informação é importante para revelar aos profissionais de saúde.

O cuidado centrado nas pessoas é um processo de cuidados de saúde, e de enfermagem, que desenvolve os conhecimentos em saúde, além de promover uma maior participação dos clientes, que passam a gerir a sua saúde, reforçando a importância da parceria na tomada de decisão (Trakalo, Horowitz, & McCulloch, 2015; Kamei et al., 2017; Standing, 2017). Uma das razões principais para envolver o cliente na tomada de decisão clínica é o reconhecimento da existência de várias opções de cuidados para os diversos problemas de saúde e de que diferentes pessoas podem ter soluções diferentes adequadas (Trakalo, Horowitz, & McCulloch, 2015).

O enfermeiro e o cliente são parceiros iguais nesta interação social que, segundo Standing (2017), se expressa numa tomada de decisão partilhada através de três fatores: 1) consulta, pela qual se comunica preocupações e se discute a forma de resolvê-las, tendo em consideração a opinião de cada um



dos intervenientes; 2) negociação, onde se identifica um plano, estabelecido sobre as principais prioridades, com o qual todas as partes possam concordar e agir; 3) cooperação, em que se procura atenuar possíveis diferenças e trabalhar em conjunto, ajustando comportamentos, para alcançar o objetivo comum (Figura 1).

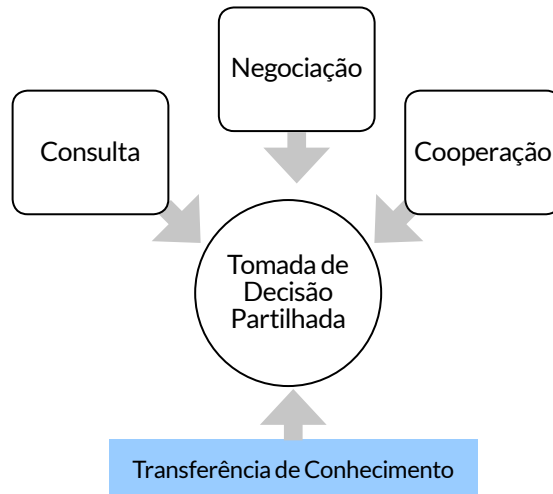


Figura 1 – A transferência de conhecimento na tomada de decisão partilhada

Adaptado de: Standing (2017)

Esta visão, relativamente recente, de que a tomada de decisão clínica é dinâmica, interativa e que gira em torno do cliente, que é um elemento ativo da equipa de saúde, leva a repensar como é feita a tomada de decisão em contexto clínico e qual a transferibilidade de conhecimento que a suporta, tanto ao nível dos profissionais, como dos clientes. Esta afirmação aparentemente consensual remete a decisão para o comportamento humano e as opções que a pessoa faz, por exemplo, na gestão da sua doença crónica e levanta a questão do tipo de conhecimento que é necessário para que esta seja baseada na evidência e efetiva. A informação partilhada potencializa uma tomada de decisão consciente sobre a ação a desenvolver (Marques, 2015).

Uma perspetiva muito relevante na tomada de decisão clínica é a prática baseada na evidência, em que se transformam problemas clínicos em questões e se localiza, avalia e emprega sistematicamente investigações contemporâneas como base para decisões clínicas (Pinto, 2018). A tomada



de decisão clínica engloba a integração crítica de evidências de pesquisa com informações sobre preferências do cliente, experiência clínica, contexto clínico e recursos para decisões (Baixinho et al., 2017).

O acesso a informação significativa pode influenciar a decisão clínica e melhorar a qualidade dos cuidados prestados (Pinto, 2018). O conhecimento empírico, objetivo e racional, possui um valor significativo quando o fenómeno de interesse é outro que não o comportamento humano (Streubet & Carpenter, 2013), o que nos coloca numa perspetiva mais humanista da investigação. A investigação qualitativa tem vindo a adquirir uma centralidade na expressão dos interesses e preocupações sociais. Como salientam Brandão, Ribeiro e Costa (2018), o paradigma qualitativo permite dar voz à sociedade, aos interesses dos atores sociais, explicitando como os processos são experienciados e as interpretações que lhe são imputadas.

A ciência e os métodos de investigação que a acompanham proporcionam uma oportunidade de estudar e criar significado que contribui para a compreensão da dimensão humana (Streubet & Carpenter, 2013; Reed & Shearer 2018). Ao nível da saúde contribui para a clarificação dos motivos e dos processos que levam à tomada de decisão tanto dos profissionais como dos clientes. Isto deve-se ao facto de a decisão humana ser tomada sempre com algum grau de subjetividade e com a interação de uma multiplicidade de fatores difíceis de apreender, medir e replicar.

Compreender as inquietações humanas, os significados, a aprendizagem experiencial, o comportamento prático, as dificuldades do dia a dia, como são as suas decisões em ou fora de época de crises (Santos, Neves, & Carnevale, 2016), quais as estratégias de *coping*, são alguns elementos de difícil mensuração e que embatem claramente no modo como se tomam as decisões. Razão pela qual a investigação qualitativa tem sido entendida como uma mais-valia pelos profissionais de saúde, por permitir a compreensão alargada da realidade, desocultando o que profissionais e clientes sentem e dizem, aproximando as necessidades, expectativas e dificuldades na primeira pessoa, sem mediação da estatística, valorizando crenças e o significado que as pessoas atribuem às suas experiências de saúde/doença (Baixinho et al., 2017).

Uma das principais vantagens da investigação qualitativa circunscreve-se à sua capacidade para introduzir mudanças, especificamente, no empoderamento e competências para agir, devido ao seu poder reflexivo



sobre a ação, os sentimentos e as representações. Esta vai-se assumindo, assim, como forma de investigar o conhecimento da experiência humana à medida que o exercício da cidadania é reivindicado, face a um crescente poder interventivo da sociedade (Brandão et al., 2018).

Um dos desafios dos investigadores é produzir evidência que seja útil, que promova melhorias nas práticas sociais e que subsidie a tomada de decisão (Abreu et al., 2017). Integrar no planeamento da investigação a integração e transferência do conhecimento, refletindo sobre a utilidade prática da sua pesquisa, tem originado uma crescente responsabilidade atribuída aos investigadores. Facto que tem despoletado uma nova área de estudo ao procurar identificar o melhor modo de transferir os achados científicos para o contexto clínico, quer a nível político, quer organizacional (Abreu et al., 2017).

Nesse âmbito, a transferência do conhecimento refere-se ao conjunto de atividades e mecanismos de interação que promovem a disseminação, adoção e apropriação dos conhecimentos mais atualizados possíveis para permitir o seu uso na prática profissional e na gestão em saúde (Canadian Institutes of Health Research (CIHR), 2013). Este processo dinâmico e interativo, entre vários grupos de atores que trabalham em diferentes ambientes organizacionais, promove a aplicação dos conhecimentos para qualificar a saúde, traduzindo-se em serviços e produtos de saúde mais eficazes (CIHR, 2013; Abreu, 2017). O grande desafio no processo de transferência do conhecimento sustenta-se na integração dos resultados na adaptação das intervenções e na tomada de decisões mais oportunas e adequadas, com operações distintas para diferentes contextos, distinguindo-se da utilização do conhecimento pelo envolvimento dos interessados (Abreu et al., 2017).

A construção do conhecimento que vivemos no século XXI está em constante mudança e diferencia-se substancialmente das atividades de pesquisa e de desenvolvimento teórico do passado. A variabilidade do ambiente da prática tem promovido uma reflexão sobre os resultados da pesquisa e teorias existentes, fazendo emergir a noção de precariedade e desatualização da informação que rapidamente ocorre. A história da ciência tem encontrado cada vez mais evidências de uma definição mais ampla de fenómenos, além do que pode ser explicado por processos mecanicistas.

A evolução do conhecimento em enfermagem, alicerçada no método científico empírico, tem procurado corresponder aos novos desafios com recurso



crescente à abordagem qualitativa para descrever e explicar os fenómenos (Reed & Shearer, 2018). O futuro dos cuidados de saúde deve representar um maior significado para as pessoas, perante o contexto social em que vivemos, e evidenciar a importância atribuída à participação do cliente no processo saúde-doença. Através de uma cultura de cooperação, envolvendo os participantes pela responsabilização, mutualidade e confiança, na tomada e decisão sobre os cuidados a prestar, será possível facilitar o desenvolvimento do conhecimento no contexto da prática de enfermagem e ajudar o cliente a otimizar o seu projeto de saúde (Marques, 2015). Consciência, atenção e concentração são competências críticas para os pesquisadores se tornarem participantes significativos, observando e descrevendo a natureza dos fenómenos. A conscientização, a atenção e a concentração podem fortalecer os esforços de pesquisa bem como o desenvolvimento do conhecimento e a sua transferência para a clínica (Reed & Shearer, 2018).

3. TRANSFERIR CONHECIMENTO CIENTÍFICO PARA A CLÍNICA EM SAÚDE

Muita da investigação em saúde, e nomeadamente em enfermagem, tem incidido na PBE. Este desenvolvimento tem condicionado o debate do que é a evidência e revigorado a velha questão sobre os méritos da investigação quantitativa e qualitativa (Streubet & Carpenter, 2013). Não nos centramos nesta questão e não é objetivo deste capítulo defender um fosso entre estudos de naturezas diferentes, nem desvalorizar a investigação de natureza quantitativa. A preocupação central dos autores é a transferência da evidência que emerge dos estudos de natureza qualitativa na clínica em saúde, partindo do pressuposto que a complexidade dos contextos e das situações de saúde fazem renascer a necessidade de valorização dos resultados dos estudos qualitativos e a introdução dos achados de forma rápida, segura e emergente nos contextos da prática.

A envolvimento da equipa de saúde e da instituição acarreta benefícios importantes na TC, não apenas para o processo científico, mas também porque as instituições são alertadas para aspetos a ter em consideração e os seus profissionais refletem sobre os seus comportamentos, melhorando a eficácia e eficiência dos cuidados e, conseqüentemente, a qualidade dos mesmos.

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) (2017), no Extrato do Plano



Nacional de Ciência e Tecnologia (PNCT) referente à área das ciências da saúde enfatiza que a investigação é uma componente essencial para a melhoria da saúde e bem-estar das populações e tem como fim último atingir o mais alto nível de saúde ao alcance de todos.

O Extrato do PNCT referente à saúde, que tem uma designação sugestiva - Saúde, Investigação Clínica e de Translação, realça a necessidade de priorizar a investigação com maior potencial para melhorar a segurança global nesta área e a diminuição das desigualdades no acesso aos serviços, contribuindo assim para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial, o objetivo associado à saúde de qualidade (FCT, 2017). O mesmo documento adita, ao alicerçar-se na definição dos National Institutes of Health, que a investigação clínica compreende: a) investigação orientada para os doentes (pacientes), nomeadamente o estudo dos mecanismos subjacentes às doenças, o estudo de intervenções terapêuticas, ensaios clínicos, e o desenvolvimento de novas tecnologias; b) estudos epidemiológicos e comportamentais; e c) investigação de *outcomes* e em serviços de saúde, que inclui a avaliação de tecnologias de saúde (FCT, 2017).

Numa análise linear do documento sobressai a valorização clara dos estudos de um determinado paradigma. O que nos leva a levantar a questão do lugar da investigação qualitativa nos contextos de saúde e o seu impacto no bem-estar do cidadão. Repensar o lugar da investigação qualitativa na produção, incluindo a transferência do conhecimento para a clínica e as estratégias para a incorporação na práxis dos resultados qualitativos, esbatendo as barreiras/obstáculos que dissociam o conhecimento em quanti ou qualitativo (Baixinho et al., 2017) deve ser uma prioridade dos investigadores. É certo que a utilização dos achados de natureza qualitativa irá produzir, não só, melhores resultados no cuidado à população, como também irá direcionar os produtos ao nível dos cuidados dos diferentes profissionais, com tradução nos fins dos sistemas de saúde (Oelke, Lima, & Acosta, 2015). Mas também a este nível se colocam desafios complexos, como a monitorização e avaliação do impacto da utilização do conhecimento com recurso a indicadores que sejam sensíveis a achados e não a dados (Baixinho et al., 2017).

A resposta a algumas destas questões passa pelo trabalho colaborativo e participativo entre academia e instituições de saúde, para que se possam gerar mudanças duradouras e conhecimento “útil”, motivar profissionais,



melhorar o marketing das instituições, diminuir custos e, acima de tudo, permitir o melhor cuidado, no momento adequado, com o conhecimento atual, e com traduções diretas na melhoria da saúde da população, na acessibilidade aos serviços e diminuição dos custos (Baixinho et al., 2017).

Para uma rutura epistemológica com a visão tradicional da produção de conhecimento, atribuindo-lhe um valor de justiça social e de contributo para a sustentabilidade dos sistemas de saúde e de desenvolvimento do potencial dos recursos humanos na saúde (Baixinho et al., 2017), há questões que necessitam de uma resposta viável e ágil da comunidade científica: Como se transfere os resultados da investigação qualitativa para os contextos de prática clínica? Quais os modelos? Quais as implicações? Quais os papéis de cada ator (Investigadores, Docentes, Clínicos e Cidadãos)?

A prestação de cuidados de saúde caracteriza-se por ser uma prática dinâmica e complexa, dificilmente apreciável com recurso a um único método de investigação, o que para Latimer (2005) condiciona que a(s) abordagem(ns) metodológica(s) tenha(m) que ser dinâmica(s) e criativa(s). A FCT (2017) acrescenta que as empresas do setor da Saúde são dinâmicas, empreendedoras e capazes de aproveitar as oportunidades criadas pela procura global de cuidados de saúde e têm registado em Portugal um aumento sustentado da sua atividade exportadora.

Por isso, tanto a um nível mais macro de definição de políticas de saúde, como a um nível mais micro da prestação direta de cuidados, a investigação é um aliado capital para produzir ganhos sensíveis em saúde. No entanto constata-se que a PBE, suportada em modelos como o da Cochrane, desafia o lugar que a investigação qualitativa tem no paradigma da PBE (Streubet & Carpenter, 2013). Berger e Luckmann (2011) consideram mesmo que continuamos imersos numa cultura da quantidade, à qual desde cedo nos acostumamos até pelos nossos processos de socialização à profissão, com conteúdos direcionados para o modelo biomédico.

Associada a estas fragilidades constatamos que as metassínteses e metassumários não têm tido o mesmo desenvolvimento dos estudos de meta-análise, o que contradiz o reconhecimento de uma prática clínica dinâmica, que compreende a noção que o tempo, espaço e contexto influenciam a realidade e que a clínica e a investigação são interativas (Latimer, 2005).



As metodologias qualitativas permitem um entendimento rigoroso e relevante não só da prática clínica, como da relação dos profissionais com os clientes dos cuidados de saúde, da influência e da relação de fatores complexos (Latimer, 2005; Baixinho et al., 2017) nas transições que as pessoas experienciam ao longo do ciclo de vida (Meleis, 2012). De salientar que a própria instabilidade transicional cria desafios ímpares aos resultados produzidos num paradigma qualitativo, que tem de responder a diferentes formas de cuidar, promovendo/criando condições para uma transição saudável.

Concordando com Brandão, Taquette e Ribeiro (2017) que observam, em relação à investigação qualitativa em psicologia, que procurar conhecer os sistemas de crenças, de valores, de comunicação e de relação, bem como perceber os significados e as intenções das ações humanas, de forma a integrar a complexidade do mundo social e cultural possibilita o desenvolvimento da psicologia enquanto ciência, acrescentamos que este tipo de pesquisa permite a evolução de todas as ciências na área da saúde e, acima de tudo, facilita colocar o conhecimento em prol dos consumidores finais do mesmo - os cidadãos.

Para (re)pensar a transferência do conhecimento para a clínica, o investigador tem de questionar os modos de investigar e a forma como os profissionais da clínica compreendem a investigação, não só os resultados, mas todo o processo, dado que a compreensão alargada de como foi garantida a validade, adequação e objetividade dos achados, permite uma apreciação da qualidade dos mesmos. Por este motivo, desde a conceção à divulgação dos resultados, o investigador tem de conseguir estruturar o processo analítico de modo a tornar compreensível o que os achados revelam, por forma a possibilitar ao profissional, provavelmente menos hábil na arte de investigar, a compreensão da utilidade dos mesmos e o impacto que podem ter na melhoria da prestação de cuidados (Figura 2).

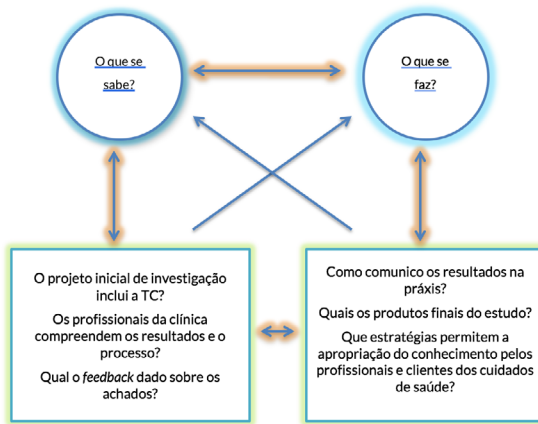


Figura 2- Pensar a transferência do conhecimento para a clínica.

Face ao exposto, importa referir Streubet e Carpenter (2013), que advogam que a tradição na ciência é quantitativa e que esta abordagem tem sido justificada pelos seus sucessos na medição, análise, réplica e aplicação do conhecimento obtido por esta via. As mesmas autoras acrescentam que a incapacidade de quantificar alguns fenómenos e a insatisfação com os resultados da medição levaram ao interesse no uso de outras abordagens para estudar determinados fenómenos. Acresce a esta visão de Streubet e Carpenter (2013) que os aspetos implícitos e marginalizados na prática clínica, e não passíveis de medição numérica, são importantes para a investigação e traduzem-se em resultados práticos com evidente relevância clínica (Latimer, 2005).

A própria definição dos padrões de conhecimento em Enfermagem definidos por Carper em 1978 já previa as dificuldades em conhecer a realidade a partir de um reduzido número de métodos e técnicas. A definição dos padrões de conhecimento empírico, estético, ético e pessoal (Carper, 1978), traz implícita a necessidade de haver conhecimento obtido por vias diferentes.

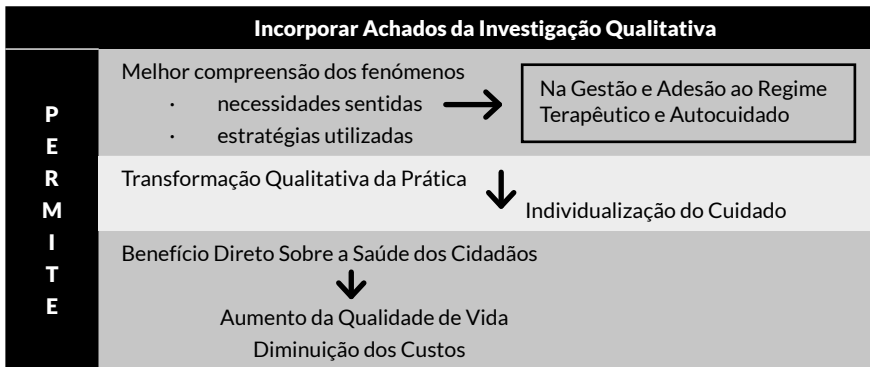
Os conhecimentos estético e pessoal são abstratos (Carper, 1978) e desafiam a descrição formal e a medição (Streubet & Carpenter, 2013; Santos, Neves, & Carnevale, 2016), provocando a criatividade dos pesquisadores para o desenvolvimento destes padrões. A investigação qualitativa permite tornar visível a racionalidade e o significado de aspetos da prática que poderão



permanecer ocultos para avaliações funcionalistas de procedimentos e processos (Latimer, 2005; Santos, Neves, & Carnevale, 2016).

A incorporação dos resultados da investigação qualitativa permite (Quadro 1): uma melhor compreensão dos fenómenos na perspetiva das necessidades sentidas e das estratégias utilizadas para a gestão e adesão ao regime terapêutico e autocuidado; uma transformação qualitativa da prática com individualização do cuidado; e um benefício direto sobre a saúde do cidadão (Baixinho et al., 2017). Para que tal aconteça há que modificar as redes de comunicação e colaboração, entre pesquisadores e profissionais, promover a reflexão sobre as práticas, os “modos de fazer” e as consequências da atividade, usando o conhecimento baseado na investigação (Baumbush et al., 2008), incorporando-o no contexto de cuidados (Pereira, 2013).

Quadro 1 – Vantagens da incorporação dos resultados da investigação qualitativa na clínica



Baumbush et al. (2008) advogam que a chave para esta abordagem é a compreensão de que os resultados da investigação devem ter significado para os profissionais de saúde, o que determina que o investigador tenha de se preocupar desde o início com a divulgação e incorporação dos resultados na clínica. A definição do objeto de estudo com a identificação clara dos fenómenos de interesse, dos métodos e técnicas para os investigar continua a ser um desafio presente para qualquer investigador na atualidade, mas sem dúvida que o futuro traz a emergência da produção de conhecimento que possa ser transferido para a clínica, com valorização e empoderamento da práxis clínica, otimizando diferentes tipos de conhecimento: empírico, ético, estético, pessoal, intuitivo, entre outros (Baixinho et al., 2017).



Sobressai que na investigação qualitativa impõe-se um amplo acesso aos resultados e direcionamento da investigação, aproximando academia, serviços, gestão e comunidade (Bosi, 2012). Mas como o fazer? (Quadro 2).

Quadro 2 – Medidas para incorporar os resultados da investigação qualitativa na clínica

- Modificar redes de comunicação e colaboração entre pesquisadores, académicos e profissionais.
- Promover a reflexão sobre
 - práticas
 - modos de fazer
 - consequências da atividade

Os diferentes modelos que apresentam os elementos para a transferência ou translação do conhecimento, reconhecem que esta inclui um conjunto de atividades e mecanismos de interação que promovem a disseminação, adoção e apropriação dos conhecimentos mais atualizados possíveis para permitir o seu uso na prática profissional e na gestão em saúde (CIHR, 2014).

Os modelos existentes podem ser agrupados sob três abordagens principais: (1) modelos de transferência de conhecimento linear e/ou unidirecional, (2) modelos de resolução de problemas e (3) abordagens interativas (Logan, & Graham, 1998; NCDDR, 2005; Graham et al., 2006; Baumbush et al., 2008; CIHR, 2014; Oelke, Lima, & Acosta, 2015).

O modelo linear como modelo de transferência de conhecimento unidirecional, pressupõe que os produtores de conhecimento tenham o interesse, o tempo e as habilidades pessoais necessárias para comunicar efetivamente os seus resultados de pesquisa aos utilizadores, praticamente sem o envolvimento destes (CIHR, 2014). O sucesso destes modelos depende das capacidades do investigador e da motivação dos consumidores finais dos resultados de investigação, que assumem uma postura passiva no processo (Baumbush et al., 2008). A CIHR (2014) acrescenta que este tipo de modelos, ao não levar em consideração as preocupações dos profissionais, as diferenças contextuais e ambientais, e ao afastar o conhecimento profissional e experiencial, apresenta desvantagens que podem ter impacto na disseminação e utilização dos resultados da pesquisa.



Na abordagem de solução de problemas, o processo de criação do conhecimento é iniciado em resposta às necessidades específicas de um contexto ou de um grupo de pessoas que procuram uma solução para um problema concreto. Não obstante o foco ser a resolução do problema, os críticos ao modelo consideram que este não garante que os resultados da pesquisa sejam utilizados, especialmente se estes forem contrários aos interesses, crenças e formas de fazer dos envolvidos (CIHR, 2014).

Por fim, as abordagens interativas propõem intercâmbios, mais ou menos frequentes, entre os produtores e potenciais utilizadores do conhecimento ao longo do processo (Graham et al., 2006; Baumbush et al., 2008; CIHR, 2014; Oelke, Lima, & Acosta, 2015). Deste modo, os utilizadores e até os consumidores finais (clientes dos cuidados de saúde) desempenham um papel ativo, contribuindo para uma ou várias etapas da pesquisa: formulação da questão inicial, validação dos instrumentos de colheita de dados, interpretação, validação e disseminação dos resultados, entre outras (CIHR, 2014). Esta pesquisa colaborativa, com uma abordagem mais interativa, parece-nos ser a mais adequada para a transferência dos achados dos estudos qualitativos. Todavia, não é imune a desafios que implicam o desenvolvimento de competências em todos os envolvidos. O primeiro prende-se com o papel dos profissionais da prática, que passam a ser coprodutores do conhecimento, desenvolvendo um compromisso duradouro com os projetos e defendendo a investigação nas suas áreas clínicas (Baixinho et al., 2017) e que necessitam de ter conhecimento sobre métodos e técnicas de investigação, até para perceberem a pertinência da mesma para a sua práxis. O segundo desafio alicerça-se na forma como os investigadores assumem o compromisso de produzir investigação útil e de fornecer *feedback* contínuo sobre como a pesquisa foi percebida e aplicada na prática (Baumbush et al., 2008). O estabelecimento deste compromisso envolve a criação de redes complexas de comunicação, relação e confiança interpares. Aliada a este desafio está a questão temporal da investigação e da presença, ou seja, não é viável termos investigadores, em diferentes fases de desenvolvimento das suas competências, a realizar “estudos pontuais” nos contextos, sem se criar um fio condutor e linhas de investigação que possam satisfazer as necessidades da prática, a descoberta de novo conhecimento, o desenvolvimento do investigador e gerar resultados sensíveis aos ganhos em saúde do cidadão.



A solução para estes desafios encontra-se no próprio núcleo central desta abordagem: a relação entre pesquisadores e profissionais e nos elementos-chave da mesma - responsabilidade, reciprocidade e respeito pelo conhecimento mútuo (Baumbush et al., 2008). O envolvimento das organizações no processo aumenta a corresponsabilização no cumprimento do estipulado entre os parceiros. A presença em tempo e continuidade não é uma prática comum, em Portugal, talvez porque continuemos a valorizar os modelos unidirecionais de TC (Quadro 3).

Quadro 3 – Abordagens Interativas de TC para a Clínica

Abordagens Interativas	
Os autores valorizam a pesquisa colaborativa, com uma abordagem mais interativa pois parece ser a mais adequada para a transferência dos resultados dos estudos qualitativos	As abordagens interativas exigem: <ul style="list-style-type: none">• Responsabilidade• Reciprocidade• Respeito pelo conhecimento mútuo• Envolvimento das Organizações e dos Líderes• Presença em tempo e continuidade• Confiança• Criatividade• Afeto

Revisando a obra de Turato (2005), não podemos deixar de concordar com o autor que ao referir-se aos diferentes atributos da investigação qualitativa afirma que o pesquisador é o próprio instrumento de pesquisa, usando diretamente os seus órgãos do sentido para apreender os objetos em estudo, espelhando-os então em sua consciência onde se tornam fenomenologicamente representados para serem interpretados.

Do nosso ponto de vista, este atributo é facilitador da transferência dos achados para a clínica, porque a presença do investigador e o desenvolvimento do seu conhecimento intuitivo podem: 1) facilitar a resolução dos problemas; 2) melhorar as redes de comunicação academia-prática; 3) promover o desenvolvimento de competências investigativas nos profissionais do terreno; 4) verificar a adequação dos resultados à necessidade dos consumidores finais; 5) desenvolver a investigação em saúde “in loco”; 6) promover uma investigação culturalmente congruente com o contexto; 7) aumentar os ganhos em saúde; 8) introduzir rapidamente



os resultados da investigação, a almejada evidência, na clínica; 9) retroalimentar o conhecimento com novo conhecimento.

O investigador tem de ter capacidades para entender, contextualizar e traduzir os achados que, envolvendo interpretações e distintos pontos de vista, contradições e mediações, não podem ser reduzidos a prescrições (Bosi, 2012). E este pode ser um risco até pela cultura mais biomédica e centrada num paradigma tradicionalista e unidirecional da PBE.

Neste processo de TC concordamos com outros autores que advogam que o processo, em si, de investigação qualitativa promove mudança nos diferentes atores envolvidos, desde o investigador ao participante (Brandão et al., 2017). Acrescentamos que o próprio cidadão que recorre aos serviços de saúde, e que é o destinatário desde o primeiro momento desse conhecimento, beneficia da TC e em alguns estudos deve estar envolvido desde a conceção, garantindo todos os procedimentos éticos. O que as “coisas” - fenómenos, manifestações, fatos, eventos, vivências, ideias, sentimentos, comportamentos - representam, dá molde à vida das pessoas (Turato, 2005).

Similarmente, a pesquisa qualitativa pode ser inovadora e nesta área da TC pode apresentar novos modelos para a introdução dos achados de natureza qualitativa na, muito em moda, PBE. Kerr e Kendall (2013) advogam que a pesquisa qualitativa é particularmente adequada para áreas, temas ou problemas que não são bem conhecidos ou sem respostas apropriadas, dado que simultaneamente coleta, analisa e reformula perguntas, ela é particularmente apropriada para novos tópicos e temas.

Taquette e Minayo (2016) observam que a pesquisa qualitativa é importante para a ampliação do conhecimento clínico e melhora da qualidade do atendimento, para a compreensão de fenómenos dentro do seu contexto, estabelecendo ligações entre conceitos, representações, crenças e comportamentos, gerando ricas informações para tomada de decisão médica em intersubjetividade com os doentes. Estas autoras adicionam um aspeto relevante nos resultados do seu estudo, quando consideram que os estudos qualitativos também podem revelar *insights* críticos que ajudam a lidar com as deficiências do sistema de saúde.

De salientar ainda o papel da interdisciplinaridade em estudos com enfoque claro nas necessidades dos clientes de saúde e a emergência de este tipo de



pesquisa se alinhar a um movimento orientado por um ideário que convoca a subjetividade ao aludir a princípios como qualidade, equidade, integralidade e participação (Bosi, 2012).

Não podemos terminar este subponto sem refletir sobre as agendas para a investigação e a inovação em saúde dos países europeus, porque apesar de serem claras quanto à tendência para responder às preocupações dos cidadãos e aos grandes desafios sociais, não descurando os aspetos culturais e económicos, aproximando os cientistas dos cidadãos, e favorecendo a transparência do investimento público em matéria de investigação e inovação (FCT, 2017), não valorizam implícita ou explicitamente os métodos qualitativos e as suas inúmeras possibilidades para o conhecimento e empoderamento dos cidadãos.

4. TRABALHO COLABORATIVO ENTRE CLÍNICA E ACADEMIA

A abordagem transdisciplinar à investigação em saúde promete resultados práticos com evidente relevância clínica (Latimer, 2005).

Reed e Shearer (2018) advogam a realização de investigação clínica pelos clínicos, ou pelo menos, com a sua colaboração, para diminuir o risco de o conhecimento produzido não ser utilizado para a resolução dos problemas da clínica.

A maioria das questões ou problemas que se levantam nos contextos de prestação de cuidados de saúde implicam, inevitavelmente, um trabalho em parceria, onde a comunicação e a articulação entre os profissionais, o doente e a família assumem um papel crucial. Este trabalho implica o esbater do papel clássico atribuído ao investigador e cria um compromisso entre o investigador e o profissional da clínica (Quadro 4).



Quadro 4 - Atores e papéis na TC

Investigador	Profissional de saúde
Produzir investigação útil;	Coprodutores do conhecimento;
Fornecer <i>feedback</i> contínuo;	Compromisso duradouro com os projetos;
Aplicar a investigação aos problemas “reais” do contexto.	Defender a investigação nas suas áreas clínicas, porque percebem a pertinência da mesma para a sua práxis.

Adaptado de: Baumbusch et al. (2008).

Os exemplos internacionais que colocam o cidadão no centro da sua estratégia de investigação, promovendo ativamente o envolvimento dos cidadãos na definição de políticas e de áreas de investigação, priorizando o desenvolvimento de novos produtos e processos que transformem os resultados da investigação em benefícios efetivos para a sociedade (FCT, 2017), têm tido projeção internacional e corroboram a pertinência do trabalho de todos na pesquisa. A proximidade e o reforço da relação de cooperação entre investigadores, os contextos, os clínicos e os clientes de cuidados, facilitada pela discussão das experiências vivenciadas nas diferentes realidades, permite identificar problemas e dificuldades, mas também estratégias e soluções, possibilitando a criação de um espírito de efetivo trabalho em equipa, unindo esforços no sentido de disponibilizar uma resposta integrada e integradora.

A agenda de I&I - Saúde, Investigação Clínica e de Translação que surge para identificar prioridades nas áreas da investigação e inovação em Saúde, em Portugal, até 2030, reforça que esta é uma área marcadamente interdisciplinar, que abrange não só as ciências médicas e da saúde, mas também o cruzamento destas com as ciências sociais e humanas - incluindo aspetos éticos, legais, regulamentares, sociológicos ou económicos - e ainda as ciências exatas e as engenharias e as novas tecnologias, tais como as tecnologias de informação, comunicação e eletrónica e as engenharias biomédica e biotecnológica, entre outras (FCT, 2017).

No contexto atual em que a inovação tecnológica é uma realidade, qualquer campo é inevitavelmente envolvido e influenciado por avanços, desafios e oportunidades, que desencadeiam novas perspetivas sobre a prática e



o comportamento. Atualmente, o investigador tem ao seu dispor técnicas inovadoras de recolha de dados. Os questionários on-line com divulgação virtuale com resultados imediatos, os dados com suporte visual que acarretam novos elementos interpretativos, enriquecendo a análise e entendimento do fenómeno, são exemplos do impacto da tecnologia na investigação e que constituem, também eles, desafios ao trabalho colaborativo.

Para ilustrar o supracitado, refletimos que a análise de um fenómeno através do recurso à imagem possibilita a elucidação, a documentação, a valorização e a fundamentação sobre o fenómeno. Se os benefícios são inúmeros, a sua planificação e implementação requerem do investigador, dedicação, perícia e antevisão dos possíveis dilemas na sua execução. O recurso à filmagem como suporte visual na investigação é exemplo de como a seleção e planificação deste instrumento acarreta uma dedicação acrescida. A seleção do tipo de câmara, a sua localização, o momento da gravação, os consentimentos para o efeito e a colaboração dos intervenientes, são tópicos relevantes para que o fenómeno seja registado na sua essência e também para recorrer a profissionais de outras áreas para assessorar o processo, introduzindo na equipa de investigação outros profissionais que tradicionalmente não se espera encontrar nas equipas multidisciplinares de pesquisa em saúde. O recurso aos dados visuais na saúde é uma importante ferramenta de investigação e de melhoria da qualidade dos cuidados. Possibilita aos profissionais de saúde um julgamento clínico da sua atuação, facilitando a análise das suas intervenções, e posteriores medidas de correção, favorecendo o aumento dos *outcomes* em saúde.

Por outro lado, as potencialidades das novas tecnologias permitem avanços nos sistemas de informação em saúde e possibilitam a produção de uma grande quantidade de dados em registos clínicos eletrónicos, bases de dados administrativas, dispositivos móveis, e outros sistemas de saúde (FCT, 2017) disponíveis para a pesquisa.

As Comissões de Ética das Instituições apresentam alguma resistência à captação de imagem nos estudos de investigação, sendo mais flexíveis quando aliada à formação dos seus pares. O investigador encontra aqui um ponto de partida para a aceitação e o envolvimento das Instituições, juntando o processo de investigação à formação dos profissionais, dado que a visualização dos vídeos pelos intervenientes desperta a autocrítica e



sensibiliza para comportamentos, técnicas e atitudes, que se devem manter e outros que necessitam de intervenção (Quadro 5). O consentimento para o efeito é ferramenta indispensável neste tipo de investigação. Todos têm que consentir a sua aplicabilidade (clientes, famílias e profissionais), sendo fundamental conhecer o foco do estudo, a sua pertinência e como se procederá à sua análise. Quando os intervenientes são devidamente informados e esclarecidos, o seu consentimento e colaboração processa-se naturalmente, diminuindo o constrangimento e aumentando o empenho dos mesmos.

Quadro 5 – Desafios na transferência do “Conhecimento Qualitativo” para a Clínica

A equação do sucesso

$$TC = (\text{Investigação} + \text{Formação} + \text{Colaboração}) \times \text{Resolução de problemas}$$

Quando profissionais e académicos participam nas pesquisas, consultas ou fóruns de especialistas, o seu conhecimento tácito assume uma forma objetiva e é incorporado num processo rigoroso que agrega valor às suas opiniões e perceções de uma situação (CIHR, 2014). Além disso, o conhecimento tácito ou experiencial dos utilizadores é muitas vezes indispensável para a interpretação adequada da nova produção de conhecimento, daí a importância de estabelecer um verdadeiro diálogo e intercâmbio entre aqueles que produzem e aqueles que usam o conhecimento (CIHR, 2014). A TC, sobretudo do conhecimento tácito, requer interação com o detentor desse conhecimento e geralmente num contexto onde o usuário pode aplicar o que está a ser transmitido de uma maneira concreta (CIHR, 2014).

No entanto, emergem as questões: O que deve ser transferido? Como? Por quem? (Bosi, 2012) Em que tempos? Com que metodologias/estratégias? Como se avalia o impacto da transferência do saber? Estes quesitos condicionam outra preocupação relacionada com a formação de investigadores capazes de produzir efeitos no campo, e de influenciar os mecanismos, as agendas e os processos específicos que operam na produção de conhecimento e nas definições relativas à pesquisa e sua difusão (Bosi, 2012).

Costa, Souza e Souza (2016) consideram que a investigação qualitativa tem dado passos tímidos no trabalho verdadeiramente colaborativo. A formação superior também precisa de repensar o papel da investigação no



desenvolvimento do conhecimento clínico e capacitar os estudantes. Como afirma Fonseca (2013) a escola enquanto instituição cidadã tem de adotar um novo paradigma conceptual relativamente às suas funções. Deve deixar de ser apenas um espaço onde se transmite conhecimento para se converter numa organização que aprende, ao que acrescentamos onde se aprende a TC.

As novas tecnologias aplicadas à saúde e o crescendo de *e-health*, saúde digital, plataformas e APP de apoio, tanto para profissionais como para os clientes dos cuidados de saúde, assumem, pois, uma posição de grande relevo no panorama da clínica, mas também da Investigação. A FCT (2017) considera que, como poucas outras, esta área tem constituído um terreno fértil para a colaboração entre academia, empresas, hospitais, utilizadores e autoridades/reguladores, com o objetivo comum de transformar o conhecimento científico em inovação e em valor económico e social. Também a este nível a investigação qualitativa tem de traduzir os achados em valor económico, social e potencial e de desenvolvimento humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças ocorridas na saúde nos últimos anos, têm levado ao aparecimento de questões complexas aliadas ao envelhecimento humano, à situação clínica, às comorbilidades, à adesão ao regime terapêutico, com contenção de custos, à equidade no acesso aos cuidados de saúde, e desencadeado um acréscimo das exigências feitas aos profissionais. Influenciada por estes fatores, consideramos que a investigação em saúde está num processo de metamorfose. Esta metamorfose deve-se essencialmente a uma maior ênfase na promoção da saúde e prevenção da doença, como uma medida para conter custos, aumentar a qualidade de vida, diminuir a incidência de doenças crónicas e aumentar a autonomia da pessoa na gestão dos seus processos de saúde-doença.

O pressuposto que profissionais e clientes dos cuidados de saúde são seres em inter-relação que têm de adquirir conhecimento, tomar decisões e usam a sua experiência, conhecimentos anteriores, crenças e valores para o fazer, permite valorizar os diferentes paradigmas de investigação.

Possibilitar o empoderamento do cidadão e transferir a responsabilidade da



gestão da saúde para a esfera individual representa novas formas de trabalho, e novas formas de trabalho requerem novo conhecimento, capacidades e habilidades que têm de ser investigadas para serem suportadas pela evidência. Sob outra perspectiva, a valorização da capacidade de atualização, adaptação à mudança, crítica e uso correto do conhecimento, o marketing pessoal e profissional do indivíduo e a criação e divulgação de uma “marca institucional”, favorece a introdução de novos modelos de interação academia-práxis para possibilitar uma intervenção mais autónoma e ativa.

Mais do que uma revisão da literatura sobre a investigação qualitativa na saúde, este capítulo levou-nos a um exercício de repensar o impacto que os achados podem ter na clínica se forem rapidamente introduzidos na práxis. Além do desenvolvimento dos métodos e técnicas, da validade dos estudos, outras questões devem inquietar os investigadores e profissionais clínicos e mobilizar a comunidade internacional em torno das suas respostas:

1. Como conduzir estudos interdisciplinares qualitativos permitindo a evolução do conhecimento singular de cada uma das ciências e coletivos da saúde?
2. Como transmutar os achados qualitativos para a prática baseada na evidência?
3. Quais os modelos para transferir os diferentes e complexos padrões de conhecimento para a clínica?

É intuito deste grupo continuar o trabalho de investigação para desenvolver um modelo que sustente a transferência do conhecimento para a clínica, sensível às especificidades do paradigma de investigação e do contexto. A partir do trabalho desenvolvido no projeto “transição segura”, a análise dos achados obtidos pela diversidade de técnicas e fontes, vai possibilitar trazer para a teoria a perspectiva dos diferentes intervenientes no processo, caracterizando o papel do(s) investigador(es), do(s) clínico(s) e do(s) cliente(s) dos cuidados de saúde e descrevendo o modelo que vai emergir da colheita e análise dos achados.



REFERÊNCIAS

- Abreu, D. M. F., Santos, E. M., Cardoso, G. C. P., & Artmann, E. (2017). Usos e influências de uma avaliação: translação de conhecimento?. *Saúde em Debate*, 41(spe), 302-316.
- Baumbusch, J.L., Kirkham, S.R., Khan, K.B., McDonald, H., Semeniuk, P., Tan, E., & Anderson, J.M. (2008). Pursuing Common Agendas: A Collaborative Model for Knowledge Translation between Research and Practice in Clinical Settings. *Research in Nursing & Health*, 31(2), 130-40.
- Baixinho, C.L., Ferreira, Ó., Marques, F.M., Presado, M.H., & Cardoso, M. (2017). Transição segura: um projeto da transferência do conhecimento para a prática clínica. In A.P.Costa, M.C. Sánchez-Gómez., M.V.M. Cilleros (Eds.). *A prática na Investigação Qualitativa: exemplos de estudos* (pp. 57-80). Oliveira de Azeméis: Ludomédia.
- Berger, P., & Luckmann, T. (2011). *A construção social da realidade*. (33ª ed.) Petrópolis: Vozes.
- Bosi, M.L.M. (2012). Qualitative research in collective health: overview and challenges. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 575-86.
- Brandão, C., Ribeiro, J., & Costa, A. P. (2018). Investigação qualitativa: em que ponto estamos?. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(1), 4.
- Brandão, C., Taquette, S., & Ribeiro, J. (2017). O papel da investigação qualitativa em psicologia? *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 6(4), 228.
- Canadian Institutes of Health Research. (2014). More about knowledge translation at CIHR: knowledge translation definition [Internet]. 2014 [cited 20 Feb 2018]. Available from: <http://www.cihr-irsc.gc.ca/e/39033.html>
- Canadian Institutes of Health Research. (2013). *Facilitating a knowledge translation process: knowledge review and facilitation tool*. Québec: Institut National de Santé Publique du Québec.
- Carper, B.A. (1978). Fundamental patterns of Knowing in nursing. *Advances in Nursing Science*, 1(1), 13-24.
- Costa, A. P., Souza, D. N. de, & Souza, F. N. de. (2016). Trabalho Colaborativo na Investigação Qualitativa através das Tecnologias. In D. N. de Souza, A. P. Costa, & F. N. de Souza (Eds.), *Investigação Qualitativa: Inovação, Dilemas e Desafios* (1ª, pp. 105-127). Oliveira de Azeméis - Aveiro: Ludomedia.
- Ferreira, C.A.L. (2015). Pesquisa quantitativa e qualitativa: perspectivas para o campo da educação. *Rev Mosaico*, 8(2), 173-82.
- Fonseca, J. (2013). Contributos da Investigação-ação no desenvolvimento profissional: um percurso de inovação. In T. Estrela, et al. (Orgs). *Formação Profissional: Investigação Educacional sobre teorias, políticas e práticas*. Lisboa: EDUCA/Secção Portuguesa da AFIRSE.



- Fundação para a Ciência e Tecnologia. (2017). Saúde, Investigação Clínica e de Translação (Extrato do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia (PNCT). [Internet]. 2017 [cited 11 Abr 2018]. Available from: https://www.fct.pt/agendastematicas/docs/saude_investigacao_clinica_e_de_translacao.pdf
- Graham, I. D., Logan, J., Harrison, M.B., Straus, S.E., Tetroe, J., Caswell, W.; et al. (2006). Lost in knowledge translation: time for a map? *J Contin Educ Health Pro*, 26(1), 13-24.
- Kamei, T., Takahashi, K., Omori, J., Arimori, N., Hishinuma, M., Asahara, K., ... & Tashiro, J. (2017). Prática avançada de enfermagem e a parceria de cuidados centrados nas pessoas para a cobertura de saúde universal sustentável e o acesso universal à saúde. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 25, e2839.
- Kerr, L.R.S.F., & Kendall, C. (2013). A pesquisa qualitativa em saúde. *Rev Rene*, 14(6), 1061-3.
- Latimer, J. (2005). *Investigação Qualitativa avançada para Enfermagem*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Logan, J., & Graham, I. D. (1998). Toward a comprehensive interdisciplinary model of health care research use. *Science Communication*, 20(2), 227-46.
- Marques, M. F. M. (2015). *Aprender a decidir em tempos de escola: a formação superior e a aprendizagem da tomada de decisão no processo de cuidados*. Tese de Doutoramento, Instituto de Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa.
- Meleis, A.I. (2012). *Theoretical nursing: Development and progress* (5th ed.). Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins.
- National Center for Dissemination of Disability Research (2005). *What is Knowledge Translation?*. Technical Brief, 10, Available from: <http://www.ncddr.org/kt/products/focus/focus10/>
- Oelke N.D., Lima, M.A.D.S., & Acosta, A.M. (2015). Translação do conhecimento: traduzindo pesquisa para uso na prática e na formulação de políticas. *Rev Gaúcha Enferm.*, 36(3), 113-7.
- Pearson, A., Jordan, Z., & Munn, Z. (2012). Translational science and evidence-based healthcare: a clarification and reconceptualization of how knowledge is generated and used in healthcare. *Nurs Res Pract*.
- Pereira, E.R. (2013). Translation of knowledge and translational research in healthcare. *J Nurs UFPE on line*, 7(3), 1-3.
- Pinto, M. A. F. (2018). *O profissional de informação em saúde no apoio à decisão clínica e à investigação*. Tese de Mestrado. Disponível no RCAAP: <http://hdl.handle.net/10451/31844>
- Reed, P.G., & Shearer, N.B.C. (2018). *Nursing knowledge and theory innovation*. (2th ed.). New York: Springer Publishing Company.



- Ribeiro, J.M., Brandão, C., & Costa, A.P. (2016). Metodologia de estudo de caso em saúde: contributo para a sua qualidade. In *Investigação qualitativa em saúde: conhecimento e aplicabilidade*. (1ª, pp 143-160). Oliveira de Azemeis - Aveiro: Ludomedia.
- Ribeiro, J., Souza, D.N., & Costa, A.P. (2016). Investigação qualitativa na área da saúde: por quê?. *Ciênc. saúde coletiva*, 21(8), 2324-24.
- Santos, R.P., Neves, E.T., & Carnevale, F. (2016). Qualitative methodologies in health research: interpretive referential of Patricia Benner. *Rev Bras Enferm*, 69(1), 192-6.
- Souza, D.N., Costa, A.P., & Souza, F.N. (2015). Desafio e inovação do estudo de caso com apoio das tecnologias. In *Investigação Qualitativa: Inovação, dilemas e desafios* (Volume 2) (1ª, pp 143-162). Oliveira de Azemeis - Aveiro: Ludomedia - Conteúdos didáticos e Lúdicos.
- Standing, M. (2017). *Clinical Judgement and Decision-Making in Nursing*. (3th ed.). London: Learning Matters.
- Streubet, H.J., & Carpenter, D.R. (2013). *Investigação Qualitativa em Enfermagem: avançando o imperativo humanista* (5ª ed.). Loures: Lusociência.
- Taquette, S.R., & Minayo, M.C. (2016). Analysis of qualitative studies conducted by physicians and published in Brazilian scientific journals between 2004 and 2013. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 26(2), 417-34.
- Trakalo, K., Horowitz, L., & McCulloch, A. (Eds.) (2015). *Nursing: a concept-based approach to learning*. (Vol. 2, pp. 2315-2373). (2nd ed.). Boston MA: Pearson Education, Inc.
- Turato, E.R. (2005). Qualitative and Quantitative methods in health: definitions, differences and research subjects. *Rev Saúde Pública*, 39(3), 507-14.
- Yang, H., & Thompson, C. (2016). Capturing judgement strategies in risk assessments with improved quality of clinical information: how nurses' strategies differ from the ecological model. *BMC Medical Informatics and Decision Making*, 16(7), 1-8.



KNOWLEDGE TRANSLATION – MODELO CONCEITUAL DE TRANSFORMAÇÃO DE CONHECIMENTO GERADO NA PESQUISA EM SAÚDE E ENFERMAGEM

AUTORES

Ivone Evangelista Cabral¹ | icabral444@gmail.com
 Cristiane Cardoso de Paula² | cris_depaula1@hotmail.com
 Ana Cláudia Garcia Vieira³ | cadicha10@gmail.com
 Joseph Dimas de Oliveira¹ | josephdimas@hotmail.com

¹UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, BRASIL

²UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, BRASIL

³UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, BRASIL

RESUMO

Na atualidade, tanto os avanços da pesquisa em saúde como a publicação dos seus resultados são insuficientes para que estes conhecimentos sejam utilizados pelos usuários e serviços de saúde. Muitos achados de pesquisa têm pouco ou nenhum retorno direto para os participantes de pesquisa, gestores e formuladores de políticas públicas, criando-se um vazio entre o que se sabe e o que se faz. Transformar conhecimento em melhorias na qualidade de prestação de serviços é um desafio que precisa ser superado para que achados de pesquisa se convertam em justiça social. Além disso, o uso sistemático de evidências científicas na formulação e implementação de políticas de saúde representa um desafio para as organizações de saúde, governamentais ou não. Como traduzir os conhecimentos advindos dos achados de pesquisas qualitativas, no campo da saúde? Esse é um questionamento que pode ser respondido com a aplicação do “Conhecimento-à-Ação”, como um modelo conceitual de *Knowledge Translation* (KT). Buscar-se-á no presente capítulo apresentar este modelo e exemplificar a sua aplicação em três pesquisas em desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE:

Knowledge Translation

Disseminação de Conhecimento

Pesquisa Qualitativa

Cuidado

Prática Clínica Baseada em Evidências



NOTAS BIOGRÁFICAS

Ivone Evangelista Cabral: Professora titular. Pós-doutorado na McGill University em Mental Health and Transcultural Psychiatry (2006). Doutora em Enfermagem (1998). Mestre em Enfermagem (1994). Pesquisadora do CNPq. Nível 2. Membro do Corpo Docente Permanente do Programa de Pós-graduação da Escola de Enfermagem Anna Nery e do Programa de Mestrado Profissional em Atenção Primária à Saúde da Faculdade de Medicina da UFRJ. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Crianças com Necessidades Especiais de Saúde e Condições Crônicas, Diretório de Grupo de Pesquisa do CNPq. Editora Científica de Escola Anna Nery Revista de Enfermagem.

Cristiane Cardoso de Paula: Professora associada. Doutora em Enfermagem (EEAN/UFRJ, 2008). Mestre em Enfermagem (EE/UFRGS, 2003). Pesquisadora do CNPq. Nível 2. Membro do Corpo Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Enfermagem do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria. Líder do Grupo de Pesquisa Cuidado à Saúde das Pessoas, Famílias e Sociedade, Diretório de Grupo de Pesquisa do CNPq. Editora de seção da Revista de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria.

Ana Cláudia Garcia Vieira: Professora Associada II da Faculdade de Enfermagem UFPel. Pós-doutorado na University of Ottawa Faculty of Health Science and School of Nursing, ênfase em atividades de Knowledge Translation no manejo da dor neonatal (2016). Doutorado em Saúde da Criança (PUCRS, 2010). Mestrado (UFSC, 1999) Líder do Grupo de Pesquisa Tradução e Manejo da Dor Neonatal e Pediátrica CNPq. Membro da Associação Internacional para o Estudo da Dor (IASP)

Joseph Dimas Oliveira: Aluno do Curso de Pós-graduação em Enfermagem Curso de Doutorado em Enfermagem, 2014-2018. Mestrado em Cuidados Clínicos de Enfermagem pela Universidade Estadual do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa Crianças com Necessidades Especiais de Saúde (CRIANES). Professor Assistente da Universidade Regional do Cariri (URCA), em Crato-CE. Atua nas áreas de Enfermagem em Saúde da Criança (neonato ao escolar) e Enfermagem em Estomaterapia (feridas, estomias e incontinências anal e urinária).



INTRODUÇÃO

Os sistemas de saúde têm falhado ou enfrentado dificuldades em transpor evidências científicas para a prática clínica, nos diferentes cenários de cuidado em saúde e entre os diferentes profissionais. O uso de evidências em saúde tem sido cada vez mais discutido e divulgado e recebeu o nome de Cuidado em Saúde Baseado em Evidências, sendo um movimento forte entre os profissionais de saúde e fomentado por instituições como a Biblioteca Cochrane e o Instituto Joanna Briggs, por exemplo. Essas instituições congregam um grupo de pesquisadores que se dedicam a estudos que condensam evidências científicas e as divulgam por meio, principalmente, de revisões sistemáticas, para facilitar o acesso às informações mais recentes e confiáveis (Soares, 2005; Bick & Chang, 2014; Cabral, Bubabué, Oliveira, Paula, & Cherubim, 2017).

No Reino Unido e em outros países europeus, os termos *implementation science* ou *research utilization* são comumente usados para referir-se à incorporação de evidências científicas na prática de cuidados em saúde. (Kitson, Rycroft-Malone, Harvey, McCormack, Seers, & Titchen, 2008). Já nos Estados Unidos, os termos disseminação (*knowledge dissemination*), implementação (*knowledge implementation*), uso de pesquisa (*research utilization*), transferência de conhecimento (*knowledge transfer*) e *translational research* são frequentemente utilizados com a mesma finalidade. No Canadá, transferência de conhecimento (*knowledge transfer*), troca de conhecimento (*knowledge exchange*) e tradução de conhecimento (*knowledge translation*) vêm sendo designados amplamente para referir-se ao uso de evidências científicas nos cuidados em saúde (Graham, Logan, Harrison, Straus, Tetroe, Caswell, & Robinson, 2006).

O modelo conceitual do Conhecimento-à-Ação, como estratégia de tradução de conhecimento, foi apresentado pela primeira vez no artigo *Lost in Knowledge Translation: Time for a Map?* (Graham et al., 2006). A referir-se a este artigo, Kitson et al. (2008) destacaram que os autores definiram mais de 60 termos ou estruturas associadas à aplicação de evidências científicas na prática. Mas, como o foco deles residiu sobre as teorias de ação planejadas para sustentar um modelo conceitual próprio, os autores não distinguiram em que teoria(s) ou modelo(s) se sustentava(m). Em resposta a essa crítica, na primeira edição da obra *Knowledge Translation in Health Care: Moving from*



Evidence to Practice, os autores Straus, Tetroe e Graham (2009) apresentam, na seção 4, as *Theories and Models of Knowledge to Action* (Teorias e modelos de Conhecimento-à-Ação), a saber: teoria de ação planejada, teoria educacional, teoria psicológico cognitivo de mudança, teoria organizacional e teoria de melhoria da qualidade. Tais teorias que sustentam o modelo conceitual da tradução do conhecimento foram examinadas a partir da leitura de 30 publicações agrupadas pelos seus aspectos comuns para sustentar cada um dos 10 passos constitutivos do modelo: i) identificação do problema que requer intervenção; ii) revisão da evidência ou literatura; iii) adaptação da evidência e ou desenvolvimento da inovação; iv) acesso a barreiras ao uso do conhecimento; v) seleção e articulação das intervenções para promover o uso do conhecimento; vi) implementar a inovação; vii) desenvolvimento do plano para avaliar o uso do conhecimento; viii) avaliação de resultados ou impacto da inovação; ix) manutenção da mudança, sustentabilidade do uso contínuo do conhecimento; e, x) disseminação dos resultados do processo de implementação.

Devido à facilidade de compreensão do modelo do Conhecimento-à-Ação, inicialmente ele foi utilizado em ambientes de prática clínica, por pesquisadores e profissionais de saúde, como guia para a implementação de evidências no “mundo real” (Straus, Tetroe, & Graham, 2015). Posteriormente, o conceito de *Knowledge Translation* (KT) foi incorporada como política institucional, aos trâmites de pleito de pesquisadores para financiamento de pesquisas pelo *Canadian Institutes of Health Research* (CIRH, 2010, 2012), agência federal de fomento à pesquisa em saúde.

Assim, o paradigma amplamente utilizado na condução das pesquisas no contexto canadense, e denominado de *KT* ou tradução do conhecimento visa, fundamentalmente, reinvestir recursos públicos de financiamento de pesquisas, para estreitar as lacunas entre o que se sabe e o que se faz nas diversas áreas e cenários de cuidados de saúde.

Em seguida, o modelo conceitual proposto por Graham et al. (2006) passou a ser recomendado como política global pela Organização Mundial de Saúde (WHO, 2006). Particularmente no Brasil, o incremento para o uso de evidências científicas deu-se a partir de 2013 com a criação da Rede EVIPNET Brasil, pelo Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (Brasil, 2015). Segundo o documento da EvipNet Brasil, “pouco se sabe sobre o



nível de utilização de evidências científicas na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas para a saúde, entretanto, supõe-se que esse nível ainda seja baixo.” (Brasil, 2015, p. 14). Destaca-se ainda que há escassez de informação sobre o uso de evidências por quem toma a decisão política no Brasil, podendo, segundo o documento citado, pressupor-se que “a utilização sistemática do conhecimento científico na produção de políticas de saúde ainda seja pequena.” (Brasil, 2015, p. 16).

Na ciência do *translation* pressupõe-se a tradução de evidências científicas para o cotidiano de vida das pessoas, famílias e grupos no sistema de saúde. Por sua vez, ela compreende o fazer a tradução (por a tradução em prática), em dois movimentos distintos: ao final da pesquisa (*end-of-grant*) e no decorrer da pesquisa (*integrated Knowledge Translation - iKT*) gerando ferramentas a partir dos achados e de evidências científicas (Cabral et al., 2017). A pesquisa *translation*, na geração de ferramentas, inclui focalizar no vazio da tradução das melhores evidências científicas em ação prática, ou seja, após a pesquisa ser concluída (*end-of-grant*); ou então, desenvolver a pesquisa de forma colaborativa (*iKT- tradução do conhecimento integrado à pesquisa*), conforme explicaremos no item 1.4, deste capítulo.

Adicionalmente, há um reconhecimento internacional sobre a importância de se traduzir os resultados e recomendações das pesquisas com o objetivo de beneficiar indivíduos e comunidades dentro do sistema de saúde, enquanto possibilidade de torná-lo eficiente, com mais equidade no acesso aos serviços e otimização de recursos.

Para Polit, Beck e Hungler (2011) o movimento de transposição do conhecimento produzido para a prática clínica nos cenários dos serviços de saúde, pode ser realizado através de diferentes metodologias. Os autores citam as revisões sistemáticas como fundamentais para a criação de *guidelines*/algoritmos e para prover as bases para conclusões que orientem os profissionais em suas decisões. Ao longo do tempo, outros estudos podem ser realizados de forma a analisar e avaliar a eficácia dessas propostas e recomendá-las ou aprimorá-las e criar-se, assim, um espaço de retroalimentação entre a prática de pesquisa e a prática clínica. No campo da enfermagem, há um crescimento desse movimento de buscar melhores evidências e sua utilização na prática clínica, de administração e de ensino de enfermeiros (Tricco, Tetzlaff, & Moher, 2013).



É preciso estudar os determinantes do uso do conhecimento e os métodos eficazes de promoção da absorção desse conhecimento. Isso implica um movimento de transposição do conhecimento produzido para a prática clínica dos cenários de cuidados nos serviços de saúde (Cabral et al., 2017). O aspecto central do modelo de ciência baseado na tradução do conhecimento ou ciência do KT é o de tornar os usuários conscientes do conhecimento, facilitando o uso desse conhecimento para melhorar as práticas e o sistema de saúde, reduzindo a distância entre o que sabemos e o que fazemos. Desse modo, há um movimento do conhecimento que foi produzido para a ação, com a participação do grupo interessado naquele conhecimento.

Nesse sentido, o presente capítulo tem por objetivos: a. Definir tradução de conhecimento (*Knowledge Translation*); b) Diferenciar “*end-of-grant*” de “*integrated Knowledge Translation*” (iKT), como estratégias para traduzir conhecimentos gerados em pesquisas; e, c) descrever o modelo conceitual do conhecimento-ação e a sua aplicabilidade em pesquisas com adolescentes, famílias e estudantes.

O presente capítulo foi dividido em duas partes. Na primeira, uma introdução com as questões teóricas relacionadas ao constructo *KT*, tais como Tradução de conhecimento: O que é e o que não é?; Estratégias de tradução de conhecimento; e Modelo conceitual do conhecimento-ação. Na segunda parte destaca-se a aplicabilidade desse modelo em duas pesquisas concluídas e uma em desenvolvimento.

1.2. *Knowledge Translation* ou tradução de conhecimento: O que é e o que não é?

1.2.1 O que é tradução de conhecimento (*Knowledge Translation*)

Como definido pela agência canadense de financiamento de pesquisas em saúde, o Canadian Institutes of Health Research (CIHR) (2012, s.p.), *KT* é a “dynamic and iterative process that includes synthesis, dissemination, exchange and ethically sound application of knowledge to improve health, provide more effective health services and products and strengthen the health care system.” A EvipNet (Brasil, 2015) incorporou o termo e os conceitos inerentes ao *KT*, definindo-o como um processo dinâmico e reiterativo, que inclui a síntese, disseminação, intercâmbio e aplicação do conhecimento com a finalidade de melhorar a saúde da população, oferecer serviços e produtos de saúde mais efetivos e fortalecer o sistema de saúde. Como parte da



definição destaca ainda o papel dos grupos de interesse, que compreendem pessoas com interesse direto no conhecimento, que farão “uso da evidência em seus processos de tomada de decisão” (Brasil, 2015, p. 15). É importante que a formulação de políticas públicas “seja informada pela melhor evidência atualmente disponível e pela experiência e necessidades de informação dos diferentes grupos de interesse.” (Brasil, 2015, p. 15). Deste modo, o modelo conceitual do Conhecimento-à-Ação conjuga evidências com expertises de profissionais e escuta da população.

Além disso, a EvipNet (Brasil, 2015) definiu outros termos relacionados com a tradução do conhecimento, difundida pela CIHR e OMS (Quadro 1), que nos ajudam a assumir uma posição teórica sobre a tradução do conhecimento, ao longo do capítulo. A tradução de conhecimento é um processo que acontece dentro de um sistema complexo de interações entre os pesquisadores e os decisores sobre políticas de cuidados em saúde (gestor público, representantes no legislativo, o profissional de saúde que atende a população ou o próprio Usuário do sistema de saúde) variando conforme a intensidade, complexidade e nível de compromisso, a depender dos resultados da pesquisa e das necessidades de públicos específicos. Trata-se de um modelo conceitual, originário do campo da saúde, que surgiu como uma necessidade de o conhecimento gerado com as pesquisas mover-se para além da publicação em periódicos científicos (disseminação do conhecimento), adquirindo valor de uso na prática cotidiana do sistema de saúde.

Quadro 1. Termos chaves relacionados à tradução de conhecimento, adotados pelo Ministério da Saúde do Brasil.

Termo original	Conceitos chave relacionados ao uso de evidências científicas	Referência
Scientific evidence	Evidência científica – Informações que apresentam algum nível de prova com base nos métodos estabelecidos e aprovados pela ciência	WHO (2006)
Know-do gap	Hiato entre o conhecimento que está sendo gerado (pesquisa) e a sua aplicação na prática (política)	Menon & Stafinski (2005)
Evidence-based decision making	Decisões baseadas em evidência científica – Políticas que foram construídas a partir da melhor evidência de pesquisa científica disponível	Oxman et al. (2009)
Policymakers	Tomadores de decisão ou decisores - Indivíduos responsáveis por tomar as decisões que afetam a produção de políticas de saúde pública ou a sua implementação	

Fonte: Adaptado de Síntese de Evidências para políticas de saúde. Brasil (2015).



No curso do tempo, o conceito de Tradução do Conhecimento expandiu-se, sendo incorporado a ideia de disseminação de conhecimento para outros grupos e não apenas a comunidade científica e entre pares; tais como gestores, pacientes e público em geral ou grupos de interesse (Straus, Tetroe, & Graham, 2015). Nos grupos de interesse podem ser incluídos os tomadores de decisão, as organizações da sociedade, os gestores de serviços de saúde e os usuários (pacientes, famílias, grupos e comunidades) do sistema de saúde, para criar e aplicar ferramentas, produtos ou processos para o bem comum.

1.2.2 O que não é KT

Algumas organizações podem utilizar o termo KT como sinônimo de comercialização ou transferência de tecnologia, mas esta é uma visão muito superficial e que não considera os vários grupos de interesse envolvidos ou o real processo do uso do conhecimento na tomada de decisão. Da mesma forma, há uma certa confusão sobre educação em saúde, educação de profissionais de saúde e tradução de conhecimento. Certamente que intervenções educacionais (como clubes de revistas, grupos educativos, grupos de reflexão, educação em serviço, etc.) são estratégias para a implementação do conhecimento, mas deve-se ter em mente que a audiência para a tradução do conhecimento, ou público-alvo a quem se destina o conhecimento traduzido, possui um alcance maior. Esse público não se limita a profissionais de saúde, com o uso de conhecimento para promover o desenvolvimento profissional contínuo, e nem se destina somente à capacitação de pacientes para o autocuidado em temas específicos. As estratégias de tradução de conhecimento podem variar conforme o público alvo (e.g., pesquisadores, clínicos, elaboradores de políticas públicas, comunidades) e o tipo de conhecimento que será traduzido (clínico, biomédico e políticas públicas) (Straus, Tetroe, & Graham, 2013). Todavia, não podemos negligenciar a contribuição desse conhecimento traduzido para o processo de empoderamento de pacientes e profissionais na tomada de decisão sobre cuidados em saúde, não podendo ser confundido com educação permanente e nem educação em saúde do paciente.

1.3 Estratégias de tradução do conhecimento

Essa seção é dividida em dois tópicos. No primeiro, denominado *end-of-grant*, o modelo conceitual do Conhecimento-à-Ação é operacionalizado ao final da pesquisa concluída, como estratégia de disseminação do conhecimento



produzido. No segundo, denominado *integrated Knowledge Translation*, o modelo é aplicado durante o processo de desenvolvimento da pesquisa. Nele o participante da pesquisa envolve-se da produção do conhecimento à sua disseminação e utilização desse conhecimento na prática de vida e dos serviços de saúde.

1.3.1 *End-of-Grant*

Nesta estratégia de operacionalização do modelo conceitual do Conhecimento-à-Ação, o pesquisador compromete-se em disseminar o conhecimento por ele produzido, para além da publicação em periódicos científicos (CIRH, 2010). No Brasil, a estratégia de tradução do conhecimento do tipo *end-of-grant*, correspondente às pesquisas finalizadas, adquire relevância na análise das melhores evidências, por meio de revisões sistemáticas¹, e representa a forma tradicional de se disseminar conhecimento. Os modelos convencionais de pesquisa geram o conhecimento que é necessário à produção de ferramentas, produtos e processos. Por meio da revisão sistemática, de meta-análise (para estudos quantitativos) ou meta-síntese (para estudos qualitativos) identificam-se as melhores evidências científicas que fundamentam ou orientam a produção da ferramenta, adotando-se o ciclo interno de criação e o externo de aplicação. Nesse tipo de tradução de conhecimento, pacientes/usuários, profissionais de saúde e gestores de serviços podem constituir um único grupo de interesse ou grupos distintos com a finalidade de produzir a ferramenta e/ou de aplicá-la na rotina do serviço de saúde. A participação limita-se a momentos específicos desse processo de tradução do conhecimento.

Um grupo de interesse, formado por profissionais de saúde e gestores de serviços, pode participar da elaboração de um protocolo, por exemplo, como uma ferramenta de cuidado. Outro grupo de interesse, formado por pacientes/usuários, pode participar somente de fases específicas da estrutura do modelo conceitual. Portanto, a participação do grupo de interesse pode limitar-se à fase de implementação e de avaliação do uso da ferramenta e sua aplicabilidade no contexto local onde o conhecimento está sendo implementado.

¹ Recomenda-se uma leitura mais ampliada do tema no documento da EvipNet indicado na lista de referências.



1.3.2 Integrated Knowledge Translation ou Tradução de Conhecimento Integrada à Pesquisa

Esta é uma abordagem que consiste em elaborar a pesquisa aplicando-se os princípios da tradução do conhecimento em todo o processo de pesquisa. A questão central desta abordagem é o envolvimento dos usuários do conhecimento em igualdade de condições com o pesquisador no contínuo do processo de pesquisa, pois supõe-se que ao fazê-lo dessa forma, o conhecimento gerado poderá ser mais relevante e útil para o usuário (CIRH, 2012).

Os modelos participativos ou participatórios de pesquisas contribuem para o envolvimento do Usuário do conhecimento como participante da pesquisa, já que encerram perspectivas democráticas na tomada de decisão e de compartilhamento de poder entre participante e pesquisador. Nesse modelo de tradução de conhecimento acontece o desenvolvimento colaborativo da pesquisa, em que há uma ação-orientada em sistema de co-produção de conhecimento. Nele, pesquisadores e grupos de interesse, que são os usuários do conhecimento, envolvem-se em todo o processo de pesquisa. Trata-se de um olhar sobre quem usa o conhecimento, como dotado de poder e de consciência, segundo o pensamento filosófico freiriano de democracia, poder emancipatório e participação (Freire, 1988).

A tradução do conhecimento consiste em uma proposta que objetiva sintetizar, disseminar, trocar e aplicar o conhecimento eticamente produzido para melhorar e prover serviços de saúde mais efetivos de forma a impactar positivamente nos níveis de saúde da população. Além disso, possibilita a melhor utilização de recursos limitados de saúde e apoio aos sistemas em que profissionais e pacientes compartilham o processo de tomada de decisão. Portanto, quando se adota o modelo conceitual do Conhecimento-à-Ação, integrado ao processo de pesquisar, os grupos de interesse trabalham juntos na construção de todas as gerações de conhecimento, criando a ferramenta, implementando-a e articulando cada fase do ciclo para superar barreiras e construir sustentabilidade de uso no serviço. No tipo de tradução de conhecimento integrado a pesquisa, diferentemente do modelo *end-of-grant*, o(s) grupo(s) de interesse assume(m) papel fundamental nesse processo de transformação do conhecimento em ação.

No editorial de Bick e Chang (2014, p. 2), as autoras salientam, ainda, que “os usuários de serviços de saúde são os verdadeiros peritos em determinar a



prioridade dos resultados e, ao planejar uma pesquisa, precisamos levar em consideração quem é o nosso público-alvo”, deixando claro a importância da valorização dos saberes, opiniões e prioridades da população.

Na tradução de conhecimento integrado à pesquisa, o modelo conceitual do conhecimento-a-ação, participante e pesquisador interagem em ambos os ciclos, da criação do conhecimento, a geração da ferramenta; e em todas as fases da aplicação até assegurar sustentabilidade o uso desse conhecimento no serviço de saúde.

1.4 Modelo conceitual do conhecimento-a-ação

Graham e colaboradores (2006) alertaram para a variedade de termos associados ao *KT* e as suas implicações para confusões e pouco entendimento conceituais. Por essa razão em “Lost in Knowledge Translation: time for a map?”, os autores dedicaram-se a elucidar a diferença entre esses termos para apresentar e descrever o movimento do conhecimento em ação, ao mesmo tempo que apresentam uma estrutura conceitual para se pensar na tradução do conhecimento como um processo integrador da criação e aplicação do conhecimento. Naquele texto, os autores elegeram o termo *ação* ao invés de prática, justificando que o primeiro é mais genérico e engloba o uso do conhecimento tanto por profissionais, como formuladores de políticas públicas, quanto pelo público em geral. Além disso, a intenção dos autores foi destacar a importância de se compreender a tradução do conhecimento como um processo e propôs o modelo conceitual do conhecimento-a-ação. Além disso, o modelo foi apresentado de forma completa, podendo envolver uma variedade de pessoas no contínuo de sua aplicação para além dos profissionais e que pode ser útil e facilitar o uso na pesquisa realizada em ambientes de prática profissional. Esse modelo conceitual de geração de produtos e de inovação possui dois ciclos: o interno da criação do conhecimento e o externo da aplicação do conhecimento. A estrutura começa com a incorporação de posições teóricas que determinam a ação.

Graham e colaboradores (2006) apresentam uma estrutura conceitual própria com base no que acreditam ser os elementos principais do processo de conhecimento-a-ação, dividindo-a em duas partes ou conceitos: criação do conhecimento e ação, dotados de etapas distintas que se inter-relacionam, se retroalimentam e geram mudanças ao longo do processo de tradução.



Na fase do ciclo de criação (*Knowledge Creation*), o conhecimento que se move através do funil (Figura 1) é idealmente refinado e torna-se mais aplicável aos usuários do conhecimento (pesquisadores, profissionais de saúde, formuladores de políticas e público em geral), sendo desejável e esperado considerar a opinião dos usuários do conhecimento - o público a quem esse conhecimento se destina (Straus, Tetroe, & Graham, 2013; Cabral et al., 2017).

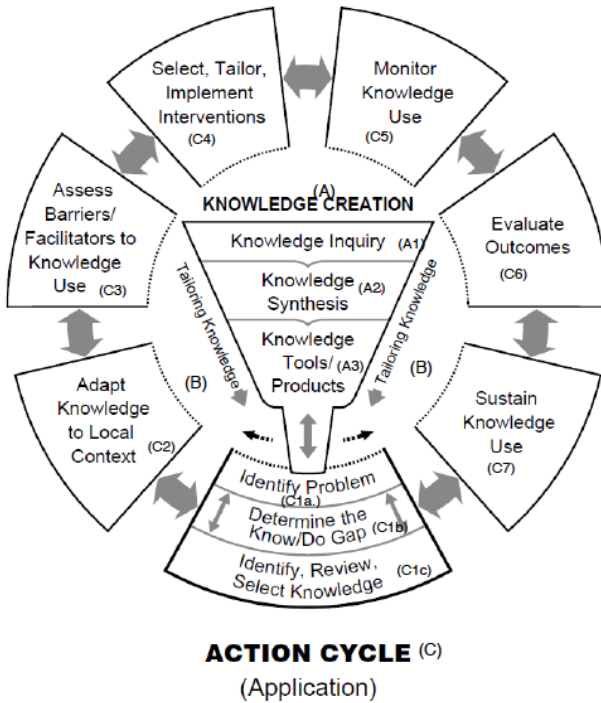


Figura 1. Ciclo da criação (*Knowledge Creation*) e da Ação (*Action Cycle*, Aplicação) de Graham, Straus e Tetroe (2013).

Legenda em Português (tradução livre)

- A. Ciclo criação (interno): A1. Pesquisa do conhecimento; A2. Síntese do conhecimento; A3. Produto/ ferramenta do conhecimento
- B. Articulação ou tessitura do conhecimento
- C. Ciclo ação (aplicação): C1a. Identificação do problema; C1b. Determinação da lacuna entre o que se sabe/ o que se faz; C1c. Identificação, seleção e análise do conhecimento disponível; C2. Adaptação do conhecimento ao contexto local; C3. Barreiras e



facilitadores do acesso ao conhecimento; C4. Seleção, articulação, implementação de intervenções; C5. Monitoramento do uso do conhecimento; C6. Avaliação de resultados; C7. Sustentabilidade do uso do conhecimento

Segundo Straus e colaboradores (2013), a criação do conhecimento envolve três fases: (1) a investigação do conhecimento de primeira geração (pesquisa empírica), (2) a síntese do conhecimento da segunda geração (revisão do conhecimento disponível) e (3) a criação da ferramenta, que é o conhecimento de terceira geração. O primeiro momento de implementação da fase 1 do ciclo criação refere-se a *escolha e delimitação do objeto de estudo*. Durante a investigação do conhecimento, além do que já foi produzido anteriormente, é importante promover a participação do público como forma de investir tempo e recursos em problemas reais (Straus, Tetroe, & Graham, 2013; Cabral et al., 2017), particularmente, quando se integra a tradução do conhecimento ao processo de pesquisar. A fase de *síntese do conhecimento*, refere-se à interpretação dos resultados encontrados nos estudos tendo em vista a evidência apresentada e como ela pode indicar qual é a melhor opção de cuidados em saúde. Em outras palavras, a síntese do conhecimento consiste em condensar os resultados encontrados e sumará-los, tornando-os acessíveis aos diversos públicos (profissionais, gestores e pacientes) para que possam decidir quais condutas/ações de saúde tomar (Tetzlaff, Trico, & Moher, 2009). Esse processo de síntese é conduzido por meio de revisão e, geralmente, é realizado por *experts*. O público a quem se destina o conhecimento também pode participar, quando se adota o tipo de tradução do conhecimento integrado a pesquisa (Tricco et al., 2009). A terceira fase consiste na tradução do conhecimento através de *produtos ou ferramentas* e, no caso dos profissionais de saúde, refere-se às recomendações para subsidiar as decisões em saúde (ou seja, qual conduta tomar). No caso dos pacientes refere-se à tradução da evidência para informá-los sobre as suas opções, esclarecer os benefícios e malefícios dessas opções e, assim, orientar a tomada de decisão de forma consciente. Dessa forma aumenta-se a sua participação no processo de cuidar em saúde (Brouwers, Stacey, & O'Connor, 2009).

O ciclo aplicação (*Action Cycle*, externo) consiste em sete fases (Figura 1). A fase 1, no bico do funil, envolve três etapas: C1a, Identificação do problema; C1b, determinação da lacuna entre o que se sabe/o que se faz; e



C1c, Identificação, seleção e análise do conhecimento disponível sobre um determinado tema que interessa aos membros do grupo de interesse.

Na primeira fase do ciclo ação, preferencialmente, realizam-se revisões sistemáticas em busca de melhores evidências científicas e boas práticas para que sejam adaptadas ao contexto local (C2), onde o conhecimento será aplicado. A adaptação é necessária, pois diferentes contextos apresentam multiplicidade de condições socioeconômicas e políticas para a exequibilidade de estratégias resolutivas. Esse movimento implica um processo sistemático e participativo para que a evidência tenha maior aplicabilidade na prática (Straus, Tetroe, & Graham, 2009; Harrison, Graham, & Fevers, 2010).

Uma vez que o conhecimento gerado com a revisão foi adaptado ao contexto local, passa-se à fase de análise de barreiras e facilitadores comportamentais, logísticos e políticos, de acesso ao conhecimento que foi incorporado na ferramenta (C3). É uma fase em que o grupo de interesse atua ativamente na modelagem e adequação da ferramenta, implementando-a e ajustando-a às condições do usuário, do próprio serviço de saúde onde está sendo consumido e com a logística necessária à sua implementação. As fases C2, C3 e C4 estão em constante interligação e são ativamente desenvolvidas com a participação do grupo de interesse (usuário, profissionais de saúde e gestores).

Após a implementação da ferramenta, procede-se ao monitoramento do uso desse conhecimento (C5), avaliam-se os resultados dessa intervenção (C6) e constroem-se os mecanismos que asseguram sustentabilidade do uso da ferramenta ou conhecimento de terceira geração (C7).

Na estrutura do modelo conceitual essas fases são dinâmicas e interdependentes, podendo os ciclos se moverem da esquerda para a direita do leitor, ou vice-versa. Se a ferramenta foi criada a partir de um conhecimento de primeira e segunda geração, já foi implementada, mas precisa ser avaliada quanto ao seu impacto na prática, o pesquisador pode girar a ponta do funil para a célula C7 e seguir com o movimento anti-horário do ciclo externo. Do mesmo modo, é possível na adoção do modelo conceitual do Conhecimento-à-Ação desenvolver a estrutura descrita na Figura 1, na sua totalidade ou parcialmente, conforme demonstraremos nos exemplos de aplicabilidade.



2. APLICABILIDADE EM PESQUISAS

2.1 Tradução de conhecimento na produção de uma tecnologia audiovisual para aprendizagem da fisiologia da lactação

A construção do problema de pesquisa, comum ao ciclo de criação e de aplicação, deu-se a partir do elemento: *identificar, revisar e selecionar o conhecimento*, que foi desenvolvido por meio de estudo de revisão integrativa. Essa revisão evidenciou, entre os resultados descritos, a importância da obtenção de conhecimento acerca da fisiologia da lactação e a necessidade de aprimoramento de suporte tecnológico para compreensão deste conteúdo (Rechia et al., 2016). A partir desse resultado o problema desta pesquisa perpassa a necessidade de reconhecer que o conteúdo de fisiologia da lactação é introdutório e importante para que discentes compreendam a prática do aleitamento materno. Entretanto, este conteúdo configura um tipo de conhecimento abstrato e de compreensão complexa, o que implica na necessidade de pontos de ancoragem, denominados subsunçores de aprendizagem. Sendo as tecnologias educativas ferramentas mediadoras do aprendizado, elas podem constituir-se em um *tool* gerado a partir da aplicação do modelo do Conhecimento-à-Ação, proposto por Graham et al. (2006, 2013).

Assim, deu-se início à transformação do conhecimento científico, primeiramente, com a *criação da ferramenta de aprendizagem*², com o objetivo de traduzir o conteúdo da fisiologia da lactação em uma tecnologia educativa como demonstrada na Figura 2.

2 O projeto matricial “Tecnologia educativa para aprendizagem da fisiologia da lactação: tradução do conhecimento” (FISIOIAC) é desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Cuidado à saúde das pessoas, famílias e sociedade (GP-PEFAS) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS, BR), pesquisadora responsável Dra Cristiane Cardoso de Paula, em desenvolvimento no período 2016-2020. aprovado pelo CEP/UFSM, com CAAE: 68314617.6.0000.5346, com parecer nº: 2.167.043.

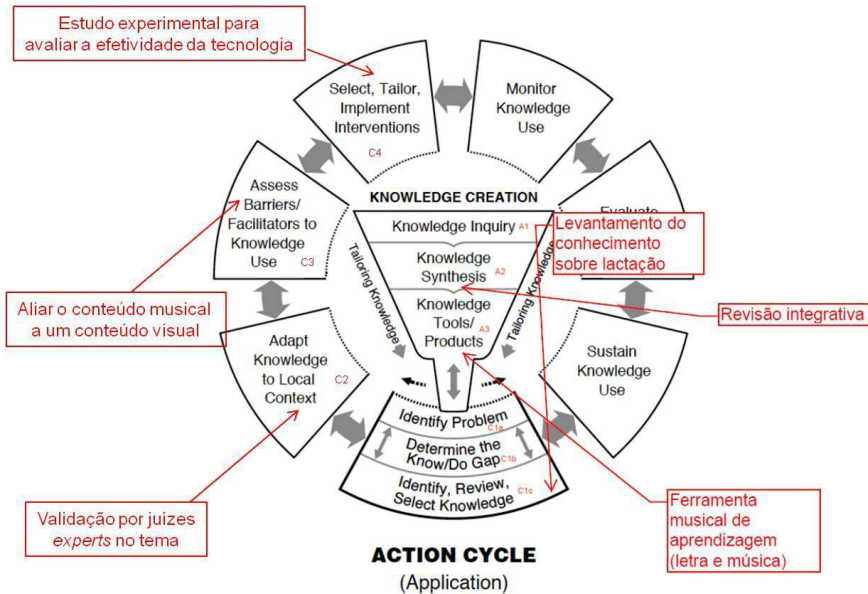


Figura 2. Dinâmica e interação do modelo Conhecimento-à-Ação na criação de uma ferramenta musical de aprendizagem. Adaptado de Graham, Straus e Tetroe (2013).

Para iniciar a construção desta tecnologia educativa, utilizamos o elemento *investigação do conhecimento* (etapas C1a a C1c, do ciclo ação), sendo realizado um estudo de revisão, por meio de busca de literaturas (livros didáticos e manuais ministeriais) efetuadas na Biblioteca Nacional Digital do Brasil, Biblioteca Virtual de Saúde, e SciELO Livros. Foram selecionadas três produções que continham o conteúdo de fisiologia da lactação (i.e., Issler et al., 2008; Araújo, 2012; Carvalho, 2017).

Reconhecendo que a tradução do conhecimento deve estar pautada em evidências científicas, foi desenvolvido o elemento *síntese do conhecimento*, do ciclo criação (A2). Com a análise do conteúdo das produções selecionadas, foram elencados pontos chaves, como órgãos e hormônios relacionados com a fisiologia da lactação. Isso resultou na seguinte síntese - a produção do leite materno é realizada fisiologicamente pela ação de alguns hormônios e reflexos. Durante a gestação inicia-se o processo de lactogênese, no qual os hormônios estrogênio e progesterona preparam o tecido glandular para a produção de leite, resultando no aumento do tamanho das mamas. Após o parto, diminui os níveis de estrogênio e progesterona, gerando o aumento



da produção de prolactina, hormônio responsável pela produção do leite. Mediante estímulo de sucção do bebê ou ordenha, a hipófise libera prolactina e ativa a produção de leite. Assim, quanto mais estímulo maior é a produção de leite. A ocitocina, produzida pela neurohipófise, auxilia na ejeção do leite, durante a mamada, e na contratilidade uterina, no puerpério imediato, prevenindo hemorragias pós-parto. Portanto, a lactogênese é um processo que se inicia na gestação e estende-se no período da amamentação, depende tanto da fisiologia da mulher quanto das condições da criança (Issler et al., 2008; Araújo, 2012; Carvalho, 2017).

Esta síntese, usada para ilustrar a aplicação da fase B2, da Figura 1, culminou no elemento *Produtos/Ferramentas*, que possibilitou a criação da tecnologia educativa musical (B3, do ciclo ação, na Figura 1). O objetivo dessa tecnologia foi introduzir o conteúdo da fisiologia da lactação no processo de ensino-aprendizagem mediada pelo docente, articulando o ensino tradicional com a tecnologia educativa musical. A criação incluiu a elaboração da letra e da melodia da música. A elaboração da letra da música foi de autoria de Daiani Cherubim, e inclui os pontos chaves da síntese organizados cronologicamente desde a gestação até o processo de parto e nascimento. A elaboração da melodia se deu por meio de parceria com o curso de música da UFSM, como produto final da disciplina de criação musical³, e foi gravada pelos estudantes do estúdio desta universidade. Como primeira providência, a proteção da partitura foi registrada em cartório e a tecnologia educativa musical será registrada na Biblioteca Nacional como material didático.

Lançamos mão do elemento *adaptar o conhecimento ao contexto* (etapa C2 do ciclo ação), quando o conteúdo (letra) do componente musical da tecnologia educativa para a aprendizagem da fisiologia da lactação foi submetido à validação por juízes (profissionais de saúde expertises na temática de aleitamento materno). Esses juízes foram selecionados por meio da Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar (IBFAN) e profissionais cadastrados e certificados pelo International Board Certified Lactation Consultant (IBCLC), e por profissionais indicados por esses. Foram classificados segundo a sua região de vínculo empregatício, buscando uma representatividade nacional. A pontuação dos especialistas

³ Os direitos autorais da letra e música encontram-se em fase de registro de propriedade intelectual, na Biblioteca Nacional.



foi avaliada conforme Fehring e escala de experiência desenvolvida pelos pesquisadores. Essas escalas permitiram verificar tanto o perfil acadêmico quanto a vivência prática do profissional em relação ao tema abordado. O contato foi via e-mail, pelo qual acessavam a carta-convite, o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e um Termo de Sigilo da música. Após retorno dos termos assinados, foi enviado o arquivo da música e o *link* para acesso ao instrumento de validação, questionário do tipo Likert, composto por sete itens que avaliaram conteúdo, linguagem e motivação. Dos 50 juízes que atenderam aos critérios anteriormente mencionados, entre os que receberam o convite, 23 responderam com os termos assinados e 18 responderam a todas as etapas. Para este estudo considerou-se a proporção de 95% e um erro amostral de 10%. A tecnologia obteve escores acima de 0,80 e nível de concordância maior que 80%. Com esse resultado a tecnologia musical foi validada para uso na aprendizagem de estudantes da área de saúde (enfermagem, medicina e nutrição).

O elemento *identificar barreiras do uso do conhecimento* (etapa C3, do ciclo ação) foi atendido a partir das sugestões indicadas pelos juízes, a exemplo da indicação de aliar o conteúdo musical a um conteúdo visual, implicando na proposta do subprojeto descrito a seguir.

Outro subprojeto desse matricial, o FISIOLAC, é o trabalho em desenvolvimento por Polyana de Lima Ribeiro, tendo por objetivo construir e validar o conteúdo imagético desta tecnologia educativa. Considerando que o termo imagético diz respeito àquilo que é representando por imagem, o conteúdo visual não é necessariamente expresso apenas a partir de figuras, ilustrações, fotografias impressas ou estáticas, mas também pode ser aliado a outros recursos visuais, como vídeos. A imagem, a partir da análise semiótica possui duas linhas de significado: uma denotativa, referindo-se ao objeto, e outra conotativa, a partir das ideias e valores expressos por meio do que está sendo representado. A linguagem imagética atrai a atenção e favorece a aprendizagem.

A criação do componente visual da tecnologia (vídeo com animação) está sendo desenvolvida com apoio do Núcleo de Tecnologia Educativa (NTE/UFSM), com um cronograma de reuniões semanais durante este processo de criação.

A fase *investigação do conhecimento* partiu da seleção dos três livros, desenvolvida no subprojeto anterior, dos quais foram extraídas as imagens



usadas para ilustrar a fisiologia da lactação. Ampliou-se a busca de imagens em materiais publicados pelo Ministério da Saúde (MS) do Brasil, por meio da Biblioteca Virtual de Saúde, nos bancos de imagens, por meio de sites gratuitos de *downloads* de imagens, e no banco de vídeos, por meio do Canal oficial do MS no *Youtube*.

Assim, foi elaborada a *síntese do conhecimento* com base na letra da música utilizando as imagens selecionadas. Esta síntese foi apresentada à equipe do NTE e seguida de um momento de esclarecimento de dúvidas, dentre as quais se destacaram as referentes aos órgãos envolvidos na fisiologia, a anatomia e função de cada um destes; os hormônios, órgão produtor e função de cada um destes; tipos de estímulo para produção de leite materno; e processo cronologicamente situado na gestação, processo de parto, nascimento e aleitamento materno propriamente dito.

Na fase *Produtos/Ferramentas* está sendo desenvolvido o conteúdo imagético da animação apresentada no formato de vídeo. Os recursos visuais selecionados na síntese serviram de subsídios para a equipe do NTE, mediada pela equipe de pesquisa do FISIOLAC. Foi desenvolvido, inclusive, um estudo da psicologia das cores para esta etapa de criação. A tecnologia educativa visual será também registrada na Biblioteca Nacional como material didático.

Para *adaptar esse conhecimento ao contexto*, o conteúdo imagético (vídeo com animação) do componente visual da tecnologia educativa para a aprendizagem da fisiologia da lactação será submetido à validação por juízes (profissionais de saúde expertises na temática de aleitamento materno), conforme detalhamento metodológico apresentado nesta mesma etapa do subprojeto anterior. O elemento *identificar barreiras do uso do conhecimento* será atendido a partir das sugestões indicadas pelos juízes.

O matricial FISIOLAC contempla, ainda, o projeto em desenvolvimento por Daiani Cherubim, que traduz um estudo experimental com o objetivo de avaliar a efetividade da tecnologia educativa audiovisual na autoeficácia para a aprendizagem com os discentes de Curso de Graduação em Enfermagem. Esta avaliação considerará o resultado final: elevar as pontuações de autoeficácia para aprendizagem durante o seguimento.

Para atender ao elemento *implementar as intervenções* (etapa C4, do ciclo



ação), na sequência de desenvolvimento da Pesquisa FISIOLAC, serão incluídos docentes de Cursos de Graduação em Enfermagem, atuantes em disciplinas da saúde da mulher e/ou da criança, que ministrem o conteúdo de fisiologia da lactação e de aleitamento materno. Estarão representadas as cinco regiões brasileiras e o convite será por meio da Rede de Estudos de Tecnologias Educacionais (RETE), Rede Internacional de Enfermagem em Saúde Infantil (RED ENSI) – pólo Brasil, Associação Brasileira de Obstetras e Enfermeiros Obstetras (ABENFO) e Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras (SOBEP). Será aplicada, pelo docente, a intervenção educativa audiovisual na turma de intervenção (TI), na aula presencial de aleitamento materno, no momento do conteúdo de fisiologia da lactação.

Os efeitos desta intervenção serão avaliados por meio da Escala de Autoeficácia para a Aprendizagem (EAPA) e comparados com os resultados obtidos nas turmas controle (TC), que receberão apenas o convencional em sala de aula. A EAPA fundamenta-se na Teoria Social Cognitiva de Albert Bandura e é composta por 20 itens em escala Likert, que varia de um (nada característico) a três (muito característico). Na análise dos dados, os produtos obtidos por meio das escalas de autoeficácia serão inseridos no programa Microsoft Excel®, com dupla digitação independente, a fim de garantir a exatidão dos dados. Em seguida, serão analisados no programa SPSS 20.0. O risco relativo será estimado para analisar o efeito da intervenção da tecnologia educativa comparando-se os níveis de autoeficácia (baixa, média e alta) entre a TI e as TC. Será considerado em toda a ação, o nível de significância de 5% ($p < 0,05$). Os grupos serão comparados por meio da linha de base. Para isso, serão utilizados os testes qui-quadrado (variáveis categóricas) e o teste *t de Student* ou *Mann-Whitney* (variáveis contínuas), além de outros testes estatísticos que se façam necessários ao longo da análise dos dados.

Posteriormente, serão divulgados os resultados obtidos por meio das Redes de pesquisa, Associação e Sociedade referidas, bem como para a Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar (IBFAN), como resposta ao apoio recebido no desenvolvimento do projeto. Além das Instituições de Ensino com Cursos de Graduação em Enfermagem e Fórum, Nacional e Estaduais, das Escolas de Enfermagem, para impulsionar os demais elementos do ciclo de aplicação da KT: *monitorar o uso do conhecimento, avaliar os resultados e manter o uso do conhecimento*, como a proposta para o próximo projeto matricial FISIOLAC II, pelo GP-PEFAS da UFSM/RS, BR.



No exemplo seguinte, além do ciclo ação, avançou-se para três etapas do ciclo ação, a saber: Identificação do problema ou a necessidade do conhecimento, determinação da distância ou lacuna entre o que se sabe e o que se faz e identificação, revisão e seleção da melhor evidência (conhecimento disponível); adaptação desse conhecimento ao contexto local; e determinação das barreiras e facilitadores de acesso ao uso do conhecimento.

2.2 Tradução de conhecimento na produção de um almanaque sobre cuidados a criança após reversão de colostomia

No projeto integrado CRIANES VI - Ferramentas de tradução de conhecimento na transição dos cuidados de enfermagem a crianças com necessidades especiais de saúde (CRIANES) do hospital para o domicílio (Processo CNPq nº 307584/2016-0, coordenado pela Pesquisadora Ivone Evangelista Cabral), o foco principal é a produção de ferramentas facilitadoras da transição dos cuidados de enfermagem às CRIANES do hospital para o domicílio. O objetivo geral desta pesquisa é produzir e validar guias de cuidado às crianças com necessidades especiais de saúde, segundo uma tipologia de cuidado. Espera-se que esses materiais possam contribuir para a superação de desafios dos familiares cuidadores e dos profissionais que atuam na equipe de saúde da família, na atenção primária à saúde, prestarem cuidados às CRIANES, tendo como lócus a cidade do Rio de Janeiro (Cabral, 2016). Nesse grupo inclui-se crianças com condições crônicas ou deficiências cujas condições clínicas complexas e contínuas exigem cuidados de saúde especiais (Góes & Cabral, 2017).

Para demonstrar a aplicabilidade prática do modelo conceitual de tradução do conhecimento de Graham et al. (2006) destaca-se a pesquisa de Joseph Dimas de Oliveira, integrado no Projeto CRIANES VI. A pesquisa da tradução do conhecimento sobre cuidados à criança em reversão de colostomia na produção de história em quadrinhos (HQ) (Oliveira, 2018) foi inspirada em narrativas de familiares e baseada em conhecimentos científicos. Ela teve por objetivos: (a) selecionar narrativas que retratam as experiências dos familiares cuidadores no cuidado de CRIANES, na transição do hospital para o domicílio e comunidade, a partir de banco de dados existente, gerado no trabalho de campo de pesquisas CRIANES realizadas entre 2010-2015 e em redes sociais; (b) classificar as necessidades em saúde e as



demandas de atenção das CRIANES segundo a complexidade e a tipologia de cuidados (medicamentosos, habituais modificados, de desenvolvimento, e tecnológico); (c) selecionar as melhores evidências científicas que fundamentam as ações de cuidado e incorporá-las na produção dos guias eletrônicos de cuidado nas versões para website (pdf ou html) ou vídeos para redes sociais.

Na aplicação do modelo conceitual do Conhecimento-à-Ação se articulou narrativas de famílias e temas gerados com a análise dessas narrativas (conhecimento de primeira geração) e as melhores evidências (conhecimento de segunda geração) para gerar uma ferramenta no formato de história em quadrinhos (HQ) (conhecimento de terceira geração). A HQ pode contribuir para que famílias cuidadoras de crianças após reversão de colostomia e profissionais de saúde tomem decisões sobre cuidados de CRIANES no seu cotidiano.

Para Christian (2011) a excelência na prática do cuidado pediátrico passa, necessariamente, pela tradução do conhecimento, isto é, pela incorporação do conhecimento produzido na prática assistencial cotidiana resultando em mais qualidade de cuidado prestado às crianças e suas famílias.

Para o estudo em destaque, adotou-se o ciclo criação do conhecimento na produção de uma HQ. O ciclo criação foi adaptado de Straus, Tetroe e Graham (2013) para ser aplicado em um esquema de sete fases, devido a necessidade de se mover o fluxo do funil no sentido ascendente (C1a a C1c, da Figura 1), antes de iniciar o processo de criação do conhecimento de terceira geração – a HQ – propriamente dito. A plasticidade da estrutura do modelo conceitual facilitou o seu uso na prática, pois permitiu uma nova modelagem na produção da HQ, como uma ferramenta que teceu dialogicamente as informações geográficas, culturais, sociais das narrativas das famílias com as melhores evidências científicas e boas práticas.

Nesse sentido, aplicou-se: (1) *knowledge inquiry* (investigação do conhecimento da experiência dos usuários e de experts); (2) *knowledge synthesis* (síntese do conhecimento científico disponível); (3) *knowledge tools/products* (ferramentas/produtos do conhecimento); (4) nova investigação dos conhecimentos disponíveis relacionados aos temas; (5) adaptação do conhecimento ao contexto de vida do usuário do sistema de saúde; e (6) identificação de barreiras/facilitadores de acesso ao conhecimento, tais como as de natureza linguística, econômica, legal e sociocultural.



Na investigação do conhecimento, *fase 1 do ciclo ação*, foi desenvolvida uma pesquisa de campo, exploratória e descritiva integrada à tradução do conhecimento. Os principais achados relacionam-se com a necessidade de eliminação intestinal da criança após a cirurgia de reversão da colostomia, sendo esta uma questão ao redor da qual os familiares se deparam em casa, após a alta hospitalar da criança. Em associação às narrativas emergiram a formação de hábito intestinal e a constipação como os problemas que mobilizaram os familiares a expressarem as suas dúvidas, a buscarem orientações, a compartilharem saberes e a trocarem experiências sobre como cuidar em casa.

No fluxo do ciclo, as setas se alternam em um movimento dinâmico que levam o pesquisador a recorrer ao bico do funil representado na Figura 2, mas especificamente as etapas C1a, C1b e C1c, correspondentes aos estudos de revisão para produzir a síntese do conhecimento (A2). Esse modo de ressignificar a estrutura do modelo conceitual representou, na prática, uma plasticidade que teceu conhecimentos dos usuários (narrativas), com opinião de *experts* e evidências científicas. O ciclo criação e partes do ciclo ação estiveram em permanente interação, como demonstrado na Figura 3.

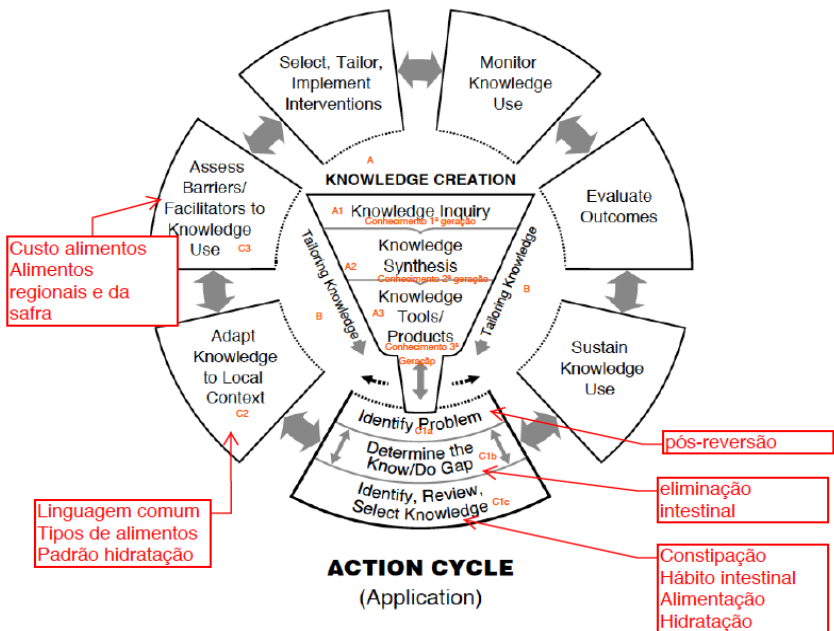


Figura 3. Dinâmica e interação do modelo Conhecimento-à-Ação aplicado a criação de uma História em Quadrinhos. Adaptado de Graham, Straus e Tetroe (2013).



Nesse sentido, a *fase 1 do ciclo (A1)* determinou o conhecimento de primeira geração e a necessidade de se buscar o conhecimento sobre o tema central - eliminação intestinal da criança, após a cirurgia de reversão da colostomia, bem como os subtemas a ele relacionados, a saber: hábitos intestinais, constipação intestinal, alimentação, uso de medicamentos e suplementos. Somou-se aos temas e subtemas o direito de acesso a serviços de saúde.

Em seguida, na *fase 2 do ciclo (A2)*, procedeu-se à busca e síntese do conhecimento científico disponível, a segunda geração de conhecimento sobre constipação em crianças e o direito de acesso a serviços de saúde. Nesta fase investigou-se o que foi produzido sobre o tema, e encontrava-se disponível em bibliotecas e bases de dados científicas, de modo a buscar ponto/s de contato e equilíbrio entre os saberes científicos e os saberes culturais, pautando-se na teoria postulada por Collière (2003).

No nosso caso, fez-se a articulação do saber da experiência feita dos familiares com os conhecimentos sobre constipação, sistematizando-os em cuidados à criança pré-escolar com constipação e constituição de hábitos intestinais. Para isso, buscou-se na síntese do conhecimento (segunda etapa do ciclo criação, relativo ao *knowledge synthesis, A3 da Figura 2*) integrar recomendações de artigos científicos classificados segundo o nível de evidência, para constituir o conhecimento de segunda geração. Para sintetizar as melhores evidências científicas, optou-se pela integração do conhecimento já disponível, adotando-se os seis passos da revisão integrativa: (1) identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; (2) estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão; (3) identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; (4) categorização dos estudos selecionados; (5) análise e interpretação dos resultados e (6) apresentação da revisão/síntese do conhecimento (ANIMA, 2014).

Constatamos que a produção científica sobre o cuidado à criança em reversão de colostomia limita-se a informações dispersas sobre temas relacionados em artigos científicos, capítulos de livros de medicina e enfermagem, com foco no antes e durante a cirurgia, mas com pouca ênfase sobre o momento após a cirurgia de reversão, quando da constituição de hábitos intestinais.

Uma vez elaborada a síntese do conhecimento, passou-se à terceira fase (A3), correspondente à produção da história em quadrinhos, como uma ferramenta que poderá contribuir para a tomada de decisão da família



sobre as boas práticas de cuidados. Traduziu-se as evidências na forma de recursos como “você sabia” e “listas de alimentos”, reconhecendo-se que havia um problema (C1a a C1c). Mas, para que a HQ produzisse sentido para o seu leitor final, houve a necessidade de adaptar o conteúdo ao contexto local (C2) e ao modo de vida da classe média brasileira, público alvo que se elegeu como leitor final, por representar o maior contingente da população no país. Buscou-se também, antecipar possíveis barreiras e facilitadores no uso desse conhecimento (C3), especialmente para um público que conviveu por no mínimo dois anos em contato direto com os serviços de saúde, profissionais e manejo de cuidado contínuo de complexo de criança em uso de colostomia.

Você Sabia?

OS ALIMENTOS PODEM CONTER FIBRAS INSOLÚVEIS E SOLÚVEIS. AS INSOLÚVEIS ESTÃO PRESENTES NAS CASCAS DE FRUTAS E VEGETAIS, FOLHAS VERDES, SEMENTES, ARROZ INTEGRAL, FARELO DE TRIGO, FEIJÕES. A FIBRA SOLÚVEL PODE SER ENCONTRADA EM SUCOS DE FRUTA, EM GERAL, E FRUTAS SEM CASCA, COMO A BANANA, AMBOS OS TIPOS AJUDAM A REDUZIR A CONSTIPAÇÃO, POIS ATUAM COMO ALIMENTOS PARA A MICROFLORA BACTERIANA QUE HABITA NO INTESTINO, MAS, PARA SER FUNCIONAL, PRECISA-SE CONSUMIR LIQUIDOS (ÁGUA E SUCOS), AUXILIANDO NO TRÂNSITO INTESTINAL.

FONTE: TABBERS, M. M. Evaluation and Treatment of Functional Constipation in Infants and Children: Evidence-Based Recommendations from ESPGHAN and NASPGHAN. *Journal of Pediatric Gastroenterology and Nutrition (JPGN)*, v. 58, n. 2, p. 258-274, feb. 2014.

MELLO, P. P. Uso de fibras no tratamento da constipação infantil: revisão sistemática com metanálise. 2017. 97f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e do Adolescente) - Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Figura 4. Fragmento “Você sabia” do almanaque “Um dia de cada vez na família de Miguel... viver após a reversão da colostomia” sobre “consumo de fibras e ingestão hídrica”.

Fonte: Oliveira e Cabral (2018).



A figura 4 apresenta um “você sabia”, destacando os alimentos regionais, de baixo custo, que contêm fibras insolúveis e solúveis (mencionados nas narrativas das famílias) e a sua função auxiliar no trânsito intestinal de crianças após a cirurgia de reversão de colostomia. Contudo, a funcionalidade deles depende do consumo de líquidos para prevenir e reduzir a constipação intestinal.

Para o refinamento do conhecimento, levou-se em consideração o caráter dinâmico do ciclo ação que prevê a adaptação do conhecimento previamente selecionado e revisado ao contexto local. Assim, foram antecipadas possíveis barreiras comportamentais e culturais, bem como os facilitadores de acesso ao uso do conhecimento. No nosso caso, isso significou fazer o movimento de adequação do produto (a HQ) à realidade brasileira na criação dos personagens que mantêm diálogo com a realidade local, etnias/raça e uso de nomes mais comuns. Além disso, teve-se em conta os hábitos alimentares de consumo de alimentos regionais, custo adequado a safra e gostos da população brasileira (frutos tropicais, vegetais, legumes, leguminosas, etc.), as políticas públicas de saúde que organizam os fluxos de atendimento da criança e as leis de proteção à infância. Essas adequações, que entendemos como boas práticas incorporadas às evidências científicas, representam o momento em que o ciclo interno (de criação) se articula com o ciclo externo (de ação) para refinar o produto.

A tessitura das imagens de alimentos regionalizados, de baixo custo e adequados aos padrões de consumo do povo brasileiro representa a adaptação desse conhecimento ao contexto local.



Figura 5. Lista dos alimentos que devem ser consumidos após a reversão da Colostomia.

Fonte: Oliveira e Cabral (2018).

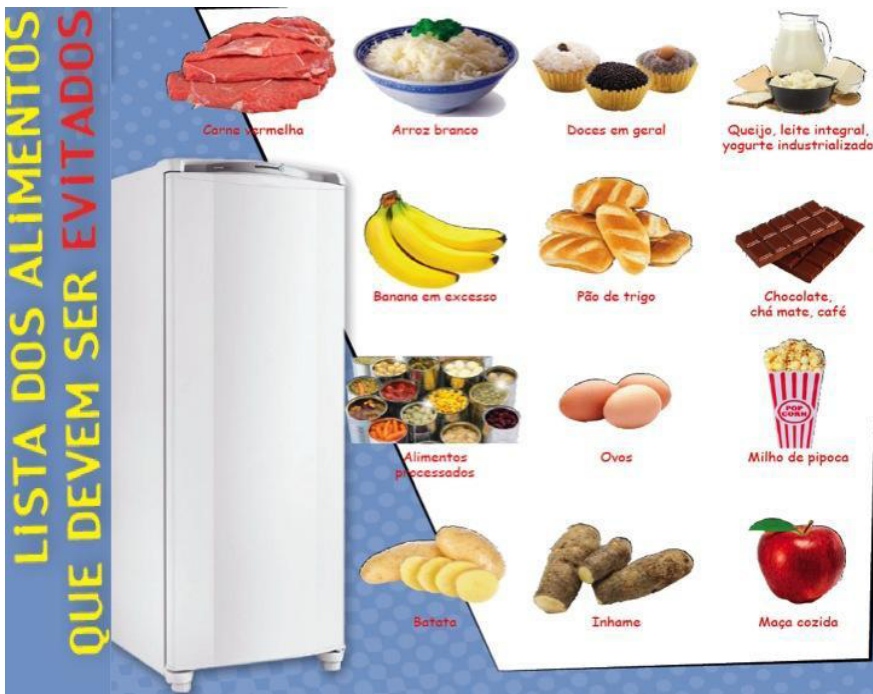


Figura 6. Lista dos alimentos que devem ser evitados após a reversão da Colostomia.

Fonte: Oliveira e Cabral (2018).



Para exemplificar esse movimento de tradução, a HQ traduziu o conhecimento na forma de uma lista de alimentos que devem ser consumidos (Figura 5) e que devem ser evitados (Figura 6) pela criança após a cirurgia de reversão de colostomia, na etapa de constituição de hábitos intestinais. As recomendações são acompanhadas de ilustrações e o modo de consumo que pode trazer mais benefícios (pepino cru na salada) ou prejuízos (banana em excesso) à criança.

Além disso, espera-se que a conjugação dessas imagens com o texto contribua para promover a adesão às recomendações dos profissionais de saúde da equipe de saúde da família, durante o acompanhamento da criança após a reversão de colostomia, no território da atenção primária à saúde. Portanto, antecipou-se do ciclo ação, as possíveis barreiras e facilitadores comportamentais para imprimir na ferramenta HQ uma identidade cultural e regional inerente à alimentação.

No próximo exemplo de tradução do conhecimento, aplica-se o modelo conceitual do Conhecimento-à-Ação, como estratégia de disseminação de conhecimento, conjugando-se o ciclo criação-ação, em uma pesquisa piloto cujo produto encontra-se na fase de implementação.

2.3 Seja Doce com os Bebês: implementação das recomendações da OMS para a redução da dor de lactentes durante a vacinação no Brasil

Neste exemplo de aplicabilidade do modelo conceitual de tradução do conhecimento ilustra-se como aplicar melhores evidências científicas em formato de vídeo.

As imunizações asseguram a prevenção e erradicação de doenças com impacto sobre a morbi-mortalidade infantil, sendo as vacinas uma proteção essencial para o desenvolvimento saudável na infância. Entretanto, os procedimentos para administrá-las causam dor e estresse às crianças. Nesse sentido, pesquisadores mostraram, ao longo das duas últimas décadas, os efeitos prejudiciais da dor, medo e ansiedade relacionados a essas intervenções, que contribuem em alguns casos para a pouca adesão aos esquemas vacinais e para a resistência na fase jovem e adulta a estes cuidados (Taddio, Chambers, Halperin, Ipp, Lockett, Rieder, & Shah, 2009).



Assim, as revisões sistemáticas que sustentam a recomendação da amamentação (Shah, Cecilia, Lucia, & Vibhuti, 2012), do uso de soluções adocicadas, especificamente sacarose (Stevens, Yamada, Campbell-Yeo, Gibbins, Harrison, Dionne... & Riahi, 2018). e do contato pele a pele ou cuidado canguru (Johnston et al., 2017) representam a síntese do conhecimento produzido. Adicionalmente, o documento de mitigação da dor, enquanto diretriz elaborada por grupo de expertises da Organização Mundial da Saúde⁴, também é visto como um produto do conhecimento.

Mas, sob essa ótica de traduzir o conhecimento para a prática clínica, torna-se imperativa a tarefa de reduzir a dor nas crianças durante as imunizações como um compromisso ético de adotar as recomendações disponíveis e assegurar boas práticas de cuidado, alinhadas com o artigo 7 da Declaração dos Direitos da Criança e Adolescentes Hospitalizados: “direito a não sentir dor, quando existam meios para evitá-la” (Resolução nº 41, de 13 de outubro de 1995) e a política da Organização Mundial da Saúde sobre a Redução da dor no momento da vacinação (WHO, 2015). Contudo, este trata-se de um processo complexo e distinto que envolve o uso de estratégias de tradução do conhecimento, numa abordagem que prioriza inicialmente o alvo a quem se dirige a mensagem (audiência). Implica ainda na verificação das práticas locais de cuidados usuais no manejo da dor durante as imunizações, no conhecimento dos(as) enfermeiros(as) sobre as diretrizes e recomendações internacionais padronizadas e em consensos voltados ao controle e manejo da dor.

Portanto, neste projeto piloto aplicou-se o ciclo ação partindo-se do levantamento do conhecimento já disponível sobre controle da dor do recém-nascido (A1), para a seleção e síntese do conhecimento (A2) constituído pelas melhores evidências e boas práticas que vêm sendo aplicadas em outros cenários de cuidados, para a produção de um vídeo (A3) (Figura 7).

⁴<http://www.who.int/immunization/sage/en>

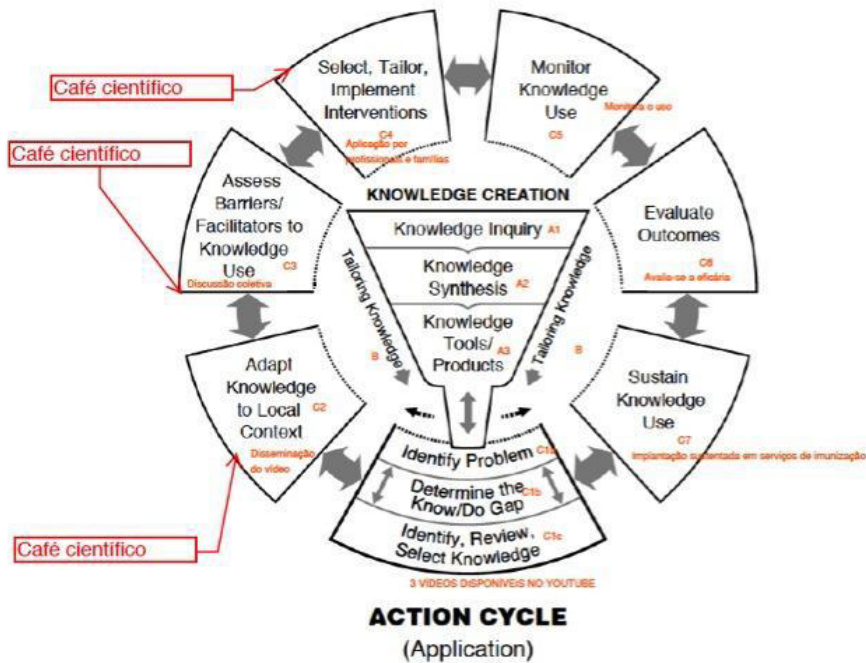


Figura 7. Dinâmica e interação do modelo Conhecimento-à-Ação aplicado a implementação de vídeos. Adaptado de Graham, Straus e Tetroe (2013).

Portanto, na fase piloto desta proposta de pesquisa, a utilização dos vídeos já disponíveis na plataforma de mídia social Youtube, a saber: amamentar para reduzir a dor - 2 meses⁵ e 6 meses⁶ e dar soluções adocicadas para reduzir a dor da vacinação⁷. Neles são mostradas crianças com 2 e 6 meses sendo amamentadas durante a imunização e crianças recebendo solução de sacarose antes da vacinação. Tratam-se de intervenções com alta qualidade de evidência, traduzidas no formato de um “produto vídeo” (o conhecimento de terceira geração). Portanto, uma promissora estratégia educativa, que busca encorajar os profissionais de saúde e pais para que essa nova abordagem seja usada no contexto local das práticas de imunização de crianças menores de um ano de idade.

Este projeto foi concebido para utilizar a abordagem de Tradução do

5 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2TyTPDghiXE>

6 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IFj57a3gOZI>

7 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9IAgiQuVh1I>



Conhecimento integrada ou colaborativa com o intuito de engajar os usuários finais do conhecimento, seguindo-se as fases destacadas na Figura 7. Pretende-se envolvê-los desde o início em todo o processo de criação da pesquisa, tal como recomendado no tipo de pesquisa integrada à tradução do conhecimento (*iKT*) por se entender que desse modo há maior probabilidade de implementação dos resultados na melhora da qualidade das práticas de vacinação. Pois, na fase de identificação do problema, verificamos que apesar de haver conhecimento de alta qualidade de evidência, ele ainda não é adotado para reduzir a dor durante a vacinação, em crianças de até um ano de idade, criando uma lacuna entre o que se sabe e o que se faz.

Aesses aspectos incluem-se a inclusão do contexto (identificação de barreiras e facilitadores para as mudanças de práticas e comportamento), sob a forma de trabalho colaborativo. Inicialmente formalizou-se a realização do estudo com os gestores da saúde do município por meio de reuniões e explanação da proposta de trabalho, na perspectiva da tradução do conhecimento guiada pelo modelo conceitual do Conhecimento-à-Ação (Graham et al., 2006). Contudo, trata-se de um processo que priorizou, inicialmente, o alvo a quem se dirige a mensagem (audiência) e implicou a verificação das práticas locais de manejo da dor durante as imunizações, conhecimento das(os) enfermeiras(os) acerca das diretrizes e recomendações internacionais, com a finalidade de serem obtidos dados de base.

Ainda sobre a inclusão do contexto, foram organizados pequenos grupos, com as enfermeiras e técnicas de enfermagem que atuam nas salas de vacinação, promovendo a discussão acerca das preocupações relacionadas ao medo de “engasgos” durante a amamentação, à indisponibilidade da sacarose nas Unidades Básicas de Saúde, à necessidade de melhorar a infraestrutura da sala e torná-la confortável para as mães e equipe de enfermagem (ergonomicamente).

No trabalho colaborativo, as estratégias foram também direcionadas aos pais/cuidadores, enquanto grupos de interesses, pois os estudos desenvolvidos nessa direção enfatizam o desejo dos pais em prover conforto e participar ativamente nas medidas de alívio da dor junto à equipe de saúde (Franck, Oulton, & Bruce, 2012) e mostram que na presença de suas mães, recém-nascidos recebem um melhor controle da dor (Johnston et al., 2011).

Estima-se que haja maior satisfação e confiança das(dos) enfermeiras(os)



ao adotarem as intervenções recomendadas pela diretriz da Organização Mundial da Saúde e com provável incremento das taxas de cobertura vacinal que são ainda baixas (<50% para alguns imunobiológicos segundo o Datasus de 2017) quando comparadas às outras regiões do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil.

Do ciclo aplicação, pensou-se que a disponibilização dos três vídeos essas estratégias foram direcionadas aos profissionais de saúde, gestores e, também, pais/cuidadores, enquanto grupos de interesses, pois os estudos desenvolvidos nessa direção enfatizam o desejo dos pais em prover conforto e participar ativamente nas medidas de alívio da dor junto à equipe de saúde (Franck, Oulton, & Bruce, 2012) e mostram que na presença de suas mães, recém-nascidos recebem um melhor controle da dor (Johnston et al., 2011). Todos esses pontos foram identificados quando da necessidade do conhecimento (C1a a C1c) e o interesse pela sua aplicação no contexto local (C2).

As estratégias de tradução de conhecimento para assegurar a implementação contemplam um espectro de atividades que incorporam desde os encontros e discussões em pequenos grupos, com representação dos profissionais de saúde e pais, uso de plataformas de mídia social como o youtube, facebook e twitter, os cafés científicos, a publicação de artigos em periódicos cujo escopo está alinhado à disseminação do conhecimento, uso de ambiente virtual de educação e líderes de opinião. Tal estratégia vem sendo adotada junto a profissionais de saúde, gestores de serviços e usuários para identificar possíveis barreiras e facilitadores do uso (C3), implementar as intervenções recomendadas no vídeo (C4), bem monitorar a adesão (C5) às boas práticas recomendadas nos vídeos. Assim, elegeu-se o comitê de representantes dos pais e profissionais de saúde em cada Unidade Básica de Saúde (UBS), como estratégia de disseminação do conhecimento identificado nas revisões sistemáticas já disponíveis.

A fase do ciclo ação (aplicação) seguinte ocorrerá pelo monitoramento do uso das intervenções nas UBS por meio de um instrumento de registro de cada criança, no qual constam os dados relativos à idade em meses, dose e tipo de imunobiológico administrado e qual a intervenção que foi realizada para minimizar a dor durante as imunizações. Nas próximas fases do ciclo pretende-se avaliar os resultados comparando-os aos dados de base e cobertura vacinal, satisfação dos pais e profissionais de saúde.



Espera-se que estratégias de promoção do vídeo incrementem as visualizações desses três vídeos na plataforma e aumentem o engajamento de todos nesta nova prática de redução da dor resultante de imunizações subcutâneas e intramusculares e crianças com menos de um ano de idade.

Desse modo, o “produto vídeo”, elaborado a partir de revisões sistemáticas, poderá ser adaptado ao contexto local, uma vez que foi traduzido em sete idiomas e já avaliada como estratégia educativa em estudos recentes. (Harrison et al., 2017)

O uso da amamentação ou de soluções adocicadas durante a imunização apresentam potencial de incorporação na rotina dos serviços de imunizações em Unidades Básicas de Saúde, inicialmente de um município localizado na região sul do Brasil, correspondente às fase C6 e C7 do ciclo ação (Figura 7).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo conceitual do Conhecimento-à-Ação favorece a tradução de evidências científicas em materiais ou ferramentas com potencial de ação. Ao mesmo tempo, sua aplicação amplia o leque de possibilidades de se devolver achados de pesquisa para os usuários do sistema e de contribuir com a melhoria dos serviços de saúde. Nesse sentido, a apresentação do modelo incluiu sua origem dentro de uma estrutura formal de financiamento de pesquisa e as bases teóricas que sustentaram sua formulação, ambos conferiram credibilidade para que fosse estrategicamente incorporado como política pública pela Organização Mundial de Saúde e Ministério da Saúde do Brasil. Os três exemplos de aplicabilidade do modelo conceitual do Conhecimento-à-Ação, segundo objetivo deste capítulo, demonstraram sua potência para traduzir as melhores evidências científicas e as boas práticas em ferramentas ou produtos.

No primeiro e no segundo exemplo foram aplicados o ciclo da criação para produzir duas ferramentas, ou seja, uma tecnologia musical de aprendizagem sobre lactação e uma História em Quadrinhos sobre cuidados a criança após a cirurgia de reversão de colostomia. No segundo exemplo, para a criação da HQ foi utilizado elementos do ciclo ação, particularmente a identificação do vazio entre o que se sabe sobre o pós-reversão da colostomia em



crianças e o que tem sido feito para determinar o conhecimento necessário e adaptá-lo ao contexto local. Buscou-se antecipar as barreiras e os facilitadores de uso do conhecimento de terceira geração, considerando as especificidades do leitor final da HQ. Em ambos os exemplos, o modelo foi adotado para desenvolver o tipo de tradução de conhecimento integrado, pois contou-se com a participação do grupo de interesse (*stakeholders*) da produção do conhecimento à geração da tecnologia, em diferentes graus de comprometimento.

No terceiro exemplo, o modelo foi aplicado para desenvolver o *end-of-grant* de tradução do conhecimento de terceira geração. A tecnologia já produzida no formato de vídeos, foi disponibilizada em plataforma digital, mas havia necessidade de ser disseminada. Sendo assim, no projeto piloto em desenvolvimento, o grupo de interesse (profissionais de saúde, gestores e familiares de crianças menores de um ano de idade) vem fazendo uso da tecnologia (o conhecimento de terceira geração), o monitoramento do seu uso e a avaliação da sustentabilidade para implantá-lo em serviços de saúde.

Portanto, os exemplos ilustram a dinâmica e plasticidade do modelo na prática clínica dos serviços de saúde, podendo ser reproduzido para o interesse da disseminação de conhecimentos que promovam justiça social, ao reinvestir os recursos aplicados em financiamento de pesquisa em bem-estar e qualidade de cuidados.



REFERÊNCIAS

- Anima. Grupo Anima Educação (2014). *Manual de revisão bibliográfica sistemática integrativa: a pesquisa baseada em evidências*. Belo Horizonte: Grupo Anima Educação. Retirado de: http://disciplinas.nucleoad.com.br/pdf/anima_tcc/gerais/manuais/manual_revisao.pdf
- Araújo, L.A. (2012). *Enfermagem na Prática Materno-Neonatal*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Bick, D., & Chang, Yan-Shing. (2014). Implementação de evidência na prática: complexa, com múltiplas facetas e múltiplas camadas. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo, 48(4), 1.
- Brasil. Ministério da Saúde (2015). *Síntese de evidências para políticas de saúde estimulando o uso de evidências científicas na tomada de decisão*. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos Departamento de Ciência e Tecnologia. Brasília - DF.
- Brasil. Resolução nº 41, de 13 de outubro de 1995, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança.
- Brouwers, M., Stacey, D., & O'Connor, A.M. Knowledge translation tools. In: Strauss, S., Tetroe, J., Graham, I.D. (2009). *Knowledge translation in health care: moving from evidence to practice*. 1ª ed. Oxford: Ed Wiley-Blackwell Ltda, pp. 50-62.
- Carvalho, M.R.C (org.) (2017). *Amamentação: bases científicas (4ª Edição)*. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan.
- Cabral, I. E., Bubabué, R. M., Oliveira, J. D., Paula, C. C., & Cherubim, D. C. (2017). Knowledge Translation - uma possibilidade para traduzir resultados de pesquisa em prática de saúde e enfermagem. In: Teixeira, E. (Org.). *Desenvolvimento de Tecnologias Cuidativo-Educacionais*. 1ª edição. Porto Alegre: Editora Moria.
- Cabral, I. E. (2016) *CRIANES VI - Ferramentas de tradução de conhecimento na transição dos cuidados de enfermagem às crianças com necessidades especiais de saúde do hospital para o domicílio*. Projeto de Pesquisa. CNPq (edital chamada 12/2016. Processo número: 307584/2016-0). (Mimeo).
- Cherubim, D.O (2018). *Tecnologia educativa musical para a aprendizagem da fisiologia da lactação: tradução do conhecimento*. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Programa de Pós-graduação em Enfermagem. Universidade Federal de Santa Maria.
- CIRH. CANADIAN INSTITUTES OF HEALTH RESEARCH (2010). *Knowledge to Action: An end-of-grant knowledge translation casebook*. Ottawa: Majesty the Queen in Right of Canada. 34 p. Retirado de: http://www.cihr-irsc.gc.ca/e/documents/cihr_kt_casebook_2010_e.pdf
- CIRH. CANADIAN INSTITUTES OF HEALTH RESEARCH (2012). *Guide to Knowledge Translation Planning at CIRH: Integrated and End-of-Grant Approaches*. Ottawa: Majesty the Queen in Right of Canada, 2012. 34 p. Retirado de: http://www.cihr-irsc.gc.ca/e/documents/kt_lm_ktplan-en.pdf.



- Christian, B.J. (2011). Translational research: creating excelente evidence-based pediatric nursing practice. *Journal of Pediatric Nursing*, 26(6), 597-8.
- Collière, M-F (2003). *Cuidar... A primeira arte da vida*. 2ª ed. Porto: Editora Lusociência.
- Franck, L.S., Oulton, K., & Bruce, E. (2012). Parental Involvement in Neonatal Pain Management: An Empirical and Conceptual Update. *Journal of Nursing Scholarship*, 44(1), 45-54. <https://doi.org/10.1111/j.1547-5069.2011.01434.x>
- Freire, P. (2013). *Pedagogia do Oprimido*. 55ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Góes, F., & Cabral, I.E. (2017). Discursos sobre cuidados na alta de crianças com necessidades especiais de saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 70(1), 163-171. <https://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0248>
- Graham, I.D., Logan, J., Harrison, M.B., Straus, S.E., Tetroe, J., Caswell, W., & Robinson, N. (2006). Lost in knowledge translation: time for a map? *The Journal of Continuing Education in the Health Professions*, 26(1), 13-24. <https://doi.org/10.1002/chp.47>
- Harrison, M. B., Légaré, F., Graham, I. D., & Fevers, B., (2010). Adapting clinical practice guidelines to local context and assessing barriers to their use. *CMAJ*, 182(2), E78-E84.
- Harrison, D., Larocque, C., Reszel, J., Harrold, & J. Aubertin, C. (2017). Be Sweet to Babies during Painful Procedures: A Pilot Evaluation of a Parent-Targeted Video. *Adv Neonatal Care*. 17(5), 372-80.
- Issler, H. (Org). (2008). *O aleitamento materno no contexto atual: políticas, prática e bases científicas*. São Paulo: Editora Sarvier. 2008
- Johnston, C., Barrington, K.J., Taddio, A., Carbajal, R., Filion, F. (2011). Pain in Canadian NICUs: Have We Improved over the Past 12 Years? *Clin J Pain*, 27(3), 225-32.
- Johnston, C., Campbell-Yeo, M., Disher, T., Benoit, B., Fernandes, A., Streiner D., ... Zee, R. (2017). Skin-to-Skin Care for Procedural Pain in Neonates (Review). *Cochrane Database Syst Rev*, 2: CD008435.
- Menon, D., & Stafinski, T. (2005). Bridging the “Know-do” gap in healthcare priority-setting: what role has academic research played? *Healthcare Management Forum*, 18(4), 26-32.
- Oxman, A.D., Lavis, J.N., Lewin, S., & Fretheim, A. (2009) SUPPORT Tools for evidence informed health Policymaking (STP). 1. What is evidence-informed policymaking? *Health Research Policy and System*, 7(Supl.1): S1, 7p.
- Kitson, A.L., Rycroft-Malone, J., Harvey, G., McCormack, B., Seers, K., & Titchen, A. (2008). Evaluating the successful implementation of evidence into practice using the PARHiS framework theoretical and practical challenges. *Implementation Science*, 3(1). <https://doi.org/10.1186/1748-5908-3-1>



- Oliveira, J. D. (2018). Tradução do conhecimento sobre cuidados à criança em reversão de colostomia na produção de história em quadrinhos (HQ), inspirada em narrativas de familiares e baseada em conhecimentos científicos. Orientadora: Ivone Evangelista Cabral. Tese (Doutorado em Enfermagem). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Enfermagem Anna Nery.
- Oliveira, J. D., & Cabral, I. E. Um dia de cada vez na vida de Miguel. Viver após a reversão da colostomia. Série Guia de Cuidados. Número 3. Grupo de Pesquisa Criança com Necessidades Especiais de Saúde. Rio de Janeiro: Editora Escola Anna Nery.
- Polit, D. F., & Beck, C.T. (2011). *Fundamentos da Pesquisa em Enfermagem*. 7ª edição. Porto Alegre: Editora Artmed.
- Rechia, F.P.N.S. et al. (2016). Fatores que interferem na doação de leite humano: revisão integrativa. *Cogitare Enfermagem*, 21(3), 01-11.
- Shah, P. S, Cecilia, H., Lucia, L. A., & Vibhuti, S.S. (2012). Breastfeeding or Breast Milk for Procedural Pain in Neonates. *Cochrane Database of Systematic Reviews* (12). <http://doi.wiley.com/10.1002/14651858.CD004950.pub3>.
- Stevens, B., Yamada, J., Campbell-Yeo, M., Gibbins, S., Harrison, D., Dionne, K., ... Riahi, S. (2018). The minimally effective dose of sucrose for procedural pain relief in neonates: a randomized controlled trial. *BMC Pediatrics*, 18(1), 85. <http://doi.org/10.1186/s12887-018-1026-x>
- Soares, B. G. O. (2005). Prática de enfermagem baseada em evidências. In: Bok, Anna Margherita Toldi. *Enfermagem Baseada em Evidências*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, p. 3-13.
- Straus, S. E., Tetroe, J., & Graham, I. D. (2009). *Knowledge Translation in Health Care Moving from Evidence to Practice* (1st edition). Ontário: Ed Wiley-Blackwell Ltda.
- Straus, S. E., Tetroe, J., & Graham, I. D. (2013). *Knowledge Translation in Health Care Moving from Evidence to Practice* (2nd edition). Ontário: Ed Wiley-Blackwell Ltda.
- Taddio, A., Chambers, C. T., Halperin, S. A., Ipp, M., Lockett, D., Rieder, M. J., & Shah, V. (2009). Inadequate pain management during routine childhood immunizations: The nerve of it. *Clinical Therapeutics*, 31(SUPPL. 2), S152-S167. <https://doi.org/10.1016/j.clinthera.2009.07.022>
- Tricco, A.C., Tetzlaff, J., & Moher, D. (2009). Knowledge synthesis. In: Straus, S. Tetroe, J. Graham, I. D. *Knowledge translation in health care: moving from evidence to practice*. 1ª ed. Oxford: Ed Wiley-Blackwell Ltda, cap. 2.1.
- WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION (2006). Bridging the “Know-Do” Gap Meeting on Knowledge Translation in Global Health. Geneva: WHO, 20p. Retirado de: <https://www.measureevaluation.org/resources/training/materials/highimpact-research-training-curricula/bridging-the-know-do-gap.pdf>
- WHO. Report to SAGE on reducing pain and distress at the time of vaccination [Internet]. Geneva: SAGE Technical Consultation Group on Reducing Pain and Distress at the Time of Vaccination; 2015 [updated 2015 Mar 31; cited 2015 May 19].

COFINANCIADO POR:

